ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CL Nº 59

Brasília - DF, quarta-feira, 27 de março de 2013

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 6
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 12
Ministério da Educação 14
Ministério da Fazenda 18
Ministério da Justiça 31
Ministério da Pesca e Aquicultura 36
Ministério da Previdência Social 36
Ministério da Saúde 36
Ministério das Cidades 58
Ministério das Comunicações 58
Ministério de Minas e Energia 64
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 75
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 76
Ministério do Trabalho e Emprego 78
Ministério dos Transportes 80
Conselho Nacional do Ministério Público 80
Ministério Público da União 81
Tribunal de Contas da União 81
Poder Legislativo 106
Poder Judiciário 106
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 106

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.968, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Altera o Anexo ao Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009, que regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994,

D E C R E T A :

Art. 1º O Anexo ao Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

"Art. 55.....

§ 1º .....

.....

IV - **bourbon whisky**, **bourbon whiskey**, **tennessee whisky** ou **tennessee whiskey**, quando o uísque for produzido nos Estados Unidos da América de acordo com a sua legislação, sem prejuízo ao estabelecido no **caput**.

§ 2º O uísque engarrafado no território nacional somente poderá fazer uso das denominações de origem, ou seja, **scotch whisky**, **canadian whisky**, **irish whisky**, **bourbon whisky**, **tennessee whisky** e outras reconhecidas internacionalmente, quando elaborado, exclusivamente, com matérias-primas importadas a granel, cujos destilados sejam produzidos e envelhecidos em seus respectivos países de origem e que mantenham as características determinadas por suas legislações, podendo apenas ser adicionado de água para redução da graduação alcoólica e de caramelo para a correção da cor.

....."(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

MICHEL TEMER
Mendes Ribeiro Filho

Presidência da República

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 48, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Aprova o Plano de Redistribuição dos Serviços de Navegação Aérea (PRESNA).

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, INTERINO, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 21, inciso XII, alínea "c", e o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 24-D, inciso I, e no art.27, inciso VII, alínea "y" da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e no art. 7º da Portaria Normativa Interministerial nº 24/MD/SAC, de 4 de janeiro de 2012, resolvem:

Art. 1º Aprovar, nos termos do anexo desta Portaria Normativa Interministerial, o Plano de Redistribuição dos Serviços de Navegação Aérea (PRESNA), elaborado pelo Comando da Aeronáutica (COMAER), por meio do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), e pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO).

Art. 2º Esta Portaria Normativa Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil

JULIO SOARES DE MOURA NETO
Almirante-de-Esquadra Ministro de Estado da Defesa, Interino

ANEXO

PLANO DE REDISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA (PRESNA)

1 - INTRODUÇÃO

Objetivando a adoção de medidas que possibilitem a implantação de melhorias na infraestrutura e provisão de serviços de navegação aérea existente nos aeroportos e nas Áreas de Controle de Terminal (TMA) e, em atenção ao art. 7º da Portaria Normativa Interministerial nº 24/MD/SAC, de 4 de janeiro de 2012, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), órgão do Comando da Aeronáutica (COMAER), estabeleceram o Plano de Redistribuição dos Serviços de Navegação Aérea, no qual é proposta a transferência de alguns órgãos operacionais, equipamentos e sistemas do DECEA para a INFRAERO e vice-versa.

Tais medidas visam aperfeiçoar o processo administrativo e a tomada de decisão, facilitando a coordenação das ações e, principalmente, incrementar a disponibilidade dos meios do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

O produto da análise da situação atual estabeleceu as providências relativas ao processo de transferência.

2 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - FINALIDADE

Orientar a implementação da redistribuição de serviços de navegação aérea entre o DECEA e a Infraero, convergindo para o contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento do SISCEAB.

2.2 - OBJETIVO

Estabelecer providências relativas à redistribuição de encargos e competências administrativas, técnicas e operacionais de equipamentos e sistemas aplicados ao SISCEAB, entre o DECEA e a INFRAERO, com o objetivo de atender à Portaria Normativa Interministerial nº 24/MD/SAC, de 4 de janeiro de 2012, com vistas a incrementar a disponibilidade dos meios do SISCEAB.

2.3 - LISTA DE CONCEITUAÇÕES E DEFINIÇÕES

Para fins deste Plano consideram-se as seguintes conceituações:

2.3.1 AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO AÉREA

Equipamentos destinados a proporcionar apoio às aeronaves para sua navegação em rota, em Áreas de Controle Terminal (TMA) e em suas manobras de pouso e decolagem, podendo ser:

☐ Auxílios rádio (NDB, VOR, DME, ILS, RADAR, VHF etc.);

☐ Auxílios visuais luminosos (ALS, PAPI, VASIS etc.);

☐ Auxílios meteorológicos (EMS, EMA etc.).

2.3.2 BEM PATRIMONIAL MÓVEL PERMANENTE

É todo bem, equipamento ou conjunto de itens que tem durabilidade (vida útil) prevista superior a um ano, quando em utilização, e que não perde a sua identidade física nem se incorpora a outro bem em razão do seu uso, gerando benefícios econômicos ou redução de custos.

2.3.3 BEM PATRIMONIAL IMÓVEL

Entendido como o bem que não pode ser removido ou transportado sem alteração de suas características.

2.3.4 INSTALAÇÃO

Conjunto de atos e procedimentos relativos a uma das fases de implantação de um órgão operacional, equipamento ou sistema do SISCEAB, desde a elaboração do respectivo projeto até o recebimento técnico.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2.3.5 OPERAÇÃO

Conjunto de atividades que ensejam o funcionamento e a utilização de um órgão operacional, equipamento ou sistema do SISCEAB.

2.3.6 ÓRGÃO OPERACIONAL

Órgão responsável pela prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo (ATS) e/ou Circulação Operacional Militar (COM), de Busca e Salvamento, de Comunicações Aeronáuticas, de Meteorologia Aeronáutica (CMA e ECM) e de Informações Aeronáuticas (AIS e AFIS).

2.3.7 PLANEJAMENTO

Levantamento e análise da necessidade/viabilidade e estabelecimento de cronograma para implantação de um órgão operacional, equipamento ou sistema do SISCEAB.

2.3.8 RECEBIMENTO TÉCNICO

Bateria de testes necessária à avaliação técnica da implantação ou substituição dos equipamentos ou sistemas, para certificar-se de que os parâmetros estejam conforme o previsto no manual do fabricante e dentro das tolerâncias permitidas na legislação vigente.

2.3.9 SISTEMA

Infraestrutura que dá suporte às atividades de visualização, comunicação e controle dos auxílios à navegação aérea, possibilitando a coleta, o processamento, o registro e o arquivamento dos dados fornecidos por esses equipamentos.

2.3.10 VISTORIA

Inspeção local de um órgão operacional, equipamento ou sistema do SISCEAB, com a finalidade de avaliar o seu estado e o desempenho técnico-operacional, objetivando determinar as correções que se fizerem necessárias.

2.4 - LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Centro de Controle de Área
AFIS	Serviço de Informação de Voo de Aeródromo
AIS	Serviço de Informação Aeronáutica
ALS	Sistema de Luzes de Aproximação
APP	Centro de Controle de Aproximação
ATS	Serviço de Tráfego Aéreo
CMA	Centro Meteorológico de Aeródromo
COMAER	Comando da Aeronáutica
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DME	Equipamento Radiotelemétrico
DVOR	Radiofarol Omnidirecional em VHF Doppler
ECM	Estação de Telecomunicações
EMA	Estação Meteorológica de Altitude
EMS	Estação Meteorológica de Superfície
GNA	Grupamento de Navegação Aérea
ILS	Sistema de Pouso por Instrumentos
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
MD	Ministério da Defesa
NDB	Radiofarol Não Direcional
OACI	Organização de Aviação Civil Internacional
PAME-RJ	Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro
PAPI	Sistema Indicador de Trajetória de Aproximação de Precisão
SAC-PR	Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
SISCEAB	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
TAN	Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota
TAT ADR	Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Área de Controle de Aeródromo
TAT APP	Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação
TMA	Área de Controle Terminal
VASIS	Sistema de Indicação Visual de Rampa de Aproximação
VOR	Radiofarol Omnidirecional em VHF
VHF	Frequência Muito Alta

2.5 - ÂMBITO

O presente Plano aplica-se ao DECEA e à INFRAERO.

3 - ANÁLISE DO CENÁRIO

3.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3.1.1 A atual distribuição dos órgãos operacionais, equipamentos e sistemas integrantes do SISCEAB reflete a antiga subordinação da INFRAERO ao então Ministério da Aeronáutica quando, embora preservados os princípios básicos de autonomia e independência administrativas, o processo decisório das organizações envolvidas obedecia a uma orientação central e única.

3.1.2 Com a desvinculação da INFRAERO, houve uma ruptura nesse formato de gestão, passando as organizações a seguir orientação própria e autônoma, bem mais focadas em seus respectivos ramos de atuação e ambientes de negócios.

3.1.3 Os impactos dessa mudança decorreram naturalmente de circunstâncias e aspectos nem sempre dependentes das vontades da alta administração de ambas as organizações, mas muitas vezes das suas próprias peculiaridades regimentais. Dentre esses vários impactos e óbices enfrentados podemos apontar:

a) a distinção entre as naturezas jurídicas das organizações e os seus respectivos modelos de gestão e de governança corporativa;

b) os diferentes ramos de atuação e ambientes de negócios e a relevância dos serviços relacionados ao SISCEAB para o exercício de suas respectivas missões;

c) a maior formalidade no planejamento e na implementação de planos estratégicos compartilhados e, consequentemente, nos processos decisórios correspondentes.

3.1.4 Em algumas localidades do País, a responsabilidade pela prestação do Serviço de Tráfego Aéreo encontra-se desvinculada da responsabilidade pela manutenção dos equipamentos que o apoiam. Como exemplo, podemos citar as Áreas de Controle Terminal do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde o Serviço de Controle de Tráfego Aéreo é prestado pelo DECEA, ao passo que a responsabilidade pela manutenção dos auxílios à navegação aérea que balizam os procedimentos nas Áreas é de competência da INFRAERO.

3.2 - RECURSOS FINANCEIROS

3.2.1 Considerando-se a redistribuição dos Serviços de Navegação Aérea prevista neste Plano e a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro da atividade, fica estabelecido que os recursos decorrentes da arrecadação das Tarifas de Navegação Aérea constituirão receitas dos agentes que prestarem efetivamente os serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea.

3.2.2 Os valores das Tarifas TAN, TAT APP e TAT ADR deverão ser revistos periodicamente, de forma a assegurar que a remuneração destinada aos provedores seja suficiente para recuperar os custos por eles incorridos com a efetiva prestação dos serviços, sempre que possível nos termos recomendados pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

3.2.3 Para efeito de remuneração dos serviços de navegação aérea, o DECEA definirá a sistemática de levantamento e apropriação de custos desses serviços, a ser adotada por todas as organizações envolvidas nessa atividade.

3.2.4 Até que o DECEA assuma integralmente a operação e a manutenção dos auxílios à navegação aérea de uso específico para balizamento de rota ou aerovias, bem como dos auxílios à navegação aérea que balizam as TMA, cujo APP é operado pelo DECEA, a INFRAERO será remunerada pelo DECEA em função da execução desses serviços, de acordo com o previsto na Portaria Normativa Interministerial nº 24/MD/SAC, de 4 de janeiro de 2012.

4 - CONCEPÇÃO POLÍTICA

4.1 - PROPOSTA DO PLANO

4.1.1 A proposta de transferências/absorções e permutas de equipamentos e sistemas do presente Plano foi baseada nos estudos e análises elaborados entre grupos técnicos do DECEA e da INFRAERO.

4.1.2 Nos Anexos A e B estão relacionados, por localidade, os órgãos operacionais, equipamentos e sistemas, objeto das transferências, absorções e permutas entre a INFRAERO e o DECEA. Para tanto, estão descritos, a seguir, os critérios, as orientações e as providências necessárias, bem como as linhas de ação envolvidas.

4.2 - CRITÉRIOS

4.2.1 A data de início das ações para a implantação deste Plano é 31 de dezembro de 2012 para absorção dos auxílios à navegação aérea e 31 de dezembro de 2013 para absorção de órgãos operacionais.

4.2.2 As transferências, absorções e permutas previstas no presente Plano serão realizadas em conformidade com os instrumentos legais em vigor.

4.2.3 Os auxílios à navegação aérea e órgãos operacionais sediados em aeródromos militares permanecem sob a responsabilidade do DECEA.

4.2.4 Os Centros de Controle de Área (ACC) não serão objeto deste Plano, bem como os órgãos de telecomunicações dos serviços fixo e móvel aeronáutico, considerados vitais para o funcionamento desses ACC.

4.2.5 Os auxílios visuais existentes permanecem com seus atuais administradores, conforme preconizado na Portaria nº 632/GM4, de 27 de setembro de 1996.

4.2.6 Os auxílios à navegação aérea essencialmente balizadores de rota existentes passam à responsabilidade de manutenção do DECEA.

4.2.7 Os auxílios à navegação aérea, suas edificações e instalações situadas dentro das Áreas Terminais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que constam do Anexo A, serão transferidos à responsabilidade do DECEA.

4.2.8 Os auxílios à navegação aérea mantidos pelo DECEA em aeródromos administrados por outras organizações, bem como os mantidos por outras organizações que não a INFRAERO, não serão objeto do atual Plano.

4.2.9 Todos os auxílios à navegação aérea e órgãos operacionais mantidos e operados pela INFRAERO situados nos aeródromos de São Gabriel da Cachoeira - AM e em Vilhena - RO serão transferidos à responsabilidade do DECEA, incluindo a EMA de Vilhena - RO, por serem considerados estratégicos.

4.2.10 A EMS do aeródromo de Santarém - PA deverá ser transferida do DECEA para a responsabilidade da INFRAERO, pois é a atual prestadora do Serviço de Tráfego Aéreo daquela localidade.

4.2.11 Os auxílios à navegação aérea que apoiam os procedimentos de pouso e decolagem em aeródromos administrados pela INFRAERO, não relacionados no Anexo A, permanecem sob a administração daquela empresa.

4.2.12 A guarda patrimonial dos sítios a serem transferidos será objeto de convênios específicos, de forma a ser feito gradualmente, evitando impactos sociais e preservando a segurança desses sítios, podendo, excepcionalmente, exceder a data limite de implantação total deste Plano.

4.2.13 O DECEA assumirá a responsabilidade pelas edificações, instalações e equipamentos, incluindo sistemas de energia e climatização, que serão transferidos para fins de operação e manutenção, quando esses forem de uso exclusivo para atendimento ao auxílio à navegação aérea.

4.2.14 Os órgãos operacionais, equipamentos e sistemas, quando da transferência, absorção ou permuta, deverão estar operacionais e aptos ao uso imediato. O DECEA e a INFRAERO deverão adotar as providências necessárias para viabilizar o processo dentro do cronograma estabelecido após aprovação deste Plano.

4.3 - ORIENTAÇÕES

4.3.1 Os órgãos de suprimento e manutenção do DECEA e da INFRAERO deverão adotar ações coordenadas, visando otimizar a disponibilidade operacional dos meios do SISCEAB.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4.3.2 O DECEA deverá estabelecer ações relacionadas à capacitação, ao treinamento e à dotação de pessoal técnico e operacional, com a finalidade de manter e/ou elevar o nível de segurança operacional.

4.3.3 O DECEA e a INFRAERO deverão estabelecer comissões específicas para acompanhamento e controle das ações de transferência, absorção e permuta.

4.3.4 As edificações, instalações e equipamentos absorvidos serão administrados de forma que as suas despesas de custeio e manutenção sejam atendidas com os recursos financeiros da organização que os absorveu.

4.3.5 É fundamental que toda transferência de responsabilidade de órgãos operacionais, equipamentos e sistemas seja realizada sem interrupção da prestação do serviço ou funcionamento. Para tanto, o DECEA e a INFRAERO deverão se planejar para que, no momento da execução da redistribuição dos encargos específicos, seus recursos humanos estejam capacitados para assumir as obrigações decorrentes do processo de transferência, absorção ou permuta, de maneira continuada e com segurança.

4.3.6 O DECEA e a INFRAERO deverão realizar operações conjuntas durante período a ser determinado, que irá variar de acordo com as peculiaridades de cada órgão, para que haja a perfeita assimilação dos conhecimentos por parte do órgão recebedor, a fim de garantir a segurança das operações.

4.3.7 Os órgãos operacionais, equipamentos e sistemas a serem transferidos, absorvidos ou permutados deverão conter todas as informações relevantes ao inventário de bens patrimoniais.

4.3.8 Os órgãos operacionais, equipamentos e sistemas a serem transferidos/absorvidos deverão ser acompanhados de suas respectivas documentações técnicas, entre as quais manuais de operação e manutenção, diagramas esquemáticos e informações sobre histórico da sua operacionalidade (fichas/relatórios).

4.3.9 Deverá ser disponibilizada a listagem de delineamento anual dos materiais de consumo e reparáveis, necessários às manutenções preventivas e corretivas, quando disponíveis.

4.3.10 O dimensionamento de itens sobressalentes, instrumentos de testes, ferramentas e outros materiais destinados ao apoio logístico dos equipamentos e sistemas, objeto deste Plano, será de competência do DECEA e de seus Órgãos Regionais.

4.3.11 Com a finalidade de manter a operacionalidade dos equipamentos e sistemas absorvidos, o DECEA e a INFRAERO devem antecipar as ações logísticas, adquirindo material sobressalente, instrumentos e ferramentas especiais necessários à manutenção antes da data estabelecida para a transferência.

4.4 - RECURSOS HUMANOS

4.4.1 RECURSOS HUMANOS DO DECEA

4.4.1.1 Os estudos preliminares sobre a transferência dos órgãos operacionais, equipamentos e sistemas para o DECEA indicam que poderá haver a necessidade de movimentação de pessoal técnico dos Órgãos Regionais. A quantidade precisa dessas movimentações será obtida com a avaliação detalhada dos seguintes fatores:

a) atrito de pessoal que ocorrerá no efetivo dos órgãos operacionais envolvidos até a época em que se dará a transferência;

b) aproveitamento dos recursos humanos realizado por meio de remanejamento interno;

c) possibilidade de suprir as deficiências de pessoal, por meio da inclusão da manutenção do equipamento ou sistema, em contrato de suporte logístico do Órgão Regional afetado.

5 - CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA

De forma a alinhar e fortalecer o compromisso do DECEA e da INFRAERO para o alcance da estratégia corporativa estabelecida neste Plano, estão definidas neste Capítulo as ações balizadoras dos programas e atividades a serem desenvolvidos durante o período de abrangência, com datas de início previstas no item 4.2.1, sendo de seis meses o prazo para a absorção dos órgãos operacionais, equipamentos e sistemas.

Para o atendimento a todos os programas e atividades consequentes, há que ser implantada capacidade de gerenciamento e controle adequados, considerando que este Plano será desenvolvido paralelamente às atribuições atuais de ambas as organizações e demandará modificações em procedimentos e efetivos.

5.1 - AÇÕES

5.1.1 Definir as prioridades de cada organização no que se refere às transferências de responsabilidade de equipamentos envolvidos;

5.1.2 Elaborar os convênios de transferência de responsabilidade da guarda patrimonial dos sítios da INFRAERO para o DECEA;

5.1.3 Elaborar modelo de formulário para a coleta de dados referentes aos equipamentos;

5.1.4 Prever itens de suprimento técnico, necessários à operação dos órgãos operacionais, equipamentos e sistemas envolvidos;

5.1.5 Elaborar procedimentos para inspeção, avaliação e recebimento de órgãos operacionais, equipamentos e sistemas a serem absorvidos, transferidos e permutados;

5.1.6 Estabelecer requisitos para operação conjunta, com o objetivo de manter a continuidade da operação e da segurança operacional;

5.1.7 Tomar providências necessárias junto a órgãos federais, estaduais e municipais, bem como com as empresas privadas que tenham envolvimento com o assunto, de forma a garantir o desenvolvimento normal do processo de absorção;

5.1.8 Estabelecer, de forma contínua, mecanismos de acompanhamento, avaliação e realimentação das ações contidas neste Plano;

5.1.9 Elaborar estudo inicial com a finalidade de verificar o equilíbrio financeiro da atividade de navegação aérea, incluindo as ações previstas neste Plano, considerando que os parâmetros para a apropriação dos custos devam ser padronizados pelo DECEA.

5.2 - EXECUÇÃO

5.2.1 Efetuar levantamento minucioso de dados administrativos, técnicos e operacionais, bem como colher informações adicionais e úteis ao processo de transferência dos equipamentos;

5.2.2 Elaborar programa conjunto de missões precursoras, por área de atuação, visando ao reconhecimento e à conferência dos dados necessários às transferências, absorções e permutas;

5.2.3 Inventariar os bens móveis e imóveis, e reavaliar os bens móveis;

5.2.4 Elaborar os atos e fatos administrativos necessários para a efetivação das transferências dos equipamentos envolvidos;

5.2.5 Formalizar os convênios entre o DECEA e a INFRAERO relativos à guarda da área patrimonial dos auxílios à navegação aérea;

5.2.6 Providenciar alocação, recrutamento, formação, contratação, treinamento e credenciamento de pessoal destinado ao exercício de funções administrativas técnicas e operacionais para os equipamentos e sistemas a serem absorvidos.

5.3 - CONTROLE

5.3.1 Elaborar programa de acompanhamento das ações que contemple todas as atividades previstas nas fases de programação e execução. A gestão de cada atividade deverá ter prazo definido e estar atribuída a Gerente específico em cada organização (DECEA e INFRAERO), que terá a incumbência de coordenar todas as tarefas necessárias para a sua devida implementação;

5.3.2 Estabelecer, de forma contínua, cronograma de reuniões para os grupos de técnicos do DECEA e da INFRAERO, visando ao acompanhamento dos programas e atividades.

6 - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - O DECEA e a INFRAERO deverão disponibilizar em seus respectivos planejamentos os recursos financeiros necessários à realização dos programas e atividades durante o período de execução deste Plano.

6.2 - Os casos não previstos neste Plano serão resolvidos pela Direção-Geral do DECEA e pela Presidência da INFRAERO.

6.3 - Após aprovação do presente Plano, o DECEA e a INFRAERO deverão instituir grupos de trabalho setoriais para estabelecer programação e executar as ações descritas nos itens 5.1, 5.2 e 5.3.

ANEXO A

ÓRGÃOS OPERACIONAIS, EQUIPAMENTOS E SISTEMAS A SEREM TRANSFERIDOS DA INFRAERO PARA O DECEA

ÓRGÃO OPERACIONAL/ EQUIPAMENTO/ SISTEMA	INDICATIVO	OBSERVAÇÃO	DATA DE TRANSFERÊNCIA
VOR/DME	BCO	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
VOR/DME	BGC	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
VOR/DME	SCB	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
DVOR/DME	RDE	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
DVOR/DME	STN	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
DVOR/DME	PAI	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
DVOR/DME	CXI	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
DVOR/DME	MIA	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
DVOR/DME	PCX	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
VOR/DME	URP	Auxílio balizador de aerovia	31/12/2012
VOR/DME	ARX	Auxílio balizador de aerovia	31/12/2012
VOR/DME	BRR	Auxílio balizador de aerovia	31/12/2012
VOR/DME	VLH	Auxílio de interesse militar estratégico	31/12/2012
NDB	NOA	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
NDB	PER	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
NDB	BGC	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
NDB	YLA	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
NDB	CAX	Auxílio situado na TMA Rio/SP	31/12/2012
NDB	AGN	Auxílio situado na TMA Salvador	31/12/2012
NDB	ARX	Auxílio balizador de aerovia	31/12/2012
NDB	PKT	Auxilio balizador de aerovia	31/12/2012
NDB	RCL	Auxilio balizador de aerovia	31/12/2012
NDB	AMP	Auxilio balizador de aerovia	31/12/2012
NDB	BRL	Auxilio balizador de aerovia	31/12/2012
NDB	FRM	Auxílio balizador de SID	31/12/2012
NDB	LUZ	Auxílio balizador de SID	31/12/2012
NDB	PNG	Auxílio balizador de SID	31/12/2012
NDB	TQA	Auxílio balizador de SID	31/12/2012
NDB	KRI	Auxílio balizador de SID	31/12/2012
NDB	FGR	Auxílio balizador de SID	31/12/2012
NDB	PCI	Auxílio balizador de SID	31/12/2012
NDB	URT	Auxílio balizador de SID	31/12/2012
NDB	VSA	Auxílio balizador de SID	31/12/2012
NDB	SGC	Auxílio de interesse militar estratégico	31/12/2012
NDB	VLH	Auxílio de interesse militar estratégico	31/12/2012
NDB	IS	Marcador externo do ILS de SBSV, pertencente ao DECEA	31/12/2012
NDB	DAD	Marcador externo do ILS de SBSP, pertencente ao DECEA	31/12/2012
NDB	DOU	Auxílio isolado	31/12/2012
EMS	VLH	Interesse estratégico	31/12/2013
EMA	VLH	Interesse estratégico	31/12/2013
EMS	SGC	Interesse estratégico	31/12/2013
GNA	SGC	Interesse estratégico	31/12/2013
AFIS	SGC	Interesse estratégico	31/12/2013
ECM	SGC	Interesse estratégico	31/12/2013
CMA	SGC	Interesse estratégico	31/12/2013
AIS	SGC	Interesse estratégico	31/12/2013
GNA	VLH	Interesse estratégico	31/12/2013
AFIS	VLH	Interesse estratégico	31/12/2013
ECM	VLH	Interesse estratégico	31/12/2013
CMA	VLH	Interesse estratégico	31/12/2013
AIS	VLH	Interesse estratégico	31/12/2013

ANEXO B

EQUIPAMENTOS E SISTEMAS A SEREM TRANSFERIDOS DO DECEA PARA A INFRAERO

EQUIPAMENTO/ SISTEMA	INDICATIVO	OBSERVAÇÃO	DATA DE TRANSFERÊNCIA
EMS	STM	Auxílio situado em Santarém - PA	31/12/2012
EMS	ULD	Auxílio situado em Uberlândia - MG	31/12/2012
ILS/DME	ULD	Auxílio situado em Uberlândia - MG	31/12/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIAS DE 26 DE MARÇO DE 2013

O GERENTE GERAL DE AVIAÇÃO GERAL, no uso das atribuições outorgadas pelo inciso X do artigo 8º da Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005; tendo em vista o que consta do inciso IX do artigo 48 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores; e considerando o disposto na Portaria 2.449/SSO, de 16 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço de 16 de dezembro de 2011, resolve:

Nº 809 - Autorizar o funcionamento e homologar o curso de Comissário de Voo, partes teórica e prática da TO FLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, situada na cidade de Suzano - SP;

Nº 810 - Autorizar de funcionamento e homologar a parte prática dos Cursos de Piloto Privado - Helicóptero, Piloto Comercial - Helicóptero, Instrutor de voo - Helicóptero e Treinamento Solo de Robinson 22 pelo período de 5 anos, da Frisonfly Escola de Aviação Civil Ltda. - Filial Eldorado do Sul, situada na cidade de Eldorado do Sul - RS;

Nº 811 - Autorizar de funcionamento e homologar a parte teórica dos Cursos de Piloto Privado-Avião, Piloto Privado Helicóptero, Piloto Comercial-Avião, Piloto Comercial Helicóptero e Voo por Instrumentos pelo período de 5 anos, e parte teórica/prática do curso de Comissário de Voo pelo mesmo período da New Flight Escola de Aviação Civil, situada na cidade do Rio de Janeiro - RJ;

Nº 812 - Renovar a autorização de funcionamento e a homologação dos cursos de Piloto Privado Avião, Piloto Comercial Avião, Instrutor de Voo Avião e Voo por Instrumentos, partes prática, pelo período de 5 anos, da Martins Air Escola de Aviação Civil, situada na cidade de Belo Horizonte - MG;

Nº 814 - Homologar os cursos de Piloto Privado Helicóptero e Piloto Comercial Helicóptero, partes teóricas do Aeroclube do Maranhão, situado na cidade de São Luís - MA;

Nº 815 - Renovar a homologação do curso de Piloto Privado Avião, parte teórica do Aeroclube de Videira, situada na cidade de Videira - SC;

Nº 816 - Renovar a homologação dos Cursos de Piloto Privado de Avião, partes teórica e prática, Piloto Comercial de Avião/IFR, parte teórica, Voo por Instrumentos, parte teórica e Comissário de Voo, partes teórica e prática, pelo período de 05 (cinco) anos, do Aeroclube do Rio Grande do Norte, situado na cidade de Natal - RN; e

Nº 817 - Autorizar a DUMONT Escola de Aviação Civil, com sede à Rua 15 de Novembro, nº 1.642 - Bairro: Jardim Aclimação - Campo Grande - MS, CEP: 79002-141, a desenvolver um único Curso no período de 1 ano de Piloto Privado Avião, parte teórica, fora de sua sede, no endereço localizado na Avenida Paulo Cesar Pereira Aranda, nº 144, Bairro: Jardim Riva, Primavera do Leste - MT, CEP: 30730-470.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br

PAULO CESAR REQUENA DA SILVA

GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIAS DE 26 DE MARÇO DE 2013

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 925, de 10 de maio de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC 137 - Operações Aeroagrícolas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 806 - Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo (COA), emitido em 22 de março de 2013, em favor de BRASAG BRASIL SERVIÇO AEROAGRÍCOLA LTDA.; e

Nº 807 - - Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo (COA), emitido em 22 de março de 2013, em favor de SEB-AIR Aviação Agrícola Ltda.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

PORTARIA Nº 808, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Da cassação do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo.

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 925, de 10 de maio de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC - 119 - Certificação; Operadores Regulares e Não-Regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1ª Ratificar a cassação do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) nº 2010-08-2CMA-01-02, emitido para a empresa EPTA - EMPRESA PERNAMBUCANA DE TÁXI AÉREO LTDA, datado de 02 de agosto de 2010, determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 00067.001601/2013-98, em virtude do vencimento do prazo de suspensão previsto no item 11.1.1, letra "a" da IS 119-001C e da revogação de sua Portaria de Autorização Operacional. O operador foi comunicado no dia 25 de março de 2013 através do FOP 121 10/2013/GVAG/GGAG/SSO.

ANTONIO ALESSANDRO DE MELLO DIAS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 813, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 245, de 04 de setembro de 2012, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.009704/2011-15, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária SIGA TÁXI AÉREO LTDA, com sede social em São Paulo(SP), como empresa exploradora do serviço de transporte aéreo público não-regular na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° A empresa deverá comprovar o início do processo de certificação para obtenção do Certificado de Operador Aéreo - COA no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de revogação desta Autorização de Funcionamento Jurídico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS

Processo: Em face do contido no Parecer COJUR/GEMAD NB Nº 180/2013, às fls. 49/55 do Processo Administrativo nº 21200.000397/2013-86, Declaro, com fulcro no art. 38, parágrafo único, c/c art. 55 e inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, a Dispensa de Licitação para a contratação da empresa Aviso Urgente Clipping e Softwares Ltda para a prestação de serviço de leitura do Diário Eletrônico Judicial e das Justiças, no âmbito do Distrito Federal, em todas as instâncias, pelo valor global anual de R$ 1.841,30 (um mil oitocentos e quarenta e um reais e trinta centavos).

Brasília, 20 de março de 2013.
JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

Ratifico a decisão do Senhor Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização e determino, na forma do art. 26, da Lei nº 8.666/93, a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Brasília, 20 de março de 2013.
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente da Companhia

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto Legislativo nº 885, de 30 de agosto de 2005, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e o que consta do Processo nº 21000.005351/2009-23, resolve:

Art. 1º Estabelecer os requisitos fitossanitários para importação de sementes (Categoria 4, Classe 3) de trevo alexandrino (*Trifolium alexandrinum*), produzidas na Itália.

Art. 2º Os envios de sementes especificadas no art. 1º desta Instrução Normativa deverão estar acompanhados de Certificado Fitossanitário emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Itália com as seguintes Declarações Adicionais:

I - DA1: o envio se encontra livre de *Trogoderma* spp.;

II - DA2: o envio foi tratado com [especificar: produto, dose ou concentração, temperatura, tempo de exposição], para o controle de *Bruchidius* spp., sob supervisão oficial;

III - DA5: o lugar de produção das sementes de trevo alexandrino foi submetido à inspeção oficial durante o ciclo da cultura e não foram detectados o fungo *Didymella rabiei* e as plantas daninhas *Brassica tournefortii*, *Cuscuta campestris* e *Cuscuta epythimum*;

IV - DA15: o envio encontra-se livre do nematóide *Ditylenchus dipsaci* e da planta daninha *Cirsium arvense*, de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório nº [indicar o número da análise].

Parágrafo único. Alternativamente, para o fungo *Didymella rabiei* e as plantas daninhas *Brassica tournefortii*, *Cuscuta campestris* e *Cuscuta epythimum*, poderá ser declarada a Declaração Adicional DA15: "o envio encontra-se livre do fungo *Didymella rabiei* e das plantas daninhas *Brassica tournefortii*, *Cuscuta campestris* e *Cuscuta epythimum* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório nº [indicar o número da análise]".

Art. 3º Os envios das sementes especificadas no art. 1º desta Instrução Normativa serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária) e terão amostras coletadas e enviadas para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados.

Parágrafo único. Os custos do envio das amostras, bem como os custos das análises, serão com ônus para o interessado, que ficará depositário do restante da partida, não podendo comercializar nem plantar o produto até a conclusão dos exames e emissão dos respectivos laudos de liberação.

Art. 4º Caso seja interceptada praga quarentenária ou praga sem registro de ocorrência no Brasil nos envios citados no art. 1º desta Instrução Normativa, deverão ser adotados os procedimentos constantes do Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934.

Parágrafo único. Ocorrendo a interceptação de que trata o caput deste artigo, a ONPF da Itália será notificada e a ONPF do Brasil poderá suspender as importações de sementes de trevo alexandrino até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 5º A ONPF da Itália deverá comunicar à ONPF do Brasil qualquer alteração na condição fitossanitária da cultura do trevo alexandrino, nas regiões de produção que exportam ao Brasil.

Art. 6º O produto não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 25 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto no 5.741, de 30 de março de 2006, na Instrução Normativa SDA nº 17, de 27 de maio de 2009, e o que consta do Processo nº 21000.009383/2011-12, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado do Piauí como Área Livre da Praga *Ralstonia solanacearum* raça 2 (ALP Moko da Bananeira).

Art. 2º A condição de ALP Moko da Bananeira será mantida por tempo indeterminado, desde que sejam observadas as exigências para a sua manutenção, dispostas na Seção III, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 17, de 27 de maio de 2009.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO DA CUNHA CAVALCANTI JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

Nos Anexos das Portarias nºs 352, 353, 354, 355, 356 e 357, de 6 de dezembro de 2012, publicadas no DOU de 13 de dezembro de 2012, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho, ano safra 2012/2013, respectivamente, nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, incluir as cultivares de milho conforme abaixo especificado:

UF	CULTIVARES
AL	GRUPO II: MONSANTO: AG 1051, AG 5055, AG 7088, AS 1592, DKB 177, DKB 370 e RB 9108.
CE	GRUPO II: MONSANTO: AG 5055, AG 7088, AS 1592, DKB 177, DKB 370 e RB 9108.
PB	GRUPO II: MONSANTO: AG 5055, AG 7088, DKB 177, DKB 370 e RB 9108.
PE	GRUPO II: MONSANTO: AG 1051, AG 5055, AG 7088, AS 1592, DKB 177, DKB 370 e RB 9108.
RN	GRUPO II: MONSANTO: AG 5055, AG 7088, DKB 177, DKB 370 e RB 9108.
SE	GRUPO I: MONSANTO: AG 9010. GRUPO II: MONSANTO: AG 1051, AG 122, AG 4051, AG 5055, AG 7088, AS 1592, DKB 177, DKB 370 e RB 9108.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 8, de 7 de janeiro de 2013, publicada no DOU nº 8, de 11 janeiro de 2013, Seção 1, página 4, onde se lê: "BR RS 078" leia-se: "BR RS 067".



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 272, DE 26 DE MARÇO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.001768/2011-78, de 24/06/2011, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Incontrol Controles Industriais Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 04.702.978/0001-56, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Conversor de interface serial para rede Ethernet ;

II - Inversor de frequência para variação de velocidade de motores elétricos de corrente alternada, baseado em técnica digital;

III - Aparelho para controle automático de temperatura, baseado em técnica digital;

IV - Termômetro digital para uso industrial;

V - Aparelho para acionamentos cíclicos de equipamentos eletrônicos (temporizador), baseado em técnica digital;

VI - Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para conversores estáticos;

VII - Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para termômetro digital para uso industrial;

VIII - Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para aparelho de acionamentos cíclicos de equipamentos eletrônicos (temporizador)

IX - Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para conversor de interface serial; e

X - Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para aparelho de controle automático de temperatura.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.001768/2011-78, de 24/06/2011.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 273, DE 26 DE MARÇO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.001855/2011-25, de 04/07/2011, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Microboard Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.783.016/0001-67, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

Microcomputador portátil, sem teclado, com tela sensível ao toque ("touch screen"), de peso inferior a 750g (Tablet PC).

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 194, de 2 de abril de 2008.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.001855/2011-25, de 04/07/2011.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 274, DE 26 DE MARÇO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.002157/2011-47, de 26/07/2011, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Barasch Indústria e Comércio de Produtos Eletroeletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 04.151.010/0001-89, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

Sensor de detecção por infravermelho, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanha o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 31, de 20 de janeiro de 2012.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionado na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.002157/2011-47, de 26/07/2011.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 275, DE 26 DE MARÇO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.000796/2012-59, de 20/03/2012, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Aldo Componentes Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 81.106.957/0001-19, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

Unidade digital de armazenamento de dados ("Pendrive").

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 640, de 03 de agosto de 2009.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.000796/2012-59, de 20/03/2012.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 276, DE 26 DE MARÇO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.000799/2012-92, de 20/03/2012, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Constanta Industrial Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 02.358.783/0001-05, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para balança eletrônica.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 601, de 02 de agosto de 2011.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.000799/2012-92, de 20/03/2012.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 284, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, a Portaria MCT n° 55, de 14 de março de 1990, bem como o art.12 c/c o caput o art.16 da Medida Provisória n° 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, resolve:

Art. 1º. Fica prorrogada, por mais um ano, contado a partir de 30 de março de 2012, a autorização concedida pela Portaria MCTI nº 231, de 28 de março de 2012, a representante da contraparte brasileira, Dra. VALQUIRIA FERREIRA DUTRA, da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, para dar continuidade ao projeto de pesquisa científica intitulado "Estudos em Gesneriaceae visando a preencher lacunas no conhecimento da Biodiversidade Brasileira", Processo CNPq nº 000745/2012-0, que vem realizando em cooperação com o Dr. ALAIN PHILIPPE CHAUTEMS, contraparte estrangeira, natural da Suíça, vinculado ao Conservatoire et Jardin Botaniques de La Ville de Genève, Suíça.

§ 1º. A presente prorrogação incluirá a realização de coletas de campo de populações naturais de S. speciosa, no Estado do Rio de Janeiro, Municípios de Arraial do Cabo, Morro do Miranda, Morro do Atalaia, Cabo Frio, Restinga do Peró, Morro da Gambôa, Campos dos Goytacazes, Fazenda Pedra Lisa, Distrito do Morro do Côco e, no Município do RJ, Pedra da Gávea, caminho de Furnas e Taquara da Tijuca; no Estado de Espírito Santo, Municípios de Cariacica, Estrada entre Cariacica e Santa Leopoldina, Santa Teresa, São João de Petrópolis, Escola Agrotécnica Federal, Valsugana Velha, Estação Biológica Santa Lúcia e Vitória; e no Estado de Minas Gerais, Municípios de Antônio Dias, Barragem Rio Piracicaba, Belo Horizonte, Pampulha, Carangola, Bairro Santa Emilia Coroado, Tombos e Fazenda São Pedro.

§ 2º. A autorização prevista neste artigo compreende a inclusão do pesquisador estrangeiro, natural dos Estados Unidos da América, DAVID ZAITLIN, na equipe envolvida nas atividades relacionadas ao projeto, conforme tabela abaixo:

Equipe estrangeira	Nacionalidade	Instituição
Alan Philippe Chautems	Suíça	Conservatoire et Jardin Botaniques de La Ville de Genève
Mathieu Perret	Suíça	Conservatoire et Jardin Botaniques de La Ville de Genève
David Zaitlin	Norte-americana	University of Kentuchy

Art. 2º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 285, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003302/2012-98, de 23 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Suspender, por descumprimento das exigências estabelecidas no art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, as habilitações à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 557, de 22 de agosto de 2008, publicada no DOU de 25 de agosto de 2008 e MCT/MDIC/MF nº 558, de 16 de julho de 2010, publicada no DOU de 20 de julho de 2010, à empresa HBSnews Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 02.086.645/0001-14.

Art. 2º Determinar que a suspensão será de até cento e oitenta dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 286, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003294/2012-80, de 23 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Suspender, por descumprimento das exigências estabelecidas no art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, a habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF n° 922, de 26 de dezembro de 2003, publicada no DOU de 29 de dezembro de 2003, à empresa Able Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 54.590.203/0001-04.

Art. 2º Determinar que a suspensão será de até cento e oitenta dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.594/2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 160ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de março de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003138/2011-38

Requerente: Dow AgroSciences Sementes & Biotecnologia Brasil Ltda

CNPJ: 08.636.452/0001-76

Endereço: Avenida das Nações Unidas, 14171, 04794-000, São Paulo - SP

Assunto: Alteração de liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou alteração para realizar colheita das sementes provenientes desta liberação planejada, para utilização em futuros ensaios de liberação planejada e/ou ensaios em contenção em casa de vegetação.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será colhido em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.595/2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 160ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de março de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004073/1996-39

Requerente: Syngenta Seeds Ltda.

CNPJ: 49.156.326/0001-00

Endereço: Avenida das Nações Unidas, 18.001, 4º Andar, São Paulo-SP

Assunto: Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Syngenta Seeds Ltda. solicitou à CTNBio Extensão de CQB (0001/96) para a Estação de Pesquisa e Desenvolvimento da Syngenta em Aracati-CE, que compreende: complexo quarentenário, estufas, telados e campos experimentais. A referida Estação Experimental destina-se a desenvolver atividades de pesquisa em regime de contenção, liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM, armazenamento e descarte de OGM pertencentes à classe de risco I. O complexo quarentenário possui área total de 8.500 m², as estufas e telados ocupam 2,1 ha aproximadamente, e os campos experimentais possuem 20 ha. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs e derivados devem ser utilizados na unidade operativa apenas para os fins propostos.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.596/2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 160ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 21 de março de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.000928/2000-17

Requerente: Centro Nacional de Pesquisa em Meio Ambiente - EMBRAPA Meio Ambiente - CNPMA

CQB: 0122/00

Prótons: 51653/11 e 49810/12

Assunto: Solicitação de parecer para extensão/revisão do CQB da instituição

Extrato Prévio: 3482/13 publicado em 07/02/13

Decisão: DEFERIDO

O responsável legal pelo Centro Nacional de Pesquisa em Meio Ambiente, Dr. Celso Vainer Manzatto, solicitou parecer da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para extensão/revisão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição para novas instalações. As instalações a serem incluídas no CQB da instituição são denominadas Laboratório de Microbiologia Ambiental, Laboratório de Ecotoxicologia e Biossegurança e Laboratório de Quarentena "Costa Lima" (LQC). A solicitação de extensão/revisão do CQB se aplica à finalidade de pesquisa em regime de contenção, utilizando microrganismos e plantas geneticamente modificados da Classe de Risco 1.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.597/2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 160ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 21 de março de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001182/1997-49

Requerente: Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo/Unifesp

CQB: 028/97

Próton: 2157/13

Assunto: Solicitação de Parecer para extensão de CQB / NB-1

Extrato Prévio: 3479/13 publicado em 01/02/13

Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo/Unifesp, Dra. Marimelia Porcionatto, solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB ao Biotério do Departamento de Psicobiologia, de Nível de Biossegurança 1 para atividades de pesquisa de registro do sono, atividade circadiana, restrição de sono e hipóxia intermitente em camundongos geneticamente modificados da classe de risco 1. Os referidos projetos, por serem de Classe de Risco Biológico I poderão ser autorizados pela CIBio da instituição, devendo esta descrever o andamento desses projetos no Relatório Anual da instituição encaminhado à CTNBio.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 46, DE 22 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante doações ou patrocínios na forma prevista no art. 18 da Lei nº. 8.313/91, de 23/12/1991.

13-0077 - Tá Tudo Incluído International Festival
Processo: 01580.001867/2013-94
Proponente: Pointer - Programação Visual Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 68.310.374/0001-47
Valor total do orçamento aprovado: R$ 407.764,00
Valor aprovado no artigo 18 da Lei nº. 8.313/91: R$ 407.764,00
Banco: 001- agência: 1740-X conta corrente: 24.557-7
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 473, realizada em 14/03/2013.
Prazo de captação: até 31/12/2013.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0091 - Alemão
Processo: 01580.003214/2013-40
Proponente: Camisa Treze Cultural S/S Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.387.293/0001-25
Valor total aprovado: R$ 2.000.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.900.000,00
Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 43.119-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 473, realizada em 14/03/2013.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0288 - Setenta
Processo: 01580.018747/2012-45
Proponente: Cavídeo Produções, Comércio e Locação de Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.666.326/0001-15
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 700.075,00 para R$ 498.499,95
Valor aprovado no artigo 1ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 365.071,25 para R$ 223.499,55
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 23.927-5
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.000,00 para R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 23.926-7
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 474, realizada em 19/03/2013.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 49, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008, Portaria nº 129, de 28 de abril de 2011 e pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0625 - Tais e Taiane
Processo: 01580.057246/2010-12
Proponente: Albatroz Cinematográfica Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.111.024/0001-80
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.376.757,65 para R$ 3.346.222,05
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.000,00
Banco: 001- agência: 0663-7 conta corrente: 29.872-7
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.507.919,76 para R$ 1.494.644,03
Banco: 001- agência: 0663-7 conta corrente: 29.053-X
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0518 - Ribeiros
Processo: 01580.044931/2011-60
Proponente: CK Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 00.236.431/0001-51
Valor total do orçamento aprovado: R$ 643.928,79
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 407.821,58 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 203.910,78 para R$ 611.732,36
Banco: 001- agência: 0383-2 conta corrente: 37.923-9
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 3º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0272 - O Caso Morel
Processo: 01580.019500/2012-46
Proponente: Bossa Nova Films Criações e Produções Ltda.
Cidade/UF: Osasco / SP
CNPJ: 07.477.471/0001-34
Valor total aprovado: R$ 7.767.255,15
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 4.000.000,00
Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5.516-6
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5.515-8
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

07-0508 - Tarsilinha
Processo: 01580.046724/2007-63
Proponente: PG Produções de Cinema Vídeo e TV Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.161.933/0001-23
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

08-0515 - Espadas de Papel
Processo: 01580.047519/2008-04
Proponente: Tapiri Cinematográfica Ltda.
Cidade/UF: Campinas / SP
CNPJ: 43.493.915/0001-99
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.
09-0192 - Burle Marx, Jardins e Paisagens
Processo: 01580.016676/2009-41
Proponente: Camisa Listrada Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 03.987.306/0001-71
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 75, DE 13 DE MARÇO DE 2013

Processo nº. : 01530.000064/2013-16

A Presidente, em exercício, da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº85 de 15/04/2009, publicada no DOU de 17/04/2009, resolve Instituir o Edital do Prêmio Funarte de Produção Crítica em Música. Edital disponível na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br.

MYRIAM LEWIN

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 27, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 952, de 21 de dezembro de 2012, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual "Rede de Vagos", processo nº: 01400.036157/2011-94, Pronac nº: 11-11469, proponente: Simone Cortezão Freire, CNPJ nº: 059.620.586-40, que passa a ser "Vago Vizinho".

Art. 2º Prorrogar o prazo para captação de recursos dos projetos audiovisuais, relacionados no anexo I a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos temos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEOPOLDO NUNES DA SILVA FILHO

ANEXO I

11 4516 - Toca pra Diabo
João Carlos Pacheco Rodrigues Velho
CNPJ/CPF: 738.296.687-91
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2013 a 30/06/2013
11 1977 - Ágora
Julia Andrade Ramalho Pinto
CNPJ/CPF: 790.352.136-53
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2013 a 31/12/2013
12 7203 - 10º Festival de Cinema de Maringá - (1ª Mostra Latino Americana de Cinema)
De Canti Meyring Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda
CNPJ/CPF: 13.666.803/0001-21
PR - Maringá
Período de captação: 01/01/2013 a 31/12/2013
11 8242 - 1º Festival Curitiba de Cinema
De Canti Meyring Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda
CNPJ/CPF: 13.666.803/0001-21
PR - Maringá
Período de captação: 01/01/2013 a 31/07/2013

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 148, DE 25 DE MARÇO DE 2013 (*)

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, bem como no item 8.11 do Edital de Intercâmbio nº 2/2012, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação dos requerimentos selecionados pela Comissão de Avaliação e Seleção do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, para participação em eventos culturais cujas viagens estejam previstas para abril de 2013.

I - Eixo Artes - requerimentos individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004591/2013-77	13 1651	Herson Mendes Amorim	Clarimania 2013 - Festival de Clarinetistas na Polônia	Clarimania 2013 - Festival de Clarinetistas na Polônia	PA	Polônia	47.9	1	R$ 6.500,00
01400.004700/2013-56	13 1734	Carlos Elias Merege	Exposição Come as You Are na Galleri Image, Dinamarca	Come as You Are, na Galleri Image, Dinamarca.	RJ	Dinamarca	46.95	1	R$ 6.000,00
01400.004581/2013-31	13 1641	Rojer Garrido de Madruga	4° FESTin Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa	4° FESTin Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa	DF	Portugal	38.25	1	R$ 4.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14000.004766/2013-46	13 1798	Flávio Apro	Concertos de Música Brasileira nos E.U. com Flávio Apro	UTPA Guitar Festival	PR	EUA	43.85	1	R$ 4.000,00
01400.004744/2013-86	13 1776	Giovanna Lamboglia Cunto Oliveira	Competição Internacional de Dança em Nova Iorque - Youth America Grand Prix	Youth America Grand Prix	RJ	EUA	43.85	1	R$ 6.000,00
01400.004757/2013-55	13 1789	Maria do Carmo Costa Gross	Festival Romerías de Mayo - Al Festival Mundial de las Juventudes Artísticas	Festival Romerías de Mayo	SP	Cuba	42.85	1	R$ 4.000,00
01400.004694/2013-37	13 1728	Vijai Maia Patchineelam	Apoio para realização de residência no instituto pós-acadêmico holandês Jan Van Eyck Academie	Jan Van Eyck Academie Residency	RJ	Holanda	42.4	1	R$ 12.000,00
01400.004719/2013-01	13 1752	Tamara de Almeida Ramos	Representar o Brasil no 27º Salão Internacional do Livro e da Imprensa de Genebra	27º Salão Internacional do Livro e da Imprensa de Genebra	ES	Suíça	41.8	1	R$ 6.000,00

II - Eixo Artes - requerimentos de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004584/2013-75	13 1644	Fernanda Sanchez Fernandes / Grupo Pinus Ploft	A Mulher Caixa - Kunhã Pauguá, no Zimbábue	A Mulher Caixa - Kunhã Pauguá	SP	Zimbábue	45.6	5	R$ 30.000,00
01400.004704/2013-34	13 1737	Afranio Augusto Barros Pinheiro dos Santos	Companhia de Dança e Teatro Will Junior	Encontro Moju de Cultura	Pará	Brasil	44.75	8	R$ 9.600,00
01400.004713/2013-25	13 1746	Letícia Gazal Ribeiro Gomes / Grupo Engenharia da Dança	Competição Internacional de Bolsas de Estudo de Dança YAGP - Youth America Grand Prix - Nova Iorque 2013	Competição Internacional de Bolsas de Estudo de Dança YAGP - Youth America Grand Prix - Nova Iorque 2013	SP	EUA	43.8	9	R$ 36.000,00
01400.004576/2013-29	13 1636	Alvaro Neto Lancellotti	O Tempo Faz a Gente Ter Esses Encantos - O Show	O show O Tempo Faz a Gente Ter Esses Encantos será realizado no Fest Contrapedal, em Montevideo	RJ	Uruguai	43.35	5	R$ 15.000,00
01400.004585/2013-10	13 1645	Danilo Araújo Ramalho	Trio Dona Zefa et Le Ptit Bal Perdu - Musique et Danse brésilienne en Europe	Trio Dona Zefa et Le P'tit Bal Perdu - Musique et danse brésilienne en Europe	SP	Bégica	42.75	3	R$ 18.000,00
01400.004577/2013-73	13 1637	Grupo Teatro Carmin / Quiteria Kelly Lucena da Silva	Peça Pobres de Marré no Fringe 2013	FRINGE 2013 - Mostra de Teatro do Festival de Teatro de Curitiba	RN	Brasil	41.9	3	R$ 7.500,00

III - Eixo Diversidade Cultural - requerimentos individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TULO DO EVENTOTÍ	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004571/2013-04	13 1631	Israel Francisco do Nascimento Neto	Festival Reviva Rap In Formação - Salvador BA	Festival Reviva Rap In Formação	SP	Brasil	37.3	1	R$ 2.500,00

IV - Eixo Diversidade Cultural - requerimentos de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004857/2013-81	13 1850	Clube Carnavalesco Mixto Seu Malaquias / Claudio Brandão de Oliveira	Frevando no Centro Cultural Cartola	Frevando no Centro Cultural Cartola	PE	Brasil	37.7	15	R$ 37.500,00

V - Eixo Formação e Capacitação - requerimentos individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004698/2013-15	13 1732	Marie Ange Campos Bordas	Residência Artística no Greatmore Studios na Cidade do Cabo, Africa do Sul	Residência Artística no Greatmore Studios na Cidade do Cabo, Africa do Sul	SP	África do Sul	51.3	1	R$ 12.000,00
01400.004964/2013-18	13 1907	Márcio Luiz Barbosa Andrade	Curso Livre de Aperfeiçoamento: Direção de Arte	Curso Livre Direção de Arte	PR	Brasil	43.9	1	R$ 4.500,00

VI - Eixo Formação e Capacitação - requerimentos de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004749/2013-17	13 1781	Cristina Jeannes Rozisky / Cristina Jeannes Rozisky e Fábio Galli Alves	Apresentação de Pesquisa no 6º Foro Académico da Escuela Nacional de Conservación, Restauración y Museografia	6º Foro Academico, Escuela Nacional de Conservación y Museologia	RS	México	44.75	2	R$ 8.000,00
01400.004702/2013-45	13 1735	Carila Spengler Matzenbacher	Intercâmbio Brasil-Bélgica- Holanda, Onde arte e arquitetura se cruzam: uma transmutação de experiências.	Palestras sobre a presença do Modernismo no Brasil	SP	Holanda	44.75	2	R$ 8.000,00
01400.004589/2013-06	13 1649	Adriana Mara Vaz de Oliveira	Arquitetura vernácula e popular em Goiânia - Apresentação oral em Colóquio Internacional de Arquitectura Popular(Portugal)	Colóquio Internacional Arquitectura Popular Conceitos e expressões; Valores culturais, sociais e económicos	GO	Portugal	43.45	2	R$ 8.000,00
01400.004748/2013-64	13 1780	Fabricio Felice Alves dos Santos	Participação de Delegados da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro no 69º Congresso FIAF	69º Congresso da Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF) - Barcelona 2013	RJ	Espanha	39.06	3	R$ 12.000,00

VII - Eixo Economia Criativa - requerimentos individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004753/2013-77	13 1785	Ana Paula Gaspar Gonçalves	Participação no Seminário Museums and the Web	Museums and the Web 2013	BH	EUA	41.8	1	R$ 4.000,00

VIII - Candidaturas amparadas pelo subitem 10.5:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004731/2013-15	13 1764	Paulo Azevedo	InArte - Encontros Internacionais Inclusão pela Arte	INARTE - Encontros Internacionais Inclusão pela ARTE	RJ	Portugal	45.2	1	R$ 4.000,00
01400004572/2013-41	13 1632	Elisiane da Silva Silveira / Dançando Pela Inclusão	Dançando Pela Inclusão	Festival Viva a Dança- Mostra Casa Aberta / "Para todos que dançam, para todos os estilos"	RS	Brasil	44.85	2	R$ 5.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IX- Selecionados, em observância ao subitem 10.7.1, dentre todos os 04 eixos - requerimentos de individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004587/2013-17	13 1647	Maria Cristina Coelho Duarte	Solicitação de apoio financeiro para participação em evento de Formação e Capacitação (Eixo III) intitutlado Colóquio Internacional Arquitectura Popular: Conceitos e Expressões - ValoresCulturais, Sociais e Econômicos em Portugal, de 3 a 6 Abril 2013	Colóquio Internacional Arquitectura Popular: Conceitos e Expressões - ValoresCulturais, Sociais e Econômicos	RJ	Portugal	43.9	1	R$ 4.000,00
01400.004570/2013-51	13 1630	Joina Tharika Liandro Guerino	Pesquisa novas tendencias do Design 2013	Salao do Movel Internacional de Milao	GO	Itália	43.1	1	R$ 4.000,00
01400.004763/2013-11	13 1794	Regina Pelegrini Parra	Apresentação da palestra "Hélio Oiticica na 27a Bienal de São Paulo: o artista como propositor" durante a 39a Conferência da Associação dos Historiadores da Arte, na Universidade de Reading, Berkshire, Reino Unido	"39th Annual Association of Art Historians Conference" [39a Conferência Anual da Associação dos Historiadores da Arte]	SP	Inglaterra	43.0	1	R$ 4.000,00
01400.004755/2013-66	13 1787	Henrique Both Lahude	Curso Internacional EICTV: Desarrollo de Proyectos para Cine y TV	Taller Internacional EICTV: Desarrollo de Proyectos	RS	Cuba	42.6	1	R$ 4.000,00
01400.004574/2013-30	13 1634	Juliana Maria Castro da Silva	Curso de Curadoria de Exposições e Eventos Artísticos	Curadoria de Exposições e Eventos Artísticos	CE	Itália	42.1	1	R$ 10.000,00
01400.004746/2013-75	13 1778	Eufrasio Farias Prates	Apresentação de trabalho sobre o Sistema Holofractal de Transdução de Música e Imagem em Congresso de Música e Significação na Bélgica, seguido de concerto e palestra na Eslováquia	XII Congresso Internacional em Música e Significação	DF	Bélgica	42.0	1	R$ 6.000,00
01400.004738/2013-29	13 1770	Sylla John Lerro Taves	Curso de Museologia Cosmo Caixa 2013	Hacia una Museologia Total - XVII Curso Internacional de Museografia	SP	Espanha	42.0	1	R$ 4.000,00
01400.004710/2013-91	13 1743	Rayana do Val Zecca	Harpa Céltica - Edinburgh International Harp Festival (Escócia)	Edinburgh International Harp Festival	RJ	Escócia	41.2	1	R$ 6.000,00
01400.004740/2013-06	13 1772	Ligia Meneghel Chagas	Residência Artística em Arte Têxtil Tradicional Africana	Residência Artística em Arte Têxtil Tradicional Africana	SP	Senegal	40.85	1	R$ 8.000,00
01400.004588/2013-53	13 1648	Gabriela Luppe Campos Velasco	Convite do XVIII Encuentro Internacional de Danza en Paisajes Urbanos - Habana Vieja: Ciudad en Movimiento	XVIII Encuentro Internacional de Danza en Paisajes Urbanos - Habana Vieja: Ciudad en Movimiento	RJ	Cuba	40.8	1	R$ 4.000,00
01400.004758/2013-08	13 1790	Ecilze Rosa Fonseca Fortes (Sissi Fonseca)	Apresentação de Performance e Palestra na Performing Documents Conference, na University of Bristol, Inglaterra	Performing Documents Conference	SP	Inglaterra	40.7	1	R$ 4.000,00
01400.004745/2013-21	13 1777	Ricardo Trento	Participação no FLAC - Festival ABCR - Festival Latino Americano de Captação	Festival Latino Americano de Captação de Recursos	PR	Brasil	40.7	1	R$ 2.500,00
01400.004649/2013-82	13 1692	Ynaie Cintra Dawson	Linhas de passagem - residência e livro	Residência artística "Creative Hub Artist Residency Program"	RJ	Alemanha	40.1	1	R$ 6.000,00
01400.004573/2013-95	13 1633	Fernanda Preto Mariano	Representação do filme Catucaba num dos mais importantes festivais de documentário do mundo, o Visions du Réel, Nyon, Suiça	Competição Internacional - Festival Visions du Réel	SP	Suíça	40.1	1	R$ 6.000,00
01400.004734/2013-41	13 1767	Flaviana Xavier Antunes Sampaio	Apresentacao do artigo inédito "Study on shadow to see the dance" - Estudo em sombra para ver dança - na Asian Conference on Arts & Humanities na mesa de discussão sobre Práticas de Artes Performáticas: Teatro, Dança e Música (Performing Arts Practices: Theatre, Dance, Music)	Conferencia Asiatica em Artes e Humanidades (Asian Conference on Arts & Humanities	BA	Japão	39.95	1	R$ 6.000,00
01400.004765/2013-00	13 1796	Jose Francisco Alves de Almeida	Palestra no evento de inauguração do Monumento Multiculturalidade - Almada (Portugal)	Inauguracao do Munumento Multiculturalidade, em Almada, Portugal	RS	Portugal	38.45	1	R$ 4.000,00
01400.004579/2013-62	13 1639	Maria Luiza Marques	O Feminino no Vidro	Exposição coletiva "O Feminino no Vidro" no Museu do Vidro em Portugal	PR	Portugal	38.4	1	R$ 4.000,00
01400.004756/2013-19	13 1788	Washington Alfredo Silvera	Artista Curitibano na SP Arte	SP Arte	PR	Brasil	38.25	1	R$ 2.500,00
01400.004747/2013-10	13 1779	Julia Valle Noronha	Curtains (Cortinas), 2013 (Objeto de Instalação Site Specific para Hessel Museum of Art)	Exposição "Less Like an Object, More Like the Weather" (Menos como um Objeto, mais como o Clima) no Hessel Museum of Art	MG	EUA	38.0	1	R$ 4.000,00

X - Selecionados, em observância ao subitem 10.7.1, dentre todos os 04 eixos - requerimentos de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004695/2013-81	13 1729	Felipe Ferreira Ferro / Grupo Teatro Que Roda	Apresentação do espetáculo Das Saborosas Aventuras de Dom Quixote e seu fiel escudeiro, Sancho Pança do Grupo Teatro Que Roda (Góiás) no 5º Festival de Teatro de Rua de Porto Alegre.	5º Festival de Teatro de Rua de Porto Alegre	GO	Brasil	41.65	4	R$ 10.000,00
01400.004714/2013-70	13 1747	Priscila Midori Shiota da Silva / Nosotros	Projeto Nosotros: América Latina jovem, urbana e contemporânea	Nosotros: América Latina jovem, urbana e contemporânea	RJ	Brasil	41.65	2	R$ 5.000,00
01400.004606/2013-23	13 1739	João Weber Guimarães Barreto / CIA A Outra Viagem	Se Plante	Habana Vieja: Ciudad en Movimiento	BA	Cuba	40.2	2	R$ 8.000,00
01400.004578/2013-18	13 1638	Luiz Henrique Potter Carvalho Mororó / Orquestra Revelia	Intercambio Orquestra Revelia - universidades americanas	Master class e Concertos nas universidades College-Conservatory University of Cincinnati e School of Music-University of Louisville e concerto nos clubes de jazz Rohs Street cafe, The Jazz Kitchen e Cosmic Charlie's	RJ	EUA	39.75	7	R$ 28.000,00
01400.004705/2013-89	13 1738	Associação Cultural Boa Companhia	Boa Companhia em Marrocos	Festival Internacional de Teatro Uiversitário de Agadir 18 edicao.	SP	Marrocos	39.65	5	R$ 30.000,00
01400.004580/2013-97	13 1640	Paulo Fonseca de Andrade / Caldo de Kino	Caldo de Kino - Rio de Janeiro e Berlim: jovens se articulam através de filme e fotografia	Programa ASA	RJ	Alemanha	38.9	3	R$ 24.000,00
01400.004697/2013-71	13 1731	Luciana Abel Arcuri / Nucleo de Garagem	Participação do coletivo Nucleo de Garagem no festival FLAM - Forum of Live Art Amsterdam	FLAM - Forum of Live Art Amsterdam (Fórum de Live Art de Amsterdã)	SP	Holanda	38.45	4	R$ 24.000,00
01400.004712/2013-81	13 1745	Clube dos Escritores de Ipatinga / Maria Goretti de Freitas Oliveira	Lançamento O Livro das Aldravias	Lançamento oficial da antologia O Livro das Aldravias - Nova Forma, Nova Poesia	MG	Portugal	37.95	2	R$ 8.000,00
01400.004742/2013-97	13 1774	Mariana Baldocchi Cetra / cosmoPOPlitan	CosmoPOPlitan tour	Fiesta No Wave #2	SP	Uruguai	37.65	4	R$ 12.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

01400.004735/2013-95	13 1768	Michel Sponfeldner / Banda Zémaria	Residência Artística da Banda Zemaria em Nantes - França. Eixo I - Artes	Residência Artística da Banda Zemaria em Nantes - França. Eixo I - Artes	ES	França	36.8	3	R$ 30.000,00
01400.004699/2013-60	13 1733	Wallace Vieira Masuko / Danilo Volpato e Wallace Masuko	Residência Artística e Exposição em Oslo, Noruega / Atelierprogram W17 - El Parche Artist Residency / Colomborama	Colomborama	SP	Noruega	33.45	2	R$ 12.000,00
01400.004754/2013-11	13 1786	Francisco Ayres de Santana Neto / Companhia Folclórica de Porto	Companhia Folclórica de Porto	Coined - Escola de Língua + Tango	TO	Argentina	32.25	2	R$ 7.000,00

Art. 2º - Tornar pública a relação dos requerimentos classificados, em lista de espera, dentre todos os eixos, em observância ao subitem 8.12 do edital:

I - Requerimentos de individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004583/2013-21	13 1643	Renata Pimenta Tinoco Monnerat	Programa de Aperfeiçoamento profissional - workshop de produção cultural - Materiais Diversos - Lisboa/PT	Programa de aperfeiçoamento Profissional - acompanhamento de práticas de produção cultural - Instituição Materiais Diversos	RJ	Portugal	37.05	1	R$ 10.000,00
01400.004582/2013-86	13 1642	Maira Lidiane Panas Helatczuck	Uma Juyná no Mercado Persa 2013	Mercado Persa 2013	MT	Brasil	35.95	1	R$ 2.500,00
01400.004696/2013-26	13 1730	Andrea dos Guimarães Alvim Nunes	Workshop sobre a Interpretação Vocal na Canção Brasileira	Workshop de Interpretacao Vocal na Cancao Popular Brasileira	SP	Portugal	34.7	1	R$ 4.000,00
01400.004736/2013-30	13 1769	Jose Eduardo da Silva Santos	Magicaldas 2013	Festival Magicaldas 2013	SP	Brasil	32.25	1	R$ 2.500,00
01400.004751/2013-88	13 1783	Rodrigo Marchevsky	Rodrigo Marchevsky	V Festival de Capoeira e Culltura Brasileira de Besançon	RJ	França	32.1	1	R$ 4.000,00

Art. 3º - Tornar pública a relação dos requerimentos desclassificados pela Comissão de Avaliação e Seleção do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	PONTUAÇÃO	RAZÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO
01400.004741/2013-42	13 1773	Associação Cultural Russa Volga do Brasil	Grupo Folclórico Russo Troyka II. A Cultura Russa do Brasil na 7ª Festa das Etnias de Santa Rosa - RS	7ª Festa das Etnias de Santa Rosa - RS	16.75	Subitem 5.11
01400.004575/2013-84	13 1635	Michel Sponfeldner / Zémaria	Residência artística da banda Zemaria em Nantes - França. Eixo I - Artes	Residência artística da banda Zémaria em Paris-França	0.0	Subitem 5.26
01400.004760/2013-79	13 1792	Marcos Aurelio Taron Daniel	FLAC - Festival Latino Americano de Captação de Recursos	FLAC - Festival Latino Americano de Captação de Recursos 2013	39.7	Subitem 8.5
01400.004733/2013-04	13 1766	Fernando Cosmo Oliveira de Arruda	Festival Latino Americano de Captação de Recursos - FLAC 2013 - Salvador - Bahia	Festival Latino Americano de Captação de Recursos - FLAC 2013 - Salvador - Bahia	39.15	Subitem 8.5
01400.004703/2013-90	13 1736	Joseilda Maria Pessoa	Salão Internacional de Literatura Genebra	Salon International Du Livre Et de La Presse Genéve Suisse	41.25	Subitem 8.5
01400.004750/2013-33	13 1782	Mayara Oliveira Machado	Participação, Formação e Intercâmbio em Dança no Youth America Grand Prix - 2013 - Nova Iorque / EUA	Youth America Grand Prix 2013 - New York - USA (Finals Cmpetition / Competições Finais)	43.55	Subitem 8.5
01400.004766/2013-46	13 1797	Carolina Caliento de Abreu	Festival Romerías de Mayo - Festival Mundial de las Juventudes Artísticas	Festival Romerías de Mayo - Festival Mundial de las Juventudes Artísticas	40.1	Subitem 8.5
01400.004739/2013-73	13 1771	Aldrava Letras e Artes / José Benedito Donadon Leal	Semana de Arte Aldravista em Portugal	Semana de Arte Aldravista em Portugal	36.75	Subitens 5.18 e 8.5
01400.004752/2013-22	13 1784	Ronaldo Moizinho da Silva / Companhia de Teatro Independente - CTI	O Urso	Festival de Teatro de Curitiba - Mostra FRINGE	38.25	Subitem 8.5
01400.004590/2013-22	13 1650	Francisco Ronaldo de Araújo	Apresentação da Peça Isso me Irrita e Intercâmbio através de oficinas, palestras e workshops	Festival de Teatro de Curitiba Fringe 2013	38.75	Subitem 8.5
01400.004586/2013-64	13 1646	Maria Julia Manfrinato Costa	Musical Sukata	Fringe - Festival de Teatro de Curitiba	36.8	Subitem 8.5
01400.004732/2013-51	13 1765	Gustavo Arruda Lins / Companhia Arruda Teatro	Espetáculo Nó	Fringe 2013 - Festival de Teatro de Curitiba	37.6	Subitem 8.5
01400.004759/2013-44	13 1791	Francisco Flávio da Silva Filho / Grupo Atores de Chico	Participação no Festival de Teatro de Curitiba - FRINGE 2013	Festival de Teatro de Curitiba - FRINGE 2013	35.15	Subitem 8.5
01400.004730/2013-62	13 1763	Thiago Moura Carneiro / Grupo de Teatro Bastet	Viabilização de Apresentação do Espetáculo Vamos à la Praia, no Festival de Curitiba	Fringe 2013 - Festival de Teatro de Curitiba	38.65	Subitem 8.5
01400.004743/2013-31	13 1775	Leonildo de Souza Correia	Permanência na Escola de Teatro Bolshoi	Curso de Dança Contemporânea - Escola de Teatro do Bolshoi	0.0	Subitem 10.24

Art. 4º - Tornar público o requerimento que solicitou desistência do benefício:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO	TÍTULO DO EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.004648/2013-38	13 1691	Iara Lagos Ungarelli	Auxílio para participação no processo seletivo da Schola Cantorum Basiliensis - Suiça.	Curso Bacharelado Viola da Gamba	DF	Suíça	43.7	1	R$ 6.000,00

Art.5º - Foram disponibilizados R$ 550.000,00 (quinhentos e cinqüenta mil reais) para o presente período, divididos entre os quatro eixos e as duas categorias de requerimentos, observados os subitens 10.5, 10.7, 10.7.1 e 10.8 do Edital de Intercâmbio n. 1/2013.

Art.6º - Além do valor disponibilizado para o período de abril, foi acrescido o valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) referente aos recursos remanescentes do período de março, conforme subitem 4.4 e observados os subitens 8.12, 10.5, 10.7, 10.7.1 e 10.8 do Edital de Intercâmbio n. 1/2013.

Art. 7º - O valor total disponibilizado para o presente período foi de R$ 562.000,00 (quinhentos e sessenta e dois mil reais), conforme os art.s 5 e 6.

Art.8º - O atendimento e a distribuição dos recursos financeiros serão feitos em ordem decrescente de pontuação para cada categoria, em observância ao item 04 e aos subitens 8.10, 8.12, 10.7, 10.7.1 e 10.8 do Edital de Intercâmbio n. 1/2013.

Art.9º - No caso de requerimentos de grupos, os recursos financeiros serão creditados nas contas bancárias dos beneficiários indicados pelo requerente.

Art.10º - A indicação dos beneficiários deverá ser apresentada pelo requerente, juntamente com a documentação complementar a que se refere o item 09 do Edital de Intercâmbio n. 1/2013, observadas eventuais recomendações da Comissão de Avaliação e Seleção do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural.

Art.11º - Os candidatos selecionados que não cumprirem as obrigatoriedades documentais ou que deixarem de cumprir as condições legais, fiscais e documentais incidentes, perderão o benefício.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 58, de 26-3-2013, Seção 1, página 6, com incorreção no original.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 152, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 9595 - Dançar os Sonhos
DANÇAR OS SONHOS
CNPJ/CPF: 16.900.554/0001-85
Processo: 01400.030932/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.232.010,00
Prazo de Captação: 27/03/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realização do projeto Dançar os Sonhos idealizado pela professora de dança Gisela Saramago para duração de 02 anos, que tem como objetivo a realização de oficinas de dança atendendo aproximadamente 850 crianças e jovens de escolas da rede pública de ensino e comunidades carentes do Rio por ano. Em paralelo serão realizadas durante o projeto apresentações de dança como resultado das oficinas. Serão aproximadamente 40 a 45 apresentações de dança por ano, com estimativa de público de 14.400 pessoas

13 1171 - Quadrilha junina Arraiá Brejo de Ouro 2013
GRUPO CULTURAL ARRAIA BREJO DE OURO
CNPJ/CPF: 07.385.012/0001-20
Processo: 01400.003871/20-13
RN - Brejinho
Valor do Apoio R$: 67.435,00
Prazo de Captação: 27/03/2013 a 31/08/2013
Resumo do Projeto:
Realizaremos um projeto cultural através da maior cultura do nordeste, que é o São João. Uma quadrilha junina estilizada que já tem tradição na cidade e representa a mesma em todo Rio Grande do Norte. Diferente de quadrilha tradicional (matuta) a estilizada trabalha com um tema especifico figurino de acordo com esse tema, trabalhamos em coreografias estilizadas em grupo de acordo ao tema e produção referente ao mesmo.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
13 0675 - 4º CANTA DEL-REI, FESTIVAL NACIONAL DE CORAIS DE SÃO JOÃO DEL-REI
ADRIANO RESENDE MARGOTTI01318240662
CNPJ/CPF: 12.815.416/0001-47
Processo: 01400.003225/20-13
MG - São João del Rei
Valor do Apoio R$: 233.832,00
Prazo de Captação: 27/03/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto Canta del-Rei é um Festival Nacional de Corais que acontece anualmente na cidade de São João del-Rei/MG. Serão 10 dias de festival, com a pretensão de trazer 60 corais, em 25 apresentações e 2 oficinas em 4 pontos selecionados na cidade, além da Praça Canta del-Rei. Em sua 4ª edição homenagearemos o compositor, mineiro e sanjoanense, Abgar Antônio Campos Tirado. Todo o evento do festival possui entrada gratuita.

13 0725 - Orquestra de Estudantes
Orquestra de Câmara e Sinfônica Villa Lobos de Mogi Guaçú
CNPJ/CPF: 59.015.693/0001-39
Processo: 01400.003288/20-13
SP - Mogi Guaçu
Valor do Apoio R$: 572.014,80
Prazo de Captação: 27/03/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Contribuir para o desenvolvimento cultural, educacional e social através da música erudita com apresentações da Orquestra Sinfônica de Estudantes e grupo Oficina de Cordas, sendo realizadas oficinas para ambos grupos.

13 0897 - Projeto ComPaixão - Música, Dança e Teatro
Associação Humanitária Compaixão
CNPJ/CPF: 08.706.529/0001-37
Processo: 01400.003488/20-13
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 730.026,00
Prazo de Captação: 27/03/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O presente projeto consiste em realizar oficinas de música, dança e teatro para crianças e adolescentes carentes, a fim de inserir e incentivar o gosto pela cultura e a arte, proporcionar o lazer e a diversão, bem como colaborar para a educação integral, para a inclusão social e construção da cidadania. Além disso, prevê-se também a realização de um evento para uma apresentação de cada uma das turmas, de forma a consolidar o trabalho desenvolvido no projeto.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
12 10290 - Exposição Viagem Brasileira - Aquarelas Henning Kunow
Letícia Cristina Kaniak Kunow
CNPJ/CPF: 024.060.529-23
Processo: 01400.032336/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 269.290,00
Prazo de Captação: 27/03/2013 a 31/10/2013
Resumo do Projeto:
Realização de uma exposição com duração de dois meses no Museu Alfredo Andersen com 40 obras entre aquarelas e tapetes do artista plástico alemão, radicado no Brasil, Henning Kunow.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 0838 - Edição do Livro Retratos, Versos e Sons do Campo, de Hique Barboza
José Ricardo Barboza
CNPJ/CPF: 781.589.740-15
Processo: 01400.003425/20-13
RS - Passo Fundo
Valor do Apoio R$: 150.104,00
Prazo de Captação: 27/03/2013 a 30/11/2013
Resumo do Projeto:
O projeto propõe a Edição e Lançamento do Livro Retratos, Versos e Sons do Campo, de Hique Barboza, de 200 páginas, com 80 textos/poemas, 80 imagens fotográficas, que serão impressos 2000 exemplares; e o lançamento deste, acompanhado de uma exposição das fotografias do livro, num centro cultural de Passo Fundo/RS. Os textos são de Hique Barboza, com fotografias de Edu Rickes, especialmente fotografadas para o enriquecimento cultural deste produto cultural.

12 10336 - As Aventuras de Kito: a Lebrelina e a Tartarugulina
Marcos Roberto do Nascimento
CNPJ/CPF: 786.875.946-15
Processo: 01400.036952/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 82.621,20
Prazo de Captação: 27/03/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Este projeto propõe a produção do segundo livro infantil de Marcos Roberto do Nascimento denominado "As Aventuras de Kito: a Lebrelina e a Tartarugulina". Pretende-se realizar o lançamento do livro em Belo Horizonte, Salinas e Oliveira; a capital de Minas Gerais, cidade do norte do Estado e cidade do centro-oeste mineiro, respectivamente. Almeja-se também a realização de duas oficinas em cada cidade, sendo uma para professores e outra para crianças de 05 a 10 anos.

13 0325 - PERÍODO FILIPINO - INÍCIO DA LUTA CONTRA O DESMATAMENTO NO BRASIL: 1605
Walter Dominguez Fernandez
CNPJ/CPF: 028.337.198-68
Processo: 01400.002732/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 355.427,60
Prazo de Captação: 27/03/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O objetivo desse livro é o de resgatar um período da História do Brasil muito esquecido: 1580 a 1640, período em que Portugal esteve sob o reinado de Castela e em que se deu a União Ibérica. Quais as influências espanholas na arte e arquitetura brasileiras? Que medidas contra o desmatamento? Essas e outras perguntas obterão resposta neste livro essencial que complementará a História do Brasil. Este livro será bilíngue (português e espanhol).

PORTARIA Nº 153, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor dos projetos culturais relacionados nos anexos I e II a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
06 7408 - Restauro e Revitalização do Complexo Arquitetônico do Morro de Convento de Santo Antônio - 400 Anos
Provincia Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil
CNPJ/CPF: 62.340.203/0001-84
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 2.884.356,17

ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
12 8455 - Festival Música e Arte de Congonhas: O duelo da Mpb e o Samba
Carlos Frederico Silva Carmo Torres
CNPJ/CPF: 063.764.176-04
MG - Belo Horizonte
Valor Complementar em R$: 33.688,50

PORTARIA Nº 154, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 6807 - Esta Criança - Temporada Brasíla
Renata Sorrah Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 29.269.651/0001-63
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 25/03/2013 a 31/12/2013
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 3845 - COLEÇÃO ESTUDOS CULTURAIS SOBRE POLÍTICA E ARTE: Ensaios sobre a Cultura e a Política na Democracia.
AD2000 Editorial Ltda.
CNPJ/CPF: 92.397.223/0001-52
RS - Porto Lucena
Período de captação: 01/02/2013 a 31/12/2013
11 11493 - Manutenção 2012 - Bibliotecas Logradouros - São Paulo
Instituto Brasil Leitor
CNPJ/CPF: 03.982.591/0001-38
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2013 a 31/12/2013
11 11495 - Manutenção 2012 - Bibliotecas Comunitárias - Outros Estados
Instituto Brasil Leitor
CNPJ/CPF: 03.982.591/0001-38
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2013 a 31/12/2013

ANEXO II

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
11 14763 - Fábrica de Sonhos
Ricardo Carneiro Leão
CNPJ/CPF: 023.769.104-39
CE - Fortaleza
Período de captação: 26/03/2013 a 31/12/2013

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.788ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2013 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACORDÃOS

23.648/2008, 26.142/2011, 26.503/2011, 26.518/2011, 26.548/2011, 26.586/2011, 26.759/2012, 26.824/2012, 26.879/2012, 26.986/2012, 27.058/2012, 27.121/2012, 27.138/2012, 27.198/2012 da Exma. Sra. Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha, 26.673/2012, 26.992/2012, 26.996/2012 do Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves, 26.164/2011, 25.414/2010 do Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras, 25.258/2010 (Embargos de Declaração) do Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REPRESENTAÇÕES

Nº 26.838/2012 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "PRAIA DO SUESTE", ocorrido nas proximidades do município de Rio do Fogo, Rio Grande do Norte, em 24 de dezembro de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Carlos Silverio Malaquias (Comandante). Decisão: recebida a unanimidade.

Nº 27.483/2012 - Acidente da navegação envolvendo o NM "CASTILLO DE GUADALUPE", ocorrido no rio Amazonas, nas proximidades da foz do rio Cajari, Amapá, em 28 de julho de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Antonio Lima Cardoso (Prático). Decisão por maioria: não receber a representação e mandar publicar Nota para Arquivamento nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz-Revisor. O Exmo. Sr. Juiz-Relator recebia a representação para que se prosseguisse nos termos da lei, sendo vencido. Autos à Distribuição para que o Exmo. Sr. Juiz-Revisor passe a funcionar como Juiz-Relator, observada a devida compensação, com o sorteio de um novo Juiz-Revisor, de acordo com o art. 26 do Regimento Interno Processual do Tribunal Marítimo. Autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz-Revisor para prolatar o Acórdão.

Nº 27.395/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BP "DONA NÉIA" com pedras, ocorridos na entrada do canal de acesso ao porto de Laguna, Santa Catarina, em 28 de abril de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Claudiomiro José Torres (Mestre inabilitado), Manoel Lessa Silveira (Proprietário). Decisão: recebida a unanimidade.

Nº 27.647/2012 - Fato da navegação envolvendo o NM "THOR ENTERPRISE", de bandeira cingapuriana, e um clandestino, ocorrido durante a travessia do porto de Dakar, Senegal, para o porto de Barra do Riacho, Aracruz, Espírito Santo, Brasil, em 05 de setembro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Somchart Vukthong (Comandante). Decisão: recebida a unanimidade.

Nº 27.525/2012 - Fato da navegação envolvendo o BP "KOWALSKY VI" e um tripulante, ocorrido próximo à Ponta da Armação, município de Penha, Santa Catarina, em 13 de junho de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Alessandro Newton Sagás (Aquaviário) e João Klausen Filho (Aquaviário). Decisão: recebida a unanimidade.

JULGAMENTOS

Nº 24.555/2009 - Acidente da navegação envolvendo O NM "WINDFIELD", de bandeira bahamense, com o alto fundo, ocorrido no canal do porto de Vitória, Espírito Santo, em 20 de outubro de 2008.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Paulo Roberto Guimarães Gomes (Prático), Advª Drª Anete Gomide Pimenta (OAB/RJ 109.943), Ivica Saric (Comandante), Adv. Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692). Decisão: por unanimidade quanto ao mérito e por maioria quanto a pena, nos termos do voto da Exma. Sra. Juíza-Relatora. Julgar procedente a representação da Douta Procuradoria (fls. 118 a 124), considerando o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a" (encalhe), da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como decorrente das condutas imprudentes e negligentes dos Srs. PAULO ROBERTO GUIMARÃES GOMES (Prático) e IVICA SARIC, na condição de comandante, condenando cada um à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), prevista no art. 121, inciso VII da mesma lei 2.180/54, c/c os artigos 127, 139, inciso IV, alíneas "a" e "d", com a redação dada pela Lei nº 8.969/94, acrescida de custas processuais divididas. O Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras aplicava ao Comandante à pena de repreensão, sendo vencido. O Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho declarou-se impedido e não votou.

Nº 26.346/2011 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "SEA HORSE I", ocorrido na ilha de Florianópolis, nas proximidades da Ponte Hercílio Luz, Florianópolis, Santa Catarina, em 13 de fevereiro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Edison Freitas de Siqueira (Proprietário), Adv. Dr. Rodrigo Albuquerque Maranhão de Oliveira (OAB/RJ 117.551). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita, arquivando-se os autos e exculpando o representado Edison Freitas de Siqueira.

Nº 25.732/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma canoa sem nome, isenta de inscrição, e seus dois ocupantes, ocorridos nas proximidades da praia do Coqueiro, Luís Correia, Piauí, em 25 de agosto de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Antonio Silvestre da Silva (Condutor) - Revel e Paulo Folha de Sousa (Passageiro) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente e os fatos da navegação, tipificados nos artigos 14, letra "a" (naufrágio parcial) e 15, letras "a" (impropriedade da embarcação para o uso) e "e" (exposição a risco), da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imprudência dos Representados, ANTÔNIO SILVESTRE DA SILVA, Pescador Profissional, na qualidade de condutor da canoa sem nome, e de PAULO FOLHA DE SOUSA, passageiro, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, fls. 94 a 96, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados e a atenuante, com fulcro nos artigos 121, inciso I, 124, incisos VII e IX, 127 e 139, inciso IV, letra "d", todos os artigos da Lei n° 2.180/54, aplicar a ambos à pena de Repreensão. Custas processuais divididas por igual.

Nº 25.580/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "UNIWERSYTET SLASKI", de bandeira maltesa, e dois clandestinos, ocorrido durante a travessia do porto de Dakar, Senegal, para o porto de Santarém, Pará, Brasil, em 19 de agosto de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Janusz Karczewski (Comandante), Advª Drª Maria Joanna Pacheco e Chaves (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da negligência do representado, o CLC polonês JANUSZ KARCZEWSKI, condenando-o à pena de multa no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), com base no disposto no art. 121, inciso VII, c/c o art. 124, inciso IX, da Lei nº 2.180/54 e ao pagamento das custas processuais.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 27.324/2012 - Fato da navegação envolvendo o NM "AYANE", de bandeira maltesa, e um tripulante, ocorrido a bordo do navio, durante a travessia de Manaus para o Rio de Janeiro, em 15 de março de 2012.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: arquivar os autos como requerido pela PEM em sua promoção juntada às fls. 81/82, considerando o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada.

Nº 27.369/2012 - Acidente da navegação envolvendo o veleiro "JOLUI", ocorrido em águas costeiras do arquipélago de Abrolhos, Bahia, em 24 de novembro de 2011.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: arquivar os autos como requerido pela Douta Procuradoria em sua promoção de fls. 93/94. Considerar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a" da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada.

Nº 27.028/2012 - Fato da navegação envolvendo o BM "BEBYANE", não inscrito, e uma passageira, ocorrido no rio Tocantins, nas proximidades do município de Cametá, Pará, em 05 de abril de 2000.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha, Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: prescrição, na forma do art. 1º, da Lei nº 9.873/99. Oficiar à Capitania da Amazônia Oriental, agente da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 16, inciso I (falta de registro), art. 19, inciso I (não apresentação de documentos da embarcação), bem como ao art. 15, da Lei nº 8.374/91 (falta de seguro DPEM), cometidas pelo proprietário do BM "BEBYANE"', o Sr. Sebastião de Moraes Viana.

Nº 27.291/2012 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "PORONGASO", ocorrido nas proximidades da ilha do Macuco, Porto Belo, Santa Catarina, em 15 de abril de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de natureza fortuita, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 27.288/2012 - Acidente da navegação envolvendo a LM "BABY IV", ocorrido nas proximidades da ilha das Cobras, Paraná, em 13 de março de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação tipificado no art. 14, alínea "a" (naufrágio), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 27.333/2012 - Fato da navegação envolvendo o NM "MSC ELENA", de bandeira panamenha, e um tripulante, ocorrido no porto de Vila do Conde, Pará, em 24 de março de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação tipificado no art. 15, alínea "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de morte por causa natural, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 27.355/2012 - Acidente da navegação envolvendo a LM "BARRACUDA", ocorrido na praia do Pulso, Ubatuba, São Paulo, em 05 de novembro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação tipificado no art. 14, alínea "a" (naufrágio), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 27.323/2012 - Fato da navegação envolvendo o NM "MARABOU", de bandeira maltesa, e a baleeira "MARABOU VALLETTA", ocorrido na praia da ilha de Barra Velha, município de Canavieiras, Bahia, em 11 de outubro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Esteve presente, pela Procuradoria, o Advogado da União, Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, fez uso da mesma a Exma. Sra. Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha que requereu autorização para delegar atribuições de instrução ao Sr. Capitão dos Portos de São Paulo, para que a autoridade faça oitiva de testemunha arrolada nos Autos do Processo nº 25.305/2010, bem como o Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha que também requereu autorização para delegar atribuições de instrução ao Sr. Capitão dos Portos da Amazônia Ocidental para que a autoridade faça oitiva de testemunha arrolada nos Autos do Processo nº 24.287/09, ambos com fulcro no art. 63 da Lei nº 2.180/54, e da Seção III, do RIPTM, sendo deferidos por unanimidade nos termos do art. 16, letra "b", da Lei nº 2.180/54 e nada mais havendo a tratar, às 15h20min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, 21 de março de 2013.
Vice-Almirante (RM1)LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO
SESSÃO DE 4 DE ABRIL DE 2013 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 24.995/2010 - Fato da navegação envolvendo o NM "CAPE CHARLES", de bandeira panamenha, ocorrido quando atracado no TECONDI, porto de Santos, São Paulo, em 01 de maio de 2009.

Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : TECONDI - Terminal para Contêineres da Margem Direita S/A
Advogado : Dr. Nilo Dias de Carvalho Filho (OAB/SP 69.555)

Nº 26.267/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e um de seus ocupantes, ocorridos no rio Caveiras, Lages, Santa Catarina, em 31 de outubro de 2010.

Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Idanir da Fonseca (Proprietário)
Advogado : Dr. Fabiano Salles Bunn (OAB/SC 16.220)

Nº 25.436/2010 - Fato da navegação envolvendo o BP "DON ANDRÉ" e um tripulante, ocorrido na praia da Armação, Penha, Santa Catarina, em 24 de junho de 2010.

Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Nelzi Assi Veloso (Mestre) e
: Nicélio Assi Veloso (Proprietário)
Advogado : Dr. Sidney de Souza (OAB/SC 10.455)

Nº 25.497/2010 - Acidente da navegação envolvendo a LM "MANGUEZAL", seus ocupantes e a LM "LUZ DO SOL II", ocorrido no rio Casqueiro, nas proximidades de São Vicente, São Paulo, em 24 de novembro de 2009.

Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Edson Luiz de Souza (Condutor inabilitado)
Advogado : Dr. João de Souza Vasconcelos Neto (OAB/SP 175.019)
: Daniel Ravanelli Losada (Proprietário)
Advogado : Dr. Armando Cunha Júnior (OAB/SP 78.533)
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 25 de março de 2013.

DESPACHO
Em 25 de março de 2013

Admito, nos termos do art. 22, letra "f", c/c o art. 105, letra "c", da Lei nº 2.180/54 e com o art. 143 do Regimento Interno Processual do Tribunal Marítimo, o Recurso de Embargos de Declaração interposto em 19MAR2013 por ANTONIO MONTEIRO DE SOUZA, Adv. Dr. Renan de Araujo de Souza - Defensor Público Federal (protocolo Nº 1574/2013).

Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 243, DE 22 DE MARÇO DE 2013(*)

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 3º da Portaria Interministerial nº 25, de 5 de fevereiro de 2013, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo de vagas do cargo de docente da Carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, por instituição de ensino, em conformidade com o Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A realização do concurso público e a nomeação dos candidatos aprovados deverão ocorrer conforme o disposto na Portaria Interministerial MP/MEC nº 25, de 2013.

Art. 3º A Instituição Federal de Ensino publicará no Diário Oficial da União extratos dos editais de concurso, que conterão as seguintes informações:

I - período, local, pré-requisitos e valor da inscrição;
II - denominação do cargo;
III - remuneração inicial;
IV - quantitativo de vagas;
V - prazo de validade do concurso; e
VI - local e sítios eletrônicos em que o inteiro teor do edital pode ser encontrado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

IFES	QUANTITATIVO DOCENTE EBTT
Universidade Federal de Alagoas	7
Universidade Federal de Campina Grande	3
Universidade Federal de Juiz de Fora	5
Universidade Federal de Minas Gerais	15
Universidade Federal de Roraima	5
Universidade Federal de Santa Maria	21
Universidade Federal de Sergipe	9
Universidade Federal de Uberlândia	5
Universidade Federal de Viçosa	3
Universidade Federal do Acre	9
Universidade Federal do Maranhão	2
Universidade Federal do Pará	16
Universidade Federal do Piauí	18
Universidade Federal do Rio de Janeiro	7
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	6
Universidade Federal do Triangulo Mineiro	1
Universidade Federal Fluminense	15
Universidade Federal Rural de Pernambuco	3

(*) N. da Coejo: Publicada nessa data, por ter sido omitida no DOU de 26/3/2013.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 492, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e, considerando; - O Edital n°. 14/2012 - UFPI, publicado no D.O.U. de 10.12.2012 e retificação publicada no D.O.U. de 23.01.2013; - o Processo n°. 23111.012430/2012-84, resolve:

Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargos docentes da Carreira do Magistério Superior, em regime de Dedicação Exclusiva, para o cargo de Professor Classe Auxiliar, para os Campi e áreas, abaixo descritos, da forma como segue:

CAMPUS "AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL"

1. Administração Geral - Habilitando e classificando para nomeação os candidatos LEONARDO VICTOR DE SÁ PINHEIRO (1° colocado) e MAURÍCIO MENDES BOAVISTA DE CASTRO (2° colocado).

2. Bioquímica - Habilitando as candidatas REGINA MARIA SOUSA DE ARAÚJO (1ª colocada) e DALILA DE BRITO MARQUES RAMOS (2ª colocada), classificando para nomeação a primeira habilitada.

3. Ciências Contábeis - Habilitando os candidatos JOÃO CARLOS HIPÓLITO BERNARDES DO NASCIMENTO (1° colocado) e AIESKA MENDES GONÇALVES CORDEIRO (2ª colocada), classificando para nomeação o primeiro habilitado.

4. Direito - Habilitando os candidatos SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO (1° colocado), GENY MARQUES PINHEIRO (2ª colocada), DEMERVAL NUNES DE SOUSA FILHO (3° colocado), ANDRÉ TADDEI ALVES PEREIRA PINTO BERQUÓ (4° colocado), classificando para nomeação o primeiro habilitado.

5. Enfermagem - Habilitando os candidatos ANGELINA MONTEIRO FURTADO (1ª colocada), ANGELO BRITO RODRIGUES (2° colocado), MARIANA BARBOSA DIAS (3ª colocada), LILIAN MACHADO VILARINHO (4ª colocada), JAILSON ALBERTO RODRIGUES (5° colocado), ROBERLANDIA EVANGELISTA LOPES (6ª colocada), JANAINA MARIA DOS SANTOS FRANCISCO DE PAULA (7ª colocada), BELISA MARIA DA SILVA MELO (8ª colocada), LORENA SOUSA SOARES (9ª colocada), ADELIANNA DE CASTRO COSTA (10ª colocada) e MAILSON FONTES DE CARVALHO (11ª colocada), classificando para nomeação os nove primeiros habilitados.

6. Ensino de Ciências - Habilitando as candidatas RAQUEL SOUSA VALOIS (1ª colocada), WANNA SANTOS DE ARAÚJO (2ª colocada) e PATRÍCIA DA CUNHA GONZAGA (3ª colocada), classificando para nomeação a primeira habilitada.

7. Geociências e Paleontologia - Habilitando os candidatos DANIEL COSTA FORTIER (1° colocado), ANA EMÍLIA QUEZADO DE FIGUEIREDO (2ª colocada) e PAULO VICTOR DE OLIVEIRA (3° colocado), classificando para nomeação o primeiro habilitado.

8. Libras - Habilitando e classificando para nomeação a candidata DINÁ SOUZA DA SILVA.

9. Linguagem e Educação - Habilitando as candidatas GRASIELA MARIA DE SOUSA COELHO (1ª colocada), e POLIANA REZENDE SOARES RODRIGUES (2ª colocada), classificando para nomeação a primeira habilitada.

10. Matemática/Estatística - Habilitando e classificando para nomeação o candidato MARCOS ANTÔNIO ALVES PEREIRA.

CAMPUS "SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS"

11. Sistemas de Informação - Habilitando os candidatos ROMUERE RODRIGUES VELOSO E SILVA (1° colocado), FLÁVIO HENRIQUE DUARTE DE ARAÚJO (2° colocado), LEONARDO PEREIRA DE SOUSA (3° colocado), FRANCISCO DAS CHAGAS IMPERES FILHO (4° colocado) e ALCILENE DALÍLIA DE SOUSA (5ª colocada), classificando para nomeação o primeiro habilitado.

JOSÉ ARIMATÉIA DANTAS LOPES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 957, DE 22 DE MARÇO DE 2013

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando,o que consta o processo nº 23113.023650/12-69, da Divisão de Materiais - DIMAT, datado de 18/12/2012;o parecer do Procurador Geral da UFS, folha 21, verso, do processo nº 23113.023650/12-69, resolve:

Art. 1º - Aplicar a pena de suspensão à firma L.C.M. DE SANTANA - CONDUTORES ELÉTRICOS ME, CNPJ nº 11.160.236/0001-01, em participar de licitações no âmbito da Universidade Federal de Sergipe pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 87 - III, da Lei nº 8.666/93, face ao descumprimento de cláusulas contratuais, referente à Nota de Empenho nº 2012NE800652.

Art. 2° - Está Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 958, DE 22 DE MARÇO DE 2013

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando,o que consta o processo nº 23113.023651/12-21, da Divisão de Materiais - DIMAT, datado de 18/12/2012;o parecer do Procurador Geral da UFS, folha 08, verso, do processo nº 23113.023651/12-21, resolve:

Art. 1º - Aplicar a pena de suspensão à firma JCP Informática Ltda ME, CNPJ nº 14.265.256/0001-35, em participar de licitações no âmbito da Universidade Federal de Sergipe pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 87 - III, da Lei nº 8.666/93, face ao descumprimento de cláusulas contratuais, referente à Nota de Empenho nº 2012NE800392.

Art. 2° - Está Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 966, DE 22 DE MARÇO DE 2013

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.017571/11-29/Departamento de Engenharia Civil/CCET, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 09/04/2013, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo, Assistente, Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº 035/2011, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Engenharia Civil/CCET, para a Matéria de Ensino Expressão Gráfica e Arquitetura, homologado através da Portaria nº 833, de 03/04/2012, publicada no D.O.U. de 09/04/2012, seção 1, página 13.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIAS DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/05/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, resolve:

Nº 328 - aplicar à empresa JCP INFORMÁTICA LTDA-ME, com sede à Rua Refatti, nº 186, Sala 01, Bairro Maria Goretti, Bento Gonçalves - RS, CEP 95700-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.265.256/0001-35, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor inadimplido, representado pelo Contrato nº 644/2011 (Nota de Empenho nº 2011NE8033301), bem como com sua rescisão, pela inexecução parcial das obrigações assumidas com esta Instituição, tudo com fundamento no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/1993, art. 28 do Decreto 5.450/2005, art. 9º da Lei nº 10.520/2002 e subitens 1, 1.6, 2 e 2.2 da cláusula sétima do instrumento contratual, determinando, ainda, o registro das punições e descredenciamento junto ao SICAF, como determina o § 2º do art. 1º do Decreto nº 3.722/2001, e o item 5 da cláusula sétima do Contrato mencionado. (Processo 009392/2011)

Nº 329 - aplicar à empresa L. C. DE ALMEIDA INFORMÁTICA ME, com sede à Rua dos Expedicionários, nº 1117, Bairro Jardim Copacabana, Campo Mourão - PR, CEP 87302-350, inscrita no CNPJ sob o nº 10.384.544/0001-58, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 (três) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato representando pela Nota de Empenho 2011NE803594, bem como com sua rescisão, pela inexecução total das obrigações assumidas com esta Instituição, determinando, ainda, o registro das punições e descredenciamento junto ao SICAF, tudo com fundamento nos subitens 15.1, 15.1.6, 15.2, 15.2.2 e 15.6 do Edital de Pregão nº 476/2011 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005. (Processo 013136/2011)

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 149, DE 25 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, considerando o disposto no processo e-MEC nº 20072676, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido, em caráter excepcional, o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informações Gerenciais, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, ofertado pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias, estabelecida Rodovia BA 522, Km 8, s/n, Fazenda Caroba, Caroba, no Município de Candeias, Estado da Bahia, mantido pelo Instituto de Ensino Superior de Candeias Ltda - Me, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, §7º e parágrafo único do artigo 39, do Decreto nº 5.773, de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º O curso citado no artigo anterior passa a se denominar Análise Desenvolvimento de Sistemas, Tecnológico, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 3º A Instituição de Educação Superior citada no artigo 1º desta Portaria fica convocada a celebrar, no prazo de 90 (noventa) dias, Protocolo de Compromisso com a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior com a finalidade de sanear as fragilidades identificadas por ocasião da avaliação in loco.

Parágrafo único. O Protocolo de Compromisso citado no caput tramitará via sistema e-MEC.

Art. 4º O Reconhecimento de que trata esta Portaria fica condicionado ao cumprimento, por parte da Instituição de Educação Superior, das obrigações acordadas no Protocolo de Compromisso citado no artigo anterior.

Parágrafo único. A não celebração do Protocolo de Compromisso, bem como o cumprimento insatisfatório das obrigações nele assumidas, implicará na instauração de Processo Administrativo objetivando a cassação do ato autorizativo de funcionamento do curso, nos termos do artigo 39, parágrafo único, cominado com o inciso II do artigo 63, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 5° A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 90 (noventa) dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§1° O embargo citado no caput deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastral solicitada.

§2° A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no caput para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no caput implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§4º O embargo citado no caput tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se confundindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exaradas pela presente Portaria.

Art. 6° O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 150, DE 25 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, em caráter excepcional, os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º e parágrafo único do artigo 39, do Decreto nº 5.773, de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior citadas no Anexo desta Portaria ficam convocadas a celebrar, no prazo de 90 (noventa) dias, Protocolo de Compromisso com a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior com a finalidade de sanear as fragilidades identificadas por ocasião da avaliação in loco.

Parágrafo único. O Protocolo de Compromisso citado no caput tramitará via sistema e-MEC.

Art. 3º O Reconhecimento de que trata esta Portaria fica condicionado ao cumprimento, por parte das Instituições de Educação Superior, das obrigações acordadas no Protocolo de Compromisso citado no artigo anterior.

Parágrafo único. A não celebração do Protocolo de Compromisso, bem como o cumprimento insatisfatório das obrigações nele assumidas, implicará na instauração de Processo Administrativo objetivando a cassação do ato autorizativo de funcionamento do curso, nos termos do artigo 39, parágrafo único, cominado com o inciso II do artigo 63, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4° A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 90 (noventa) dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§1° O embargo citado no caput deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastral solicitada.

§2° A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no caput para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no caput implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§4º O embargo citado no caput tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se confundindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exaradas pela presente Portaria.

Art. 5° O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	20070028	FILOSOFIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	SINAL - FACULDADE DE TEOLOGIA E FILOSOFIA	COMUNIDADE BÍBLICA SINAL	AV. FRANCISCO PINHEIRO DE MORAES, 793 LOTEAMENTO SANTO AFONSO, RIO BRANCO - AC
2.	20073644	ENFERMAGEM (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA	FISMA - FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA LTDA.	UNIDADE SEDE - RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 26, CENTRO, CENTRO, SANTA MARIA - RS
3.	20075052	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MORUMBI SUL	ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL MORUMBI SUL LTDA - EPP	AVENIDA NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO, 351, MORUMBI SUL, SÃO PAULO - SP
4.	20075479	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SENA AIRES	CENTRO TECNOLÓGICO DE EDUCAÇÃO SENA AIRES LTDA	RUA ACRE QUADRA 2, 17/18, CHÁCARAS ANHANGUERA, VALPARAÍSO DE GOIÁS- GO
5	20077290	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CALDAS NOVAS	SOCIEDADE DE ENSINO DE CALDAS NOVAS LTDA - ME	AVENIDA PORTAL DO LAGO, QUADRA 09, 01 A 28, LOTEAMENTO PORTAL DO LAGO, CALDAS NOVAS - GO
6	20078325	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CETEP	ASSOCIAÇÃO CETEP DE ENSINO SUPERIOR	RUA FRANCISCO TORRES, 768, CENTRO, CURITIBA - PR
7	20078561	TEOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DA IGREJA MINISTERIO FAMA	ORGANIZAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL FILANTROPICA	RUA FLORIANÓPOLIS, 220, QD 11 LOTE 06, VILA PARAISO, GOIANIA - GO
8	20079358	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA INED - UNIDADE IPATINGA	ASSEDIPA CURSOS E TREINAMENTOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA - EPP	RUA POUSO ALEGRE, 216, CENTRO, IPATINGA - MG
9	20079359	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA INED - UNIDADE IPATINGA	ASSEDIPA CURSOS E TREINAMENTOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA - EPP	RUA POUSO ALEGRE, 216, CENTRO, IPATINGA - MG
10	20079505	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SÃO FRANCISCO	UNIÃO DE ENSINO SÃO FRANCISCO LTDA - EPP	PRAÇA JOAQUIM ALVES DE SOUZA 40, BAMBÉ. BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES
11	20079947	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE LUIZ EDUARDO MAGALHÃES	ASOB - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR D'OESTE BAIANO	AVENIDA JUSCELINO KUBISTCHECK, LOTE APMLEM 2, LOTEAMENTO MIMOSO, LUIZ EDUARDO MAGALHÃES-BA.
12	200710152	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ALVORADA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	SETEC - SOC. DE ENSINO, TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E CULTURA	SEPN 516 - W3 - ED CARLTON CENTER, ENTRADA PRINCIPAL, 516, ASA NORTE, BRASILIA - DF
13	200711330	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE ATENEU	ATENEU INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA LTDA - EPP	RUA PROFESSOR ANNOR SILVA, 106, COQUEIRAL DE ITAPARICA, VILA VELHA - ES
14	200712870	BIOMEDICINA (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA REUNIDA	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA DA AMAZONIA S/A	AV BRASIL, 1435, ALTO PARANÁ, REDENÇÃO - PA
15	200712872	ZOOTECNIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA REUNIDA	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA DA AMAZONIA S/A	AV BRASIL, 1435, ALTO PARANÁ, REDENÇÃO - PA
16	200812468	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	400 (quatrocentas)	FACULDADE DE NANUQUE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE NANUQUE LTDA.	RUA NELÍCIO CORDEIRO, S/Nº, ISRAEL PINHEIRO, ISRAEL PINHEIRO, NANUQUE - MG

PORTARIA Nº 151, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta da Nota Técnica CGFPR/DIREG/SERES/MEC nº 179, de 26/03/2013, e Registro e-MEC nº 200713055, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Torna-se sem efeito o disposto na linha 05 do Anexo da Portaria SERES nº 110, de 25 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de junho de 2012, seção 1, página 132.

Art. 2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União nº 120, de 22 de junho de 2012, Seção 1, página 8, no Art. 1º da Portaria SERES nº 96, de 21 de junho de 2012, onde se lê: "80 (oitenta)", leia-se: "40 (quarenta)", conforme Nota Técnica CGFPR/DIREG/SERES/MEC nº 178 de 26/03/2013. (Registro e-MEC nº 200809129).

No Diário Oficial da União nº 225, de 24 de novembro de 2011, Seção 1, página 57, na linha 27 do Anexo da Portaria SERES nº 470, de 22 de novembro de 2011, onde se lê: "História (Bacharelado)", leia-se: "História (Licenciatura)", conforme Nota Técnica CGFPR/DIREG/SERES/MEC nº 177 de 26/03/2013. (Registro e-MEC nº 201003133).

No Diário Oficial da União nº 150, de 5 de agosto de 2011, Seção 1, página 58, na linha 01 do Anexo da Portaria SERES nº 323, de 4 de agosto de 2011, onde se lê: "SHIS QI 7 Conjunto 10 Bloco E e F s/n, Lago Sul, Brasília/DF", leia-se: "SMPW, Quadra 03, Conjunto 1, Lote 11, s/n, Brasília/DF", conforme Nota Técnica CGFPR/DIREG/SERES/MEC nº 175 de 26/03/2013. (Registro e-MEC nº 201006797).

No Diário Oficial da União nº 141, de 25 de julho de 2011, Seção 1, página 21, na linha 01 do Anexo da Portaria SERES nº 283, de 22 de julho de 2011, onde se lê: "60 (sessenta)", leia-se: "120 (cento e vinte)", conforme Nota Técnica CGFPR/DIREG/SERES/MEC nº 176 de 26/03/2013. (Registro e-MEC nº 201003125).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 363, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Homologa o concurso público para provimento de cargos efetivos de professor da carreira do magistério superior Campus Juiz de Fora.

A Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições legais e as competências que lhe foram delegadas pelo Magnífico Reitor através da Portaria nº 115, de 07/02/2011, DOU de 20/04/2012, ratificada pela Portaria nº 334 de 19/04/2012, DOU de 20/04/2012, e de acordo com o Edital nº 51/2012-PRORH, DOU de 09/11/2012, resolve:

I - Homologar o(s) Concurso(s) Público(s) para provimento de cargos efetivos da Carreira do Magistério Superior e divulgar a relação de candidatos aprovados, conforme abaixo discriminado:

A - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
A.1 - DEPTO. DE FINANÇAS E CONTROLADORIA
A.1.1 - Concurso 44 - Processo nº. 23071.012705/2012-83
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

A.1.2 - Concurso 45 - Processo nº. 23071.012704/2012-39
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	ANGELINO FERNANDES SILVA	7,73

B - FACULDADE DE DIREITO
B.1 - DEPTO. DE DIREITO PÚBLICO FORMAL E ÉTICA PROFISSIONAL
B.1.1 - Concurso 47 - Processo nº. 23071.012981/2012-41
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	FERNANDO GUILHON DE CASTRO	6,83
2º	MARILU FREITAS	6,80
3º	JULIANO OLIVEIRA BRANDIS	6,50

C - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
C.1 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO
C.1.1 - Concurso 52 - Processo nº. 23071.012971/2012-14
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	JOSÉ GUILHERME BROCKINGTON	7,13

C.1.2 - Concurso 54 - Processo nº. 23071.012975/2012-94 - 2º Período de inscrições
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	RITA DE CÁSSIA PIMENTA DE A. CAMPELO	8,15

D - FACULDADE DE ENFERMAGEM
D.1 - DEPTO. DE ENFERMAGEM BÁSICA
D.1.1 - Concurso 56 - Processo nº. 23071.012780/2012-44
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	ELISA DE OLIVEIRA MARSICANO	7,58
2º	ANGÉLICA DA C. O. COELHO FABRI	7,42
3º	NÁDIA FONTOURA SANHUDO	7,34
4º	MARCELO HENRIQUE DA SILVA	6,81
5º	FERNANDA MAZZONI DA COSTA	6,59

E - FACULDADE DE ENGENHARIA
E.1 - DEPTO. ARQUITETURA E URBANISMO
E.1.1 - Concurso 57 - Processo nº. 23071.011310/2012-63
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	RAQUEL VON RANDOW PORTES	8,57
2º	FABIANA MENDES TAVARES	7,65
3º	MARIA LUISA GAMBÔA CARCERERI	7,55

E.1.2 - Concurso 59 - Processo nº. 23071.013021/2012-07
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	ERNANI SIMPLICIO MACHADO	7,97
2º	ALINE CALAZANS MARQUES	7,68
3º	DANIELA PRADO TAVARES	7,53

E.2 - DEPTO. ENERGIA ELÉTRICA
E.2.1 - Concurso 69 - Processo nº. 23071.012904/2012-91
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

F - FACULDADE DE MEDICINA
F.1 - DEPTO. MATERNO INFANTIL
F.1.1 - Concurso 93 - Processo nº. 23071.012875/2012-68
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	ADRIANNE MARIA BERNO DE REZENDE DUARTE	8,21

F.2 - DEPTO. SAÚDE COLETIVA
F.2.1 - Concurso 95 - Processo nº. 23071.012944/2012-33
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	MÁRIO CÍRIO NOGUEIRA	9,15
2º	GISELE APARECIDA FOFANO	7,80
3º	IZABELA PALITOT DA SILVA	7,68

G - INSTITUTO DE ARTES E DESIGN
G.1 - DEPTO. DE ARTES E DESIGN
G.1.1 - Concurso 99 - Processo nº. 23071.012928/2012-41
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	LUIS CLAUDIO COSTA FAJARDO	8,55

H - INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS
H.1 - DEPTO. FÍSICA
H.1.1 - Concurso 107 - Processo nº. 23071.012699/2012-64
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	BENJAMIN FRAGNEAUD	8,10
2º	TULIO COSTA RIZUTI DA ROCHA	7,92
3º	ALEXANDRE PINHEIRO DA SILVA	7,50

H.2 - DEPTO. QUÍMICA
H.2.1 - Concurso 110 - Processo nº. 23071.012427/2012-64
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	FERNANDO BARCELLOS RAZUCK	7,04

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACKELINE FERNANDES FAYER

PORTARIA Nº 364, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Homologa o concurso público para provimento de cargos efetivos de professor da carreira do magistério superior Campus Juiz de Fora.

A Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições legais e as competências que lhe foram delegadas pelo Magnífico Reitor através da Portaria nº 115, de 07/02/2011, DOU de 20/04/2012, ratificada pela Portaria nº 334 de 19/04/2012, DOU de 20/04/2012, e de acordo com o Edital nº 57/2012-PRORH, DOU de 21/12/2012, resolve:

I - Homologar o(s) Concurso(s) Público(s) para provimento de cargos efetivos da Carreira do Magistério Superior e divulgar a relação de candidatos aprovados, conforme abaixo discriminado:

A - FACULDADE DE ECONOMIA
A.1 - DEPTO. DE ECONOMIA
A.1.1 - Concurso 117 - Processo nº. 23071.015669/2012-18
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

A.1.2 - Concurso 118 - Processo nº. 23071.015672/2012-23
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	EDUARDO SÁ BARRETO CRUZ	7,97
2º	RICARDO LUIZ CHAGAS AMORIM	7,62

B - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
B.1 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO
B.1.1 - Concurso 119 - Processo nº. 23071.015544/2012-80
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	KATIUSCIA CRISTINA VARGAS ANTUNES	6,99

B.1.2 - Concurso 120 - Processo nº. 23071.017414/2012-81
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	REGINALDO FERNANDO CARNEIRO	7,42

C - INSTITUTO DE ARTES E DESIGN
C.1 - DEPTO. DE ARTES E DESIGN
C.1.1 - Concurso 134 - Processo nº. 23071.012927/2012-04
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	FERNANDO DEL CARO SECOMANDI	8,32

C.1.2 - Concurso 135 - Processo nº. 23071.012929/2012-95
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	IVAN MOTA SANTOS	7,35

C.1.3 - Concurso 136 - Processo nº. 23071.012931/2012-64
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: 20 horas

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	MARINA CAVALCANTI TEDESCO	9,27
2º	ROGÉRIO TERRA JÚNIOR	9,03

D - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
D.1 - DEPTO. DE CIÊNCIA DA RELIGIÃO
D.1.2 - Concurso 140 - Processo nº. 23071.015781/2012-41
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	JIMMY SUDARIO CABRAL	8,25
2º	RODRIGO COPPE CALDEIRA	7,86
3º	CARLOS RIBEIRO CALDAS FILHO	7,74
4º	MARIA CECÍLIA S.R.S. RODRIGUES	7,28

D.1.3 - Concurso 141 - Processo nº. 23071.015782/2012-95
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	CLODOMIR BARROS DE ANDRADE	7,88
2º	JOAQUIM ANTONIO B. C. MONTEIRO	7,65
3º	HUMBERTO SCHUBERT COELHO	6,77

D.2 - DEPTO. DE CIÊNCIAS SOCIAIS
D.2.1 - Concurso 142 - Processo nº. 23071.012997/2012-54
Classe: Professor "Auxiliar, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	CHRISTIANE JALLES DE PAULA	8,19

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACKELINE FERNANDES FAYER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PORTARIA Nº 3.252, DE 25 DE MARÇO DE 2013

O Diretor do Instituto de Geociências do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 4314, publicada no DOU nº 229 Seção 2, de 1/12/2010, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Substituto referente, ao edital nº 294 de 3/12/2012, publicado no DOU nº 233, de 4/12/2012:

Departamento de Geografia
Setorização:Geoprocessamento
1- Bruno Henriques Coutinho
2- Stella Procópio da Rrocha

ISMAR DE SOUZA CARVALHO

PORTARIA Nº 3.262, DE 25 DE MARÇO DE 2013

O Diretor do Instituto de Geociências do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 4314, publicada no DOU nº 229 Seção 2, de 1/12/2010, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Substituto, referente ao edital nº 294 de 3/12/2012, publicado no DOU nº 233, de 4/12/2012;

Departamento de Geografia
Setorização: Climatologia Geográfica
1- Tatiana dos Santos Malheiros
2- Rapahel Nunes de Souza

ISMAR DE SOUZA CARVALHO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

PORTARIA Nº 3.207, DE 23 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Colégio de Aplicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeada pela Portaria nº 229, de 26 de janeiro de 2010, publicada no DOU nº 18 - Seção II, de 27 de janeiro de 2010, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao Edital nº 48, de 15/3/2013, publicado no DOU nº 52, de 18/3/2013, Seção III, pp. 76-7, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Setor de Orientação Educacional
1. Andréa Almeida Pereira Gallo

CELINA MARIA DE SOUZA COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 298, DE 20 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.063001/2012-60, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Sociologia e Ciências Políticas - SPO/CFH, instituído pelo Edital nº 04/DDP/2013, de 14 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 32, Seção 3, de 18/02/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Sociologia/Ciência Política

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Yasmin Azucena Calmet Ipince	8,58
2º	Tiago Menna Franckini	8,33
3º	Camila Oliveira do Valle	8,31
4º	Gustavo Rinaldi Althoff	8,30
5º	Lucas Maciel Ferreira	7,12

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 300, DE 21 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007553/2013-79, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Artes e Libras - DALI/CCE, instituído pelo Edital nº 11/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Ensino/Aprendizagem de Libras

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 02 (duas).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Rimar Ramalho Segala	8,75
2º	Carolina Ferreira Pego	7,49
3º	Juliana Tasca Lohn	7,47
4º	José Carlos de Oliveira	7,31
5º	João Paulo Ampessan	7,02

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 303, DE 21 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.005092/2013-08, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Física - FSC/CFM, instituído pelo Edital nº 09/DDP/2013, de 28 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 41, Seção 3, de 01/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Mecânica, Equações de Maxwell

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 02 (duas).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Paulo Juliano Liebgott	9,32
2º	Fábio Moreira de Oliveira	8,90
3º	Eduardo Müller dos Santos	8,53
4º	Gustavo Tontini	8,25
5º	Rodrigo Maia Cardozo	8,21
6º	Armando Valério Di Bernardi de Assis	7,99
7º	Agleisson Gonçalves de Freitas	7,89
8º	Marcelo Correa Ribeiro	7,77
9º	Lucas Natálio Chavero	7,57
10º	Junior Antunes Koch	7,42
11º	Rafael Heleno Campos	7,01

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 304, DE 21 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.003577/2013-59, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Administração - CAD/CSE, instituído pelo Edital nº 06/DDP/2013, de 21 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 36, Seção 3, de 22/02/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Administração Geral
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Rebeca de Moraes Ribeiro de Barcellos	9,16

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 325, DE 25 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007440/2013-73, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA/CED, instituído pelo Edital nº 11/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Matemática
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Alana Godoy Lacava	9,33
2º	Ivandra Kremer	9,00
3º	Márian Conceição	8,20
4º	Juciara Guimarães Carvalho	8,13
5º	Thuysa Schlichting de Souza	8,00
6º	Carla Terezinha Botelho Torrez	7,00

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 326, DE 25 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007441/2013-18, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA/CED, instituído pelo Edital nº 11/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Artes Visuais
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Patrícia Nunes Martins	9,30
2º	Maria Cristina Ratto Diederichsen	8,30
3º	Bianca Scliar Cabral Mancini	8,22
4º	Micheline Raquel de Barros	7,76

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 327, DE 25 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.002872/2013-98, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Curitibanos - CBS, instituído pelo Edital nº 09/DDP/2013, de 28 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 41, Seção 3, de 01/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Recursos Florestais e Engenharia Florestal

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Karina Montibeller da Silva	9,28
2º	David Alexandre Buratto	7,24

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 328, DE 25 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007186/2013-11, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos - EQA/CTC, instituído pelo Edital nº 11/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Tecnologia Química
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Cristiane da Costa Bresolin	9,15
2º	Gabriela Carvalho Collazzo	8,67
3º	Rafaela Bohaczuk Venturelli	8,15
4º	Natan Padoin	8,11

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 329, DE 25 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.003856/2013-12, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Joinville - JOI, instituído pelo Edital nº 09/DDP/2013, de 28 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 41, Seção 3, de 01/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Mecânica do Vôo
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Antônio Otaviano Dourado	8,8

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 330, DE 25 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.006690/2013-96 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ciências Morfológicas - MOR/CCB, instituído pelo Edital nº 11/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Anatomia Humana
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Marcia Cristina de Carvalho	9,04
2º	Daniel Martinez Saez	9,02

BERNADETE QUADRO DUARTE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 331, DE 25 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007105/2013-75, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética - BEG/CCB, instituído pelo Edital nº 11/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Biologia Celular
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Alice Heidrich Prompt	8,25
2º	Diana Heck	8,00
3º	Fernanda Rosene Melo	7,78
4º	Fernanda Katharine de Souza Lins Borba	7,75

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 334, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.004400/2013-70, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Estudos Especializados em Educação EED/CED, instituído pelo Edital nº 06/DDP/2013, de 21 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 36, Seção 3, de 22/02/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Organização Escolar
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Gestine Cassia Trindade	9,30
2º	Natacha Eugênia Janata	9,10

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 335, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.004395/2013-03, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Estudos Especializados em Educação - EED/CED, instituído pelo Edital nº 06/DDP/2013, de 21 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 36, Seção 3, de 22/02/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Teorias da Educação
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	João Paulo Pooli	9,50
2º	Raôni Borges	8,33
3º	Mariana De Bastiani Lange	8,19

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 336, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007979/2013-22, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ciências Farmacêuticas - CIF/CCS, instituído pelo Edital nº 11/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Estágio Supervisionado em Farmácia, área da Saúde Coletiva Atenção à Saúde I.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Fabíola Bagatini Buendgens	10,00
2º	Fernanda Manzini	8,37
3º	Giovanni Loos Queiroz Felix	7,07

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 337, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.049752/2012-73, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Fonoaudiologia FONO/CCS, instituído pelo Edital nº 011/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Audiologia
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Nicole Valverde Mafra	8,81
2º	Luciana Berwanger Cigar	8,09

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 338, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.006063/2013-55, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural ZOT/CCA, instituído pelo Edital nº 09/DDP/2013, de 28 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 41, Seção 3, de 01/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Suinocultura e Nutrição de Monogástricos
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Lucélia Hauptli	9,44
2º	Edenilse Gopinger	8,59

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 339, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007398/2013-91, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Expressão Gráfica EGR/CCE, instituído pelo Edital nº 11/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Animação
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Eduardo Napoleão	8,00

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 340, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.002877/2013-11, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Araranguá - ARA, instituído pelo Edital nº 09/DDP/2013, de 28 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 41, Seção 3, de 01/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Fisioterapia e Fisiologia
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Roberta de Almeida Pessi	8,60
2º	Ana Inês Gonzáles	8,17
3º	Mireli Venâncio Mendonça	7,97

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 341, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007757/2013-18, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Araranguá - ARA, instituído pelo Edital nº 11/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Matemática
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).
Não houve candidatos aprovados

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 342, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.002885/2013-67, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Araranguá - ARA, instituído pelo Edital nº 09/DDP/2013, de 28 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 41, Seção 3, de 01/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Neurofisiologia
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 02 (duas).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Poliana Penasso Bezerra	9,76
2º	Aderbal Silva Aguiar Júnior	9,43
3º	Paulo José Barbosa Gutierres Filho	7,73
4º	Lunara Basqueroto Della Justina	7,33
5º	Ana Elisa Speck Aguiar	7,28

BERNADETE QUADRO DUARTE

PORTARIA Nº 343, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.006647/2013-21, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Serviço Social - DSS/CSE, instituído pelo Edital nº 11/DDP/2013, de 04 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 44, Seção 3, de 06/03/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Fundamentos do Serviço Social
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 02 (duas).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Arnaldo Xavier	7,27
2º	Daniele Cima Cardoso	7,20

BERNADETE QUADRO DUARTE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 231/DDP/2013, de 12 de março 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 50, Seção 1, página 12, de 14.03.2013, onde se lê "Classificação: 1º: Augiza Carla Boso " leia-se..." Classificação: 1º : Augiza Karla Boso ..:"

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 25 de março de 2013

Processo nº: 17944.000026/2013-23.
Interessados: Governo do Estado do Rio Grande do Norte e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, com a interveniência do BNDES, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, ambos relativos a Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte e o BNDES, no valor de R$ 250.674.000,00 (duzentos e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e quatro mil reais), cujos recursos serão destinados ao financiamento, no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVESTE, de despesas de capital, realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012, relativas à amortização do principal da dívida do ente federativo com o BNDES, contratada em 30 de junho de 2010 (Contrato nº 10.2.0244.1).
Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem assim o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, autorizo as contratações, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Processo nº: 17944.001447/2012-91.
Interessados: Governo do Estado do Rio Grande do Norte e Banco do Brasil S/A.
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, ambos relativos a Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Banco do Brasil S/A em 29 de janeiro de 2013, no valor de R$ 363.851.000,00 (trezentos e sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e um mil reais), cujos recursos serão destinados à realização de despesas de capital no âmbito do Programa de Apoio ao

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVESTE.
Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem assim o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, autorizo as contratações, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Interino

BANCO DO BRASIL S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2013

Em trinta de janeiro de dois mil e treze, às dez horas, na sede social da empresa, no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 24º andar (parte), Asa Sul - Brasília (DF), sob a presidência do Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8), com a participação dos Conselheiros Adriana Queiroz de Carvalho, Aldemir Bendine, Bernardo Gouthier Macedo, Henrique Jäger. e Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça. Estiveram presentes, também, os Srs. Antonio Pedro da Silva Machado, Diretor Jurídico, e Marco Antonio Ascoli Mastroeni, Diretor de Estratégia e Organização. O Conselho de Administração decidiu: 1. Aprovar: (...) i) a aquisição, pelo Banco do Brasil ou pela BB Seguros Participações S.A., de participação acionária no IRB - Brasil Resseguros S.A., conforme a Nota Diseg-2013/8024001, de 18.01.2013, aprovada no Conselho Diretor em 24.01.2013, condicionada à comprovação dos valores da negociação por meio de fairness opinion emitida por empresa contratada; j) o encaminhamento à deliberação da Assembléia Geral de Acionistas do Banco do Brasil a proposta de abertura de capital da BB Seguridade Participações S.A., conforme a Nota conjunta Diseg/Dimec-2013/9974009, de 15.01.2013, aprovada no Conselho Diretor em 24.01.2013; (...) Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, ass.) Luiz Cláudio Ligabue, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros. Ass.) Nelson Henrique Barbosa Filho, Adriana Queiroz de Carvalho, Aldemir Bendine, Bernardo Gouthier Macedo, Henrique Jäger e Sergio Eduardo Arbulu Mendonça. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO Nº 28 PAGS 02 a 05. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 13.03.2013 sob o número 20130248428 - Mônica Amorim Meira - Secretária-Geral

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.200, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Estabelece limites e condições para execução do contrato de swap de moedas locais entre o Banco Central do Brasil e o Banco Popular da China.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 21 de março de 2013, com fundamento no art. 4º, inciso V, da Lei nº 4.595, de 1964, no art. 6º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, e nos arts. 7º e 10, § 1º, da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, resolveu:

Art. 1º Aplicam-se ao contrato de swap de moedas a ser firmado entre o Banco Central do Brasil e o Banco Popular da China, nos termos do art. 6º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, os limites e condições estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º O valor em aberto das operações decorrentes do contrato referido no art. 1º não ultrapassará o montante agregado de BRL 60 bilhões (sessenta bilhões de reais), admitindo-se a realização de operações por até 3 (três) anos contados da data de sua assinatura, podendo, entretanto, ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.

Art. 3º Os valores em reais recebidos pelo Banco Popular da China serão creditados em conta especial de depósito aberta em seu nome no Banco Central do Brasil, sem remuneração ou acesso a crédito, cuja utilização será restrita às movimentações de recursos vinculadas à execução do contrato de que trata o art. 1º.

Art. 4º O Banco Central do Brasil, quando da contratação das operações de que trata esta Resolução, deverá observar as taxas de câmbio, relativas às duas moedas, praticadas nos mercados cambiais nacional e internacional e as taxas de juros e prêmios de riscos das obrigações soberanas transacionadas nos mercados financeiros nacional e internacional, de forma a assegurar que as condições estabelecidas e acordadas garantam o equilíbrio econômico-financeiro dos haveres e/ou das obrigações eventualmente assumidos.

Art. 5º O Banco Central do Brasil adotará as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAMIR LOPES
Presidente do Banco Central do Brasil
Substituto

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.913, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 26/03/2013, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
PARTNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 00.223.215/0001-71

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 303, Brasília/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 09 DE ABRIL DE 2013 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA

01 - Processo: 13982.000477/2010-19 - Recorrente: LATICÍNIOS GALVÃO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL - Exclusão.

02 - Processo: 13982.001407/2009-36 - (Apenso processo nº 13982.001109/2009-46, com recurso voluntário próprio, juntado no CARF) - Recorrente: LATICÍNIOS GALVÃO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL - Omissão de Receitas.

03 - Processo: 19515.002058/2009-62 - Recorrente: TAHA ADMINISTRAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Reflexos - Arbitramento.

04 - Processo: 10880.726825/2012-95 - Recorrente: FLEURY S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Arbitramento.

05 - Processo: 10660.725261/2010-04 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PASTIFÍCIO SANTA AMÁLIA S/A. - Matéria: IRPJ - Falta de declaração/recolhimento.

Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR

06 - Processo: 10070.002268/2002-86 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - IRPJ.

07 - Processo: 10245.000115/2009-21 - Embargos de Declaração - Embargante: OURO VERDE AGROSILVOPASTORIL LTDA. - Embargada: Primeira Turma da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, IRRF, Cofins, PIS e CSLL.

Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO

08 - Processo: 19515.004054/2007-57 - Recorrente: CURITIBA EMPREENDIMENTOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ

Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA

09 - Processo: 11040.720347/2012-64 - Recorrente: RINALDO GUERRA CECERE - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Reflexos

10 - Processo: 15563.000444/2010-27 - Recorrente: IMBRA - DISTRIBUIDORA E RECICLAGEM DE METAIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins - Omissão de receitas.

Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA

11 - Processo: 13609.000814/2009-93 - Recorrente: RIO PARACATU MINERAÇÃO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

DIA 09 DE ABRIL DE 2013 ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA

12 - Processo: 10530.726113/2010-84 - Recorrente: MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Glosa de Custos e Despesas.

13 - Processo: 16643.000421/2010-95 - Recorrente: PLANOVA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL. - Amortização de Ágio.

14 - Processo: 15586.001637/2009-01 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Glosa de custos e despesas.
Julgamento adiado para 06/03/2013.

15 - Processo: 15586.001638/2010-81 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Glosa de custos e despesas.
Julgamento adiado para 06/03/2013.

16 - Processo: 19515.000816/2007-46 - Recorrente: EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Multa Isolada - Compensação Indevida.

Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR

17 - Processo: 19515.005924/2009-77 - Recorrente: PUBLICAR DO BRASIL LISTAS TELEFÔNICAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

18 - Processo: 13807.010695/2003-55 - Recorrente: PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - PER/DCOMP.

19 - Processo: 16643.000385/2010-60 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO

20 - Processo: 10830.009519/2008-08 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

21 - Processo: 10830.016840/2009-11 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA

22 - Processo: 15868.720125/2011-98 - Recorrente: BRACOL HOLDING LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

23 - Processo: 10830.003272/2010-22 - Recorrente: EURO PETRÓLEO DO BRASIL LTDA. - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins - Omissão de receitas.

Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA

24 - Processo: 10980.725765/2010-01 - Recorrente: KRAFT FOODS BRASIL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

25 - Processo: 10580.007885/2006-41 - Recorrente: CEPEL AGROPECUÁRIA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros.

DIA 10 DE ABRIL DE 2013 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA

26 - Processo: 16327.720438/2011-26 - Recorrente: UNIBANCO CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO S/A. (Responsável: Itaú Corretora de Valores S/A.) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Distribuição Disfarçada de Lucros.

27 - Processo: 10980.002074/2009-94 - Recorrente: KRAFT FOODS BRASIL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL. - Compensação de Prejuízos e Bases Negativas.

28 - Processo: 16643.000142/2010-21 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

29 - Processo: 16643.000144/2010-11 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR

30 - Processo: 13971.001207/2003-17 - Recorrente: KARSTEN S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP.

31 - Processo: 16327.001660/2010-45 - Recorrente: BANCO J.P. MORGAN S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO

32 - Processo: 10320.003164/2010-18 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SÃO LUIS FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA. - Matéria: IRPJ.

Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA

33 - Processo: 15540.720195/2012-10 - Recorrente: M J LAGOS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins - Omissão de receitas.

Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA

34 - Processo: 10283.005503/2003-57 - Recorrente: CEMAZ INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2013 ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA

35 - Processo: 16682.720216/2010-83 - Recorrente: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior.

36 - Processo: 10530.722236/2011-27 - Recorrente: FARMÁCIA REMÉDIO BARATO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Glosa de perdas.

37 - Processo: 10980.722855/2011-13 - Recorrente: HSBC BANK BRASIL S/A. - BANCO MÚLTIPLO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Juros da dívida pública de títulos emitidos no exterior

38 - Processo: 10983.721216/2010-20 - Recorrente: ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Diferimento de tributação. - Julgamento adiado para 07/03/2013.

39 - Processo: 16306.000280/2009-06 - Recorrente: TELEFÔNICA BRASIL S/A (Sucessora por incorporação de Vivo Participações S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Saldo Negativo - IRPJ.

40 - Processo: 16327.002051/2007-16 - Recorrente: BANCO PINE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Juros sobre capital próprio.

Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR

41 - Processo: 15374.720068/2009-84 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A. - EMBRATEL - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Saldo Negativo do IRPJ.

42 - Processo: 16643.000108/2010-57 - Recorrente: GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

43 - Processo: 16643.720030/2011-71 - Recorrente: SABO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ. -

Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO

44 - Processo: 10480.722521/2009-66 - Recorrente: SISTEMA RECIFENSE DE MÁQUINAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA

45 - Processo: 11080.000107/2010-10 - Recorrente: PROAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Reflexos - SIMPLES - EXCLUSÃO.

46 - Processo: 10240.720461/2010-11 - Recorrente: PORTO REAL VIAGENS E TURISMO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - Omissão de receitas.

Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA

47 - Processo: 10680.004654/2007-39 - Recorrente: EDILSON FERREIRA DE SOUZA -Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES.

48 - Processo: 10280.720138/2006-87 - Recorrente: EICO SISTEMAS E CONTROLES LTDA. - EPP - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros.

DIA 11 DE ABRIL DE 2013 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA

49 - Processo: 14120.000117/2008-05 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SISTEMA VEÍCULOS LTDA. - Matéria: SIMPLES FEDERAL - Omissão de Receitas.

50 - Processo: 11020.003510/2010-05 - (Apensos processos nºs: 11020.721288/2010-18 e 11020.721289/2010-62, juntados na DRJ, mas com recursos voluntários próprios) - Recorrente: MÓVEIS E ARTESANATOS MADRE ARTES LTDA. (Sujeitos passivos solidários: Móveis e Artesanato Madre Artes Ltda., Móveis Stancieli Ltda., Móveis San Remy Ltda., Móveis Shellon Ltda. e All-War Móveis Ltda.) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Reflexos - Exclusão do Simples e Arbitramento.

51 - Processo: 16327.913530/2009-13 - Recorrente: BV FINANCEIRA S/A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento indevido ou a maior - IRPJ.

52 - Processo: 16682.901043/2011-83 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Saldo Negativo - IRPJ.

53 - Processo: 16682.901044/2011-28 - TELEMAR NORTE LESTE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Saldo Negativo - IRPJ.

Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR

54 - Processo: 16561.720040/2011-17 - Recorrente: TICKET SERVIÇOS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

55 - Processo: 10768.001040/2003-10 - Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP. -

56 - Processo: 16682.721104/2011-21 - Recorrente: TNL PCS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO

57 - Processo: 11516.005992/2009-14 - Recorrente: PWA IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.(Responsável tributário: Mário Kenji Iriê) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA

58 - Processo: 10865.002585/2006-80 - Recorrente: RESERVE TURISMO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.

Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA

59 - Processo: 10320.002044/2004-47 - Recorrente: TERMAC - TERRAPLENAGEM, MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Declaração de Compensação.

DIA 11 DE ABRIL DE 2013 ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA

60 - Processo: 16327.003302/2003-48 - Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: PAGODA INTERNATIONAL CORPORATION DO BRASIL LTDA. - Matéria: IRPJ e CSLL - Omissão de receitas.

61 - Processo: 16561.000085/2007-95 - Ex Offício - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: HUBNER SANFONAS INDUSTRIAIS LTDA. - Matéria: IRPJ e CSLL - Variação Cambial.

62 - Processo: 19515.000629/2004-10 - Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: ALTANA PHARMA - Matéria: IRPJ - Incentivos Fiscais.

63 - Processo: 10882.000217/2010-75 - Recorrente: LIMA LOGÍSTICA, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.

Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR

64 - Processo: 10930.005851/2003-52 - Recorrente: ALGITUR TURISMO LTDA. (Responsável tributário: Alfons Gardemann) - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA

65 - Processo: 10580.727630/2010-85 - Recorrente: ORK COMERCIAL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Reflexos - Simples.

66 - Processo: 10675.720164/2011-39 - Recorrente: EDITORA ZORDO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - Omissão de receitas.

Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA

67 - Processo: 18471.001079/2007-90 - Recorrente: TRANSPORTES ORIENTAL S/A. Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Omissão de Receitas.

68 - Processo: 10660.000905/2006-63 - Recorrente: SALMA ALI SALAM - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Restituição/Decadência.

VALMAR FONSECA DE MENEZES
Presidente

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, SALA 504, BRASÍLIA - DF

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 09 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME

1 - Processo nº: 16327.000299/2006-53 - Embargante: BANK OF AMÉRICA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL.

2 - Processo nº: 16327.001342/2005-17 - Embargante: COMPANHIA SUZANO DE PAPEL E CELULOSE e Embargada: FAZENDA NACIONAL.

Relator: JOSE SERGIO GOMES

3 - Processo nº: 12571.000152/2007-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BUTURI TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - APURAÇÃO INCORRETA.

Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

4 - Processo nº: 10469.720166/2012-44 - Recorrente: DRICOS MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

5 - Processo nº: 10384.720265/2010-02 - Recorrente: FERRONORTE INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 09 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME

6 - Processo nº: 10880.721767/2010-41 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

7 - Processo nº: 16327.001060/2003-58 - Recorrente: BANCO ITAULEASING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - SALDOS NEGATIVOS.

Relator: JOSE SERGIO GOMES

8 - Processo nº: 17878.000093/2007-31 - Recorrente: VIAÇÃO CIDADE DO AÇO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR.

Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

9 - Processo nº: 10469.721515/2009-40 - Recorrentes: HOTEL PARQUE DA COSTEIRA LTDA. e FAZENDA NACIONAL - OMISSÃO DE RECEITAS.

10 - Processo nº: 10768.906825/2006-15 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR.

DIA 10 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME

11 - Processo nº: 10680.013327/2006-97 - Embargante: AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL.

12 - Processo nº: 16024.000584/2007-60 - Recorrente: ANGASIL COM REPRES E TRANSPORTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA.

Relator: JOSE SERGIO GOMES

13 - Processo nº: 18471.001664/2006-17 - Recorrente: WILSON SONS LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - CUSTOS OU DESPESAS NÃO COMPROVADAS - GLOSA DE DESPESAS.

Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

14 - Processo nº: 19515.001361/2006-03 - Recorrente: VIVO PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - OUTROS RENDIMENTOS.

15 - Processo nº: 19515.003531/2007-67 - Recorrente: PROCTER E GAMBLE DO BRASIL SA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - AJUSTES DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO - ADIÇÕES NÃO COMPUTADAS NA APURAÇÃO DO LUCRO

DIA 10 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME

16 - Processo nº: 10880.725757/2011-66 - Recorrente: ESTRELA DO SUL PARTICIPAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL-

17 - Processo nº: 10880.731574/2011-80 - Recorrente: COMPANHIA LIGNA DE INVESTIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

18 - Processo nº: 19515.003726/2008-98 - Recorrente: SÃO PAULO TRANSPORTES SA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL .

Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

19 - Processo nº: 17883.000257/2009-12 - Recorrente: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - CUSTOS OU DESPESAS NÃO COMPROVADAS - GLOSA DE DESPESAS.

20 - Processo nº: 19515.004028/2007-29 - Recorrente: COMERCIO DE TECIDOS SILVA SANTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - PASSIVO FICTÍCIO.

DIA 11 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME

21 - Processo nº: 11080.732573/2011-31 - Recorrente: STEMAC SA GRUPOS GERADORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

22 - Processo nº: 13855.002919/2007-11 - Embargante: DOGUINHO CALCADOS ESPORTIVOS LTDA. - EPP e Embargada: FAZENDA NACIONAL - RECEITA BRUTA EXCEDE O LIMITE LEGAL.

ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA
Presidente

JOSE ANTONIO DA SILVA
Secretário

3ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, 3º Andar Sala 301, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIA 09 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO

01 - Processo: 16045.000275/2007-41 - Recorrente: CARVALHO & CASTRO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Simples Nacional.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

02 - Processo: 15374.902499/2009-67 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. - PETROBRÁS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.

03 - Processo: 15374.724321/2009-79 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. - PETROBRÁS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

04 - Processo: 13896.002871/2010-52 - Recorrente: CATHO ONLINE LTDA. (Responsáveis tributários: Thomas Amos Case, Mário Augusto Pacheco Aguiar, Ana Paula Gonçalves da Silva e Adriano Aparecido Bento de Arruda) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Glosa de despesas.

Relator(a): SÉRGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

05 - Processo: 10805.721765/2011-36 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

06 - Processo: 11080.723307/2012-06 - Recorrente: TRANSPINHO MADEIRAS LTDA.(Responsável tributário: Saiqui Empreendimentos Imobiliários Ltda.) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO

07 - Processo: 11543.002890/2002-43 - Recorrente: CIA ÍTALO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - ITABRASCO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCTF -

DIA 09 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

08 - Processo: 13808.000554/00-82 - Embargos de Declaração - Embargante: ENCIBRA S/A. ESTUDO E PROJETOS DE ENGENHARIA - Embargante: Terceira Turma da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

09 - Processo: 16561.000031/2007-20 - Recorrente: CARGILL AGRÍCOLA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Lucros do Exterior.

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

10 - Processo: 12448.736697/2011-41 - Recorrente: FUNDAÇÃO JOSÉ PELÚCIO FERREIRA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Suspensão de isenção tributária e auto de infração.

Relator(a): SÉRGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

11 - Processo: 10830.725800/2011-89 - Recorrente: CCL LABEL DO BRASIL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO

12 - Processo: 19740.000345/2004-60 - Recorrente: SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Multa Isolada - CSLL

DIA 10 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

13 - Processo: 15374.723795/2009-01 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.

14 - Processo: 19768.906754/2006-51 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

15 - Processo: 12898.001737/2009-18 - Recorrente: CGG DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Multa entrega de arquivos magnéticos.

Relator(a): SÉRGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

16 - Processo: 10980.722547/2012-79 - Recorrente: HIGI SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

17 - Processo: 10830.720605/2008-67 - Recorrente: FLEXTRONICS - INDUSTRIAL, COMERCIAL, SERVIÇOS E EXPORTADORA DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.

Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO

18 - Processo: 11060.002450/2010-29 - Recorrente: CENTRO INTEGRADO DE PREPARAÇÃO DO ESTUDANTE LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

DIA 10 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

19 - Processo: 11070.720556/2011-70 - Recorrente: EMBUTIDOS BORELLA NEGRELLO LTDA. (Responsáveis solidários: Abatedouro e Embutidos Dorwich Ltda.; Humberto Borella Negrello e Roberta Borella Negrello) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins - Omissão de Receitas, "Caixa Dois" - Exclusão do Simples Federal, Exclusão do Simples Nacional.

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

20 - Processo: 11522.001811/2010-35 - Ex Offício e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e RECOL DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA. - Matéria: IRPJ - Multa entrega de arquivos magnéticos.

21 - Processo: 11522.001811/2010-35 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e RECOL DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA.- Matéria: IRPJ - Multa entrega de arquivos magnéticos.

Relator(a): SÉRGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

22 - Processo: 10730.008108/2006-53 - Recorrente: MAKKY DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO

23 - Processo: 11080.007735/2002-16 - Recorrente: SANTALUCIA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Restituição.

DIA 11 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

24 - Processo: 11634.720701/2011-90 - Recorrente: BYD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Reflexos - Omissão de receitas.

Relator(a): SÉRGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

25 - Processo: 11080.723409/2012-13 - Recorrente: ESTRUTURAL SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO

26 - Processo: 12448.721486/2010-23 - Recorrente: PROSPER GESTÃO DE RECURSOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

DIA 11 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): SÉRGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

27 - Processo: 19515.004459/2010-91 - Recorrente: KOSMOPLATINA COMÉRCIO DE METAIS E HIDRÁULICOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA
Presidente

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

4ª CÂMARA
3ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamento dos Recursos das Sessões Ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, 3º Andar, Sala 306, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 09 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH

1 - Processo: 10650.001176/2005-09 - Recorrente: EMPRESA DE TRANSPORTES LIDER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN

2 - Processo: 10980.000025/2007-55 - Recorrente: COPEL TELECOMUNICACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 18088.000058/2009-42 - Recorrente: LILIAN RODRIGUES PIAI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

4 - Processo: 10783.902076/2006-69 - Recorrente: MICHELIN ESPIRITO SANTO COM. IMP. EXP. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES

5 - Processo: 10280.901885/2009-67 - Recorrente: COMPANHIA REFINADORA DA AMAZONIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH

6 - Processo: 10240.900324/2010-51 - Recorrente: MELT METAIS E LIGAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 10240.900338/2010-74 - Recorrente: MELT METAIS E LIGAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10240.900339/2010-19 - Recorrente: MELT METAIS E LIGAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10240.900340/2010-43 - Recorrente: MELT METAIS E LIGAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10240.900426/2010-76 - Recorrente: MELT METAIS E LIGAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN

11 - Processo: 11610.004251/2007-86 - Recorrente: ENERTRADE COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

12 - Processo: 10675.001387/2004-74 - Recorrente: M. J. CUNHA IND. COM. E REPRESENT. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES

13 - Processo: 10280.906268/2009-58 - Recorrente: NORDISK TIMBER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH

14 - Processo: 10240.900071/2008-09 - Recorrente: TELERON CELULAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10240.900082/2008-81 - Recorrente: TELERON CELULAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN

16 - Processo: 16327.000578/2007-06 - Recorrente: FITAU VIDA E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 16408.000156/2007-22 - Recorrente: VIDRACARIA SANT ANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

18 - Processo: 10510.720193/2007-05 - Recorrente: USINA SAO JOSE DO PINHEIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES

19 - Processo: 10280.905871/2009-12 - Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 10280.905872/2009-67 - Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 10280.905873/2009-10 - Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH

22 - Processo: 10380.909392/2008-66 - Recorrente: SANTA CLARA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 10380.909423/2009-60 - Recorrente: SANTA CLARA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN

24 - Processo: 10070.000732/2007-12 - Recorrente: MRS LOGISTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN

25 - Processo: 13805.012753/97-12 - Recorrente: MOBIL OIL DO BRASIL IND. COM. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES

26 - Processo: 10950.004249/2009-55 - Recorrente: INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE METAIS IMPERATRIZ LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN

27 - Processo: 19404.000034/2007-64 - Recorrente: C RUBIM MERCEARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WALTER ADOLFO MARESCH
Presidente da 3ª Turma Especial
Substituto

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária da 3ª Turma Especial

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, 2º Andar, Sala 202, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIA 09 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

1 - Processo: 16327.001662/2010-34 - Recorrente: BANCO J. P. MORGAN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 11610.003881/2003-18 - Recorrente: METRO TECNOLOGIA INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

3 - Processo nº: 16024.000026/2009-66 - Recorrente: SYL INDUSTRIAL LTDA. (Responsáveis tributários: AVRAHAM GELBERG e LEONARDO CUSCHNIR) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

4 - Processo: 13502.001327/2007-74 - Recorrente: MONSANTO NORDESTE S/A (Nova Denominação: MONSANTO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.)- e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

5 - Processo: 10980.722816/2011-16 - Recorrente: IMCOPA INVESTIMENTOS E ADMINISTRACAO DE BENS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 19515.001969/2010-14 - Recorrente: GBL PARTICIPACOES E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

7 - Processo: 10580.720207/2009-11 - Recorrente: UNIBAHIA DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

8 - Processo: 13888.004309/2007-67 - Recorrente: CHEMTURA INDUSTRIA QUIMICA DO BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10680.907401/2008-08 - Recorrente: BANCO RURAL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 19515.000640/2009-94 - Recorrente: FUNDICAO BUNI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 12448.720154/2010-21 - Recorrente: PECULIO ABRAHAM LINCOLN AMAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

12 - Processo: 14041.000348/2009-71 - Recorrente: BRB BANCO DE BRASILIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 16327.001351/2010-75 - Recorrentes: CIA ITAU DE CAPITALIZACAO e FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

14 - Processo: 10980.725889/2010-89 - Recorrentes: BRITANIA ELETRODOMESTICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 12897.000898/2009-02 - Recorrente: HARSCO DO BRASIL PARTICIPACOES E SERVICOS SIDERURGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 10680.723791/2010-71 - Recorrente: ARCELOR BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

17 - Processo: 15540.000496/2008-47 - Recorrente: PLUS LIFE - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE E APOIO LTDA - EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: KAREM JUREIDINI DIAS

18 - Processo: 18471.000525/2005-87 - Recorrente: GALVASUD S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

18 - Processo: 18471.002092/2004-13 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 15563.000871/2008-91 - Recorrente: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 19515.002593/2010-57 - Recorrente: GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 16327.001716/2010-61 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 19515.000640/2009-94 - Recorrente: FUNDICAO BUNI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 19515.002998/2010-95 - Recorrente: POLIMPORT - COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

24 - Processo: 11080.725307/2010-71 - Recorrente: SABEMI SEGURADORA AS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

25 - Processo: 19515.002217/2006-86 - Recorrente: SAS INSTITUTE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 10945.720876/2011-21 - Recorrente: V PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 13982.000243/2005-04 - Recorrente: AVESUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

28 - Processo: 16004.000198/2009-78 - Recorrente: H - 4 COMERCIAL DE CARNES E DERIVADOS LTDA (Responsáveis: EDSON GARCIA DE LIMA, DORVALINO FRANCISCO DE SOUZA e ODÉCIO CARLOS BAZEIA DE SOUZA) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

29 - Processo: 15940.000509/2007-94 - Embargante: VITAPELLI LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 18471.002042/2007-89 - Recorrente: IBM BRASIL IND DE MAQ E SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

31 - Processo: 19404.000358/2002-98 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 15521.000140/2007-51 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA. (Responsável: SETAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E PERFURAÇÕES S.A.) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 10725.720109/2007-20 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 10725.720110/2007-54 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 10725.720111/2007-07 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 10725.720112/2007-43 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 10725.720113/2007-98 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 10725.720028/2007-20 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 10725.720029/2007-74 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 10725.720030/2007-07 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 10725.720031/2007-43 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 10783.723530/2011-84 - Embargante: SUPERMERCADOS BAUNILHA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

43 - Processo: 12448.734242/2011-91 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO PORTLAND LACIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 11020.003681/2005-69 - Recorrente: FRASLE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

45 - Processo: 11516.722237/2011-12 - Recorrente: BRF - BRASIL FOODS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

46 - Processo: 10660.001792/2009-66 - Embargante: EXPRINSUL COMERCIO EXTERIOR e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

47 - Processo: 13982.000312/2010-39 - Recorrente: DISAMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 13888.004463/2010-34 - Recorrente: J C F METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 10680.721594/2010-18 - Recorrente: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

50 - Processo: 10283.720643/2008-63 - Recorrentes: FUJIFILM DA AMAZONIA LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

51 - Processo: 10640.001937/2010-09 - Recorrente: MOVELARIA RUFATO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

52 - Processo: 10680.723153/2010-51 - Recorrente: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

JORGE CELSO FREIRE DA SILVA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, 2º Andar, Sala 204, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 09 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

1 - Processo: 10480.004362/98-91 - Recorrente: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS PELÁ

2 - Processo: 11060.000553/2010-54 - Recorrente: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

3 - Processo: 15504.015166/2009-73 - Recorrente: SAMARCO MINERAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MOISÉS GIACOMELLI NUNES DA SILVA

4 - Processo: 10280.720217/2007-79 - Recorrente: LINAVE LUIZ IVAN NAVEGAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

5 - Processo: 13603.901950/2008-71 - Recorrente: CNH LATIN AMÉRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO

6 - Processo: 19515.001501/2007-16 - Recorrentes: NACIONAL MERCANTIL COMPUTADORES E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. e FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

7 - Processo: 18471.001833/2006-19 - Recorrente: CARTA GOIÁS INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS PELÁ

8 - Processo: 10680.722242/2011-61 - Recorrente: SAMARCO MINERAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

9 - Processo: 10630.720220/2010-71 - Recorrente: CONCRETOMIX ENGENHARIA DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10660.001407/2009-81 - Recorrente: ALYSON CARVALHO ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MOISÉS GIACOMELLI NUNES DA SILVA

11 - Processo: 10283.721469/2009-57 - Recorrente: DIXTAL BIOMÉDICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10467.720302/2010-54 - Recorrente: ENARQ ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

13 - Processo: 10980.722658/2010-13 - Recorrente: WHB COMPONENTES AUTOMOTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 13116.722101/2011-41 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO

15 - Processo: 16643.000104/2009-35 - Recorrentes: ROBERT BOSCH LIMITADA e FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

16 - Processo: 13807.002571/2006-49 - Recorrente: STARVESA SERV TEC ACESSÓRIOS E REVENDA DE VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS PELÁ

17 - Processo: 10670.002810/2007-46 - Recorrente: W.A . ATACADISTA DE CEREAIS E DISTRIBUIDORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

18 - Processo: 16327.001604/2006-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO GMAC S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MOISÉS GIACOMELLI NUNES DA SILVA

19 - Processo: 10320.003354/2007-21 - Recorrente: AEROSUPORTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 10380.722709/2010-76 - Recorrente: CAPITALIZE FOMENTO COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

21 - Processo: 10283.721193/2008-26 - Recorrente: SOBOROSA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 15563.000378/2010-95 - Recorrente: MAIKINIKI DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA. ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO

23 - Processo: 19515.001751/2009-18 - Recorrente: GOMES SILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

24 - Processo: 15374.000267/2007-19 - Recorrente: AMS ASSESSORIA COM IND MODA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS PELÁ

25 - Processo: 19515.002616/2006-47 - Recorrente: CASA DE CARNES E FRIGORÍFICO MEHADRIN LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 13808.000311/2002-03 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA A UNIFICAÇÃO E PAZ MUNDIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

27 - Processo: 10805.722858/2011-88 - Recorrente: PARANAPANEMA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 19515.003943/2007-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FCBB EMPREENDIMENTOS E COMÉRCIO LTDA.

Relator: MOISÉS GIACOMELLI NUNES DA SILVA

29 - Processo: 10315.000961/2009-71 - Recorrente: JOSÉ BEZERRA DE MOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 10830.015682/2010-16 - Recorrente: TAMBORIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10920.004434/2010-31 - Recorrente: URBANO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

32 - Processo: 19515.003082/2007-57 - Recorrente: MICRO SWITCH ELETRO ELETRÔNICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 19515.003795/2008-00 - Recorrente: ADMINISTRADORA PREDIAL DIAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO

34 - Processo: 19515.002171/2009-48 - Recorrente: ZIHUATANEJO DO BRASIL AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

35 - Processo: 16561.000165/2008-21 - Recorrente: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO

36 - Processo: 19515.001611/2008-69 - Recorrente: HARMONIA COMÉRCIO DE RECICLÁVEIS LTDA. EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

37 - Processo: 19515.004277/2007-14 - Recorrente: CEAZZA DISTRIBUIDORA DE FRUTAS VERDURAS E LEGUMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

38 - Processo: 16561.000212/2008-37 - Recorrente: EVONIK DEGUSSA BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

LEONARDO DE ANDRADE COUTO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária da 2ª Turma Ordinária

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 26 de março de 2013

Nº 61 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar o seguinte Protocolo ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal indicadas em seu respectivo texto:

PROTOCOLO ICMS 33, DE 5 DE ABRIL DE 2013.

Revigora o Protocolo ICMS 54/12, que dispõe sobre a suspensão do ICMS nas saídas de gado para "recurso de pasto", promovidas entre os Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Sergipe e Tocantins.

Os Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Sergipe e Tocantins, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado de Fazenda, Economia ou Finanças, considerando a necessidade de adotar medidas a fim de minimizar os efeitos da estiagem, que ainda persiste, e que atinge algumas áreas de seus territórios, e tendo em vista o disposto nos art. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte:

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica revigorado o Protocolo ICMS 54/12, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre a suspensão do ICMS nas saídas de gado para "recurso de pasto", promovidas entre os Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Sergipe e Tocantins.

Cláusula segunda Ficam convalidados os procedimentos efetuados pelos contribuintes localizados nos Estados signatários, nos termos do Protocolo ICMS nº 54/12, entre 1º de janeiro de 2013 até a data do início da vigência deste Protocolo.

Parágrafo único. A convalidação de que trata esta cláusula não autoriza a restituição ou a compensação de importâncias já pagas.

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2014.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.338, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Altera a Instrução Normativa RFB nº 880, de 16 de outubro de 2008, que altera o Manual da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) e do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) para usuários do SEFIP 8, bem como aprova a versão 8.4 do SEFIP e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso I do § 2º do art. 149 da Constituição Federal, no art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nos arts. 165 e 170 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 880, de 16 de outubro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O produtor rural, conforme definido no art. 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, quando da prestação de informações no SEFIP relativas às receitas decorrentes de exportação de produtos rurais alcançadas pela não incidência disciplinada no art. 170 da mesma Instrução Normativa, deverá observar o disposto neste artigo.

§ 1º Quando no campo "Comercialização da Produção - Pessoa Jurídica" ou no campo "Comercialização da Produção - Pessoa Física" forem declaradas somente receitas decorrentes de exportação de produtos rurais, a soma dos valores da Contribuição Patronal Previdenciária calculados pelo SEFIP e demonstrados no campo "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social", nas linhas "Comercialização Produção" e "RAT" da coluna FPAS 744, deverá ser lançada no Campo "Compensação" para efeitos da geração correta de valores devidos em Guia de Previdência Social (GPS).

§ 2º Quando no campo "Comercialização da Produção - Pessoa Jurídica" ou no campo "Comercialização da Produção - Pessoa Física" forem declaradas receitas decorrentes e não decorrentes de exportação de produtos rurais, deverá ser lançado no Campo "Compensação" somente o valor da contribuição previdenciária sobre a receita decorrente de exportação de produtos rurais, que deverá ser apurado à parte pelo declarante.

§ 3º Os campos "Período Início" e "Período Fim" devem ser preenchidos com a mesma competência da GFIP/SEFIP.

§ 4º A dedução da compensação na GPS deverá ser feita primeiramente nos códigos de GPS referentes ao FPAS principal da empresa (2003, 2100, 2208, 2402 e 2429) e posteriormente nos códigos de GPS referentes ao FPAS 744 (2607, 2704 e 2437).

§ 5º A não incidência disciplinada no art. 170 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, não se aplica à contribuição devida ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

§ 6º O valor calculado pelo SEFIP a título do Senar não deverá ser lançado no campo compensação, sendo devido o seu recolhimento."(NR)".

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 21 DE MARÇO DE 2013

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA SUBSTITUTO, tendo em vista o disposto na nota complementar NC (87-3) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e na Instrução Normativa RFB nº 929, de 25 de março de 2009, e ainda o que consta do processo nº 10168.720022/2013-63, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00, da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PETER TOFTE

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: IVECO CityClass 70C17 HD Versão: 70C17 HD Capacidade de transporte: 37 (trinta e sete) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão Cilindradas: 3.000 cm^3 Marca: IVECO Fabricante: Iveco Latin América Ltda. Ano/modelo: 2013/2013
Nome do veículo: IVECO CityClass 70C17 Versão: 70C17 Capacidade de transporte: 37 (trinta e sete) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão Cilindradas: 3.000 cm^3 Marca: IVECO Fabricante: Iveco Latin América Ltda. Ano/modelo: 2013/2013
Nome do veículo: IVECO DAILY 55C17 MINIBUS Versão: 55C17 MINIBUS Capacidade de transporte: 19 (dezenove) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão Cilindradas: 3.000 cm^3 Marca: IVECO Fabricante: Iveco Latin América Ltda. Ano/modelo: 2013/2013
Nome do veículo: IVECO DAILY GREENCAR MO Versão: GREENCAR MO Capacidade de transporte: 19 (dezenove) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão Cilindradas: 3.000 cm^3 Marca: IVECO Fabricante: Iveco Latin América Ltda. Ano/modelo: 2013/2013
Nome do veículo: CITROEN JUMPER M230M 23S Versão: M230M 23S (Entre-Eixo 3200mm) Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão Cilindradas: 2.300 cm^3 Marca: CITROEN Fabricante: Iveco Latin América Ltda. Ano/modelo: 2013/2013
Nome do veículo: CITROEN JUMPER M350LH 23S Versão: M350LH 23S (Entre-Eixo 3700mm) Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão Cilindradas: 2.300 cm^3 Marca: CITROEN Fabricante: Iveco Latin América Ltda. Ano/modelo: 2013/2013
Nome do veículo: PEUGEOT BOXER M35LH 23S Versão: M35LH 23S (Entre-Eixo 3700mm) Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão Cilindradas: 2.300 cm^3 Marca: PEUGEOT Fabricante: Iveco Latin América Ltda. Ano/modelo: 2013/2013
Nome do veículo: PEUGEOT BOXER M23M 23S Versão: M23M 23S (Entre-Eixo 3200mm) Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão Cilindradas: 2.300 cm^3 Marca: PEUGEOT Fabricante: Iveco Latin América Ltda. Ano/modelo: 2013/2013
Nome do veículo: FIAT DUCATO MINIBUS Versão: MINIBUS (Entre-Eixo 3200mm) Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão Cilindradas: 2.300 cm^3 Marca: FIAT Fabricante: Iveco Latin América Ltda. Ano/modelo: 2013/2013
Nome do veículo: FIAT DUCATO MINIBUS Versão: MINIBUS (Entre-Eixo 3700mm) Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão Cilindradas: 2.300 cm^3 Marca: FIAT Fabricante: Iveco Latin América Ltda. Ano/modelo: 2013/2013

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720041/2013-77

DECLARA PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000023/2013, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 88, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720039/2013-06.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000022/2013, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 8, DE 21 DE MARÇO DE 2013

ASUNTO: Classificação de Mercadorias.
EMENTA: Ferramenta manual constituída de ferro com suas manípulas em PVC, nome comercial Esticador de Lona CK, fabricado por Mercado Identificação Visual Ltda. Classifica-se no código 8205.59.00 da NCM.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado RGI-1 e RG-6 (textos da posição 8205, da subposição de 1º nível 8205.5 e da subposição de 2º nível 8205.69.00) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), estrutura basilar da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex nº 43, de 22 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, nos esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (NESH), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 28 de janeiro de 1992, com seu texto consolidado pela Instrução Normativa RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008 e alterações posteriores.

BARNER SILVA MARQUES
Chefe

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECRARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Declara CANCELADA de ofício a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do CPF que menciona.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPAMHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ - AP, usando da competência atribuída pelo artigo 3º, inciso VI, da portaria DRF/MCA nº 87, de 06 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2007, seção 2, tendo em vista o disposto no artigo 280, inciso III, do Regime Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 06 de março de 2009, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010, DECLARA:

CANCELADA a inscrição no Cadastro de Pessoa Física nº 005.832.152-70 em nome de SAMUEL DE OLIVEIRA GOMES, em virtude da constatação de fraude nos documentos que deram origem ao respectivo CPF, apurada no processo administrativo nº 10235.720.409/2013-79.

ÁTILA LEITE NOVAES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPAHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições previstas no art.243, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (Regimento Interno RFB) e tendo em vista a Portaria DRF/MNS nº 231, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado Receita Federal do Brasil em Manaus, no Centro de Atendimento ao Contribuinte, CAC/Manaus, situado na Av. São Jorge, nº 2878, São Jorge, Manaus-AM, CEP 69030-680.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO BRITO BATISTA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

CNPJ da pessoa jurídica excluída

00.354.238/0001-15

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPAHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições previstas no art.243, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (Regimento Interno RFB) e tendo em vista a Portaria DRF/MNS nº 231, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial, ou ainda com somente uma parcela devedora há mais de dois meses e inexistência de parcelas a vencer.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado Receita Federal do Brasil em Manaus, no Centro de Atendimento ao Contribuinte, CAC/Manaus, situado na Av. São Jorge, nº 2878, São Jorge, Manaus-AM, CEP 69030-680.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO BRITO BATISTA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial, ou com somente uma parcela devedora há mais de dois meses e inexistência de parcelas a vencer.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

15.808.330/0001-85

3ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE FORTALEZA

PORTARIA Nº 19, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE FORTALEZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano, à empresa ALIANZA BRASIL TRADING - EIRELE, CNPJ 17.173.668/001-33 com base no que dispõem o subitem 11.1.3 do Edital de Leilão nº 317600/005/2012, o artigo 87, inciso III da Lei 8666/93 e a decisão de fls. 49 do processo nº 10480.722716/2013-92.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER COSTA DA ROCA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina-PI, no uso da competência delegada pelo art. 236, Inciso II, da Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa e jurídica FERRAZ - COMERCIO DE PRODUTOS DIETETICOS LTDA, CNPJ sob o nº 00.895.940/0001-96, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil, na Praça Marechal Deodoro, S/N - centro - Teresina - PI.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

GADAFY DE MATOS ZEIDAM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina-PI, no uso da competência delegada pelo art. 236, Inciso II, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica ESCOLA VIVA OFICINA PEDAGOGICA LTDA - ME, CNPJ sob o nº 41.277.278/0001-98, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil, na Praça Marechal Deodoro, S/N - centro - Teresina - PI.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

GADAFY DE MATOS ZEIDAM

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA - SACAT, no uso de suas atribuições previstas no art. 243 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica CIA. INDUSTRIAL JANUÁRIA DE FARIA S.A., CNPJ 22.487.425/0001-00, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos sem recolhimento das parcelas do Paex ou somente uma, estando pagas as demais.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias, contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no endereço - Ave. Barão do Rio Branco, 372, Manoel Honório, Juiz de Fora/MG, Cep 36045-120.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PENIDO PINTO MARQUES

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Declara inapta a inscrição de contribuinte no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 87, de 16 de julho de 2012, considerando, o artigos 39, inciso II da IN RFB nº 1183 , de 19 de agosto de 2011, publicada no DOU de 22 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º. Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, abaixo descrita :

Processo : 13896.720515/2013-67

Empresa : MEVA DO BRASIL - SISTEMAS DE FORMAS - LTDA

CNPJ : 01.585.533/0001-45

Efeitos da inaptidão a partir de : 12/03/2013

GUILHERME BASTOS GOLDSTEIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM COTIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Declara nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM COTIA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do artigo 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26 de outubro de 2011, considerando o que consta do processo administrativo 11610.720452/2011-19, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 33, inciso I, § 1º e 2º, da IN-RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, a nulidade dos atos praticados nos registros dos CNPJ nº 05.712.270/0001-49, 05.710.107/0001-47, 05.714.992/0001-32, 05.781.558/0001-75, 05.876.462/0001-90, 05.853.483/0001-90, 05.558.768/0001-07 e 05.719.835/0001-10, em nome do contribuinte BANK OF AMERICA NA., em razão da constatação de multiplicidade do número de inscrição no CNPJ para o mesmo contribuinte, mantendo-se a inscrição 05.781.553/0001-42.

Art. 2º O presente ADE produzirá efeito desde o termo inicial de vigência dos atos cadastrais aqui declarados nulos, que ocorreram em data de 25/06/2003, 25/06/2003, 25/06/2003, 29/07/2003, 05/09/2003, 18/09/2003, 13/03/2003, 25/06/2003, respectivamente para os registros declarados nulos conforme o artigo 1º, nos termos do que dispõe o § 2º, do artigo 33, da referida IN-RFB nº 1.183/2011.

RENATO MENDES A. F. DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Declara nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM COTIA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do artigo 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26 de outubro de 2011, considerando o que consta do processo administrativo 11610.720454/2011-08, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 33, inciso I, § 1º e 2º, da IN-RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, a nulidade dos atos praticados nos registros dos CNPJ nº 05.557.265/0001-09, em nome do contribuinte BOSTON WORLD HOLDING CORPORATION, em razão da constatação de multiplicidade do número de inscrição no CNPJ para o mesmo contribuinte, mantendo-se a inscrição 05.713.194/0001-96.

Art. 2º O presente ADE produzirá efeito desde o termo inicial de vigência dos atos cadastrais aqui declarados nulos, que ocorreram em data de 13/03/2003, nos termos do que dispõe o § 2º, do artigo 33, da referida IN-RFB nº 1.183/2011.

RENATO MENDES A. F. DA SILVA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 21 DE MARÇO DE 2013

Declara a inaptidão dos contribuintes perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 279, publicada no DOU em 03 de agosto de 2012, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição abaixo, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por localização desconhecida, nos termos do inciso II do artigo 37 e do artigo 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

A declaração de inaptidão baseia-se na ausência de regularização cadastral e não localização da empresa no endereço informado à RFB, nos termos do artigo 39 da supracitada IN.

PROCESSO N.º: 10314.728529/2012-53

CONTRIBUINTE: BASE IMPORT COMERCIO DE PRODUTOS PARA MAGAZINE LTDA

CPF/CNPJ: 08.606.116/0001-80

Data de efeito a partir da publicação deste.

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 21 DE MARÇO DE 2013

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 279, publicada no DOU em 03 de agosto de 2012, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação é motivada pela constatação de vício na inscrição do CNPJ, conforme previsto no inciso II do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

PROCESSO: 14311.720029/2013-35

CONTRIBUINTE: AS DEPOSITO CONFECÇÕES E ARMARINHOS LTDA - EPP

CNPJ: 15.497.006/0001-93

Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 21 DE MARÇO DE 2013

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 279, publicada no DOU em 03 de agosto de 2012, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação é motivada pela constatação de inscrição indevida no CNPJ, conforme previsto no inciso III do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 14311.720017/2012-20
CONTRIBUINTE: ARMAZEM REEMBOLSAVEL DA POLICIA MILITAR
CNPJ: 47.279.294/0001-04
Efeitos a partir da data de abertura da inscrição

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 21 DE MARÇO DE 2013

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 279, publicada no DOU em 03 de agosto de 2012, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação da inscrição é motivada pela constatação de mais de um número de inscrição para a mesma pessoa jurídica (multiplicidade de inscrição do CNPJ), conforme previsto no inciso I do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

PROCESSO: 13069.000349/2012-41
CONTRIBUINTE: CONDOMINIO SAO PAULO TRADE BUILDING
CNPJ: 01.729.952/0001-03
PROCESSO: 11610.720140/2013-69
CONTRIBUINTE: MITSUI & CO. (USA) INC.
CNPJ: 05.706.318/0001-06
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

9ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e a inidoneidade dos documentos por ela emitidos

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso III do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, cumprindo o que determina o Art. 40, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

I - INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, a inscrição nº 11.760.175/0001-13, da empresa TRIPE TRADING COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. ME, considerando o constante no processo 10983.722179/2012-39, em que foi constatada a não-comprovação da integralização do capital social, bem como a não-comprovação da origem, da disponibilidade e da efetiva transferência dos recursos empregados nas operações de comércio exterior.

II - São considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela citada pessoa jurídica a partir de 22/02/2011.

GILBERTO TRAGANCIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

CPF	NOME	PROCESSO
009.279.039-97	RAFAEL ZICKUHR	13971.720379/2013-65

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCO ANTONIO FRANCO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 59, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Determina o atendimento exclusivamente por agendamento de serviços prestado a Pessoas Jurídicas no âmbito da AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITAJAÍ/SC.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria/MF nº 203, de 14 de maio 2012, e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 1º da Portaria RFB nº 2.445, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art.1º - DETERMINAR, no âmbito da AGENCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITAJAÍ/SC, que a prestação de serviços a Pessoas Jurídicas seja exclusivamente via agendamento, ressalvados os casos urgentes e situações excepcionais.

Art. 2º - O agendamento deve ser procedido mediante acesso ao sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br> , ou utilizando o Receita Fone (146).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

PORTARIA Nº 60, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Determina o atendimento exclusivamente por agendamento de serviços prestado a Pessoas Jurídicas no âmbito do CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE desta Delegacia.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria/MF nº 203, de 14 de maio 2012, e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 1º da Portaria RFB nº 2.445, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art.1º - DETERMINAR, no âmbito do CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE desta Delegacia, que a prestação de serviços a Pessoas Jurídicas seja exclusivamente via agendamento, ressalvados os casos urgentes e situações excepcionais.

Art. 2º - O agendamento deve ser procedido mediante acesso ao sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br> , ou utilizando o Receita Fone (146).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

PORTARIA Nº 61, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Determina o atendimento exclusivamente por agendamento de serviços prestado a Pessoas Jurídicas no âmbito da AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ/SC.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria/MF nº 203, de 14 de maio 2012, e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 1º da Portaria RFB nº 2.445, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art.1º - DETERMINAR, no âmbito da AGENCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ/SC, que a prestação de serviços a Pessoas Jurídicas seja exclusivamente via agendamento, ressalvados os casos urgentes e situações excepcionais.

Art. 2º - O agendamento deve ser procedido mediante acesso ao sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br> , ou utilizando o Receita Fone (146).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

PORTARIA Nº 62, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Determina o atendimento exclusivamente por agendamento de serviços prestado a Pessoas Jurídicas no âmbito da AGENCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TUBARÃO/SC.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria/MF nº 203, de 14 de maio 2012, e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 1º da Portaria RFB nº 2.445, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art.1º - DETERMINAR, no âmbito da AGENCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TUBARÃO/SC, que a prestação de serviços a Pessoas Jurídicas seja exclusivamente via agendamento, ressalvados os casos urgentes e situações excepcionais.

Art. 2º - O agendamento deve ser procedido mediante acesso ao sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br> , ou utilizando o Receita Fone (146).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

PORTARIA Nº 63, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Determina o atendimento exclusivamente por agendamento de serviços prestado a Pessoas Jurídicas no âmbito da AGENCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CRICIUMA/SC.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria/MF nº 203, de 14 de maio 2012, e considerando o que consta da Portaria RFB nº 2.445, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art.1º - DETERMINAR, no âmbito da AGENCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CRICIUMA/SC, que a prestação de serviços a Pessoas Jurídicas seja exclusivamente via agendamento, ressalvados os casos urgentes e situações excepcionais.

Art. 2º - O agendamento deve ser procedido mediante acesso ao sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br> , ou utilizando o Receita Fone (146).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

PORTARIA Nº 64, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Determina o atendimento exclusivamente por agendamento de serviços prestado a Pessoas Jurídicas no âmbito da AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARANGUÁ/SC.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria/MF nº 203, de 14 de maio 2012, e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 1º da Portaria RFB nº 2.445, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art.1º - DETERMINAR, no âmbito da AGENCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARANGUÁ/SC, que a prestação de serviços a Pessoas Jurídicas seja exclusivamente via agendamento, ressalvados os casos urgentes e situações excepcionais.

Art. 2º - O agendamento deve ser procedido mediante acesso ao sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br> , ou utilizando o Receita Fone (146).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Divulga enquadramento e reenquadramento de bebidas alcoólicas classificadas nos códigos 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA (SC), no uso da competência sub-delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 4 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), e o disposto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º Os produtos referidos no art. 1º acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000 ml (um mil mililitros) estão sujeitos à incidência do IPI proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de 1.000 ml (um mil mililitros), arredondando-se para 1.000 ml (um mil mililitros) a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

art. 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi).

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo único. Para as marcas de vinho comum ou de consumo corrente, comercializadas em vasilhame retornável, o enquadramento do produto dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do § 2º do art. 210 do Ripi.

Art. 4º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, que observarão o disposto no § 2º do art. 211 do Ripi.

Art. 5º O deferimento do pedido de enquadramento ou reenquadramento não convalida a classificação fiscal informada pelo contribuinte, tampouco produz os efeitos próprios de solução de consulta sobre classificação de mercadorias de que trata a Instrução Normativa RFB nº 740, de 2 de maio de 2007, conforme disposto no inciso II do § 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008.

Art. 6º Quanto às solicitações de enquadramento/reenquadramento indeferidas, o Contribuinte, poderá reencaminhar novo pedido, se desejar e for cabível, conforme § 4º do art. 5º da IN RFB 866, de 6 de agosto de 2008.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2013.

OTTO MARESCH

ANEXO ÚNICO

(Enquadramento de Bebidas para efeito de cálculo e pagamento do IPI)

CNPJ: 83.430.751/0001-75 (TOTTAL BRASIL ALIMENTOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-ME) (PJ40)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
83.430.751/0001-75	PIPA DE OURO - COQUETEL DE FERMENTADO DE MAÇA E EXTRATO DE GENGIBRE	Acima de 1000ml	2206.00.90	D

CNPJ: 86.352.846/0001-06 (IRMAOS PICCOLI LTDA - EPP) (PJ45)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
86.352.846/0001-06	VINHO BRANCO DE MESA SUAVE - IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
86.352.846/0001-06	VINHO BRANCO DE MESA SUAVE - IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
86.352.846/0001-06	COQUETEL FERMENTADO DE MAÇÃ COM GUARANÁ E CATUBA-IRMÃOS PICCOLI	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
86.352.846/0001-06	COQUETEL DE VINHO BRANCO SUAVE COM SUCO DE MAÇÃ -IRMÃOS PICCOLI-D	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
86.352.846/0001-06	COQUETEL DE VINHO BRANCO SUAVE COM SUCO DE MAÇÃ-IRMÃOS PICCOLI -D	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
86.352.846/0001-06	COQ. DE FERMENTADO DE MAÇÃ COM GUARANÁ E CATUABA-IRMÃOS PICCOLI	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	E
86.352.846/0001-06	VINHO TINTO DE MESA SECO - IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
86.352.846/0001-06	VINHO TINTO DE MESA SECO - IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	C
86.352.846/0001-06	VINHO TINTO DE MESA SECO - IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
86.352.846/0001-06	VINHO TINTO DE MESA SUAVE- IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
86.352.846/0001-06	VINHO TINTO DE MESA SUAVE- IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	C
86.352.846/0001-06	VINHO TINTO DE MESA SUAVE- IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
86.352.846/0001-06	VINHO BRANCO DE MESA SECO NIAGARA - IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
86.352.846/0001-06	VINHO BRANCO DE MESA SECO NIAGARA- IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	C
86.352.846/0001-06	VINHO BRANCO DE MESA SECO NIAGARA -IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
86.352.846/0001-06	VINHO BRANCO DE MESA SUAVE - IRMÃOS PICCOLI (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C

CNPJ: 00.282.782/0001-07 (VINICOLA LONGA VIDA LTDA - EPP) (PJ02)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
00.282.782/0001-07	SIMONETTO'S (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
00.282.782/0001-07	LONGA VIDA (MERLOT) (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
00.282.782/0001-07	LONGA VIDA (CASCA DURA) (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	E
00.282.782/0001-07	LONGA VIDA (CASCA DURA) (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
00.282.782/0001-07	LONGA VIDA (POLOESKE) (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
00.282.782/0001-07	LONGA VIDA (SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	E
00.282.782/0001-07	LONGA VIDA BORDÔ SUAVE (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
00.282.782/0001-07	LONGA VIDA BORDO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D

CNPJ: 04.371.725/0001-47 (GBM AGROFLORESTAL LTDA) (PJ07)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
04.371.725/0001-47	VILLAGGIO GRANDO BRUT	De 671ml até 1000ml	2204.10.10	Q
04.371.725/0001-47	VILLAGGIO GRANDO BRUT ROSÉ	De 671ml até 1000ml	2204.10.10	Q

CNPJ: 04.371.725/0002-28 (GBM AGROFLORESTAL LTDA) (PJ08)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
04.371.725/0002-28	VILLAGGIO GRANDO BRUT ROSÉ	De 671ml até 1000ml	2204.10.10	Q
04.371.725/0002-28	VILLAGGIO GRANDO BRUT	De 671ml até 1000ml	2204.10.10	Q

CNPJ: 86.548.039/0001-63 (INDUSTRIA DE VINHOS SALTO VELOSO LTDA - EPP) (PJ48)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
86.548.039/0001-63	COOLER DE VINHO BRANCO E SUCO DE PÊSSEGO SALTO VELOSO (COOLER)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	G
86.548.039/0001-63	VINHO TINTO DE MESA SECO BORDÔ SALTO VELOSO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	E

CNPJ: 08.627.998/0001-60 (CACHACA SONHO REAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME) (PJ60)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
08.627.998/0001-60	CACHAÇA TERRA ALTA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	H
08.627.998/0001-60	CACHAÇA SONHO REAL (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	N
08.627.998/0001-60	CACHAÇA SONHO REAL PRATA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	M

CNPJ: 81.773.871/0001-40 (VINHOS PATRICIO LTDA - ME) (PJ33)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
81.773.871/0001-40	VIGOLO VATTARO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	E
81.773.871/0001-40	VIGOLO VATTARO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
81.773.871/0001-40	VIGOLO VATTARO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	E
81.773.871/0001-40	PATRICIO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D

CNPJ: 80.986.300/0001-20 (VINHOS RIGO LTDA - ME) (PJ31)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
80.986.300/0001-20	VALE DOS PINHAIS - COQUETEL DE VINHO TINTO COM XAROPE E SUCO DE PESSEGO (COOLER)	Acima de 1000ml	2206.00.90	G

CNPJ: 11.091.549/0001-55 (VINICOLA DON PEDRO LTDA) (PJ63)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
11.091.549/0001-55	VINHO TINTO DE MESA SECO ISABEL - MARCA DON PIETRO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	I
11.091.549/0001-55	VINHO TINTO DE MESA SECO ISABEL - MARCA DON PIETRO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	G
11.091.549/0001-55	VINHO TINTO DE MESA SECO ISABEL - MARCA DON PIETRO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	E
11.091.549/0001-55	VINHO TINTO FINO SECO CABERNET SAUVIGNON - MARCA DON PIETRO (VINHO FINO)	Acima de 2000ml	2204.29.00	H
11.091.549/0001-55	VINHO BRANCO FINO SECO MOSCATO - MARCA DON PIETRO (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
11.091.549/0001-55	VINHO BRANCO FINO SECO MOSCATO - MARCA DON PIETRO (VINHO FINO)	Acima de 1000ml	2204.21.00	I
11.091.549/0001-55	VINHO TINTO DE MESA SECO BORDO - MARCA DON PIETRO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	F
11.091.549/0001-55	VINHO BRANCO DE MESA SUAVE NIAGARA - MARCA DON PIETRO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	F

CNPJ: 80.679.533/0001-80 (VINICOLA SAO PEDRO LTDA - ME) (PJ30)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
80.679.533/0001-80	REGGIANI (TINTOS E BRANCOS, SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

80.679.533/0001-80	REGGIANI (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
80.679.533/0001-80	CANINHA DUELO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 181ml até 375ml	2208.40.00	C

CNPJ: 83.947.796/0001-11 (VEMATE VERDINHA INDUSTRIA DO MATE LTDA) (PJ66)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
83.947.796/0001-11	SITIO VÔ MARCA	De 181ml até 375ml	2208.70.00	M
83.947.796/0001-11	SÍTIO VÔ MARCA (AGUARDENTE SIMPLES DE PLANTAS OU DE FRUTAS)	De 181ml até 375ml	2208.90.00	N

CNPJ: 79.646.501/0001-08 (INDUSTRIA DE BEBIDAS SETE COLINAS LTDA) (PJ28)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
79.646.501/0001-08	SC 08012 00201-9 7 COLINAS MAX	De 376ml até 670ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	SETE PI GA SC 08012 002027	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D

CNPJ: 08.108.444/0001-57 (VINICOLA PICCININ LTDA - ME)(PJ18)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
08.108.444/0001-57	VINHOS PICCININ - VINHO FINO BRANCO SECO MOSCATO (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
08.108.444/0001-57	VINHOS PICCININ - VINHO FINO ROSE SECO CABERNET SAUVIGNON (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
08.108.444/0001-57	VINHOS PICCININ - ESPUMANTES VINHOS PICCININ	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	K

CNPJ: 86.549.524/0001-51 (VINICOLA ZAGO LTDA - EPP) (PJ51)				
CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
86.549.524/0001-51	ZAGO (TINTO DE MESA SECO BORDO) (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
86.549.524/0001-51	ZAGO (VINHO BRANCO DE MESA NIAGARA SECO) (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	C
86.549.524/0001-51	ZAGO (TINTO SECO) (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
86.549.524/0001-51	ZAGO (TINTO SUAVE) (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
86.549.524/0001-51	ZAGO (BRANCO SECO COUDERC TREZE) (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 20 DE MARÇO DE 2013

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

CPF	NOME	PROCESSO
087.720.519-14	LARISSA ANTUNES RIBOLI	13982.720077/2013-68

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTTO MARESCH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Declara Habilitada perante a RFB no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de Junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso de suas atribuições que lhe confere o vigente Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal (Portaria MF nº 203/2012) e do disposto na instrução normativa RFB nº 758, de 25 de Julho de 2007 e da Lei nº 11.488, de 15 de Junho de 2007, e face ao que consta do processo fiscal nº 13973.720.067/2013-31, declara:

Art. 1º A pessoa jurídica URBANO AGROINDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 84.432.111/0001-67, matrícula CEI 51.218.32591/73, habilitada no Regime Especial de incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), perante a RFB para efeitos de utilização na suspensão da incidência das contribuições Sociais - Pis e Cofins, nas aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, novos, para incorporação na obra; de materiais de construção e da execução e prestação de serviços destinados à construção e instalação da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Capivari projeto de sua titularidade, conforme Portaria MME nº Portaria nº 10, de 16 de janeiro de 2013.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão das contribuições referendadas (Pis e Cofins), a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar no corpo da Nota fiscal:

I - O número da Portaria Ministerial que aprovou o projeto da empresa adquirente: "Portaria MME nº 10, de 16/01/2013";

II - O número do Ato Declaratório Executivo que concedeu a Habilitação ao Reidi, a empresa adquirente: "ADE DRF/JOI Nº 23, de 26/03/2013".

III - a expressão: a) "Venda de bens com suspensão do Pis/Pasep e da Cofins - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art.2º, inciso I", ou; b) "Venda de serviços com suspensão do Pis/Pasep e da Cofins - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art.2º, inciso I".

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de dez dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da presente Habilitação.

Art. 4º - Constatado que a contribuinte não preenchia à época da expedição deste Ato Declaratório Executivo (ADE) ou que deixou de preencher as condições previstas para gozo do benefício, bem assim se constatada qualquer irregularidade na sua concessão, serão suspensos de imediato os seus efeitos.

Art. 5º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Concede Registro Especial de Produtor.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no inciso I, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005 e o despacho exarado no processo n° 11020.002028/2010-40, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/425, como produtor, o estabelecimento da empresa Luiz Antonio Colloda ME, inscrito no CNPJ sob nº 92.501.691/0001-25, situado no Travessão Riachuello, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Concede Registro Especial de Produtor.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no inciso I, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005 e o despacho exarado no processo n° 11020.002033/2010-52, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/426, como produtor, o estabelecimento da empresa Vinhos Molardi Ltda ME, inscrito no CNPJ sob nº 97.074.561/0001-77, situado no Travessão Felisberto da Silva, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Concede Registro Especial de Produtor.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no inciso I, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005 e o despacho exarado no processo n° 11020.002120/2010-18, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/427, como produtor, o estabelecimento da empresa Vinícola Tomazzoni Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 87.842.605/0001-08, situado no Travessão Felisberto da Silva, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Concede Registro Especial de Produtor.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no inciso I, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005 e o despacho exarado no processo n° 11020.003439/2010-52, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/428, como produtor, o estabelecimento da empresa Vinícola Vista Bela Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 05.774.165/0001-34, situado no Travessão Thompson Flores, s/n, Nona Légua, Linha 40, no município de Caxias do Sul - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/112.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/112, como engarrafador, no processo 11020.002486/2009-45, o estabelecimento da empresa Alberto Andreazza e Filhos Ltda, inscrito no CNPJ sob o n° 87.810.677/01001-73, situado no Travessão Felisberto da Silva, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Cooler com vinho e suco de pêssego	Halberth	2206.00.90	não retornável	870 ml
Cooler com vinho e suco de pêssego	Halberth	2206.00.90	não retornável	1.470 ml
Cooler com vinho e suco de pêssego	Halberth	2206.00.90	não retornável	1.980 ml
Cooler com vinho e suco de pêssego	Halberth	2206.00.90	não retornável	4.550 ml
Cooler com vinho e suco de morango	Halberth	2206.00.90	não retornável	870 ml
Cooler com vinho e suco de morango	Halberth	2206.00.90	não retornável	4.550 ml
Cooler com vinho e suco de abacaxi	Halberth	2206.00.90	não retornável	870 ml
Cooler com Vinho e suco de abacaxi	Halberth	2206.00.90	não retornável	4.550 ml
Vinho branco seco	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho branco suave	Halberth	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho branco seco moscato	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho branco seco moscato	Halberth	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho branco seco moscato	Halberth	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho banco seco niágara	Halberth	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho banco seco niágara	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho banco seco niágara	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho banco seco niágara	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho banco seco niágara	Halberth	2204.21.00	não retornável	950 ml

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vinho banco seco niágara	Halberth	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho banco seco niágara	Halberth	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho branco suave niágara	Halberth	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho branco suave niágara	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho branco suave niágara	Halberth	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho branco suave niágara	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho branco suave niágara	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho branco suave niágara	Halberth	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho branco suave niágara	Halberth	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho rosado seco	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho rosado seco	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho rosado suave	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho rosado suave	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho rosado suave	Halberth	2204.21.00	não retornável	950 ml
Vinho tinto seco	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho tinto seco	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho tinto seco	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho tinto seco	Halberth	2204.21.00	não retornável	950 ml
Vinho tinto seco	Halberth	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho tinto suave	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho tinto suave	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho tinto suave	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho tinto suave	Halberth	2204.21.00	não retornável	950 ml
Vinho tinto suave	Halberth	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho tinto demi-sec	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho tinto demi-sec	Halberth	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho tinto seco bordô	Halberth	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho tinto seco bordô	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho tinto seco bordô	Halberth	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho tinto seco bordô	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho tinto seco bordô	Halberth	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho tinto suave bordô	Halberth	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho tinto suave bordô	Halberth	2204.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho tinto suave bordô	Halberth	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho tinto suave bordô	Halberth	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho tinto suave bordô	Halberth	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho tinto seco fino cabernet sauvignon	Halberth	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho tinto seco fino cabernet sauvignon	Halberth	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho tinto seco fino cabernet sauvignon	Halberth	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho tinto seco fino cabernet sauvignon	Halberth	2204.21.00	não retornável	375 ml
Vinho tinto seco fino merlot	Halberth	2204.21.00	não retornável	750 ml
Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda por Fante Indústria de Bebidas Ltda, / CNPJ 89.967.939/0001-33				
Vinho branco espumante natural brut	Halberth	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho branco moscatel espumante	Halberth	2204.10.90	não retornável	750 ml

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 49, de 07 de agosto de 2009, publicado no DOU nº 151, de 10 de agosto de 2009.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 302, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e no art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e em atenção à Representação Fiscal para Exclusão do Simples Nacional, exarada no processo nº 11020.720736/2013-17, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, a seguir identificada, por ter infringido o disposto nos incisos V e VII do art. 29, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Nome Empresarial: A. M. GROCK ME

CNPJ: 08.493.217/0001-92

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 1º/01/2010, impedindo a opção pelo Simples Nacional nos 10 (dez) anos-calendário seguintes, conforme parágrafos 1º e 2º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o art. 3º, a exclusão tornar-se-á definitiva, devendo o contribuinte adotar todas as medidas necessárias à sua regularização junto a RFB.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Cancela o registro especial como distribuidor e importador de papel.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 302, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e considerando a representação para exclusão de Registro Especial de Papel Imune, relativa ao processo administrativo nº 11020.720.737/2013-53, declara:

Art. 1º O cancelamento do Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945, de 2009, na categoria de Distribuidor de Papel sob nº DP-10106/118 e Importador de Papel sob nº IP-10106/119, da pessoa jurídica A. M. GROCK - ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.493.217/0001-92, estabelecida na Rua Professor Luiz Facchin, nº 484, Pavilhão, Bairro São José, na cidade de Caxias do Sul, RS, CEP 95043-660, nos termos do art. 2º, inciso IV da Lei nº 11.945 de 04 de junho de 2009.

Art. 2º Fica vedada a concessão de novo Registro Especial, pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário, de acordo com o art. 2º, parágrafo 1º da mesma lei.

Art. 3º Determino que sejam incluídas as informações no Gerencial Papel Imune (GPI) da RFB, no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação no DOU.

Art. 4º A pessoa jurídica poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, sem efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste ato, sendo definitiva a decisão da esfera administrativa, de acordo com o art. 8º da IN/RFB nº 976 de 2009.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 12 DE MARÇO DE 2013

Concede habilitação como Pessoa Jurídica Preponderantemente Exportadora ao estabelecimento que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO/RS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 224 da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.05.2012, e considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, de acordo com o art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e na forma do despacho exarado na fl. 30 do processo digital nº 13054.720940/2012-87, declara:

Fica concedida habilitação, como Pessoa Jurídica Preponderantemente Exportadora, a LUIZ FUGA INDÚSTRIA DE COURO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.324.048/0001-43, localizada na Rua Luiz Pedro Daudt, nº 264, Bairro São Miguel, no Município de São Leopoldo (RS), para adquirir matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, nos termos dos arts. 12 a 14 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ FERNANDO LORENZI

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1, DE 11 DE JANEIRO DE 2013

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA E DE TERAPIA OCUPACIONAL. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO REDUZIDO. REQUISITOS.

A partir de 1º de janeiro de 2009, para efeito de determinação da base de cálculo do imposto de renda devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, aplica-se sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços de fisioterapia e de terapia ocupacional o percentual de 8% (oito por cento), desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Anvisa. Na hipótese de não atendimento desses requisitos o percentual será de 32% (trinta e dois por cento).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput, e § 1º, inciso III, alínea "a"; Lei nº 9.430, de 1996, art. 25, I; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 966 e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; IN RFB nº 1.234, de 2012, arts. 31 e 38, III; ADI SRF nº 18, de 2003; Solução de Divergência Cosit nº 11, de 2012; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA E DE TERAPIA OCUPACIONAL. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO REDUZIDO. REQUISITOS.

A partir de 1º de janeiro de 2009, para efeito de determinação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, aplica-se sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços de fisioterapia e de terapia ocupacional o percentual de 12% (doze por cento), desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Anvisa. Na hipótese de não atendimento desses requisitos o percentual será de 32% (trinta e dois por cento).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, inciso III, alínea "a", e art. 20, caput; Lei nº 9.430, de 1996, art. 29, I; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 966 e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; IN RFB nº 1.234, de 2012, arts. 31 e 38, III; ADI SRF nº 18, de 2003; Solução de Divergência Cosit nº 11, de 2012; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

MARCOS VINICIUS GIACOMELLI
Auditor-Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2, DE 11 DE JANEIRO DE 2013

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA PREVISTA NO ART. 8º DA LEI Nº 12.546, DE 2011. INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA. ENCOMENDANTE. REINTEGRA.

O estabelecimento que encomenda a terceiros a industrialização de calçados classificados nos códigos da Tipi referidos no Anexo da Lei nº 12.546, de 2011, posteriormente comercializados, está sujeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias nos moldes previstos pelo art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, pois assume a condição de equiparado a industrial.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O estabelecimento que exportar calçados industrializados por terceiros, sob sua encomenda, mediante a remessa dos insumos, faz jus ao ressarcimento ou à compensação dos valores referentes a custos tributários residuais existentes nas suas cadeias de produção, desde que atendidas as demais condições normativas expressas para o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 2011, arts. 1º a 3º e 8º; Decreto nº 7.212, de 2010, arts. 8º, 9º e 609; Decreto nº 7.633, de 2011.

CASSIA TREVIZAN
Auditora-Fiscal
P/delegação de competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3, DE 17 DE JANEIRO DE 2013

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: RECEITA BRUTA. VENDAS A PRAZO. JUROS MORATÓRIOS.

Os juros auferidos por pessoa jurídica industrial em decorrência do atraso no pagamento de vendas a prazo constituem receita financeira e não integram a receita bruta das vendas de bens e serviços para efeito de apuração do valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte inscrita no Simples Nacional.

RECEITA BRUTA. VENDAS A PRAZO. CUSTO DO FINANCIAMENTO.

O custo do financiamento, nas vendas a prazo, contido no valor dos bens ou serviços ou destacado na nota fiscal, integra a receita bruta da venda de bens e serviços.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 1º; Decreto nº 3.000, de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999), arts. 278, 279 e 373; Parecer Normativo CST nº 21, de 1979; Ato Declaratório (Normativo) Cosit nº 7, de 1993.

MARCOS VINICIUS GIACOMELLI
Auditor-Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: LUCRO REAL. INCENTIVO FISCAL. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. DISPÊNDIOS COM PESSOAL DE APOIO TÉCNICO.

Os gastos efetuados com pessoal contratado pela empresa para prestar serviços de apoio técnico de modo não exclusivo, registrados de forma detalhada e individualizada em sua contabilidade, estão contemplados pelos benefícios fiscais previstos nos arts. 17 e 19 da Lei nº 11.196, de 2005, desde que se configurem indispensáveis à implantação e à manutenção das instalações ou dos equipamentos destinados, exclusivamente, à execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento ou inovação tecnológica, bem como à capacitação dos recursos humanos a eles dedicados.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.196, de 2005, arts. 17 a 26; Decreto nº 5.798, de 2006, e IN RFB nº 1.187, de 2011, arts. 2º, I e II, "e", parágrafo único, II, e 3º, parágrafo único, II.

JORGE AUGUSTO GIRARDON DA ROSA
Auditor-Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

ASSUNTO: Normas Gerais de Direito Tributário

EMENTA: BENEFÍCIOS FISCAIS. PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA. REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO. EMPREENDIMENTOS MISTOS.

O direito ao benefício da alíquota reduzida de 1% (um por cento) relativa ao Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), restringe-se aos projetos de incorporação de imóveis destinados à construção de unidades residenciais, não contemplando projeto de incorporação destinado à construção de imóveis residenciais conjuntamente com não-residenciais.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN), art. 111; Lei nº 10.931, de 2004, art. 4º, §§ 6º e 7º.

MARCOS VINICIUS GIACOMELLI
Auditor-Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6, DE 28 DE JANEIRO DE 2013

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: RETENÇÃO NA FONTE. SERVIÇOS DE PORTARIA.

Os pagamentos efetuados a outras pessoas jurídicas de direito privado referentes à prestação de serviços de portaria não estão sujeitos à retenção na fonte de que tratam o art. 30 da Lei no 10.833, de 2003, e a IN SRF nº 459, de 2004.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; IN SRF nº 459, de 2004.

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: RETENÇÃO NA FONTE. SERVIÇOS DE PORTARIA.

Os pagamentos efetuados a outras pessoas jurídicas de direito privado referentes à prestação de serviços de portaria não estão sujeitos à retenção na fonte de que tratam o art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003, e a IN SRF nº 459, de 2004.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; IN SRF nº 459, de 2004.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: Os pagamentos efetuados a outras pessoas jurídicas de direito privado referentes à prestação de serviços de portaria não estão sujeitos à retenção na fonte de que tratam o art. 30 da Lei n° 10.833, de 2003, e a IN SRF nº 459, de 2004.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; IN SRF nº 459, de 2004.

JORGE AUGUSTO GIRARDON DA ROSA
Auditor-Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO. INSUMO. CRÉDITOS.

As partes e peças de reposição adquiridas de pessoas jurídicas domiciliadas no país para a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados diretamente na fabricação de produtos destinados à venda, desde que não sujeitas à escrituração no ativo imobilizado, podem ser consideradas insumos para efeito de cálculo de créditos na tributação não-cumulativa da Cofins, atendidos os demais requisitos normativos e legais atinentes à espécie.

Os serviços contratados de pessoas jurídicas domiciliadas no país para a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados diretamente na fabricação de produtos destinados à venda, desde que as referidas importâncias não estejam sujeitas à escrituração no ativo imobilizado, podem ser consideradas insumos para efeito de cálculo de créditos na tributação não-cumulativa da Cofins, atendidos os demais requisitos normativos e legais atinentes à espécie.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º; RIR/1999, art. 346; Instrução Normativa SRF nº 404, de 2004, art. 8º, I, "b", "b.1" e "b.2", § 4º, I, "a" e "b", § 9º, I , e art. 9º, I a IV.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO. INSUMO. CRÉDITOS.

As partes e peças de reposição adquiridas de pessoas jurídicas domiciliadas no país para a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados diretamente na fabricação de produtos destinados à venda, desde que não sujeitas à escrituração no ativo imobilizado, podem ser consideradas insumos para efeito de cálculo de créditos na tributação não-cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, atendidos os demais requisitos normativos e legais atinentes à espécie.

Os serviços contratados de pessoas jurídicas domiciliadas no país para a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados diretamente na fabricação de produtos destinados à venda, desde que as referidas importâncias não estejam sujeitas à escrituração no ativo imobilizado, podem ser consideradas insumos para efeito de cálculo de créditos na tributação não-cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, atendidos os demais requisitos normativos e legais atinentes à espécie.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º; RIR/1999, art. 346; Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, art. 66, I, "b", "b.1" e "b.2", § 5º, I, "a" e "b", e art. 67, I a III.

CASSIA TREVIZAN
Auditora-Fiscal
P/delegação de competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 8, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: RECEITA BRUTA. CONCEITO.

A receita bruta que constitui a base de cálculo da contribuição a que se referem os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011, compreende a receita decorrente da venda de bens nas operações de conta própria, a receita decorrente da prestação de serviços em geral e o resultado auferido nas operações de conta alheia.

Podem ser excluídos da receita bruta os valores relativos à receita bruta de exportações, às vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos, ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando incluído na receita bruta, e ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 2011, arts. 7º, caput, 8º, caput, e 9º; Parecer Normativo RFB nº 3, de 2012.

ASSUNTO: Processo Administrativo Fiscal

EMENTA: CONSULTA. EFEITOS.

Cessam os efeitos produzidos pela consulta a partir da data de publicação na Imprensa Oficial, posteriormente à formulação da consulta e antes de sua solução, de ato normativo que discipline o fato consultado.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 740, de 2007, art. 15, § 2º.

CASSIA TREVIZAN
Auditora-Fiscal
P/delegação de competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO. FUNDO PÚBLICO MUNICIPAL. REPASSE PARA AUTARQUIA. TRIBUTAÇÃO.

Os valores recebidos pelo Município, decorrentes de contrato firmado com pessoa jurídica de direito privado, objetivando compor Fundo Público Municipal de Saneamento, constituem receitas correntes, devendo integrar a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep apurada pelo Município. São passíveis de dedução dessa base de cálculo as importâncias (oriundas desse Fundo) repassadas para Autarquia Municipal visando a consecução de seus objetivos sociais.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 4.320, de 1964, art. 11; Lei nº 9.715, de 1998, art. 2º, III, e art. 7º; PN CST nº 01, de 1996.

JORGE AUGUSTO GIRARDON DA ROSA
Auditor-Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: AUXÍLIO-CRECHE.

A empresa está dispensada de descontar a contribuição previdenciária dos valores pagos a seus empregados a título de auxílio-creche e de recolher as correspondentes contribuições a seu cargo, "até o limite de cinco anos de idade de seus filhos", ou seja, até o dia anterior ao em que o filho completar seis anos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, arts. 7º, XXV, e 208, IV; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, II; Decreto nº 2.346, de 1997, art. 5º; Parecer PGFN/CRJ nº 2.118, de 2011; Ato Declaratório PGFN nº 13, de 2011; Solução de Divergência Cosit nº 1, de 2009; Resolução CNE/CEB nº 6, de 2010, art. 3º; Resolução CNE/CEB nº 7, de 2010, art. 8º, § 1º.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

EMENTA: AUXÍLIO-CRECHE.

A fonte pagadora está dispensada de efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os valores pagos a título de auxílio-creche, "até o limite de cinco anos de idade de seus filhos", ou seja, até o dia anterior ao em que o filho completar seis anos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, arts. 7º, XXV, e 208, IV; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, II; Decreto nº 2.346, de 1997, art. 5º; Parecer PGFN/CRJ nº 2.118, de 2011; Ato Declaratório PGFN nº 13, de 2011; Solução de Divergência Cosit nº 1, de 2009; Resolução CNE/CEB nº 6, de 2010, art. 3º; Resolução CNE/CEB nº 7, de 2010, art. 8º, § 1º.

MARCOS VINICIUS GIACOMELLI
Auditor-Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 11, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: RECEITAS DECORRENTES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA RESIDENTE OU DOMICILIADA NO EXTERIOR. NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. POSSIBILIDADE DE MERA INTERMEDIAÇÃO ENTRE A PRESTADORA DOS SERVIÇOS E A PESSOA RESIDENTE OU DOMICILIADA NO EXTERIOR. VÍNCULO NEGOCIAL NÃO AFETADO PELA MERA INTERMEDIAÇÃO DE TERCEIRA PESSOA. EFETIVIDADE DE INGRESSO DE DIVISAS.

A existência de terceira pessoa, desde que agindo na condição de mero mandatário, entre a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior e a prestadora dos serviços não afeta a relação jurídica negocial exigível entre estas últimas.

Os mecanismos de pagamento das despesas incorridas no País pelo transportador estrangeiro, previstos no vigente Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), divulgado pela Circular Bacen nº 3.280, de 2005, representam efetivo ingresso de divisas no País e autorizam a aplicação das aludidas normas exoneradas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Mesmo que sejam utilizadas quaisquer das formas de pagamento válidas para fins de fruição da não-incidência em questão, persistirá, sempre, a necessidade da comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior.

Não se considera beneficiada pela não-incidência das contribuições, a prestação de serviços à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses estabelecidas no vigente RMCCI.

Se inteiramente atendidos os requisitos para não-incidência da Contribuição para o PIS/Pasep na prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, é possível a utilização de créditos na forma prevista no § 1º do art. 5º da Lei nº 10.637, de 2002.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º, § 1º, e art. 5º, II, e § 1º, com a redação dada pelo art. 37 da Lei nº 10.865, de 2004; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 653; e Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), divulgado pela Circular Bacen nº 3.280, de 2005.

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: RECEITAS DECORRENTES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA RESIDENTE OU DOMICILIADA NO EXTERIOR. NÃO-INCIDÊNCIA DA COFINS. POSSIBILIDADE DE MERA INTERMEDIAÇÃO ENTRE A PRESTADORA DOS SERVIÇOS E A PESSOA RESIDENTE OU DOMICILIADA NO EXTERIOR. VÍNCULO NEGOCIAL NÃO AFETADO PELA MERA INTERMEDIAÇÃO DE TERCEIRA PESSOA. EFETIVIDADE DE INGRESSO DE DIVISAS.

A existência de terceira pessoa, desde que agindo na condição de mero mandatário, entre a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior e a prestadora dos serviços não afeta a relação jurídica negocial exigível entre estas últimas.

Os mecanismos de pagamento das despesas incorridas no País pelo transportador estrangeiro, previstos no vigente Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), divulgado pela Circular Bacen nº 3.280, de 2005, representam efetivo ingresso de divisas no País e autorizam a aplicação das aludidas normas exoneravitas.

Mesmo que sejam utilizadas quaisquer das formas de pagamento válidas para fins de fruição da não-incidência em questão, persistirá, sempre, a necessidade da comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior.

Não se considera beneficiada pela não-incidência das contribuições, a prestação de serviços à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses estabelecidas no vigente RMCCI.

Se inteiramente atendidos os requisitos para não-incidência da Cofins na prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, é possível a utilização de créditos na forma prevista no § 1º do art. 6º da Lei nº 10.833, de 2003.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º, § 1º, e art. 6º, II, e § 1º, com a redação dada pelo art. 21 da Lei nº10.865, de 2004; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 653; e Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), divulgado pela Circular Bacen nº 3.280, de 2005.

JORGE AUGUSTO GIRARDON DA ROSA
Auditor-Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 12, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

ASSUNTO: Normas Gerais de Direito Tributário

EMENTA: PESSOA JURÍDICA BENEFICIÁRIA DO PADIS. PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE.

A participação de pessoa jurídica em Sociedade em Conta de Participação na qualidade de sócia participante não impede a fruição dos incentivos fiscais concedidos pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - Padis, desde que atenda às condições e aos requisitos exigidos pela legislação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.484, de 2007, arts. 2º, I, II e III, § 3º, e 9º; Lei nº 10.406, de 2002, arts. 991 e 993; Decreto nº 6.233, de 2007, arts. 2º, 5º e 6º, I e II, § 3º, e art. 11.

LOURDES TERESINHA ROSSONI LUVISON
Auditora-Fiscal
p/Delegação de Competência

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 13, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO. INSUMO. CRÉDITOS.

As partes e peças de reposição adquiridas de pessoas jurídicas domiciliadas no País para a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados diretamente na fabricação de produtos destinados à venda, desde que não sujeitas à escrituração no ativo imobilizado, podem ser consideradas insumos para efeito de cálculo de créditos na tributação não-cumulativa da Cofins, atendidos os demais requisitos normativos e legais atinentes à espécie.

Os serviços contratados de pessoas jurídicas domiciliadas no País para a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados diretamente na fabricação de produtos destinados à venda, desde que não estejam sujeitos à escrituração no ativo imobilizado, podem ser considerados insumos para efeito de cálculo de créditos na tributação não-cumulativa da Cofins, atendidos os demais requisitos normativos e legais atinentes à espécie.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º; RIR/1999, art. 346; Instrução Normativa SRF nº 404, de 2004, art. 8º, I, "b" e "b.1", § 4º, I, "a" e "b", § 9º, I, e art. 9º, I a IV.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO. INSUMO. CRÉDITOS.

As partes e peças de reposição adquiridas de pessoas jurídicas domiciliadas no País para a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados diretamente na fabricação de produtos destinados à venda, desde que não sujeitas à escrituração no ativo imobilizado, podem ser consideradas insumos para efeito de cálculo de créditos na tributação não-cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, atendidos os demais requisitos normativos e legais atinentes à espécie.

Os serviços contratados de pessoas jurídicas domiciliadas no País para a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados diretamente na fabricação de produtos destinados à venda, desde que não estejam sujeitos à escrituração no ativo imobilizado, podem ser considerados insumos para efeito de cálculo de créditos na tributação não-cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, atendidos os demais requisitos normativos e legais atinentes à espécie.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º; RIR/1999, art. 346; Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, art. 66, I, "b" e "b.1", § 5º, I, "a" e "b", e art. 67, I a III.

CASSIA TREVIZAN
Auditora-Fiscal
p/Delegação de Competência

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 26 de março de 2013

Nº 421 - Ref.: PROCESSO nº 08620.015232/2011-38. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio. ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar. DECISÃO: Determino a remessa de cópias do processo ao Ministério Público Federal e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da fundamentação aduzida no Parecer nº 008/2013/BDA/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 071/2013/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 422 - Ref.: PROCESSO nº 08620.015232/2011-38. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio. ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar. DECISÃO: Determino a instauração de sindicância administrativa, na forma do art. 143, caput, da Lei n° 8.112/90, para apuração dos indícios de irregularidades descritos na alínea "l" do Despacho nº 071/2013/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 423 - Ref.: PROCESSO nº 08620.015232/2011-38. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio. ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar. DECISÃO: Determino a instauração de processo administrativo disciplinar, na forma do art. 143, caput, da Lei n° 8.112/90, em face dos servidores apontados na alínea "k" do Despacho nº 071/2013/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 424 - Ref.: PROCESSO nº 08758.000268/2007-85. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio. ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar. DECISÃO: Determino o envio de cópias do processo ao Ministério Público Federal e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma da lei, e a remessa dos autos à Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI, para as providências especificadas no item 3 do Despacho nº 085/2013/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 425 - Ref.: PROCESSO nº 08360.019025/2010-80. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Federal. ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar. DECISÃO: Determino a instauração de processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 143, caput, da Lei n° 8.112/90, para apuração dos fatos descritos no item 45 do Parecer n° 040/2013/BDA/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 099/2013/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHO DO CONSELHEIRO RELATOR
Em 20 de março de 2013

Nº 17 - Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91. Representantes: Global Village Telecom. Representados: Tim, Vivo, Claro e outras. Advogados: Tércio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Thiago Francisco da Silva Brito e Luciano Inácio de Souza e outros. Apresentem as Representadas, querendo, as considerações finais, de acordo com o Art. 2º da Lei 9.784/99, inclusive sobre a instrução e as diligências complementares. Na mesma oportunidade, apresentem os patronos das Representadas seus respectivos instrumentos de mandato atualizados. Para ambas as providências, concedo prazo de 15 (quinze) dias úteis, conforme art. 159 do RICADE.

ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANDAMENTO PROCESSUAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
17ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.004472/2000-12
Representante: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Município de Bauru/SP
Representados: Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo - Regional de Bauru - SINCOPETRO; Wagner Siqueira; Sebastião Homero Gomes; João Nunes Pimentel; Sílvio Carlos Martins Martinez; Luiz Carlos Lombardi; Davilço Graminha; Auto Posto Mary Dota Ltda.; Auto Posto Jardim Brasil Bauru Ltda.; Auto Posto Nuno de Assis Ltda.; Auto Posto Vila São Paulo Ltda.; Auto Posto Bauru 2000 Ltda.; Posto Sebastião Homero Gomes Bauru; Auto Posto Petroper Ltda.; Lopes & Lombardi Ltda.; Auto Posto Chapadão Bauru Ltda.; e Lion & Cia Comércio de Combustíveis Ltda.
Advogados: Beatriz Quintana Novaes, Regina Mara Goulart, Christiane Aparecida Salomão e outros
Relator: Conselheira Ana Frazão
Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação ao Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo - Regional de Bauru - SINCOPETRO, considerou os demais representados incursos no art. 20, I, c/c art. 21, I e II, da Lei nº 8.884/94, e condenou-os ao pagamento de multa, nos seguintes termos: (i) Auto Posto Petroper Ltda., no valor de R$ 851.280,00; (ii) Posto Sebastião Homero Gomes Bauru, no valor de R$ 609.405,14; (iii) Auto Posto Mary Dota Ltda., no valor de R$ 206.569,46; (iv) Auto Posto Jardim Brasil Bauru Ltda., no valor de R$ 851.280,00; (v) Auto Posto Nunes de Assis Ltda., no valor de R$ 602.423,01; (vi) Auto Posto Vila São Paulo Ltda., no valor de R$ 208.690,23; (vii) Auto Posto Bauru 2000 Ltda., no valor de R$ 246.428,66; (viii) Lopes & Lombardi Ltda., no valor de R$ 847.553,33; e (ix) Lion & CIA Comércio de Combustíveis Ltda., no valor de R$ 851.280,00; e das pessoas físicas (i) Sebastião Homero Gomes, no valor de R$ 218.543,77; (ii) Wagner Siqueira, no valor de R$ 316.749,70; (iii) Luiz Carlos Lombardi, no valor de R$ 127.133,00; (iv) Davilço Graminha, no valor de R$ 127.133,00; (v) João Nunes Pimentel, no valor de R$ 127.692,00; e (vi) Sílvio Carlos Martins Martinez, no valor de R$ 63.846,00, que deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da decisão. O Plenário determinou ainda, com base no art. 23, IV da Lei nº 8.884/94, a recomendação aos órgãos públicos competentes que não seja concedido aos condenados no presente voto o parcelamento de tributos federais por eles devidos ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos, tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora.

Brasília, 26 de março de 2013.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.001003/2000-41
Representante: Promotoria de Justiça de Londrina/PR
Representados: Ariovaldo Ferraz de Arruda, Reginaldo Monteiro, Ismael Anselmo, Luis Jorge Bolognesi, Maxwell Pavesi, Marcos Antônio Suriam, Nilo Joji Morishita, Sandro Vicente Zanchet, Valter Domigos Sasso, Sérgio Góes de Oliveira, Hamilton Cobo Pires, Posto Gasolina Nova Higienópolis Ltda., Petromax Derivados de Petróleo Ltda., Auto Posto 10 de Dezembro; Posto 15 de Londrina Ltda.; Auto Posto Morishita Ltda.; Auto Posto Gideão Ltda.; Suriam e Vieira Ltda.; Monteiro e Azevedo Ltda.; Posto Centro Cívico; Posto Exposição; Posto Meninão; Posto Expedito e Derivados de Petróleo Três Marcos Ltda.
Advogados: Amarilis Vaz Cortesi, Roberto de Mello Severo, Thais Gonçalves Gonzaga de Oliveira, Ricardo de Cunha Ferreira, Jefferson do Carmo Assis, Luiz Negrão Marques e outros
Relatora: Conselheira Ana Frazão
Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação aos representados Valter Domingos Sasso, Auto Posto Centro Cívico Ltda. e Auto Posto 10 de Dezembro Ltda., considerou os demais representados incursos no art. 20, I, c/c art. 21, I e II, da Lei nº 8.884/94, e condenou-os ao pagamento de multa, nos seguintes termos: (i) O. Frasson & S. M. Marchetti Ltda. (Posto Meninão), no valor de R$ 2.766.660,00; (ii) Auto Posto Exposição Ltda., no valor de R$ 2.766.660,00; (iii) Petromax Derivados de Petróleo Ltda., no valor de R$ 2.766.660,00; (iv) Posto Comércio de Combustíveis Talismã Ltda., no valor de R$ 2.766.660,00; (v) Auto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Posto Morishita Ltda., no valor de R$ 2.766.660,00; (vi) Monteiro e Azevedo Ltda., no valor de R$ 2.766.660,00; (vii) Surian e Vieira Ltda., no valor de R$ 2.766.660,00; (viii) Posto de Gasolina Nova Higienópolis Ltda., no valor de R$ 2.766.660,00; (ix) Posto 15 Londrina Ltda., no valor de R$ 2.766.660,00; (x) Derivados de Petróleo Três Marcos, no valor de R$ 1.393.760,51; e (xi) Auto Posto Gideão Ltda., no valor de R$ 4.149.990,00; (xii) Sérgio Góes de Oliveira, no valor de R$ 829.998,00; (xiii) Maxwell Pavesi, no valor de R$ 414.999,00; (xiv) Hamilton Cobo Pires, no valor de R$ 414.999,00; (xv) Reginaldo Monteiro, no valor de R$ 414.999,00; (xvi) Marcos Antonio Surian, no valor de R$ 414.999,00; (xvii) Sandro Vicente Zanchet, no valor de R$ 414.999,00; (xviii) Luiz Jorge Bolgnesi, no valor de R$ 414.999,00; (xix) Ismael Anselmo, no valor de R$ 209.064,07; (xx) Ariovaldo Ferraz de Arruda, no valor de R$ 705.498,30; (xxi) Nilo Joji Morishita, no valor de R$ 63.846,00; e (xxii) Associação dos Revendedores de Combustíveis do Norte do Paraná - ARCON, no valor de R$ 1.064.100,00; que deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da decisão. O Plenário determinou ainda a proibição de o representado Ariovaldo Ferraz de Arruda contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação tendo por objeto aquisições, alienações, realização de obras e serviços, concessão de serviços públicos, na administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como em entidades da administração indireta, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos (art. 38, II da Lei nº 12.529/2011). O Plenário determinou, por fim, com base no art. 38, IV, b, da Lei nº 12.529/2011, recomendação aos órgãos públicos competentes que não seja concedido aos condenados no presente voto parcelamento de tributos federais por eles devidos ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos, tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora.

Brasília, 26 de março de 2013.
VLADIMIR ADLER GORAYEB
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 26 de março de 2013

Nº 315 - Ref.: Ato de Concentração nº 08700.002251/2013-76. Requerentes: Agropecuária Gado Bravo Ltda., Fiagril Participações S.A. e outros. Advogados: Ubiratan Mattos e Maria Cecília Andrade. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 316 - Ref.: Ato de Concentração nº 08700.002045/2013-66. Requerentes: Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda. e Costa Bioenergia Ltda. Advogados: Caio Mário da Silva Pereira Neto, Marcos Drummond Malvar, Paulo Leonardo Casagrande e Schermann Chrystie Miranda e Silva. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 833, DE 1º DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4500 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO CIVIL PRO-INDIVISO DO NATAL SHOPPING CENTER, CNPJ nº 03.553.283/0001-97 para atuar no Rio Grande do Norte.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 958, DE 8 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/478 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOCAL FRIO ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS MOOCA, CNPJ nº 58.317.751/0001-16 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 873, DE 5 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2609 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MULTI FORMATO DISTRIBUIDORA SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ nº 10.319.375/0001-72 para atuar em Minas Gerais.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 895, DE 6 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4562 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO, CNPJ nº 92.685.833/0001-51 para atuar no Rio Grande do Sul.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.030, DE 13 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/446 - DPF/CCM/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROLINCON VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 95.781.019/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 489/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.056, DE 15 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75256 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0019-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 426/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.094, DE 19 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/5064 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0012-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 96/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.160, DE 21 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4051 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POMPÉIA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 10.679.984/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 4332/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.162, DE 21 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/44 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NAFSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.369.790/0001-30, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente JR SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA , CNPJ nº 00.855.634/0001-26:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.167, DE 21 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/618 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0001-45, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Pistolas calibre .380

23 (vinte e três) Revólveres calibre 38

414 (quatrocentas e quatorze) Munições calibre 38

150 (cento e cinquenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.181, DE 22 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/5020 - DPF/XAP/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.168.167/0001-05, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Pistolas calibre .380

450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.184, DE 22 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/230 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACM SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - SERVIP, CNPJ nº 03.030.106/0001-26, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

1934 (uma mil e novecentas e trinta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.189, DE 22 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/445 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONCEDER autorização à empresa TAWRUS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 09.406.386/0001-00, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

13 (treze) Revólveres calibre 38

470 (quatrocentas e setenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.205, DE 22 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1261 - DPF/NIG/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa SECULUS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.348.064/0002-57, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 30.575, DE 14 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.006532/2012-36 - CGCSP/DIREX, resolve:

Autorizar a empresa QAP SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 13.684.109/0001-37, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser QAP SEGURANÇA PRIVADA EIRELE.

CLYTON EUSTÁQUI XAVIER

PORTARIA Nº 30.601, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do senhor DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, resolve:

Revogar a Portaria 1657/2010-CGCSP/DIREX, publicada no D.O.U. em 21 de julho de 2010 e aplicar a penalidade de multa, no valor de 13.333 UFIR BANCO NOSSA CAIXA S/A Ag. Tupã, CNPJ/MF nº:43.073.394/0227-85,, com base no despacho 65/2013-ASS/CCASP/CGCSP/DIREX, em decorrência do processo 08705.006448/2008-77.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

RETIFICAÇÕES

Na Portaria de nº 30.367 /13, publicada no DOU de 28 DE FEVEREIRO DE 2013, Seção 1, página 139, onde se lê: "ELLOS SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:05.120.497/0001-03", leia-se: "INVIOLÁVEL SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº:03.309.155/0001-55".

Na Portaria de nº 30.053/13, publicada no DOU de 28 DE FEVEREIRO DE 2013, Seção 1, página 131, onde se lê: "SENA SEGURANCA INTELIGENTE E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:00.621.158/0007-74", leia-se: "NORDESTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ/MF nº:05.309.191/0002-10".

RETIFICAÇÃO(*)

Nas Portarias de 27 de fevereiro de 2013, publicadas no DOU de 28-2-2013, Seção 1, páginas nºs 137 a 140, onde se lê: Nº 30.201 a Nº 30.299, leia-se: Nº 30.301 a Nº 30.399.

(*) Republicada por ter saído no DOU de 1º/3/2013, Seção 1, página 42, com incorreção.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 25 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída por meio da Portaria SE/MJ nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria SE/MJ nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

N° 108 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ANALIA DAVID - V336206-X, natural da Argentina, nascida em 14 de julho de 1977, filha de Santiago Abraham David e de Maria Susana Du Plessis, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08711.002205/2011-86);

CRISTIAN IGOR CONTRERAS FUENTES - Y045051-W, natural do Chile, nascido em 22 de julho de 1972, filho de Claudio Enrique Contreras Parraguez e de Maria Elena Fuentes Manriquez, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08391.005365/2011-47);

JORGE ANDRES BARON VALENCIA - V408308-Q, natural da Colômbia, nascido em 14 de fevereiro de 1971, filho de Hector Julio Baron Rosas e de Bertha Esther Valencia Nino, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.008958/2011-21);

MARYAM YOUSSEF ABDELKARIM ABOU TAHA - V477323-U, natural do Egito, nascida em 1 de setembro de 1971, filha de Youssef Abdelkarim Abou Taha e de Karima Ibrahim Saad, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.007958/2007-19);

MOHAMED SOLIMAN ALI SHEHATA - V693997-8, natural da República Árabe do Egito, nascido em 23 de janeiro de 1983, filho de Soliman Ali Shehata e de Faiza Abd Almuhsen Soliman, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08451.011131/2011-87);

MONICA MONTANA MARTINEZ - V338312-O, natural da Colômbia, nascida em 4 de abril de 1967, filha de Roberto Montana Cuervas e de Raquel Martinez de Montana, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08442.000991/2012-85) e

TEÓFILO EDWIN SOTOMAYOR MELGAREJO - V485695-Y, natural do Peru, nascido em 26 de maio de 1975, filho de Teófilo Zenon Sotomayor Mejia e de Dora Agripina Melgarejo Garcia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.059587/2010-74).

N° 109 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria nº 3, de 08 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 2007, que concedeu a nacionalidade brasileira, por naturalização, a MICHEL JEAN FRANCIS PONS, natural do Marrocos, nascido em 03 de novembro de 1961, filho de Jean Fernand Pons e de Madie Claude Gras, residente no Estado de Santa Catarina, nos termos do § 3º, do art. 119, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, tendo em vista que o interessado não pretende renunciar a sua atual nacionalidade (08495.002448/2004-97).

N° 110 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ALEJANDRO ULISES BEDOTTI - W184001-0, natural da Argentina, nascido em 15 de dezembro de 1954, filho de Alberto Ulises Bedotti e de Maria Angelica Toledano de Bedotti, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 08475.021748/2004-11);

JOSE FERNANDO GUILLEN GUTIERREZ - W390322-H, natural da Bolívia, nascido em 14 de novembro de 1940, filho de Guillermo Guillen e de Petronila Gutierrez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.084842/2012-89);

MESSIAS PIRES DE CARVALHO - W097711-T, natural de Portugal, nascido em 18 de maio de 1960, filho de Adriano Pedro de Carvalho e de Elvira Rosa Pires, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066816/2012-79);

NINA BASTIANI - V635740-Y, natural da Polônia, nascida em 2 de julho de 1936, filha de Damião Makaruk e de Tecla Juferwik, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.008018/2012-04);

RONALD ANDREE MEDINA MOLINA - V139042-0, natural da Bolívia, nascido em 6 de janeiro de 1981, filho de Jose Rodolfo Medina Segaline e de Rosario Margarita Molina de Medina, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.034735/2012-18);

SEUNG JOON KIM - V177041-O, natural da Coréia do Sul, nascido em 15 de fevereiro de 1982, filho de Tae Woong Kim e de Young Soon Kim Jang, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.052910/2012-41) e

SURJANA TIRTA PRAWITA - V213581-4, natural da Indonésia, nascido em 9 de fevereiro de 1965, filho de Susanto Tirta Prawita e de Elly Wijaya, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.104487/2012-71).

N° 111 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ANDREA LORENA PALACIOS ECHEVERRIA SILVA - V586105-W, natural do Equador, nascida em 3 de fevereiro de 1987, filha de Carlos Bulmaro Palacios Arturo e de Aureola Alejandrina Echeverria Magallanes, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.006401/2012-50);

ARIEL BARROSO MORENO - V558104-5, natural de Cuba, nascido em 3 de abril de 1978, filho de Ambrosio Barroso Rodriguez e de Maritza Moreno Ceballos, residente no Estado do Acre (Processo nº 08220.011170/2011-06);

CHRISTOPHER PAUL MCPHERSON - V587027-L, natural da Grã-Bretanha, nascido em 19 de junho de 1984, filho de Clive Malcolm Mcpherson e de Judith Jaquiline Mcpherson, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.000959/2012-80);

FREDERIC POIROT - V396545-C, natural da França, nascido em 12 de janeiro de 1966, filho de Jacques Poirot e de Jeannine Poirot, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.042218/2011-23);

JOSE MONTESINO PESTANA - V397748-U, natural de Cuba, nascido em 29 de agosto de 1964, filho de Caridad Montesino Besu e de Milagro Pestana Ramos, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.061884/2012-41);

MENASHE SHAIA - V379136-Q, natural de Israel, nascido em 31 de janeiro de 1964, filho de Yahasquel Shaia e de Filla Shaia, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.002070/2012-18) e

YEREMIS FUENTES LLANIO - V630109-3, natural de Cuba, nascida em 11 de abril de 1986, filha de Oscar Fuentes Sanchez e de Nieves Mercedes Llanio Diaz, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.061885/2012-96).

PAULO ABRÃO

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 46880.000264/2012-48, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do nacional francês ERWAN POTTIER. Processo Nº 46880.000264/2012-48 - ERWAN POTTIER.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 46094.029735/2012-66, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do nacional peruano WALTER AUGUSTO VELASQUEZ GONZALES. Processo Nº 46094.029735/2012-66 - WALTER AUGUSTO VELASQUEZ GONZALES.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 46094.029202/2012-84, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional guatemalteca MIRIAM NEBAI BARRUTIA MAZARIEGOS. Processo Nº 46094.029202/2012-84 - MIRIAM NEBAI BARRUTIA MAZARIEGOS.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 46094.031981/2012-88, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional alemão REMON AL HADDAD. Processo Nº 46094.031981/2012-88 - REMON AL HADDAD.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 46215.021291/2012-05, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional americano ADAM STEPHEN CHAMPAGNE. Processo Nº 46215.021291/2012-05 - ADAM STEPHEN CHAMPAGNE.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 46094.026797/2012-16, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional italiana ANDREA MANETTI. Processo Nº 46094.026797/2012-16 - ANDREA MANETTI.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 46220.003376/2012-24, com base na Resolução Normativa nº 27 de 25 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional portuguesa MARIA DA CONCEIÇÃO. Processo Nº 46220.003376/2012-24 - MARIA DA CONCEIÇÃO.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 46094.020642/2012-76, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional espanhola LIDIA SABUQUILLO FUNEZ. Processo Nº 46094.020642/2012-76 - LIDIA SABUQUILLO FUNEZ.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 47758.000154/2012-54, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional italiano LUCIANO BILLINI. Processo Nº 47758.000154/2012-54 - LUCIANO BILLINI.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 46094.040522/2012-95, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional italiana GIULIA DONNICI. Processo Nº 46094.040522/2012-95 - GIULIA DONNICI.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 46094.043003/2012-89, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional português GILDO SALVADOR BALEIRAS NASCIMENTO. Processo Nº 46094.043003/2012-89 - GILDO SALVADOR BALEIRAS NASCIMENTO.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08460.019674/2011-33, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional italiano STEFANO ORESTE SACCHI. Processo Nº 08460.019674/2011-33 - STEFANO ORESTE SACCHI.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08520.004684/2012-01, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional angolano PAULO JORGE GOMES VIEIRA. Processo Nº 08520.004684/2012-01 - PAULO JORGE GOMES VIEIRA.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08230.000353/2011-79, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional espanhola UMBERTO CERQUETI. Processo Nº 08230.000353/2011-79 - UMBERTO CERQUETI.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08460.055795/2010-68, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional italiana GIULIA MOTTOLA. Processo Nº 08460.055795/2010-68 - GIULIA MOTTOLA.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08460.002264/2011-53, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2013, Seção 1, pág. 123, DEFIRO a permanência no País do(a) nacional italiano FABRIZIO MARIA ROBERTO CRISCIONE. Processo Nº 08460.002264/2011-53 - FABRIZIO MARIA ROBERTO CRISCIONE.

Determino a REPUBLICAÇÃO do ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 10/02/2012, Seção 1, página 48, para que surta seus efeitos legais, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08241.000409/2011-66 - ERODE JEAN NOEL.

Determino a REPUBLICAÇÃO do ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/02/2012, Seção 1, página 28, para que surta seus efeitos legais, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08241.000500/2011-81 - FRANTZ ROBERT.

Determino a REPUBLICAÇÃO do ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 28/04/2011, Seção 1, página 52, para que surta seus efeitos legais, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08241.001596/2010-14 - MAGUEDALA CLODIUS.

Determino a REPUBLICAÇÃO do ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 06/10/2011, Seção 1, página 54, para que surta seus efeitos legais, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08241.000172/2011-13 - RONALD JOSLIN.

Determino a REPUBLICAÇÃO do ato deferitório publicado no Diário Oficial da União da União de 19/03/2012, Seção 1, página 37, para que surta seus efeitos legais, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08241.003507/2011-55 - JUNIOR NOVEMBRE.

IZAURA MARIA SOARES

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08256.004146/2007-19 - DIDIER HENRY JOSEPH COUTURE

Processo Nº 08444.007097/2012-16 - DARIUSZ FRYDEL

Processo Nº 08460.029936/2011-78 - CESAR RAUL MAMANI CHOQUEHUANCA e INGRID ELIANA CHIRA ROMERO

Processo Nº 08505.083597/2012-92 - FRANCISCO LEBO e OLGA PEDRO

Processo Nº 08505.085539/2012-01 - MARIA OLGA LARA RUEDA

Processo Nº 08505.087936/2012-18 - RAUL ROLY AGUILAR SILVESTRE e MAURICIA COLQUE QUISPE

Processo Nº 08505.088085/2012-12 - CRECIA MAMANI MAMANI

Processo Nº 08505.088424/2012-61 - RUI MIGUEL DA SILVA COELHO e ANA ISABEL BOTINAS COELHO

Processo Nº 08505.088734/2012-85 - ZHIDA ZHAO e JIETING ZHAO

Processo Nº 08505.092370/2012-38 - MILENKA CHAMBI.

DEFIRO os pedidos de transformação da Residência Provisória em permanente, abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente:

Processo Nº 08212.005464/2012-71 - FROILAN OCTAVIO CONDORI MERLO

Processo Nº 08505.026730/2012-11 - VIRGINIA DOLORES PRIETO ARUQUIPA e KARINA VIRGINIA CONDORI PRIETO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.019561/2012-36 - COSTANZA GALLO

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08270.001854/2011-04 - ALICIA NOELLIE SAES LOUARN

Processo Nº 08709.005325/2012-65 - YINGYI YUAN.

DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais noruegueses OYSTEIN AA MYKLEBUST e VERA MYKLEBUST, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para seu filho menor ALBERT MYKLEBUST, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99. Processo Nº 08460.018075/2011-01 - OYSTEIN AA MYKLEBUST, VERA MYKLEBUST e ALBERT MYKLEBUST.

DEFIRO o pedido de residência permanente, nos termos do art. 75, inc. II, alínea "b" da Lei nº 6.815/802 para YOSHITOMO KIMURA e YOSHIKO KIMURA e, por economia processual, para HIROTO KIMURA ao amparo da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08505.088412/2012-36 - YOSHITOMO KIMURA, YOSHIKO KIMURA e HIROTO KIMURA.

TORNO INSUBSISTENTE o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 08/08/2012, Seção 1, pág. 78, para DEFERIR o pedido de permanência, para ERIC ARENY LABEUR, tendo em vista que o requerente preenche os requisitos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08709.013689/2011-38 - ERIC ARENY LABEUR.

INDEFIRO o pedido, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08070.002037/2012-01 - PASCOAL PEDRO AFONSO CORREIA.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08240.023193/2012-06 - HIDEYUKI KUWATA

Processo Nº 08461.002869/2012-15 - JORGE MARIO VIERA VARGAS, ELDA VIERA BOZO, JORGE NATHALIO VIERA BOZO, KENNY VIERA BOZO e WILMA LUZ BOZO DE VIERA

Processo Nº 08505.026703/2012-31 - NIELS JORGEN PIERRE LINDHOLM LEVY

Processo Nº 08505.043217/2012-87 - AGUSTIN HUGO ONSARI, MARIA CANDELA ONSARI e PEDRO ONSARI

Processo Nº 08505.045506/2012-11 - MARIA FERNANDA SUSIC

Processo Nº 08505.078179/2012-83 - TAO DENG e SHASHA GAN

Processo Nº 08505.088020/2012-77 - DAVID LEONARDO VILLALBA GIMENEZ

Processo Nº 08520.004715/2012-16 - AWAD WILLIAM AWAD ABDEL MALEK.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário item V em permanente, abaixo relacionados, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da referida Lei, ressaltando que os estrangeiros ficarão vinculados, pelo prazo de 18 meses, à execução dos respectivos contratos de trabalho:

Processo Nº 08000.007956/2012-96 - XINSHENG GU e JUAN SHI

Processo Nº 08000.010121/2012-13 - MAHDIE SAFARI NEJAD

Processo Nº 08000.008987/2012-64 - DETLEF GEORG KALKHOFF

Processo Nº 08000.010308/2012-17 - TERJE IVERSEN, HILDE HELEN STROEMME e MIRIAM EIRIN STROEMME IVERSEN

Processo Nº 08000.007643/2012-38 - MATTHIEU FRANCOIS MARIE HELLOUIN DE CENIVAL, EUGENIE MADELEINE CHANTAL FRANQUEVILLE HELLOUIN DE CENIVAL, SIXTINE MARIE VERONIQUE HELLOUIN DE CENIVAL, TITOUAN GILLES HENRI HELLOUIN DE CENIVAL e ADRIEN PIERRE BRUNO

Processo Nº 08461.005834/2012-38 - PANKAJ MOHAN SINGH TANWAR

Processo Nº 08000.004034/2012-27 - MANSHUL AHUJA e ANISHA GAUTAM

Processo Nº 08270.023157/2012-87 - MAYANK KUMAR e SNIGDHA SINGH.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário item V em permanente, abaixo relacionados, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da referida Lei, ressaltando que os estrangeiros ficarão vinculados, pelo prazo de um ano, à execução dos respectivos contratos de trabalho:

Processo Nº 08000.011794/2011-18 - ANA PATRICIA RIBEIRO RODRIGUES

Processo Nº 08000.000710/2012-93 - FLORIAN RAYMOND ROGER FOURNIER

Processo Nº 08000.018666/2011-97 - REFAEL POLLAK e NOAM POLLAK

Processo Nº 08000.000614/2012-45 - PAULA ALEXANDRA FERREIRA SOARES

Processo Nº 08000.001869/2012-25 - MONIKA HANSES

Processo Nº 08390.002324/2011-17 - PAUL DAVID COMBS.

DEFIRO o pedido de transformação do visto temporário VII, em permanente, nos termos da legislação vigente. Processo Nº 08296.002277/2012-52 - CAROLINA GOMEZ SALGUERO.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos, abaixo relacionados, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país:

Processo Nº 08460.021857/2011-19 - GUNNAR ERIK HOLMES e KAREN FRANCES HOLMES

Processo Nº 08461.005459/2012-26 - ADAM JOHN CRANFIELD e JODIE ANNE KEENAN.

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido nos termos do art. 40, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1.999. Processo Nº 08460.000190/2012-00 - PETER BARKLEY MILLARD, LHYOBA LORENA TRINA OBEDIENTE HIDALGO e DIEGO LUCAS MILLARD.

DEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no País, temporário item IV. Processo Nº 08501.008463/2012-22 - ELIZABETE AUGUSTO IE.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 25/04/2013, publicado no Diário Oficial de 26/10/2012, Seção 1, pág. 27, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.009004/2012-15 - ANSHUL GARG.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos, abaixo relacionados, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país:

Processo Nº 08000.001458/2012-30 - YOSHIHISA SHINTAKU

Processo Nº 08000.023371/2012-13 - JOEL ALARCON DELLAVA

Processo Nº 08000.023397/2012-61 - RUNE KVASSHEIM

Processo Nº 08000.023408/2012-11 - RADOSLAW ADAM KOSTEPSKI

Processo Nº 08000.024836/2012-53 - TORBJOERN HAROLD LARSEN

Processo Nº 08000.026749/2012-31 - REMKO GERARD HINLOOPEN.

INDEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País, temporário item V, nos termos do art. 38 da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que no momento da autuação o estrangeiro encontrava-se em situação irregular no país. Processo Nº 08000.008164/2012-39 - JANI ILARI VUORINEN.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08420.029941/2012-38 - BARNABAS CSABAI, até 06/01/2014

Processo Nº 08280.009096/2012-26 - DIANNY ELIZABETH JIMENEZ JOJOA, até 02/05/2013

Processo Nº 08420.019512/2012-52 - EMANUELE ORAZI, até 19/07/2013

Processo Nº 08505.088794/2012-06 - DIRK TOBEN, até 30/11/2013

Processo Nº 08505.092409/2012-17 - MICHAL LEWIN, até 04/01/2014

Processo Nº 08506.014979/2012-66 - LAMIA ZUNIGA LINAN, até 11/01/2014

Processo Nº 08508.010019/2012-15 - KURUVILLA JOSEPH ABRAHAM, até 31/08/2013

Processo Nº 08514.008687/2012-95 - CARLOS FILIPE DA SILVA COSTA, até 15/12/2013

Processo Nº 08460.015280/2012-97 - LUISA ELVIRA BELAUNDE OLSCHEWSKI, até 01/09/2013

Processo Nº 08505.088379/2012-44 - JAMIL EL RAHI, até 17/11/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.026085/2012-18 - IVANILDO MIGUEL PAULO CARNEIRO, até 03/01/2104

Processo Nº 08000.026087/2012-07 - WILSON CANGO LISBOA, até 03/01/2014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08390.009036/2012-66 - MARIANA ALEJANDRA CHERMAN, até 09/01/2014
Processo Nº 08495.005185/2012-88 - MARIO ALBERTO RODRIGUEZ BARRERA, até 21/02/2014
Processo Nº 08495.005197/2012-11 - QUENTIN PRACHT, até 04/07/2013
Processo Nº 08495.005200/2012-98 - ANDREW ALEXANDER CARRASCO, até 02/02/2014
Processo Nº 08495.005371/2012-17 - ANDRES FELIPE GONZALEZ GARCIA, até 01/03/2014
Processo Nº 08707.010180/2012-34 - IRAM TAJ AWAN, até 05/03/2014
Processo Nº 08707.010190/2012-70 - LAURINDA AUGUSTO e MARVIN REGGIE DE SOUSA, até 10/02/2014
Processo Nº 08707.010191/2012-14 - ANDREA VASQUEZ GARCIA, até 21/02/2014
Processo Nº 08707.010194/2012-58 - JAIBER HUMBERTO RODRIGUES LLANOS, até 21/02/2014
Processo Nº 08707.010196/2012-47 - JOSE GABRIEL BENITEZ IRUN, até 20/02/2014
Processo Nº 08796.003327/2012-88 - FRANK ALBERTO IBARRA HERNANDEZ, até 21/02/2014
Processo Nº 08707.007524/2012-28 - IMRAN AHMED, até 31/10/2013
Processo Nº 08707.007528/2012-14 - FREDDY JACKSON POVEDA CUEVAS, até 20/10/2013
Processo Nº 08102.001260/2013-99 - JUSSARA VANESSA MARTINS BARBOSA, até 13/02/2014
Processo Nº 08230.019115/2012-18 - PATRICK AYATO KANGA, até 28/02/2014
Processo Nº 08240.031380/2012-55 - ROSMAEL COLSOUL DE MIRANDA, até 29/01/2014
Processo Nº 08270.021600/2012-85 - HERLANDE DO ESPIRITO SANTO RIBEIRO, até 29/01/2014
Processo Nº 08280.014993/2012-51 - ADRIAN ALBERTO GUERRERO TABORDA e YULIANA CAROLINA OSPINA ALVAREZ, até 27/08/2013
Processo Nº 08280.015080/2012-52 - JOANA BATISTA PAULO, até 09/10/2013
Processo Nº 08280.015352/2012-14 - ESPERANCA ROSA BUMBA LUCAS, até 23/01/2014
Processo Nº 08354.001393/2013-01 - JHON BRANCO FRANCO NIEVES, até 27/01/2014
Processo Nº 08364.000297/2013-19 - PATRICK KAYEMBE MUKENDI, até 01/03/2014
Processo Nº 08376.000119/2013-59 - HERVE NKUMU LUNA, até 01/03/2014
Processo Nº 08444.000107/2013-73 - EDWIN ALEXANDER CANON BUITRAGO, até 01/04/2014
Processo Nº 08444.000134/2013-46 - FREDERICO MATOS ALVES CABRAL, até 24/02/2014
Processo Nº 08444.000158/2013-03 - JUAN MANUEL VILLACIS ORTEGA, até 28/02/2014
Processo Nº 08444.000162/2013-63 - GERMEN BENJAMIM CORREIA, até 24/02/2014
Processo Nº 08444.000206/2013-55 - ILDA SANCA, até 10/02/2014
Processo Nº 08444.000236/2013-61 - MIKE MUYA TSHIBENDE, até 26/02/2014
Processo Nº 08444.000240/2013-20 - SERGIO PASTOR ONTIVEROS PEREZ, até 06/03/2014
Processo Nº 08444.000249/2013-31 - THIERRY OMURHI LUKAMA, até 12/02/2014
Processo Nº 08444.000261/2013-45 - FRANCIS MBUYI MWANZA, até 12/02/2014
Processo Nº 08444.000266/2013-78 - MAMADU MUTARO EMBALO, até 15/02/2014
Processo Nº 08444.000268/2013-67 - LIJIE WANG, até 28/01/2014
Processo Nº 08444.000269/2013-10 - ABID ALI, até 04/03/2014
Processo Nº 08444.000520/2013-38 - CÉLIA MARIANA MONTEIRO DE ANDRADE, até 27/02/2014
Processo Nº 08444.005719/2012-71 - ALEJANDRO MENDOZA COTO e DANAY MANZO JAIME, até 10/11/2013
Processo Nº 08444.007410/2012-16 - FAIZAL RAMONJE CARSANE, até 21/02/2014
Processo Nº 08444.007468/2012-60 - INES COUTINHO BRANDAO DE SOUSA, até 30/07/2013
Processo Nº 08460.015270/2012-51 - MONICA PATRICIA ARENAS CORREA, até 30/09/2013
Processo Nº 08460.015307/2012-41 - TIAGO MANUEL MONTEIRO MARQUES MOREIRA, até 16/04/2013
Processo Nº 08460.015329/2012-10 - CLAUDIA KIESSE LEMOS JOAO, até 06/03/2013
Processo Nº 08460.015333/2012-70 - LILIO BRUNO DE ANDRADE SEABRA, até 15/09/2013
Processo Nº 08460.015337/2012-58 - ANWAR IQBAL, até 12/10/2013
Processo Nº 08460.017173/2012-01 - PAULA STELVIA CORREIA DE ALMEIDA, até 22/09/2013
Processo Nº 08495.000218/2013-84 - MARIE LAURENCE PAQUETTE, até 21/02/2014
Processo Nº 08495.000219/2013-29 - YVES GARNARD IRILAN, até 22/02/2014
Processo Nº 08505.088667/2012-07 - LINA MARCELA SANCHEZ LEDESMA, até 22/01/2014
Processo Nº 08505.092435/2012-45 - HECTOR TADEO DE JESUS GONZALEZ YEBRA, até 26/11/2013
Processo Nº 08505.092488/2012-66 - ESTEVAO ZILUNGUA CAPELA, até 27/12/2013
Processo Nº 08505.092708/2012-51 - SANDRA GAZZONI, até 01/01/2014
Processo Nº 08505.092764/2012-96 - REMANE SELIMANE, até 29/01/2014
Processo Nº 08505.092775/2012-76 - INOCENCIO FERREIRA JAIME ZIMBA, até 28/12/2013.

DEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no País, temporário item VII. Processo Nº 08505.088378/2012-08 - LUIS CARLOS GONZALEZ SANCHEZ, até 15/11/2013.

Considerando que o interessado possui novo registro com amparo no Acordo de Residência Mercosul e Associados, o qual garante a estada em território nacional até a data pretendida, determino o Arquivamento do feito nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784/99. Processo Nº 08707.007192/2012-81 - JESSICA CAROLINA MEDINA GALLARDO.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos, abaixo relacionados, diante do término do curso:
Processo Nº 08354.005896/2012-67 - STEFANO CAMPOBASSO
Processo Nº 08444.000282/2013-61 - GLORIA MARIANA ARCE MONTIEL.

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido, tendo em vista que o requerente obteve novo visto consular. Processo Nº 08460.015254/2012-69 - HUGO ALEXANDER DE LA CRUZ CANSINO.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). Processo Nº 08508.006598/2012-93 - KURUVILLA JOSEPH ABRAHAM.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.003191/2013-04 - CLAUDIA JIMENA ARENAS BELALCAZAR, até 18/03/2014
Processo Nº 08505.120694/2012-73 - ELIZABETH CARMEN PASTRANA ALTA, até 28/01/2014
Processo Nº 08083.000346/2013-70 - ORERVES MARTINEZ CASTRO, até 14/02/2014
Processo Nº 08102.001283/2013-01 - NEDIMAR MARIO DOS SANTOS, até 23/02/2014
Processo Nº 08295.000540/2013-60 - MONALISA SIMONE SANTOS MONTEIRO PIRES, até 14/02/2014
Processo Nº 08295.000555/2013-28 - LAURINDO PEDRO NANQUE, até 10/02/2014
Processo Nº 08295.000562/2013-20 - BENVINDA ROUTTE LAMBA, até 24/02/2014
Processo Nº 08295.030268/2012-61 - JAMES OLUWAGBAMIGBE FAJEMIROYE, até 09/02/2014
Processo Nº 08297.000359/2013-33 - NIVALDO FERNANDES MENDONCA, até 09/03/2014
Processo Nº 08354.001025/2013-55 - RUSSELL IRVING DE CARLO BANFIELD, até 19/02/2014
Processo Nº 08376.000117/2013-60 - FELICIANO AFONSO SA, até 24/02/2014
Processo Nº 08390.000530/2013-46 - ASAD ULLAH, até 06/03/2014
Processo Nº 08390.000531/2013-91 - AIRES AFONSO MBANZE, até 04/03/2014
Processo Nº 08390.000563/2013-96 - FLORIAN FREDERIC MICHEL PAYSAN, até 09/03/2014
Processo Nº 08390.000591/2013-11 - DANY ALBERTO MESA FIAGA, até 24/02/2014
Processo Nº 08458.011560/2012-75 - YESTIN ESTEBAN ARCE POMAR, até 21/03/2014
Processo Nº 08460.017457/2012-90 - ELENA GEPPETTI, até 31/03/2013
Processo Nº 08505.006570/2013-67 - ALEXANDER JUSTIN ROSE, até 25/07/2014
Processo Nº 08505.006594/2013-16 - BORIS ALEJANDRO VILLAMIL RAMIREZ e MARIA DEL PILAR RAMIREZ OROBIO, até 20/02/2014
Processo Nº 08505.011560/2013-43 - LUIS BERNARDO VARELA JIMENEZ, até 28/02/2014
Processo Nº 08505.011581/2013-69 - MEGHA SAMBHAVI AMRITH, até 14/04/2014
Processo Nº 08505.011582/2013-11 - LUKOKI NYANGA, até 12/04/2014
Processo Nº 08505.011586/2013-91 - AUGUSTA HENRIQUETA LOPES, até 25/02/2014
Processo Nº 08505.011611/2013-37 - BAUDOUIN CHARLES MARIE HOUDART, até 31/08/2013
Processo Nº 08505.015518/2013-00 - PAULA ANDREA RAMIREZ RAMOS, até 14/02/2014
Processo Nº 08505.015520/2013-71 - PAPUCIDES BOSCO TIAGO NTELA, até 30/06/2013
Processo Nº 08505.121335/2012-33 - EI LYN MARGARITA SANCHEZ CASANOVA, até 20/07/2013
Processo Nº 08505.121360/2012-17 - JEAN CLAUDE ANIZELEDI BAFUTANGA, até 06/03/2014
Processo Nº 08505.121365/2012-40 - CHANBIN KIM, até 29/08/2013
Processo Nº 08705.000324/2013-45 - ANDERSON EMANUEL KUMANDALA DOS SANTOS VELHO, até 01/02/2014
Processo Nº 08102.001244/2013-04 - IRIS BRUNEIA FERNANDES PIRES, até 11/02/2014
Processo Nº 08270.027763/2012-71 - MARYNELA MANGO, até 24/01/2014
Processo Nº 08354.001360/2013-53 - ARIEL RODRIGUEZ ARIAS, até 08/02/2014
Processo Nº 08505.121461/2012-98 - CELSO MEDINA SANTOS, até 10/02/2014.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08102.001276/2013-00 - DANIEL LOPEZ MALO, até 25/04/2014
Processo Nº 08000.000578/2013-09 - KIRK DAVID STEVENS, até 07/02/2014
Processo Nº 08505.001955/2013-38 - JESSICA MONIQUE RENEE ROLLAND, até 23/01/2014
Processo Nº 08000.002890/2013-29 - ANDREW JAMES DAY, até 14/03/2014
Processo Nº 08000.002895/2013-51 - DILLON RAY BRYAN, até 14/03/2014
Processo Nº 08000.002905/2013-59 - GREGORY TROY MC GUIRE, até 14/03/2014
Processo Nº 08000.002906/2013-01 - CAMERON FERNLEY MILLETT, até 14/03/2014
Processo Nº 08000.002912/2013-51 - ANDERS CANNON LOFGRAN, até 14/03/2014
Processo Nº 08000.002913/2013-03 - SHELDON-SHANE COOK HAMBLIN, até 14/03/2014
Processo Nº 08505.006580/2013-01 - HATSUHO YOSHIDA, até 19/01/2014
Processo Nº 08505.015519/2013-46 - CARLOS ADOLFO SALAZAR LATORRE, até 15/03/2014
Processo Nº 08505.121339/2012-11 - EDWARD SSENTAMU, até 08/02/2014
Processo Nº 08505.121476/2012-56 - NATHALIE YADOU, até 08/02/2014.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):
Processo Nº 08102.001438/2012-11 - DAVID MICAIL DO ROSARIO ALVES CARDOSO
Processo Nº 08460.004077/2012-95 - FATEMEH ANVARI VIND
Processo Nº 08460.038190/2011-93 - ANGELA CRISTINA VARGAS CALLE
Processo Nº 08460.040678/2011-81 - JAPHET ABIMAEL HIRUJO RODRIGUEZ
Processo Nº 08505.000749/2012-20 - RIVALDINA LUIS DE OLIVEIRA.

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido, diante do término do curso e do fato de já ter transcorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08460.038310/2011-52 - NUNO LUIS ALMEIDA ALVES SILVA.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 16/10/2012, Seção 1, Páginas 33 e 35, onde se lê: Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da residência provisória em permanente, abaixo relacionado(s), com base no art. 7º da Lei 11.961/2009: Processo Nº 08505.094439/2011-87 - CHEN FU SHEN.

Leia-se: Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da residência provisória em permanente, abaixo relacionado(s), com base no art. 7º da Lei 11.961/2009: Processo Nº 08505.094439/2011-87 - CHIEN FU SHEN.

No Diário Oficial da União de 22/11/2012, Seção 1, Pág. 63, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:
Processo Nº 08461.008032/2011-07 - MARTIN GERARDO CARDOZO ROLON

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:
Processo Nº 08461.008032/2011-07 - RUBEN ANTOINE JOSEPH THOMASSEN.

No Diário Oficial da União de 27/12/2012, Seção 1, Pág. 164, onde se lê: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.020486/2011-75 - BART MASSAER, até 31/01/2014

Leia-se: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.020486/2011-75 - BART MASSAERT, até 31/01/2014.

No Diário Oficial da União de 28/12/2012, Seção 1, Pág. 96, onde se lê: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81:

Processo Nº 08000.017104/2012-15 - HARRY THOMAS SANDISON, até 05/09/2013

Leia-se: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.017104/2012-15 - HARRY THOMAS SANDISON, até 05/09/2013.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 54, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Filme: MINHA BABA É UMA VAMPIRA (MY BABYSITTER`S A VAMPIRE, Canadá - 2010)
Produtor(es): Bruce McDonald
Diretor(es): Bruce McDonald
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000619/2013-70
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Filme: FAUSTO (FAUST, Reino Unido - 2011)
Produtor(es):
Diretor(es): David Mcvicar
Distribuidor(es): Cinemark Brasil S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000676/2013-59
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: AMOROSA SOLEDAD (Argentina - 2008)
Produtor(es): Natacha Cervi/Hernan Musaluppi
Diretor(es): Victoria Galardi/Martin Carranza
Distribuidor(es): ESFERA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001016/2013-95
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Musical: RIHANNA - LOUD TOUR LIVE AT THE 02 (Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): The Island Def Jam Music Group
Diretor(es): Nick Wickham/Evan R. Rogers
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001081/2013-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: GIOVANNI IMPROTTA (Brasil - 2012)
Produtor(es): Liz Mágica
Diretor(es): José Wilker
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.001194/2013-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: CINE HOLLIÚDY (Brasil - 2012)
Produtor(es): Edmilson Filho/Halder Gomes/Dayane Queiroz
Diretor(es): Halder Gomes
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001195/2013-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 26 de março de 2013

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve:

Processo MJ nº 08017.000503/2013-31
Programa: "ELTON JOHN - MELHORES MOMENTOS"
Requerente: Globo Comunicações e Participações S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez)

Indeferir o pedido de solicitação de autoclassificação, do programa, classificando-a pelo monitoramento como: "Livre".

Processo MJ nº 08017.001039/2013-08
Programa: "FAIXA A FAIXA DE VERÃO"
Requerente: Abril Radiodifusão S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda EPP)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez)

Indeferir o pedido de solicitação de autoclassificação, do programa, classificando-a pelo monitoramento como: "Livre".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 106, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal e o Decreto de 1º de março de 2012, tento em vista o disposto no Decreto nº 6.710, de 25 de julho de 2007, e o que consta no processo nº 00350.001834/2010-42, resolve:

Art. 1° O art. 3º da Portaria MPA nº 316, de 17 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O período de execução do objeto previsto nesta Portaria, o qual vem discriminado no cronograma de execução e no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, parte integrante desta Portaria, independente de transcrição, expirará em 30 de março de 2013." (NR)

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais condições estipuladas na Portaria nº 316, de 17 de junho de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARCELO BEZERRA CRIVELLA

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 153, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, com fundamento no inciso VI do artigo 2º e no inciso X do artigo 11, ambos do Anexo I do Decreto nº 7075, de 26 de janeiro de 2010, combinado com a delegação de competência concedida pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em sua 97ª Sessão Ordinária, realizada em 20 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 27 de março de 2013, o prazo de que trata a Portaria nº 508, de 13 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 179, de 14 de setembro de 2012, seção 1, página 64, referente à intervenção na CAPAF - Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARIA RABELO

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 155, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 2º combinado com o inciso X do artigo 11, ambos do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e por decisão unânime, resolve:

Art. 1º Decretar, com base no inciso III do artigo 44 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, a intervenção na GEAP - Fundação de Seguridade Social, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARIA RABELO
Diretor-Superintendente

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 277, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013 (*)

Estabelece a Central de Regulação das Urgências (CRU) Municipal de Boa Vista (RR) como CRU Regional do Estado de Roraima (RR), com sede em Boa Vista (RR), e autoriza o Fundo Nacional de Saúde a realizar a transferência do repasse financeiro de custeio mensal para a Secretaria de Estado de Saúde de Roraima (RR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.660/GM/MS, de 13 de agosto de 2008, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Municipal de Boa Vista (RR);

Considerando a Portaria nº 2.255/GM/MS, de 2 de outubro de 2012, republicada em 27 de dezembro de 2012, que redefine o limite financeiro anual do recurso destinado ao incentivo de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) de Boa Vista (RR), da Central de Regulação Médica das Urgências de Boa Vista (RR);

Considerando o inciso I do art. 1º da Resolução da Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RR) n° 34, de 9 de outubro de 2012, que aprova a ampliação do quantitativo de Municípios a serem cobertos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), totalizando cobertura à uma população de 450.479 (quatrocentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e nove) habitantes;

Considerando o artigo 2º da Resolução da Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RR) n° 34, de 9 de outubro de 2012, que autoriza o gerenciamento de recursos financeiros pela Secretaria de Estado da Saúde de Roraima (RR); e

Considerando o parágrafo único do art. 23 da Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que institui o acréscimo de 30% (trinta por cento) para custeio das Centrais de Regulação das Urgências e Bases Descentralizadas situadas na região da Amazônia Legal, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido que a Central de Regulação das Urgências (CRU) Municipal de Boa Vista (RR) passa a ser CRU Regional do Estado de Roraima (RR), com sede em Boa Vista (RR), e autorizado que o Fundo Nacional de Saúde realizará a transferência do repasse financeiro de custeio mensal para a Secretaria de Estado de Saúde de Roraima (RR), conforme especificado a seguir:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Destino do repasse	CRU	Valor atual CRU Municipal Portaria nº 2.255/GM/MS, de 2/10/2012.	Valor de Regionalização da CRU	Total mensal redefinido a ser pago Fundo a Fundo (Regionalização CRU + 30% Amazônia Legal)	Total anual a ser pago Fundo a Fundo
Secretaria Estadual de Saúde de Roraima (RR)	1	R$ 24.700,00	R$ 49.000,00	R$ 63.700,00	R$ 764.400.00

Parágrafo único. A CRU de Boa Vista (RR), habilitada pela Portaria nº 1.660/GM/MS de 13 de agosto de 2008, como CRU Municipal, ficará estabelecida como CRU Regional do Estado de Roraima a partir da competência janeiro de 2013, e ficará transferida a responsabilidade de gerenciamento de recursos financeiros para a Secretaria Estadual de Saúde de Roraima (RR).

Art. 2º Ficam estabelecidos, no Anexo a esta Portaria, os Municípios que compõem o território de abrangência da Central Regional do Estado de Roraima, com sede em Boa Vista (RR).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito no art. 1º desta Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde de Roraima (RR).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO SAMU 192 REGIONAL RORAIMA (RR), COM SEDE EM BOA VISTA (RR)

Municípios (RR)	População
Alto Alegre	16.488
Amajari	9.327
Boa Vista	284.313
Bonfim	10.943
Cantá	13.902
Cracaraí	18.398
Caroebe	8.114
Iracema	8.696
Mucajaí	14.792
Normandia	8.940
Pacaraima	10.433
Rorainópolis	24.279
São João da Baliza	6.769
São Luiz	6.750
Uiramutã	8.375
Total da População 450.479	

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 40, de 27-2-2013, Seção 1, página 148, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 465, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Estabelece as regras e os critérios para a realização da avaliação de desempenho individual e institucional para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS), de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, e o Decreto nº 6.552, de 1º de setembro de 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, que, dentre outras providências, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (GDASUS); e

Considerando o Decreto nº 6.552, de 1º de setembro de 2008, que regulamenta a GDASUS, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos as regras e os critérios para a realização da avaliação individual e institucional para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS), de que tratam os art. 30 a 40 da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, e o Decreto nº 6.552, de 1º de setembro de 2008.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A GDASUS é devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS/SGEP/MS), que cumpram jornada de trabalho semanal de 40 (quarenta) horas, enquanto permanecerem nessa condição.

Art. 3º A GDASUS tem por finalidade incentivar o aprimoramento das ações do DENASUS/SGEP/MS em todas as suas áreas de atividades e será concedida de acordo com os resultados das avaliações de desempenho individual e institucional.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Art. 4º A Avaliação de Desempenho Individual (ADI) tem por objetivo aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições desempenhadas no DENASUS/SGEP/MS, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

Art. 5º A ADI será efetuada considerando-se a análise de fatores de avaliação e indicadores de desempenho do servidor.

Art. 6º Os fatores de avaliação do servidor estão previstos em grupos, cuja pontuação atenderá os seguintes critérios:

I - Grupo I: Dedicação e Compromisso com a Instituição - até 4 (quatro) pontos, sendo fatores de avaliação:

a) comprometimento: até 2 (dois) pontos; e

b) pontualidade e assiduidade: até 1 (um) ponto;

c) utilização racional dos recursos técnicos e materiais disponíveis: até 1 (um) ponto;

II - Grupo II - Conhecimento do Trabalho e Autodesenvolvimento - até 5 (cinco) pontos, sendo fatores de avaliação:

a) execução correta das atividades desempenhadas no órgão: até 2 (dois) pontos;

b) conhecimento atualizado em relação às regras e às técnicas utilizadas no desempenho das atividades desempenhadas no órgão: até 1 (um) ponto;

c) dedicação e qualificação para o alcance dos interesses e objetivos organizacionais: até 1 (um) ponto; e

d) comportar-se com ética, presteza, profissionalismo e cordialidade: até 1 (um) ponto;

III - Grupo III - Qualidade Técnica do Trabalho e Produtividade - até 5 (cinco) pontos, sendo fatores de avaliação:

a) esmero, exatidão e organização na execução das atividades desempenhadas no órgão: até 2 (dois) pontos;

b) utilização de métodos e técnicas compatíveis com o processo de trabalho executado pelo órgão: até 1 (um) ponto; e

c) cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução das atividades desempenhadas no órgão: até 2 (dois) pontos;

IV - Grupo IV: Iniciativa - até 3 (três) pontos, sendo fatores de avaliação:

a) colaboração para o desenvolvimento eficaz, eficiente e célere das atividades desempenhadas no órgão: até 1 (um) ponto; e

b) apresentação de propostas e iniciativa proativa para o aperfeiçoamento das atividades e cumprimento dos objetivos organizacionais: até 2 (dois) pontos; e

V - Grupo V: Disciplina e Relacionamento Interpessoal com o Público Interno e Externo do DENASUS/SGEP/MS - até 3 (três) pontos, sendo fatores de avaliação:

a) trabalho em equipe: até 1 (um) ponto;

b) zelo pela disciplina, cordialidade e bom relacionamento: até 1 (um) ponto; e

c) postura participativa e colaborativa com os interesses e objetivos organizacionais: até 1 (um) ponto.

Parágrafo único. A pontuação a ser concedida ao servidor para cada fator de avaliação de que trata este artigo observará indicadores de desempenho das atividades por ele desempenhadas no âmbito do órgão, em nível inferior, médio-inferior, médio-superior ou superior, nos termos dos Anexos II e III, conforme análise da chefia imediata.

Art. 7º A ADI será efetuada pela chefia imediata do servidor avaliado mediante Formulário de Avaliação de Desempenho Individual (FADI), nos termos do Anexo II a esta Portaria, conforme fatores de avaliação e indicadores de desempenho do servidor de que trata o art. 6º.

§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se chefia imediata o ocupante de cargo em comissão ou função gratificada responsável diretamente pela supervisão das atividades do servidor avaliado.

§ 2º Em caso de exoneração do servidor responsável pela chefia imediata, o dirigente imediatamente a ele superior procederá à avaliação de todos os servidores que lhe foram subordinados no período compreendido entre a última avaliação e a data de substituição do servidor exonerado.

Art. 8º O resultado da ADI consistirá no somatório das pontuações obtidas pelo servidor em cada um dos grupos de que trata o art. 6º.

Parágrafo único. O resultado da ADI será enquadrado em uma das seguintes classificações, conforme o Anexo I a esta Portaria:

a) pontuação total até 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos) pontos: nível 1 - Desempenho Inferior;

b) pontuação total acima de 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos) pontos até 15 (quinze) pontos: nível 2 - Desempenho Médio-Inferior;

c) pontuação acima de 15 (quinze) pontos até 17 (dezessete) pontos: nível 3 - Desempenho Médio-Superior; e

d) pontuação acima de 17 (dezessete) pontos até 20 (vinte) pontos: nível 4 - Desempenho Superior.

Art. 9º Do resultado da ADI de que trata o art. 8º, cabe recurso administrativo por parte do servidor avaliado, perante o próprio servidor avaliador, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data da ciência do resultado pelo servidor avaliado.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser formulado nos termos do modelo constante do Anexo V e deverá trazer, fundamentadamente, as razões de legalidade e de mérito contra o resultado da ADI.

§ 2º O servidor avaliador poderá reconsiderar totalmente sua decisão, deferir parcialmente ou indeferir o recurso administrativo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 3º Na hipótese de indeferimento ou deferimento parcial do recurso administrativo, o servidor avaliador, no prazo de 5 (cinco) dias contado da sua decisão, o encaminhará obrigatoriamente ao DENASUS/SGEP/MS para fins de imediata remessa ao Comitê de Avaliação de Desempenho Individual (CAD) para julgamento em última instância no prazo até 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento na referida Comissão, com publicação da decisão no Boletim de Serviço do Ministério da Saúde (BS).

Art. 10. A ADI será realizada por meio de sistema informatizado do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de utilização do sistema informatizado de que trata este artigo, a ADI será realizada em meio físico mediante formulários impressos para essa finalidade.

Art. 11. O processamento tempestivo das ADI fica condicionado à observância dos seguintes procedimentos:

I - preenchimento do FADI pela chefia imediata do servidor avaliado, conforme os Anexos II e III;

II - encaminhamento do FADI pela chefia imediata do servidor avaliado, até o quinto dia útil do mês subsequente ao encerramento do período de avaliação, a uma das seguintes unidades:

a) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGESP/SAA/SE/MS), quando se tratar de servidores lotados na unidade central do DENASUS/SGEP/MS; ou

b) unidade de gestão de pessoas do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, quando se tratar de servidores lotados nas unidades desconcentradas do DENASUS/SGEP/MS.

III - preenchimento, pelas unidades de avaliação, do Relatório de Consolidação do Desempenho Individual (RCDI), em conformidade com o modelo constante do Anexo IV; e

IV - encaminhamento do RCDI, até o décimo dia útil do mês subseqüente ao encerramento do período de avaliação, à unidade central do DENASUS/SGEP/MS.

§ 1º Na hipótese de utilização do formulário impresso, o FADI deverá ser datado e assinado pela chefia imediata do servidor avaliado e pelo servidor avaliado, na presença da chefia imediata.

§ 2º Cópia do FADI será entregue ao servidor avaliado, cuja posse do documento original será mantida com a chefia imediata do servidor avaliado para imediata remessa à unidade de gestão de pessoas para registro e guarda.

§ 3º No caso de recusa do servidor avaliado em dar ciência acerca do resultado da ADI, o fato será registrado no próprio FADI pela chefia imediata do servidor avaliado, com aposição das assinaturas do servidor avaliador e de, pelo menos, uma testemunha.

Art. 12. Compete ao DENASUS/SGEP/MS:

I - elaborar e divulgar amplamente o cronograma de execução da ADI a cada período avaliativo;

II - consolidar o processamento das ADI de todas as unidades desconcentradas do DENASUS/SGEP/MS;

III - consolidar os recursos administrativos enviados pelas unidades desconcentradas do DENASUS/SGEP/MS e enviá-los ao CAD;

IV - adotar as providências para publicação no BS do resultado dos julgamentos de recursos administrativos efetuados pelo CAD;

V - enviar à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS) o resultado final das ADI para homologação e posterior encaminhamento à CGESP/SAA/SE/MS.

Art. 13. Compete à CGESP/SAA/SE/MS:

I - promover, juntamente com o DENASUS/SGEP/MS, ações visando à melhoria do desempenho dos servidores nos casos em que o resultado da ADI for inferior a 10 (dez) pontos em duas avaliações individuais consecutivas;

II - realizar a gestão do sistema informatizado de ADI de que trata o art. 10;

III - orientar, acompanhar e controlar a aplicação do estabelecido nesta Portaria e na legislação pertinente;

IV - incluir os dados e informações da GDASUS devida ao servidor no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), conforme resultado final homologado pela SGEP/MS;

V - publicar no BS a pontuação atribuída aos servidores avaliados, identificados por meio do número da matrícula no SIAPE; e

VI - incluir no SIAPE os dados referentes ao pagamento da gratificação devida ao servidor avaliado.

Art. 14. A média das ADI do conjunto de servidores de uma unidade de avaliação não poderá ser proporcionalmente superior ao resultado da avaliação institucional do DENASUS.

Parágrafo único. Caso a média das ADI referidas no "caput" for proporcionalmente superior ao resultado da avaliação institucional, as pontuações individuais finais deverão ser ajustadas utilizando-se a fórmula constante no Anexo VII a esta Portaria.

Art. 15. O CAD tem a finalidade de julgar os recursos administrativos interpostos contra o resultado da avaliação individual, revisar os critérios, a aplicação e os procedimentos estabelecidos para a avaliação de desempenho relativa à GDASUS, observado o disposto nesta Portaria.

§ 1º Compete, ainda, ao CAD acompanhar o processo de avaliação de desempenho com o objetivo de identificar irregularidades na sua implementação e aprimorar sua aplicação.

§ 2º O CAD é composto por:

I - um representante da CGESP/SAA/SE/MS, indicado pelo respectivo titular, que o coordenará;

II - um representante do DENASUS/SGEP/MS, indicado pelo respectivo titular; e

III - um representante dos servidores de que trata o art. 2º, indicado pela União Nacional dos Auditores do SUS (UNASUS).

§ 3º Para cada representante titular do CAD deverá haver um suplente designado.

§ 4º O regimento interno, a composição e o funcionamento do CAD serão instituídos por ato do Ministro de Estado da Saúde.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º, fica mantida a Portaria nº 1.845/GM/MS, de 8 de julho de 2010.

§ 6º Para fins de acompanhamento, a CGESP/SAA/SE/MS encaminhará ao CAD, até o décimo quinto dia útil após o encerramento de cada semestre considerado para avaliação, os resultados das avaliações individuais referentes ao respectivo período, cabendo ao Comitê estabelecer critérios para correção de desvios eventualmente identificados para uso no próximo período de avaliação.

Art. 16. O servidor ativo beneficiário da GDASUS que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do DENASUS/SGEP/MS.

Parágrafo único. Fica assegurada a todos os servidores do DENASUS/SGEP/MS a educação permanente necessária ao desempenho das suas atividades institucionais.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 17. A avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho do DENASUS/SGEP/MS no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar os projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

Art. 18. As metas de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado da Saúde, mediante proposta do DENASUS/SGEP/MS encaminhada à SGEP/MS, devendo estar voltadas:

I - à aferição do desempenho do DENASUS/SGEP/MS no acompanhamento da programação aprovada da aplicação dos recursos repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; e

II - à verificação da regularidade dos procedimentos praticados por pessoas físicas e jurídicas, mediante exame analítico, verificação "in loco" e emissão de relatório.

§ 1º As metas a que se refere o "caput" devem ser objetivamente mensuráveis e diretamente relacionadas à atividade-fim do DENASUS/SGEP/MS, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores.

§ 2º As metas de desempenho institucional e os resultados apurados a cada período serão amplamente divulgados pelo DENASUS/SGEP/MS, por intermédio da SGEP/MS, inclusive no sítio eletrônico http://www.sna.saude.gov.br.

§ 3º As metas poderão ser revistas na hipótese de superveniência de fatores que tenham influência significativa e direta na sua consecução, desde que o próprio DENASUS/SGEP/MS não tenha dado causa a tais fatores.

§ 4º Além do disposto no "caput", as metas de desempenho institucional do DENASUS/SGEP/MS serão fixadas de acordo com os projetos e as atividades prioritárias, as condições especiais de trabalho e as características específicas das unidades de avaliação em cada Unidade da Federação.

§ 5º Para fins de operacionalização, as metas a que se refere o "caput" poderão ser desdobradas para cada unidade de avaliação, desde que o resultado deste desdobramento seja representativo do conjunto de metas institucionais fixadas.

Art. 19. A SGEP/MS efetuará o acompanhamento e a aferição das metas de avaliação de desempenho institucional do DENASUS/SGEP/MS.

Art. 20. A pontuação a ser atribuída a cada servidor avaliado em função do índice de atingimento das metas de desempenho institucional por sua unidade de avaliação será assim distribuída, nos termos do Anexo VI a esta Portaria:

I - quando o percentual de cumprimento da meta da unidade é inferior a 10% (dez por cento), a pontuação da GDASUS a ser paga ao servidor da unidade será de 10 (dez) pontos, conforme inciso I do § 3º do art. 32 da Lei nº 11.344, de 2006;

II - quando o percentual de cumprimento da meta da unidade estiver entre 10% (dez por cento) e 89% (oitenta e nove por cento), aplicar-se-á a seguinte fórmula: PGI = PCM - 10, onde: PGI = Pontuação da GDASUS a ser paga aos servidores de cada unidade de avaliação e PCM = Percentual de Cumprimento de Meta por unidade de avaliação; e

III - quando o percentual de cumprimento da meta da unidade estiver acima de 89% (oitenta e nove por cento), a pontuação a ser paga ao servidor da unidade será de 80 (oitenta) pontos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. As avaliações referentes aos desempenhos individual e institucional serão apuradas semestralmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período.

§ 1º A GDASUS será processada no mês subsequente ao término do período avaliativo e seus efeitos iniciar-se-ão no mês seguinte ao do processamento das avaliações.

§ 2º A avaliação individual gerará efeito financeiro apenas se o servidor tiver permanecido em exercício por, no mínimo, dois terços de um período completo de avaliação.

Art. 22. Fica vedada a programação de ações de controle interno no período de ADI, salvo demandas internas e externas autorizadas pelo Diretor do DENASUS/SGEP/MS.

Art. 23. Fica revogada a Portaria nº 1.405/GM/MS, de 25 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 120, Seção 1, do dia seguinte, página 62.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

PONTUAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL COM BASE NOS FATORES DE AVALIAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO - NÍVEL DE DESEMPENHO	PONTUAÇÃO A SER ATRIBUIDA AO SERVIDOR A TÍTULO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL PARA FINS DE GDASUS
1 - até 5,5 pontos	inferior	zero
2 - maior que 5,5 até 15 pontos;	médio-inferior	15 pontos
3 - maior que 15 até 17 pontos;	médio-superior	17 pontos
4 - Acima de 17 até 20	superior	20 pontos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - FADI
Identificação do Servidor Avaliado

Nome:		
Cargo:		Matrícula:
Unidade de Avaliação:	Unidade de Exercício:	
E-mail:	Período de Avaliação: / / a / /	

Realize a avaliação utilizando os indicadores de desempenho que melhor se aplicam ao servidor avaliado.

Fatores de Avaliação	Indicadores de Desempenho				Pontuação
	Desempenho inferior	Desempenho médio inferior	Desempenho médio superior	Desempenho superior	
	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	
I - Dedicação e compromisso com a instituição - 4,0 pontos					
Comprometimento	0,25	0,75	1,00	2,00	
Pontualidade e Assiduidade	0,25	0,50	0,75	1,00	
Utilização racional dos recursos técnicos e materiais disponíveis	0,25	0,50	0,75	1,00	
II - Conhecimento do trabalho e autodesenvolvimento - 5,0 pontos					
Execução correta das atividades desempenhadas no órgão	0,50	1,00	1,50	2,00	
Conhecimento atualizado em relação às regras e às técnicas utilizadas no desempenho das atividades desempenhadas no órgão	0,25	0,50	0,75	1,00	
Dedicação e qualificação para o alcance dos interesses e objetivos organizacionais	0,25	0,50	0,75	1,00	
Comportar-se com ética, presteza, profissionalismo e cordialidade	0,25	0,50	0,75	1,00	
III - Qualidade técnica do trabalho e produtividade - 5,0 pontos					
Esmero, exatidão e organização na execução das atividades desempenhadas no órgão	0,25	0,50	0,75	2,00	
Utilização de métodos e técnicas compatíveis com o processo de trabalho executado pelo órgão	0,25	0,50	0,75	1,00	
Cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução das atividades desempenhadas no órgão	0,25	0,50	0,75	2,00	
IV - Iniciativa - 3,0 pontos					
Colaboração para o desenvolvimento eficaz, eficiente e célere das atividades desempenhadas no órgão	0,25	0,50	0,75	1,00	
Apresentação de propostas e iniciativa proativa para o aperfeiçoamento das atividades e cumprimento dos objetivos organizacionais	0,25	0,75	1,00	2,00	
V - Disciplina e relacionamento interpessoal com o público interno e externo - 3,0 pontos					
Trabalho em equipe	0,25	0,50	0,75	1,00	
Zelo pela disciplina, cordialidade e bom relacionamento	0,25	0,50	0,75	1,00	
Postura participativa e colaborativa com os interesses e objetivos organizacionais	0,25	0,50	0,75	1,00	
Escore Individual Original					

Avaliador:_____
e-mail:_____
Assinatura/carimbo Data: _____ /_____/_____ ( ) Concordo com a avaliação (...) Não concordo com a avaliação
Avaliado: _____Data: / /
Assinatura

ANEXO III

PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO

Fatores de Avaliação	Desempenho inferior	Desempenho médio inferior	Desempenho médio superior	Desempenho superior
Comprometimento	Raramente demonstra empenho na realização das atividades atribuídas, se comprometendo com o resultado	Poucas vezes demonstra empenho na realização das atividades atribuídas, se comprometendo com o resultado	Frequentemente demonstra empenho na realização das atividades atribuídas, se comprometendo com o resultado	Sempre demonstra empenho na realização das atividades atribuídas, se comprometendo com o resultado
Pontualidade e Assiduidade	Raramente cumpre o horário pré-estabelecido de entrada e saída do trabalho	Poucas vezes cumpre o horário pré-estabelecido de entrada e saída do trabalho	Frequentemente cumpre o horário pré-estabelecido de entrada e saída do trabalho	Sempre cumpre o horário pré-estabelecido de entrada e saída do trabalho
Utilização racional dos recursos técnicos e materiais disponíveis	Raramente utiliza recursos e materiais relacionados à Unidade, com economia e sem desperdício	Algumas vezes utiliza recursos e materiais relacionados à Unidade, com economia e sem desperdício	Frequentemente utiliza recursos e materiais relacionados à Unidade, com economia e sem desperdício	Sempre utiliza recursos e materiais relacionados à Unidade, com economia e sem desperdício
Execução correta das atividades desempenhadas no órgão	Raramente utiliza recursos e materiais relacionados à Unidade, com economia e sem desperdício	Algumas vezes utiliza recursos e materiais relacionados à Unidade, com economia e sem desperdício	Frequentemente utiliza recursos e materiais relacionados à Unidade, com economia e sem desperdício	Sempre utiliza recursos e materiais relacionados à Unidade, com economia e sem desperdício
Conhecimento atualizado em relação às regras e técnicas utilizadas no desempenho das atividades desempenhadas no órgão	Raramente demonstra interesse em buscar e participar dos eventos de capacitação relacionado à sua atividade	Algumas vezes demonstra interesse em buscar e participar dos eventos de capacitação relacionado à sua atividade	Frequentemente demonstra interesse em buscar e participar dos eventos de capacitação relacionado à sua atividade	Sempre demonstra interesse em buscar e participar dos eventos de capacitação relacionado à sua atividade
Dedicação e qualificação para o alcance dos interesses e objetivos organizacionais	Raramente executa os trabalhos com clareza, concisão e conhecimento da legislação, evitando retrabalho	Algumas vezes executa os trabalhos com clareza, concisão e conhecimento da legislação, evitando retrabalho	Frequentemente executa os trabalhos com clareza, concisão e conhecimento da legislação, evitando retrabalho	Sempre executa os trabalhos com clareza, concisão e conhecimento da legislação, evitando retrabalho
Comportar-se com ética, presteza, profissionalismo e cordialidade	Raramente demonstra atualização técnica nos sistemas, metodologias, normas e procedimentos relacionados ao exercício das suas atividades	Poucas vezes demonstra atualização técnica nos sistemas, metodologias, normas e procedimentos relacionados ao exercício das suas atividades	Frequentemente demonstra atualização técnica nos sistemas, metodologias, normas e procedimentos relacionados ao exercício das suas atividades	Sempre demonstra atualização técnica nos sistemas, metodologias, normas e procedimentos relacionados ao exercício das suas atividades
Esmero, exatidão e organização na execução das atividades desempenhadas no órgão	Raramente realiza suas atividades com consistência, foco e organização	Poucas vezes realiza suas atividades com consistência, foco e organização	Frequentemente realiza suas atividades com consistência, foco e organização	Sempre realiza suas atividades com consistência, foco e organização
Utilização de métodos e técnicas compatíveis com o processo de trabalho executado pelo órgão	Raramente utiliza métodos, técnicas e fundamentação legal compatíveis com o processo de trabalho	Poucas vezes utiliza métodos, técnicas e fundamentação legal compatíveis com o processo de trabalho	Frequentemente utiliza métodos, técnicas e fundamentação legal compatíveis com o processo de trabalho	Sempre utiliza métodos, técnicas e fundamentação legal compatíveis com o processo de trabalho
Cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução das atividades desempenhadas no órgão	Raramente cumpre os prazos pré-estabelecidos para a entrega de suas atividades	Poucas vezes cumpre os prazos pré-estabelecidos para a entrega de suas atividades	Frequentemente cumpre os prazos pré-estabelecidos para a entrega de suas atividades	Sempre cumpre os prazos pré-estabelecidos para a entrega de suas atividades

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Colaboração para o desenvolvimento eficaz, eficiente e célere das atividades desempenhadas no órgão	Raramente analisa o processo de trabalho do DENASUS e propõe ações de melhoria, disponibilizando-se para participar de sua execução	Algumas vezes analisa o processo de trabalho do DENASUS e propõe ações de melhoria, disponibilizando-se para participar de sua execução	Frequentemente analisa o processo de trabalho do DENASUS e propõe ações de melhoria, disponibilizando-se para participar de sua execução	Sempre analisa o processo de trabalho do DENASUS e propõe ações de melhoria, disponibilizando-se para participar de sua execução
Apresentação de propostas e iniciativa proativa para o aperfeiçoamento das atividades e cumprimento dos objetivos organizacionais	Raramente colabora para o desenvolvimento do trabalho, de forma cooperativa, criando métodos que facilitem o trabalho da Unidade	Algumas vezes colabora para o desenvolvimento do trabalho, de forma cooperativa, criando métodos que facilitem o trabalho da Unidade	Frequentemente colabora para o desenvolvimento do trabalho, de forma cooperativa, criando métodos que facilitem o trabalho da Unidade	Sempre colabora para o desenvolvimento do trabalho, de forma cooperativa, criando métodos que facilitem o trabalho da Unidade
Trabalho em equipe	Raramente respeita e aceita opiniões divergentes, opinando sobres os assuntos de sua competência e acatando o consenso	Algumas vezes respeita e aceita opiniões divergentes, opinando sobres os assuntos de sua competência e acatando o consenso	Frequentemente respeita e aceita opiniões divergentes, opinando sobres os assuntos de sua competência e acatando o consenso	Sempre respeita e aceita opiniões divergentes, opinando sobres os assuntos de sua competência e acatando o consenso
Zelo pela disciplina, cordialidade e bom relacionamento	Raramente interage com o público interno e externo com respeito, demonstrando segurança no repasse da informação	Algumas vezes interage com o público interno e externo com respeito, demonstrando segurança no repasse da informação	Frequentemente interage com o público interno e externo com respeito, demonstrando segurança no repasse da informação	Sempre interage com o público interno e externo com respeito, demonstrando segurança no repasse da informação
Postura participativa e colaborativa com os interesses e objetivos organizacionais	Raramente participa de todas as fases do seu processo de trabalho com disponibilidade e habilidade de trabalhar em grupo	Algumas vezes participa de todas as fases do seu processo de trabalho com disponibilidade e habilidade de trabalhar em grupo	Frequentemente participa de todas as fases do seu processo de trabalho com disponibilidade e habilidade de trabalhar em grupo	Sempre participa de todas as fases do seu processo de trabalho com disponibilidade e habilidade de trabalhar em grupo

ANEXO IV

RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL- RCDI
Unidade de Avaliação:_____
Período de Avaliação ___/___/20___ a___/___/20___

UNIDADE DE EXERCÍCIO	NOME		MATRÍCULA SIAPE	RESULTADO DA AVALIAÇÃO
		TOTAL:		

Obs.: Valores extraídos dos Formulários de Avaliação de Desempenho Individual - ADI

Média das Avaliações:	

Declaramos que as avaliações acima apresentadas atendem aos critérios estabelecidos no § 1º do art. 9º do Decreto nº 6.552/2008.
- Média Aritmética das Avaliações Individuais menor ou igual ao resultado da avaliação institucional.

Local	Data / /

Responsável pela Unidade de Avaliação

ANEXO V

MODELO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL
RECURSO (Art. 11 - Dec. 6.552/2008)

		DADOS DO SERVIDOR		
Nome:				
Cargo:			Matrícula:	
Unidade de Avaliação:		Período:		___/___/___ a ___/___/___
		ARGUMENTAÇÃO/FUNDAMENTAÇÃO		
Data: ___/___/___			Servidor	
		CONSIDERAÇÕES DA CHEFIA IMEDIATA		
Data: ___/___/___			Chefia imediata Assinatura/carimbo	

Ciência do servidor:		Data / /

Anexar cópia da Ficha de Avaliação de Desempenho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO VI

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL (ART. 8º, INCISO VII do Dec. nº 6.552/2008)

Porcentual de cumprimento da meta fixada por unidade	Pontuação da GDASUS a ser paga ao servidor por unidade de avaliação
Até 10%	zero
Acima de 10% até 89%	Calculado pela seguinte fórmula: PGI = PCM - 10, onde: PGI = Pontuação da GDASUS a ser paga aos servidores de cada unidade de avaliação; e PCM = Percentual de cumprimento de meta por unidade de avaliação
Acima de 89%	80 pontos

ANEXO VII

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

FÓRMULA PARA AJUSTE DOS ESCORES INDIVIDUAIS, PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO § 5º DO ART. 32 DA LEI Nº 11.344/2006 E NO § 1º, ART. 9º DO DECRETO Nº 6.552/2008.

Para ajuste da média quando esta for superior ao resultado da avaliação institucional ea = eo - m + ai ONDE: ea = escore individual ajustado eo = escore individual original m = média obtida na unidade de avaliação ai = resultado da avaliação institucional

PORTARIA Nº 466, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde dos Municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências;

Considerando a Portaria n° 201/SVS/MS, de 3 de novembro de 2010, que define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); e

Considerando a Portaria nº 2.929/GM/MS, de 20 de dezembro de 2012, que suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde dos Municípios irregulares na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), resolve:

Art. 1º Fica restabelecida a transferência dos recursos financeiros do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, da competência financeira 1° quadrimestre de 2013, dos Municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) de acordo com monitoramento realizado no mês de março de 2013, relacionados no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO
BA	291660	Itapitanga
BA	292020	Malhada
BA	293230	Ubatã
GO	521800	Porangatu
MA	211125	São José dos Basílios
MG	315570	Rio Piracicaba
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo
PI	220070	Anísio de Abreu
PI	220194	Boqueirão do Piauí
PR	412250	Roncador
RN	241270	São Pedro
SC	421227	Passos Maia

PORTARIA Nº 467, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU) e Unidades de Suporte Básico e Avançado (USB e USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Porto Franco (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.670/GM/MS, de 13 de agosto de 2008, que aumenta o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Porto Franco (MA); e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU) e Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Porto Franco (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado a seguir:

Município para repasse	Central	Valor atual	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal
Porto Franco (MA)	1	R$ 30.000,00	R$ 39.000,00	468.000,00
TOTAL R$ 468.000,00				

Município para repasse	USB	USA	Valores repassados atualmente R$	Valor do repasse anual R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal
Porto Franco (MA)	3		R$ 37.500,00	R$ 450.000,00	R$ 48.750,00	R$ 585.000,00
		1	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00	R$ 35.750,00	R$ 429.000,00
TOTAL:	3	1	R$ 65.000,00	R$ 780.000,00	R$ 84.500,00	R$ 1.014.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Franco (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 468, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Habilita o Município de Buriti Bravo (MA) a receber Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central Regional de Tuntum (MA), e autoriza a transferência de custeio ao Município, acrescido de 30% instituído à Região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; e

Considerando a Portaria nº 3.034/GM/MS, de 27 de dezembro de 2012, que redefine o limite financeiro mensal dos recursos destinados ao incentivo de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Tuntum (MA), e habilita Unidades de Suporte Básico Avançado, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Buriti Bravo (MA) a receber Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central Regional de Tuntum (MA), e autoriza a transferência de custeio ao Município, acrescido de 30% instituído à Região da Amazônia Legal.

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município de Buriti Bravo (MA) no valor de R$ 16.250,00 (dezesseis mil duzentos e cinquenta reais), conforme detalhado no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Buriti Bravo (MA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município de Repasse	USB	CHASSI	PLACA	Valor a ser pago com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor do repasse anual
Buriti Bravo (MA)	1	93YADCUH6BJ522494	NXI 8203	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00
TOTAL ANUAL R$ 195.000,00					

PORTARIA Nº 469, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Define o recurso financeiro destinado à implantação do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas CEO Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências;

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde Bucal do Departamento de Atenção Básica, constante do processo de credenciamento/habilitação desses serviços; e

Considerando a Portaria nº 255/SAS/MS, de 11 de março de 2013, que habilita Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a receber a antecipação do incentivo financeiro destinado à implantação do serviço especializado de saúde bucal, resolve:

Art. 1º Fica definido, na forma do Anexo a esta Portaria, o recurso financeiro destinado à implantação do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas na Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, pelo Município pleiteante, implica na devolução ao Fundo Nacional de Saúde do recurso repassado.

Art. 2º Fica estabelecido que o Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, do recurso de antecipação do incentivo financeiro para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objetos desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros na competência fevereiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA ESTABELECIMENTO DE SAÚDE/ CÓDIGO VERIFICADOR	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO CEO TIPO	INCENTI-VO (R$) IMPLAN-TAÇÃO
PE	261220	Salgueiro	Salgueiro - 000894	Municipal	II	75.000,00

PORTARIA Nº 470, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Credencia Municípios a receberem os incentivos financeiros referentes às ações de Saúde Bucal, no âmbito da Estratégia Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica; e

Considerando a Portaria nº 978/GM/MS, de 16 de maio de 2012, que define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica Variável para as Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Familia, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no Anexo a esta Portaria a receberem o incentivo às ações de Saúde Bucal, no âmbito da Estratégia Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD (PO - 0006 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO À SAÚDE BUCAL

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIO	MOD. 1	MOD. 2	TOTAL
CE	2311405	QUIXERAMOBIM	10	8	18
Total da UF:		1	10	8	18
MG	3144607	NEPOMUCENO	3	0	3
Total da UF:		1	3	0	3
PA	1501303	BARCARENA	8	0	8
PA	1502202	CAPANEMA	12	0	12
PA	1505502	PARAGOMINAS	11	0	11
PA	1507904	SOURE	4	0	4
Total da UF:		4	35	0	35
RS	4317608	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	4	0	4
Total da UF:		1	4	0	4
SP	3549102	SAO JOAO DA BOA VISTA	12	0	12
Total da UF:		1	12	0	12
Total Geral:		8	64	8	72

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 471, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Credencia Municípios a receberem os incentivos financeiros referentes às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica; e

Considerando a Portaria nº 978/GM/MS, de 16 de maio de 2012, que define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica Variável para as Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Familia, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no Anexo II a esta Portaria, dos Estados relacionados no Anexo I a esta Portaria, a receberem os incentivos às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD (PO 0006 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família), para implantação de novas equipes e contratações de agentes comunitários de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	MUNICÍPIO	AGENTES	EQUIPES
CE	2	59	10
GO	1	12	2
MG	3	137	18
PA	1	59	4
PB	1	1.809	181
RJ	1	110	17
RS	2	48	5
SC	1	39	5
SP	1	13	2
Total Geral:	13	2.286	244

ANEXO II

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIO	AGENTES	EQUIPES
CE	2304236	CROATA	42	7
CE	2304277	ERERE	17	3
Total da UF:		2	59	10
GO	5219258	SANTA FE DE GOIAS	12	2
Total da UF:		1	12	2
MG	3114550	CARNEIRINHO	21	3
MG	3144607	NEPOMUCENO	50	5
MG	3165537	SARZEDO	66	10
Total da UF:		3	137	18
PA	1507904	SOURE	59	4
Total da UF:		1	59	4
PB	2507507	JOAO PESSOA	1809	181
Total da UF:		1	1809	181
RJ	3304300	RIO BONITO	110	17
Total da UF:		1	110	17
RS	4316709	SANTA BARBARA DO SUL	12	1
RS	4317608	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	36	4
Total da UF:		2	48	5
SC	4208401	ITAPIRANGA	39	5
Total da UF:		1	39	5
SP	3512506	COROADOS	13	2
Total da UF:		1	13	2
Total Geral:		13	2286	244

PORTARIA Nº 477, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Piauí e do Município de Teresina (PI).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 1.006/MS/MEC, de 27 de maio de 2004, e a Portaria nº 2.352/GM/MS, de 26 de outubro de 2004, que institui o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino do Ministério da Educação (MEC) no Sistema Único de Saúde (SUS) de regulamenta o novo modelo de financiamento e alocação de recursos financeiros para a atenção à saúde, à gestão, ao ensino e à pesquisa;

Considerando a Portaria Interministerial nº 22/MS/MEC, de 11 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a efetivação de créditos do Sistema Único de Saúde a Hospitais Universitários vinculados ao Ministério da Educação (MEC);

Considerando a inserção do Hospital Universitário Federal do Piauí (HU-PI) na rede de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Teresina (PI) e do Estado do Piauí;

Considerando o Contrato que entre si celebram o Município de Teresina (PI), por meio da Fundação Municipal de Saúde e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBESERH); e

Considerando o Ofício GAB/PRES nº 21, de 21 de janeiro de 2013, por meio do qual a Fundação Municipal de Saúde de Teresina (PI) encaminha cópia do contrato firmado com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Município de Teresina (PI).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, para o Fundo Municipal de Saúde de Teresina (PI), em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade/Plano Orçamentário - 0007.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 478, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Estabelece recurso a ser disponibilizado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Alagoas, Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a Resolução CIB nº 002, de 17 de janeiro de 2013, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Alagoas, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcela única ao Fundo Estadual de Saúde de Alagoas.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - 0027- (PO 0007) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado de Alagoas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 479, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Amazonas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999, que dispõe sobre as condições para a prestação da assistência à saúde dos povos indígenas no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando o Ofício nº 770, de 28 de janeiro de 2013, da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Amazonas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Estadual de Saúde do Amazonas, em parcelas mensais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0007 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 480, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Credencia Municípios a receberem incentivos referentes à Unidade Odontológica Móvel (UOM), que compõe o Bloco de Atenção Básica.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.371/GM/MS, de 7 de outubro de 2009, que institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o componente Móvel da Atenção à Saúde Bucal - Unidade Odontológica Móvel (UOM); e

Considerando a Portaria nº 334/SAS/MS, de 7 de outubro de 2009, que atualiza no Sistema Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) a Tabela do Tipo de Estabelecimento, alterando o tipo de Estabelecimento 40 - Unidade Móvel Terrestre, criando o subtipo de estabelecimento 40.01 - Odontológica, resolve:

Art.1º Ficam credenciados os Municípios descritos no Anexo a esta Portaria a receberem o incentivo de Unidade Odontológica Móvel (UOM).

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD (PO-0006 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO À UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL - UOM

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIO	UOM
RS	4307104	HERVAL	01
Total da UF:		1	01
Total Geral		1	01

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO FINANCEIRO AO NASF

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIOS	NASF 1	NASF 2	TOTAL
CE	2304277	ERERE	0	1	1
CE	2311264	QUITERIANOPOLIS	0	1	1
Total da UF:		2	0	2	2
PE	2605806	FREI MIGUELINHO	0	1	1
PE	2611200	POCAO	0	1	1
Total da UF:		2	0	2	2
PI	2201408	BARRO DURO	0	1	1
Total da UF:		1	0	1	1
RJ	3305901	TRAJANO DE MORAIS	0	1	1
Total da UF:		1	0	1	1
SC	4208401	ITAPIRANGA	0	1	1
SC	4210001	LUIZ ALVES	0	1	1
SC	4212205	PAPANDUVA	1	0	1
Total da UF:		3	1	2	3
Total Geral:		9	1	8	9

PORTARIA Nº 481, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Credencia Municípios a receberem incentivos referentes aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 978/GM/MS, de 16 de maio de 2012, que define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica Variável para as Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Familia, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica; e

Considerando a aprovação do credenciamento das Comissões Intergestores Bipartites Estaduais de CE, PE, PI, RJ, SC, enviadas ao Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde deste Ministério, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no Anexo a esta Portaria, conforme quantitativo e modalidade definidos, a receberem o incentivo financeiro aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD (PO- 0006 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 482, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Estabelece recurso a ser incorporado ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Mato Grosso do Sul, Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a necessidade de ampliação de leitos de terapia intensiva, para o atendimento no Pronto Socorro de oncologia, no HEMORREDE, localizado em Mato Grosso do Sul (MS); e

Considerando a Deliberação CIB nº 012/2012, de 13 de março de 2013, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul (MS).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0054 - (PO 0007) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 483, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Qualifica o Estado de Roraima a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Estadual.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a importância da implementação de ações e serviços, que viabilizem uma atenção integral à saúde da população compreendida pelo Sistema Nacional Socioeducativo, estimada em mais de 50.000 adolescentes/jovens, distribuída em todas as unidades federadas;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória, conforme a Portaria Interministerial nº 1.426/MS/SEDH/SPM, de 14 de julho de 2004, e a Portaria nº 647/SAS/MS, de 11 de novembro de 2008;

Considerando o art. 4º da Portaria Interministerial nº 1.426/2004, que cria o Incentivo para a Atenção à Saúde de Adolescentes em regime de internação e internação provisória, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o cumprimento das etapas previstas no item 17 do Anexo da Portaria nº 647/SAS/MS, de 11 de novembro de 2008, resolve:

Art. 1º Fica qualificado o Estado de Roraima, até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Estadual.

Parágrafo único. A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação e internação provisória, sendo repassados em parcelas trimestrais conforme os critérios previstos no art. 8º da Portaria nº 647/SAS/MS, de 11 de novembro de 2008.

Art. 2º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, correrão por conta da funcional programática 10.301.2015.20YI-PO.0004, do orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos para os fundos Estaduais ou Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

UFF	MUNICÍPIO	UNIDADE	GESTÃO	Total de adolescentes	Valor por unidade (R$)	Valor total a ser repassado (R$)
RR	Boa Vista	Centro Socioeducativo "Homero de Souza Cruz Filho"	Estadual	102	85.200,00	85.200,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 484, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Qualifica o Estado de Mato Grosso do Sul a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Estadual.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a importância da implementação de ações e serviços, que viabilizem uma atenção integral à saúde da população compreendida pelo Sistema Nacional Socioeducativo, estimada em mais de 50.000 adolescentes/jovens, distribuída em todas as unidades federadas;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória, conforme a Portaria Interministerial nº 1.426/MS/SEDH/SPM, de 14 de julho de 2004, e a Portaria nº 647/SAS/MS, de 11 de novembro de 2008;

Considerando o art. 4º da Portaria Interministerial nº 1.426/MS/SEDH/SPM, de 14 de julho de 2004, que cria o Incentivo para a Atenção à Saúde de Adolescentes em regime de internação e internação provisória, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o cumprimento das etapas previstas no item 17 do Anexo da Portaria nº 647/SAS/MS, de 11 de novembro de 2008, resolve:

Art. 1º Fica qualificado o Estado de Mato Grosso do Sul, até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Estadual.

Parágrafo único. A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação e internação provisória, sendo repassados em parcelas trimestrais conforme os critérios previstos no art. 8º da Portaria nº 647/SAS/MS, de 11 de novembro de 2008;

Art. 2º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, correrão por conta da funcional programática 10.301.2015.20YI-PO.0004 do orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos para os fundos Estaduais ou Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA.

UF	MUNICÍPIO	UNIDADE	GESTÃO	Total de adolescentes	Valor por unidade (R$)	Valor total a ser repassado (R$)
MS	Campo Grande	Dom Bosco	Municipal	79	51.120,00	259.860,00
		Estrela do Amanhã	Municipal	07	21.300,00	
		Novo Caminho	Municipal	30	21.300,00	
	Corumbá	Pantanal	Municipal	15	21.300,00	
	Dourados	Laranja Doce	Municipal	53	51.120,00	
		Esperança	Municipal	05	21.300,00	
	Ponta Porã	Mitaí	Municipal	41	51.120,00	
	Três Lagoas	Aurora Gonçalves Coimbra	Municipal	25	21.300,00	

PORTARIA Nº 485, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o Anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 285/SAS/MS, de 20 de março de 2013, que habilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, resolve:

Art.1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599/2006, nº 600/2006 e nº 1.464/2011, pelo Município pleiteante, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) CUSTEIO MENSAL
PE	261160	Recife	6897029	Municipal	II	11.000,00

PORTARIA Nº 486, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio de Unidades de Suporte Básico e Avançado (USB e USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) dos Municípios de Colinas (MA), Dom Pedro (MA), Presidente Dutra (MA) e São Domingos do Maranhão (MA), pertencentes à Central Regional de Tuntum (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 807/GM/MS, de 25 de abril de 2012, nº 2.401/GM/MS, de 13 de outubro de 2011, nº 2.619/GM/MS, de 3 de novembro de 2011, e nº 1.515/GM/MS, de 12 de julho de 2012, que habilitam os Municípios de Colinas (MA), Dom Pedro (MA), Presidente Dutra (MA) e São Domingos do Maranhão (MA) a receberem Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e autorizam a transferência de custeio aos Municípios; e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio de Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) dos Municípios de Colinas (MA), Dom Pedro (MA), Presidente Dutra (MA) e São Domingos do Maranhão (MA), pertencentes à Central Regional de Tuntum (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado a seguir:

Município para repasse	USB	USA	Valores repassados mês atualmente R$	Valor do repasse anual R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal
Colinas (MA)	1		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00
		1	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00	R$ 35.750,00	R$ 429.000,00
TOTAL:	1	1	R$ 40.000,00	R$ 480.000,00	R$ 52.000,00	R$ 624.000,00

Município para repasse	USB	Valores repassados mês atualmente R$	Valor do repasse anual R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal
Dom Pedro (MA)	1	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00
TOTAL:	1	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00

Município para repasse	USB	Valores repassados mês atualmente R$	Valor do repasse anual R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal
Presidente Dutra (MA)	1	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00
TOTAL:	1	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Município para repasse	USB	Valores repassados mês atualmente R$	Valor do repasse anual R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal
São Domingos do Maranhão (MA)	1	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00
TOTAL:	1	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para os Fundos Municipais de Saúde de Colinas (MA), Dom Pedro (MA), Presidente Dutra (MA) e São Domingos do Maranhão (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 487, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o valor anual de incentivo financeiro para custeio de Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192) pertencentes à Central Regional de Imperatriz (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 326/GM/MS, de 4 de março de 2005, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Município de Imperatriz (MA); e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o valor anual de incentivo financeiro para custeio de Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192) pertencentes à Central Regional de Imperatriz (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado na tabela a seguir:

Município para repasse	USB	USA	Valores repassados mês atualmente R$	Valores repassados ano atualmente R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal
Imperatriz (MA)	3		R$ 37.500,00	R$ 450.000,00	R$ 48.750,00	R$ 585.000,00
		1	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00	R$ 35.750,00	R$ 429.000,00
TOTAL:	3	1	R$ 65.000,00	R$ 780.000,00	R$ 84.500,00	R$1.014.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde Imperatriz (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 488, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o valor anual de incentivo financeiro para custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), das Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Regional de Pinheiro (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 814/GM/MS, de 25 de abril de 2012, que habilita a Central de Regulação e o Município de Pinheiro (MA) a receber Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Pinheiro (MA) e autoriza a transferência de custeio ao Município; e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o valor anual de incentivo financeiro para custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), das Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Regional de Pinheiro (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado a seguir:

Município para repasse	Central	Valor atual	Valor redefinido a ser pago com acréscimo de 30% - competência a partir de janeiro de 2013	Valor do Repasse Anual Fundo a Fundo
Pinheiro (MA)	01	R$ 30.000,00	R$ 39.000,00	468.000,00
TOTAL R$ 468.000,00				

Município para repasse	USB	USA	Valores repassados atualmente R$	Valor R$ redefinido a ser pago com acréscimo de 30% - competência a partir de janeiro de 2013	Valor atualizado do Repasse Anual R$
Pinheiro (MA)	1		R$ 12.500,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00
	1		R$ 12.500,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00
		1	R$ 27.500,00	R$ 35.750,00	R$ 429.000,00
TOTAL:	2	1	R$ 52.500,00	R$ 68.250,00	R$ 819.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Pinheiro (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 489, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o valor anual de incentivo financeiro para custeio de Unidade de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de São José de Ribamar (MA), da Central Regional de São Luís (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.017/GM/MS, de 24 de maio de 2012, que habilita o Município de São José de Ribamar (MA) a receber Unidades de Suporte Básico e Avançado (USB e USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de São Luís (MA) e autoriza a transferência de custeio ao Município; e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o valor anual de incentivo financeiro para custeio de Unidade de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de São José do Ribamar (MA), da Central Regional de São Luís (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado na tabela a seguir:

Município para repasse	USB	USA	Valor mensal repassado atualmente R$	Valor anual repassado atualmente R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amaz. Legal R$	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amaz. Legal R$
São José do Ribamar (MA)	01		R$12.500,00	R$150.000,00	R$16.250,00	R$195.000,00
		01	R$27.500,00	R$330.000,00	R$35.750,00	R$429.000,00
TOTAL:	01	01	R$40.000,00	R$480.000,00	R$52.000,00	R$624.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de São José do Ribamar (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 490, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o valor anual de incentivo financeiro para custeio de Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Coelho Neto (MA), componente da Central Municipal de Caxias (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.150/GM/MS, de 8 de novembro de 2005, que habilita os Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Município Coelho Neto (MA); e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o valor anual de incentivo financeiro para custeio da Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Coelho Neto (MA), componente da Central Municipal de Caxias (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado na tabela a seguir:

Município para repasse	USB	Valor mensal repassado atualmente R$	Valor anual repassado atualmente R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amaz. Legal R$	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amaz. Legal R$
Coelho Neto (MA)	01	R$12.500,00	R$150.000,00	R$16.250,00	R$195.000,00
TOTAL:	01	R$12.500,00	R$150.000,00	R$16.250,00	R$195.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Coelho Neto (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 491, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidade de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Timon (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 246/ GM/MS, de 6 de fevereiro de 2006, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Município de Timon (MA);

Considerando a Portaria nº 1.308/GM/MS, de 5 de fevereiro de 2007, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) de Timon (MA); e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidade de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Caxias (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado na tabela a seguir:

Município para repasse	Central de Regulação das Urgências (CRU)	Valor atual	Valor revisto a ser pago competência janeiro de 2013 Acréscimo de 30%	Valor do repasse anual Fundo a Fundo
Timon (MA)	1	R$ 19.000,00	R$ 24.700,00	R$ 296.400,00
TOTAL R$ 296.400,00				

Município para repasse	USB	USA	Valores repassados atualmente R$	Valor do repasse anual R$	Competência a partir de Janeiro de 2013 Acréscimo de 30% R$	Valor do repasse anual R$
Timon (MA)	4		R$ 50.000,00	R$ 600.000,00	R$ 65.000,00	R$ 780.000,00
		1	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00	R$ 35.750,00	R$ 429.000,00
TOTAL:	4	1	R$ 77.500,00	R$ 930.000,00	R$ 100.750,00	R$ 1.209.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Timon (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 492, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o valor anual de incentivo financeiro para custeio de Unidades de Suporte Básico e Avançado (USB e USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de São Luís (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.862/GM/MS, de 11 de outubro de 2005, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de São Luís (MA); e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o valor anual de incentivo financeiro para custeio de Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de São Luís (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado na tabela a seguir:

Município para repasse	USB	USA	Valor mensal repassado atualmente R$	Valor anual repassado atualmente R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amaz. Legal R$	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amaz. Legal R$
São Luis (MA)	15		R$ 187.500,00	R$ 2.250.000,00	R$ 243.750,00	R$ 2.925.000,00
		02	R$ 55.000,00	R$ 660.000,00	R$ 71.500,00	R$ 858.000,00
TOTAL:	15	02	R$ 242.500,00	R$ 2.910.000,00	R$ 315.250,00	R$ 3.783.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de São Luís (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 493, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o valor anual de incentivo financeiro para custeio de Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Estreito (MA), pertencente à Central Regional de Porto Franco (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 4.064/GM/MS, de 17 de dezembro de 2010, que habilita o Município de Estreito (MA) a receber o incentivo de custeio referente à Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Porto Franco (MA); e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o valor anual de incentivo financeiro para custeio de Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Estreito (MA), pertencente à Central Regional de Porto Franco (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado na tabela a seguir:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Município para repasse	USB	Valores repassados mês atualmente R$	Valor do Repasse Anual R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal
Porto Franco (MA)	1	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00
TOTAL:	1	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Franco (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 494, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU) e Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Bacabal (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.123/GM/MS, de 5 de dezembro de 2007, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Bacabal (MA); e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU) e Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Bacabal (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado a seguir:

Município para Repasse	Central	Valor atual	Valor mensal redefinido com acréscimo 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo 30% Amazônia Legal
Bacabal (MA)	1	R$19.000,00	R$ 24.700,00	R$ 296.400,00
TOTAL R$ 296.400,00				

Município para repasse	USB	USA	Valores repassados atualmente R$	Valor do Repasse Anual R$	Valor mensal redefinido com acréscimo 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo 30% Amazônia Legal
Bacabal (MA)	3		R$ 37.500,00	R$ 450.000,00	R$ 48.750.00	R$ 585.000,00
		2	R$ 55.000,00	R$ 660.000,00	R$ 71.500,00	R$ 858.000,00
TOTAL:	3	2	R$ 92.500,00	R$ 1.110.000,00	R$ 120.250,00	R$ 1.443.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Bacabal (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 495, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Caxias (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.150/GM/MS, de 8 de novembro de 2005, que habilita os Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Município Caxias (MA); e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Caxias (MA), acrescido de 30% instituído à região da Amazônia Legal, conforme especificado na tabela a seguir:

Município para Repasse	Central de Regulação das Urgências (CRU)	Valor atual	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal
Caxias (MA)	1	R$ 19.000,00	R$ 24.700,00	296.400,00
TOTAL R$ 296.400,00				

Município para repasse	USB	USA	Valores repassados atualmente R$	Valor do Repasse Anual R$	Valor mensal redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal	Valor anual redefinido com acréscimo de 30% Amazônia Legal
Caxias (MA)	1		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00
	1		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00	R$ 16.250,00	R$ 195.000,00
		1	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00	R$ 35.750,00	R$ 429.000,00
TOTAL:	2	1	R$ 52.500,00	R$ 630.000,00	R$ 68.250,00	R$ 819.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Caxias (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.395, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora GEAP Fundação de Seguridade Social.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião extraordinária de 26 de março de 2013, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.611104/2012-81, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora GEAP Fundação de Seguridade Social, registro ANS nº 32.308-0, inscrita no CNPJ sob o nº 03.658.432/0001-82.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 26 de março de 2013, processo n.° 25789.017017/2006-19, publicada no DOU nº 58, em 26 de março de 2013, seção 1, página 40: onde se lê: " processo nº 257896.017017/2006-19". leia-se: 25789.25789.017017/2006-19.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM SAO PAULO

DECISÃO DE 22 DE MARÇO DE 2013

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
	25789.060214/2010-26	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de gar. cob. p/ tenorrafia p/ o benef. M.D.R.. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
	25789.078530/2010-54	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOP. DE TRAB. MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de gar. cob. p/ cirur. p/ frat. de colo de fêmur dir., p/ S.V.S.. Art. 35-C, II, da Lei 9.656/98.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
	25789.058257/2011-22	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOP. DE TRAB. MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de gar. cob. p/ videolapar. diagnós., em reg. de emerg., p/ a benef. T.C.R.O.. Art. 35-C, inc. I, da Lei 9.656/98.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
	25789.078613/2011-24	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Não reemb. todas as desp. efet., de acordo c/ os limites do plano contr., p/ inter. hosp. p/ a benef. S.K.. Art. 12, inc. II, alín. a e e, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
	25789.084839/2012-45	UNIMED DE SANTA BARBARA D'OESTE E AMERICANA - COOP DE TRABALHO MÉDICO	369292.	48.628.366/0001-36	Deixar de encam. à ANS a comun. do reaj. ocor. na mens. dos benef. do contr. colet. firm. pela M. N. Advog. ASS.. Art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art. 13 e 15 da RN 171/08 c/c §2º do art. 4º da IN 13/2006.	Advertência
	25789.098866/2011-14	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Deixar de gar. cob. de trat. cirúr. p/ frat. no antebraço p/ o benef. W.M.S.. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
	25789.042369/2010-81	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	1) Art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art. 13 da RN 171/2008; 2) Art. 4º, inc. II, XIII e XVII da Lei 9.961/00 c/c art. 25 da Lei 9656/98 c/c Art. 20 da RN 195/09; e 3) Art. 4º, inc. XXIV, XXXV e XXXVII da Lei 9.961/00 c/c art. 4º da RN 112/05.	1 = Advertência 2 + 3 = 80.140,00 (OITENTA MIL, CENTO E QUARENTA REAIS)
	25789.028373/2010-36	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Exercer a ativ. de op. de plano priv. de assis. à saúde s/ a aut. da ANS, na cond. de adm. de benef.. Art. 8º da Lei 9.656/98 c/c art. 2º da RN nº. 85/04 alt. pela RN 100/05, c/c art. 2º da RN 196.	Auto de infração nº 42.603 anulado por improcedência. Arquivamento.
	25789.092906/2011-14	UNIVERSAL SAUDE ASSISTENCIA MEDICA S.A.	348520.	62.550.256/0001-20	Deixar de gar. cob. p/ colecistec. c/ ou se/ colang. p/ o benef. L.F.O.B.. Art. 11, § ún. c/c art. 12, inc. II, alín. a ambos da Lei 9656/1998 c/c art. 15 da RN 162/2007.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
	25789.112162/2012-42	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAUDE S/A	359017.	44.649.812/0001-38	Deixar de gar. cob. p/ sessão de fisiot., ao benef. O.V.S.C.. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9.656/98.	Auto de infração 34.322 anulado por improcedência. Arquivamento.
	33902.120927/2012-01	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de gar. cob. p/ pesq. de ANTI-HCV e pesq. de HIV1 e 2 em três bolsas de sangue dur. inter. no do benef. M.T.J.. Art. 12, inc. II, alín. d, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 28/09/2012, no processo 25789.018165/2010-29, publicada no D.O.U de 05/10/2012 , Seção 1, página 88, onde se lê:
Nome da Operadora
AMIL SAÚDE LTDA.
Leia-se:
Nome da Operadora
DIVIC OM ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA.

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 18 DE MARÇO DE 2013

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
	33902.182680/2009-11	ROPE ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA S/S LTDA.	415821.	67.989.434/0001-37	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 430, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 08 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a renovação de Certificação de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL: Investigación Farmacológica y Biofarmaceutica, S.A de C.V.	
ENDEREÇO: Periférico Sur 4927 Arenal Tepepan	
CIDADE: Cidade do México - D.F.	PAÍS: México
Certificado de Boas Práticas em Biodisponibilidade / Bioequivalência:	
Etapas Realizadas: Etapa Clínica, Analítica e Estatística	

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 29, de 13-2-2-13, Seção 1, pág. 35 e em suplemento pág.1, com incorreção no original.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE N.º 1.799 de 29 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 82 de 2 de maio de 2011, Seção 1 pág. 68 e Suplemento Anvisa Pag. 1.

Onde se lê:

BAYER S.A. 1.07056-8
ATORVASTATINA CÁLCICA
ANTILIPEMICOS
Referência - CITALOR 25351.310043/2010-01 05/2016
COMERCIAL 1.7056.0078.002-4 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 20
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.003-2 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 30
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.004-0 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 40
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.005-9 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 60
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.006-7 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB HOSP)
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.007-5 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 100 (EMB FRAC)
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.008-3 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 20
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.009-1 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 30
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.010-5 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 40
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.011-3 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 60
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.013-1 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 100 (EMB FRAC)
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.014-8 24 Meses
40 MG COM CT BL AL AL X 20
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.015-6 24 Meses
40 MG COM CT BL AL AL X 30
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.016-4 24 Meses
40 MG COM CT BL AL AL X 40
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.017-2 24 Meses
40 MG COM CT BL AL AL X 60
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.018-0 24 Meses
40 MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB HOSP)
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.019-9 24 Meses
40 MG COM CT BL AL AL X 100 (EMB FRAC)
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.020-2 24 Meses
80 MG COM CT BL AL AL X 20
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.021-0 24 Meses
80 MG COM CT BL AL AL X 30
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.022-9 24 Meses
80 MG COM CT BL AL AL X 40
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.023-7 24 Meses
80 MG COM CT BL AL AL X 60
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.024-5 24 Meses
80 MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB HOSP)
OBVISO

Leia-se:

BAYER S.A. 1.07056-8
ATORVASTATINA CÁLCICA
ANTILIPEMICOS
Referência - CITALOR 25351.310043/2010-01 05/2016
COMERCIAL 1.7056.0078.002-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 20
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.003-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 30
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.004-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 40
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.005-9 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 60
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.006-7 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 90 (EMB HOSP)
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.007-5 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 100 (EMB FRAC)
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.008-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 20
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.009-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 30
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.010-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 40
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.011-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 60
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.013-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 100 (EMB FRAC)
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.014-8 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 20
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.015-6 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 30
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.016-4 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 40
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.017-2 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 60
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.018-0 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 90 (EMB HOSP)
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.019-9 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 100 (EMB FRAC)
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.020-2 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 20
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.021-0 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 30
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.022-9 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 40
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.023-7 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 60
OBVISO
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.7056.0078.024-5 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 90 (EMB HOSP)
OBVISO

Na resolução - RE N.º 1.269, de 24 de Março de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 59 de 28 de março de 2011, Seção 1 pág. 84 e Suplemento Pag. 24.

Onde se lê:

EMS S/A 25351.290613/2005-92 cloridrato de lindocaína set/15 187679/10-1

Leia-se:

EMS S/A 25351.290613/2005-92 cloridrato de lidocaína out/15 187679/10-1

Na Resolução - RE n. 235, de 18 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 14, de 21 de janeiro de 2013, Seção 1 Pag. 26 e Suplemento pág. 28,

Onde se lê:

ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.03764-8
SOMATROPINA
HORMONIO RECOMBINANTE DO CRESCIMENTO HUMANO
EUTROPIN 25351.727750/2011-81 06/2014
COMERCIAL 1.3764.0132.001-9 24 Meses
4 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA VD INC SOL DIL X 1 ML
Não informado
10305 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.3764.0132.002-7 24 Meses
4 UI PO LIOF CT 5 FA VD INC + 5 FA VD INC SOL DIL X 1ML
Não informado
10305 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.3764.0132.003-5 24 Meses
4 UI PO LIOF CT 10 FA VD INC + 10 FA VD INC SOL DIL X 1 ML
Não informado
10305 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.3764.0132.004-3 24 Meses
15 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA VD INC SOL DIL X 1,5 ML
Não informado
10305 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)

Leia-se:

ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.03764-8
SOMATROPINA
HORMONIO RECOMBINANTE DO CRESCIMENTO HUMANO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EUTROPIN 25351.727750/2011-81 06/2014
COMERCIAL 1.3764.0132.001-9 24 Meses
4 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA VD INC SOL DIL X 1ML
Não informado
10305 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.3764.0132.003-5 24 Meses
4 UI PO LIOF CT 10 FA VD INC + 10 FA VD INC SOL DIL X 1ML
Não informado
10305 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.3764.0132.004-3 24 Meses
15 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA VD INC SOL DIL X 1,5 ML
Não informado
10305 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)

Na resolução - RE N.º 1.269, de 24 de Março de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 59 de 28 de março de 2011, Seção 1 pág. 84 e Suplemento Pag. 24.
Onde se lê:
GERMED FARMACEUTICA LTDA 25351.251469/2005-79 MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA set/15 158940/10-7
Leia-se:
GERMED FARMACEUTICA LTDA 25351.251469/2005-79 MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA out/15 158940/10-7

Na Resolução - RE n° 2.852, de 28 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 126, de 02 de julho de 2012, Seção 1 Pag. 97 e Suplemento Pag.14,
Onde se lê:
PSICOANALÉTICO
300 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 90
Leia-se:
NEUROPSICOESTIMULANTE
300 MG CAP GEL DURA LT BL AL PLAS INC X 90

Na resolução - RE n.º 136, de 11 de Janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 9, de 14 de janeiro de 2013, Seção 1 pág. 47 e Suplemento Pág. 4.
Onde se lê:
EMPRESA/PROCESSO/PRODUTO/EXPEDIENTE/VTO REGISTRO
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 253510389030103 GRANISETRONA 0516643128 dez/17
Leia-se:
EMPRESA/PROCESSO/PRODUTO/EXPEDIENTE/VTO REGISTRO
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 253510389030103 KIDAZOM 0516643128 dez/17

Na Resolução - RE N.º 3.675, de 06 de Setembro de 2012 publicada no Diário Oficial da União nº 175, de 10 de setembro de 2012, Seção 1 pág 37 e Suplemento pág. 5.
Onde se lê:

Empresa	Processo	Produto	Venc Do Registro	Expediente
Cimed Indústria De Medicamentos Ltda	2 5 3 5 1 . 0 0 4 2 2 4 / 0 2 - 11	HIDROMED	mar/12	7 1 8 0 3 5 / 11 - 7

Leia-se:

Empresa	Processo	Produto	Venc Do Registro	Expediente
Cimed Indústria De Medicamentos Ltda	2 5 3 5 1 . 0 0 4 2 2 4 / 0 2 - 11	HIDROMED	mar/17	7 1 8 0 3 5 / 11 - 7

Na resolução - RE n.º 1.555, de 05 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 68 de 09 de abril de 2012, Seção 1 pág. 71 e Suplemento, pág. 30.
Onde se lê:
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.06773-8
ANTINFLAMATORIOS ANTIREUMATICOS
IBUFLEX 25351.050843/2008-63 07/2013
COMERCIAL 1.6773.0088.022-9 24 Meses
400 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS INC X 4
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.023-7 24 Meses
400 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS INC X 8
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
Leia-se:
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.06773-8
ANALGÉSICOS NÃO NARCÓTICOS
IBUFLEX 25351.050843/2008-63 04/2014
COMERCIAL 1.6773.0088.022-9 24 Meses
400 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS INC X 4
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.023-7 24 Meses
400 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS INC X 8
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.

Na Resolução - RE N.º 3.675, de 06 de Setembro de 2012 publicada no Diário Oficial da União nº 175, de 10 de setembro de 2012, Seção 1 pág 37 e Suplemento pág. 5,
Onde se lê:
APSEN FARMACEUTICA S/A - 25000.030124/96-01 -PRIMIDON- mar/17- 8 0 5 2 6 / 11 - 2
Leia-se:
APSEN FARMACEUTICA S/A - 25000.030124/96-01- PRIMID- mar/17- 8 0 5 2 6 / 11 - 2

Na resolução - RE N.º 2.907, de 06 de Julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 131, de 09 de julho de 2012, Seção 1 pág. 74 e Suplemento pag. 47.
Onde se lê:
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 1.00068-5
DICLOFENACO SÓDICO
ANTINFLAMATORIOS ANTIREUMATICOS
Referência - VOLTAREN 25351.024926/00-41 01/2017
COMERCIAL 1.0068.0180.001-8 48 Meses
50 MG COM REV CT 10 BL AL PLAS INC X 20 (EMB HOSP)
Não informado
1427 GENÉRICO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO
COMERCIAL 1.0068.0180.002-6 48 Meses
50 MG COM REV CT 1 BL AL PLAS INC X 20
Não informado
1427 GENÉRICO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO
COMERCIAL 1.0068.0180.003-4 48 Meses
50 MG COM REV CT 1 BL AL PLAS INC X 15
Não informado
1427 GENÉRICO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO
COMERCIAL 1.0068.0180.004-2 48 Meses
50 MG COM REV CT 1 BL AL PLAS INC X 10
Não informado
1427 GENÉRICO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO
Leia-se:
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 1.00068-5
DICLOFENACO SÓDICO
ANTINFLAMATORIOS ANTIREUMATICOS
Referência - VOLTAREN 25351.024926/00-41 01/2017
COMERCIAL 1.0068.0180.001-8 24 Meses
50 MG COM REV CT 10 BL AL PLAS INC X 20 (EMB HOSP)
Não informado
1427 GENÉRICO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO
COMERCIAL 1.0068.0180.002-6 24 Meses
50 MG COM REV CT 1 BL AL PLAS INC X 20
Não informado
1427 GENÉRICO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO
COMERCIAL 1.0068.0180.003-4 24 Meses
50 MG COM REV CT 1 BL AL PLAS INC X 15
Não informado
1427 GENÉRICO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO
COMERCIAL 1.0068.0180.004-2 24 Meses
50 MG COM REV CT 1 BL AL PLAS INC X 10
Não informado
1427 GENÉRICO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO

Na Resolução - RE N.º 3.935, de 21 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 185, de 24 de setembro de 2012, Seção 1 pág. 55 e Suplemento pág. 35,
Onde se lê:
FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP 1.01039-1
CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA
ANTIEMETICOS E ANTINAUSEANTES
Referência - PLASIL 25991.006362/81 09/2016
INSTITUCIONAL 1.1039.0063.007-4 24 Meses
10 MG COM CX BL AL PLAS AMB X 500 (EMB HOSP)
Não informado
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO
Leia-se:
FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP 1.01039-1
CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA
ANTIEMETICOS E ANTINAUSEANTES
FURP- METOCLOPRAMIDA 25991.006362/81 09/2016
INSTITUCIONAL 1.1039.0063.007-4 24 Meses
10 MG COM CX BL AL PLAS AMB X 500 (EMB HOSP)
Não informado
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

Na resolução - RE n.º 339, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 21 de 31 de janeiro de 2011, Seção 1 pág. 154 e Suplemento, pág. 30.
Onde se lê:
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.06773-8
IBUPROFENO
ANTINFLAMATORIOS ANTIREUMATICOS
IBUFLEX 25351.050843/2008-63 07/2013
COMERCIAL 1.6773.0088.006-7 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML + CGT Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.007-5 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML + CGT Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.008-3 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 40 ML + CGT Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.009-1 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 50 ML + CGT Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.010-5 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 60 ML + CGT Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.011-3 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC X 20 ML + CGT
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.012-1 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC X 30 ML + CGT
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.013-1 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC X 40 ML + CGT
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.014-8 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC X 50 ML + CGT
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.015-6 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC X 60 ML + CGT
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMERCIAL 1.6773.0088.016-4 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.017-2 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.018-0 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.019-9 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60 (EMB MULT)
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.020-2 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB FRAC)
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.021-0 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120 (EMB HOSP)
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
Leia-se:
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.06773-8
IBUPROFENO
ANALGESICOS NÃO NARCOTICOS
IBUFLEX 25351.050843/2008-63 04/2014
COMERCIAL 1.6773.0088.006-7 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML + CGT Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.007-5 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML + CGT Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.008-3 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 40 ML + CGT Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.009-1 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 50 ML + CGT Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.010-5 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 60 ML + CGT Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.011-3 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC X 20 ML + CGT
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.012-1 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC X 30 ML + CGT
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.013-1 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC X 40 ML + CGT
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.014-8 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC X 50 ML + CGT
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.015-6 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC X 60 ML + CGT
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.016-4 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.017-2 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.018-0 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.019-9 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60 (EMB MULT)
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.020-2 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB FRAC)
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
COMERCIAL 1.6773.0088.021-0 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120 (EMB HOSP)
Não informado
1979 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ REGISTRADA NO PAÍS.

Na Resolução - RE N.º 3.935, de 21 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 185, de 24 de setembro de 2012, Seção 1 pág. 55 e Suplemento pág. 35,
Onde se lê:
HYPERMARCAS S.A. 1.07287-6
ÁCIDO ASCÓRBICO
VITAMINAS E SUPLEMENTOS MINERAIS
CORISTINA VITAMINA C 25351.282676/2012-72 08/2016
COMERCIAL 1.7287.0492.001-8 24 Meses
1 G COM EFEV CT PT PLAS X 5
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.002-6 24 Meses
1 G COM EFEV CT PT PLAS X 10
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.003-4 24 Meses
1G COM EFEV CT PT PLAS X 15
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.004-2 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.005-0 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.006-9 24 Meses
500MG COM LIB PROL CT BL AL AL X 10
CORISTINA VITAMINA C
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.007-7 24 Meses
500MG COM LIB PROL CT BL AL AL X 20
CORISTINA VITAMINA C
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.008-5 24 Meses
500MG COM LIB PROL CT BL AL AL X 30
CORISTINA VITAMINA C
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.009-3 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT PL AL PLAS OPC X 10
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.010-7 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT PL AL PLAS OPC X 20
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.011-5 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT PL AL PLAS OPC X 30
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.012-3 24 Meses
200MG/ML SOL OR CT FRAS PLAS AMB GOT X 20 ML
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.013-1 24 Meses
1G COM EFEV CT PT PLAS X 30
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
Leia-se:
HYPERMARCAS S.A. 1.07287-6
ÁCIDO ASCÓRBICO
VITAMINAS E SUPLEMENTOS MINERAIS
CORISTINA VITAMINA C 25351.282676/2012-72 08/2016
COMERCIAL 1.7287.0492.001-8 24 Meses
1 G COM EFEV CT PT PLAS OPC X 5
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.002-6 24 Meses
1 G COM EFEV CT PT PLAS OPC X 10
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.003-4 24 Meses
1G COM EFEV CT PT PLAS OPC X 15
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.004-2 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.005-0 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.006-9 24 Meses
500MG COM LIB PROL CT BL AL AL X 10
CORISTINA VITAMINA C
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.007-7 24 Meses
500MG COM LIB PROL CT BL AL AL X 20
CORISTINA VITAMINA C
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.008-5 24 Meses
500MG COM LIB PROL CT BL AL AL X 30
CORISTINA VITAMINA C
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.009-3 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 10
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COMERCIAL 1.7287.0492.010-7 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 20
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.011-5 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 30
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.012-3 24 Meses
200MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS AMB X 20 ML
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0492.013-1 24 Meses
1G COM EFEV CT PT PLAS OPC X 30
Não informado
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)

Na Resolução - RE N.º 400 de 01 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 24 de 04 de fevereiro de 2013, Seção 1 pág. 55 e Suplemento Anvisa Pag. 1,
Onde se lê:
BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A
1.05584-9
ORLISTATE
MODULADORES DO METABOLISMO E DA DIGESTAO
Referência - XENICAL 25351.198518/2011-58 02/2018
COMERCIAL 1.5584.0399.001-6 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL PLAS INC X 21
LIPOXEN (ORLISTATE)
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.003-2 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL PLAS INC X 30
LIPOXEN
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.004-0 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL PLAS INC X 42
LIPOXEN
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.005-9 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL PLAS INC X 63
LIPOXEN
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.006-7 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL PLAS INC X 84
LIPOXEN
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.007-5 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL PLAS INC X 90
LIPOXEN
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.008-3 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL PLAS INC X 490 (EMB
HOSP)
LIPOXEN
Leia-se:
BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A
1.05584-9
ORLISTATE
MODULADORES DO METABOLISMO E DA DIGESTAO
Referência - XENICAL 25351.198518/2011-58 02/2018
COMERCIAL 1.5584.0399.001-6 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 21
LIPOXEN (ORLISTATE)
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.003-2 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
LIPOXEN
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.004-0 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 42
LIPOXEN
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.005-9 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 63
LIPOXEN
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.006-7 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 84
LIPOXEN
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.007-5 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 90
LIPOXEN
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
COMERCIAL 1.5584.0399.008-3 24 Meses
120 MG CAP GEL DURA CX BL AL PLAS TRANS X 490 (EMB
HOSP)
LIPOXEN

Na resolução - RE N.º 402, de 1º de Fevereiro de 2013 publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 04 de fevereiro de 2013, Seção 1 pág. 56 e Suplemento pág. 2
Onde se lê:
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 1.00370-7
VARFARINA SÓDICA
ANTICOAGULANTES
Referência - MAREVAN 25351.438812/2007-50 05/2013
COMERCIAL 1.0370.0512.001-7 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 10
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.002-5 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 30
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.003-3 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 50 (EMB HOSP)
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.004-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 100 (EMB FRAC)
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.005-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 10
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.006-8 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 30
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.007-6 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 50 (EMB HOSP)
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.008-4 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 100 (EMB FRAC)
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
Leia-se:
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 1.00370-7
VARFARINA SÓDICA
ANTICOAGULANTES
Referência - MAREVAN 25351.438812/2007-50 05/2018
COMERCIAL 1.0370.0512.001-7 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 10
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.002-5 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 30
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.003-3 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 50 (EMB HOSP)
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.004-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 100 (EMB FRAC)
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.005-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X10
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.006-8 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X30
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.007-6 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 50
(EMB HOSP)
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0370.0512.008-4 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 100 (EMB FRAC)
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na resolução - RE N.º 4.491 de 08 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União n° 195 de 13 de outubro de 2009, Seção 1 pág. 139 e Suplemento Anvisa Pag. 1.
Onde se lê:
SULFATO DE GLICOSAMINA
OUTROS PRODUTOS COM ACAO NO SISTEMA MUSCULO ESQUELETICO
Referência - DINAFLEX 25351.220092/2008-59 10/2014
COMERCIAL 1.0235.0973.001-3 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 4 ENV AL PE X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.002-1 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 7 ENV AL PE X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.003-1 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 10 ENV AL PE X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.004-8 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 15 ENV AL PE X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.005-6 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 20 ENV AL PE X 3,95 G (EMB FRAC)
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.006-4 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 30 ENV AL PE X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.007-2 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CX 50 ENV AL PE X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.008-0 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 100 ENV AL PE X 3,95 G (EMB HOSP)
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
Leia-se:
SULFATO DE GLICOSAMINA
OUTROS PRODUTOS COM ACAO NO SISTEMA MUSCULO ESQUELETICO
Referência - DINAFLEX 25351.220092/2008-59 10/2014
COMERCIAL 1.0235.0973.001-3 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 4 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.002-1 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 7 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.003-1 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 10 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.004-8 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 15 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.005-6 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 20 ENV AL PLAS X 3,95 G (EMB FRAC)
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.006-4 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 30 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.007-2 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CX 50 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.008-0 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 100 ENV AL PLAS X 3,95 G (EMB HOSP)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n.º 4.817, de 09 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 218, de 12 de novembro de 2012, Seção 1 pág. 77 e Suplemento Pág. 1.

Onde se lê:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

1.00298-1

CITRATO DE FENTANILA + DROPERIDOL

ANALGESICOS NARCOTICOS

NILPERIDOL 25001.006926/85 03/2015

COMERCIAL 1.0298.0302.004-3 24 Meses

0,0785 MG/ML + 2,5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 50 FA VD AMB

X 10 ML

Não informado

1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.

COMERCIAL 1.0298.0302.005-1 24 Meses

0,0785 MG/ML + 2,5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX FA VD AMB X

10 ML

Não informado

1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

Leia-se:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

1.00298-1

CITRATO DE FENTANILA + DROPERIDOL

ANALGESICOS NARCOTICOS

NILPERIDOL 25001.006926/85 03/2015

RESTRITO A HOSPITAIS 1.0298.0302.004-3 24 Meses

0,0785 MG/ML + 2,5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 50 FA VD AMB

X 10 ML

Não informado

1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.

RESTRITO A HOSPITAIS 1.0298.0302.005-1 24 Meses

0,0785 MG/ML + 2,5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX FA VD AMB X

10 ML

Não informado

1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

Na resolução - RE N.º 4.491 de 08 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União n° 195 de 13 de outubro de 2009, Seção 1 pág. 139 e Suplemento Anvisa Pag. 1.

Onde se lê:

SULFATO DE GLICOSAMINA

OUTROS PRODUTOS COM ACAO NO SISTEMA MUSCULO

ESQUELETICO

Referência - DINAFLEX 25351.216689/2008-07 10/2014

COMERCIAL 1.0583.0672.001-6 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 4 ENV AL PE X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.002-4 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 7 ENV AL PE X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.003-2 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 10 ENV AL PE X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.004-0 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 15 ENV AL PE X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.005-9 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 20 ENV AL PE X 3,95 G (EMB FRAC)

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.006-7 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CX 30 ENV AL PE X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.007-5 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CX 50 ENV AL PE X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.008-3 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CX 100 ENV AL PE X 3,95 G (EMB HOSP)

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

Leia-se:

SULFATO DE GLICOSAMINA

OUTROS PRODUTOS COM ACAO NO SISTEMA MUSCULO

ESQUELETICO

Referência - DINAFLEX 25351.216689/2008-07 10/2014

COMERCIAL 1.0583.0672.001-6 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 4 ENV AL PLAS X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.002-4 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 7 ENV AL PLAS X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.003-2 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 10 ENV AL PLAS X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.004-0 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 15 ENV AL PLAS X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.005-9 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 20 ENV AL PLAS X 3,95 G (EMB FRAC)

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.006-7 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CX 30 ENV AL PLAS X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.007-5 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CX 50 ENV AL PLAS X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0583.0672.008-3 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CX 100 ENV AL PLAS X 3,95 G (EMB HOSP)

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n.º 4.817, de 09 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 218, de 12 de novembro de 2012, Seção 1 pág. 77 e Suplemento Pág. 1.

Onde se lê:

CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA 1.04381-0

AMOXICILINA TRIIDRATADA

PENICILINA DE AMPLO ESPECTRO

Referência - Amoxil ® 25351.411959/2006-11 10/2012

COMERCIAL 1.4381.0111.009-8 24 Meses

100 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + CP

MED

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

COMERCIAL 1.4381.0111.010-1 24 Meses

100 MG/ML PO SUS OR CX 50 FR PLAS OPC X 150 ML + 50 CP

MED (EMB HOSP)

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

COMERCIAL 1.4381.0111.011-1 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + CP

MED

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

COMERCIAL 1.4381.0111.012-8 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CX 50 FR PLAS OPC X 150 ML + 50 CP

MED (EMB HOSP)

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

COMERCIAL 1.4381.0111.013-6 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CX 50 FR PLAS OPC X 60 ML + 50 CP

MED (EMB HOSP)

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

Leia-se:

CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA 1.04381-0

AMOXICILINA TRIIDRATADA

PENICILINA DE AMPLO ESPECTRO

Referência - Amoxil ® 25351.411959/2006-11 10/2012

COMERCIAL 1.4381.0111.009-8 24 Meses

100 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + CP

MED

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

COMERCIAL 1.4381.0111.010-1 24 Meses

100 MG/ML PO SUS OR CX 50 FR PLAS OPC X 150 ML + 50 CP

MED (EMB HOSP)

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

COMERCIAL 1.4381.0111.011-1 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + CP

MED

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

COMERCIAL 1.4381.0111.012-8 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CX 50 FR PLAS OPC X 150 ML + 50 CP

MED (EMB HOSP)

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

COMERCIAL 1.4381.0111.013-6 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CX 50 FR PLAS OPC X 60 ML + 50 CP

MED (EMB HOSP)

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

COMERCIAL 1.4381.0111.XXX-X. 24 Meses

50MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 60 ML + CP

MED

Não informado

1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

Na resolução - RE N.º 4.491 de 08 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União n° 195 de 13 de outubro de 2009, Seção 1 pág. 139 e Suplemento Anvisa Pag. 1.

Onde se lê:

SULFATO DE GLICOSAMINA

OUTROS PRODUTOS COM ACAO NO SISTEMA MUSCULO

ESQUELETICO

Referência - DINAFLEX 25351.218771/2008-68 10/2014

COMERCIAL 1.6773.0122.001-1 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 4 ENV AL PE X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.002-8 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 7 ENV AL PE X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.003-6 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 10 ENV AL PE X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.004-4 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 15 ENV AL PE X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.005-2 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 20 ENV AL PE X 3,5 G (EMB FRAC)

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.006-0 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 30 ENV AL PE X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.007-9 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CX 50 ENV AL PE X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.008-7 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CX 100 ENV AL PE X 3,5 G (EMB HOSP)

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

Leia-se:

SULFATO DE GLICOSAMINA

OUTROS PRODUTOS COM ACAO NO SISTEMA MUSCULO

ESQUELETICO

Referência - DINAFLEX 25351.218771/2008-68 10/2014

COMERCIAL 1.6773.0122.001-1 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 4 ENV AL PLAS X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.002-8 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 7 ENV AL PLAS X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.003-6 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 10 ENV AL PLAS X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.004-4 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 15 ENV AL PLAS X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.005-2 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 20 ENV AL PLAS X 3,5 G (EMB FRAC)

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.006-0 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 30 ENV AL PLAS X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.007-9 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CX 50 ENV AL PLAS X 3,5 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.6773.0122.008-7 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CX 100 ENV AL PLAS X 3,5 G (EMB HOSP)

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na resolução - RE N.º 4.491 de 08 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União n° 195 de 13 de outubro de 2009, Seção 1 pág. 139 e Suplemento Anvisa Pag. 1.

Onde se lê:

SULFATO DE GLICOSAMINA

OUTROS PRODUTOS COM ACAO NO SISTEMA MUSCULOESQUELETICO

Referência - DINAFLEX 25351.220092/2008-59 10/2014

COMERCIAL 1.0235.0973.001-3 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 4 ENV AL PE X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0235.0973.002-1 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 7 ENV AL PE X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0235.0973.003-1 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 10 ENV AL PE X 3,95 G

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.0235.0973.004-8 24 Meses

1,5 G PO SOL OR CT 15 ENV AL PE X 3,95 G

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.005-6 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 20 ENV AL PE X 3,95 G (EMB FRAC)
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.006-4 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 30 ENV AL PE X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.007-2 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CX 50 ENV AL PE X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.008-0 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 100 ENV AL PE X 3,95 G (EMB HOSP)
Leia-se:
SULFATO DE GLICOSAMINA
OUTROS PRODUTOS COM ACAO NO SISTEMA MUSCULOESQUELETICO
Referência - DINAFLEX 25351.220092/2008-59 10/2014
COMERCIAL 1.0235.0973.001-3 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 4 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.002-1 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 7 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.003-1 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 10 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.004-8 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 15 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.005-6 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 20 ENV AL PLAS X 3,95 G (EMB FRAC)
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.006-4 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 30 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.007-2 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CX 50 ENV AL PLAS X 3,95 G
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0973.008-0 24 Meses
1,5 G PO SOL OR CT 100 ENV AL PLAS X 3,95 G (EMB HOSP)

Na resolução - RE n.º 4.817, de 09 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 218, de 12 de novembro de 2012, Seção 1 pág. 77 e Suplemento Pág. 1.
Onde se lê:
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
1.00047-2
TOCOFEROL
MONOVITAMINAS EXCETO VITAMINA K
VITAMINA E 25000.009265/74 10/2014
COMERCIAL 1.0047.0399.004-5 24 Meses
400 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1661 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO
Leia-se:
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
1.00047-2
ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL
MONOVITAMINAS EXCETO VITAMINA K
VITAMINA E 25000.009265/74 10/2014
COMERCIAL 1.0047.0399.004-5 24 Meses
400 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1661 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

Na resolução - RE N.º 494, de 12 de Fevereiro de 2010 publicada no Diário Oficial da União nº 31, de 17 de fevereiro de 2010, Seção 1 pág. 48 e Suplemento, Pag.91.
Onde se lê:
PHARMASCIENCE LABORATÓRIOS LTDA 1.01717-3
SULFATO DE SALBUTAMOL
BRONCODILATADORES
AEROFRIN 25000.016469/98-04 06/2014
COMERCIAL 1.1717.0009.002-1 24 Meses
0.4 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 120 ML
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
Leia-se:
PHARMASCIENCE LABORATÓRIOS LTDA 1.01717-3
SULFATO DE SALBUTAMOL
BRONCODILATADORES
AEROFRIN 25000.016469/98-04 06/2014
COMERCIAL 1.1717.0009.002-1 24 Meses
0.4 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 120 ML
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na resolução - RE N.º 5.694, de 16 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 242 de 19 de dezembro de 2011, Seção 1 pág. 689 e Suplemento pág. 106.
Onde se lê:
BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA
1.05584-9
FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA
GLICOCORTICOIDES SISTEMICOS
DEXANIL 25351.566367/2011-55 07/2016
COMERCIAL 1.5584.0088.001-5 36 Meses
4,0 MG/ML SOL INJ CT FR AMP VD INC X 2,5 ML
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.5584.0088.002-3 36 Meses
4,0 MG/ML SOL INJ CT 50 FR AMP VD INC X 2,5 ML (EMB HOSP)
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.5584.0088.003-1 36 Meses
2 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD INC X 1 ML (EMB HOSP)
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.5584.0088.004-1 36 Meses
2 MG/ML SOL INJ CT 2 AMP VD INC X 1 ML
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
Leia-se:
BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA
1.05584-9
FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA
GLICOCORTICOIDES SISTEMICOS
DEXANIL 25351.566367/2011-55 09/2016
COMERCIAL 1.5584.0088.001-5 36 Meses
4,0 MG/ML SOL INJ CT FR AMP VD INC X 2,5 ML
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.5584.0088.002-3 36 Meses
4,0 MG/ML SOL INJ CT 50 FR AMP VD INC X 2,5 ML (EMB HOSP)
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.5584.0088.003-1 36 Meses
2 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD INC X 1 ML (EMB HOSP)
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.5584.0088.004-1 36 Meses
2 MG/ML SOL INJ CT 2 AMP VD INC X 1 ML
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 15, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Aprova o Regulamento Técnico "LISTA DE SUBSTÂNCIAS DE USO COSMÉTICO: ACETATO DE CHUMBO, PIROGALOL, FORMALDEÍDO E PARAFORMALDEÍDO" e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e IV, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o inciso II, e §§ 1° e 3° do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e suas atualizações, tendo em vista o disposto nos incisos III, do art. 2º, III e IV, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 1999, e o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Agência, instituído por meio da Portaria nº 422, de 16 de abril de 2008, em reunião realizada em 19 de março de 2013, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Técnico que estabelece a "LISTA DE SUBSTÂNCIAS DE USO COSMÉTICO" nos termos da Resolução GMC Nº 48/2010, e a regulamentação brasileira do uso e restrições aplicadas ao acetato de chumbo, pirogalol, formaldeído e paraformaldeído em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, que constam, respectivamente, como Adendo I e II da presente Resolução.

Art. 2º Este Regulamento incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução GMC MERCOSUL Nº. 48/2010 "Lista de Substâncias de Uso Cosmético" e dá providências quanto às condições e restrições de uso do acetato de chumbo, pirogalol, formaldeído e paraformaldeído em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes.

Art. 3º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução e no regulamento por ela aprovado constitui infração sanitária, nos termos da Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 4º Ficam revogados o item 13 e a Lista Provisória II constantes da Resolução nº 215, de 25 de julho de 2005, (DOU de 26/07/2005) e o item 5 da Resolução RDC nº 162 de 11 de setembro de 2001, (DOU de 02/10/2001).

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRAS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

ADENDO I

LISTA DE SUBSTÂNCIAS DE USO COSMÉTICO

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Resoluções Nº 110/94, 133/96, 04/99, 72/00, 25/05, 26/05, 29/05 e 51/08 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que os produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes devem ser seguros sob as condições normais ou previsíveis de uso;

Que é necessária a atualização periódica das listas a fim de assegurar a correta utilização das matérias primas na fabricação de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes.

O GRUPO MERCADO COMUM

resolve:

Art. 1º - Aplicar o Artigo 8º da Resolução GMC N° 51/08 "Critérios e Mecanismo para a Atualização das Listas MERCOSUL de Substâncias em Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes" às substâncias abaixo listadas:

	SUBSTÂNCIA
1	Acetato de chumbo
2	Pirogalol
3	Formaldeído e paraformaldeído

Art. 2º - O uso das substâncias listadas no artigo 1º será regulamentado por cada Estado Parte, devendo ser respeitadas as condições estabelecidas por cada um deles.

Art. 3° - Os organismos nacionais competentes para a implementação da presente Resolução são:
Argentina: Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica - (ANMAT)
Brasil: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - (ANVISA)
Paraguai: Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (MSPyBS) / Dirección Nacional de Vigilancia Sanitaria
Uruguai: Ministerio de Salud Pública - (MSP)

Art. 4º - Esta Resolução deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 1º/IV/2011.
LXXXI GMC - Manaus, 1º/X/10.

ADENDO II

Nº ORD	SUBSTÂNCIA	CAMPO DE APLICAÇÃO E/OU UTILIZAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA AUTORIZADA NO PRODUTO FINAL	OUTRAS LIMITAÇÕES E REQUERIMENTOS	CONDIÇÕES DE USO E ADVERTÊNCIAS QUE DEVEM CONSTAR NO RÓTULO
1	Acetato de chumbo	Tintura Capilar	0,6%, calculados como chumbo	a) Pureza: acetato de chumbo > 99%. b) Matéria insolúvel em água: não mais que 0,02%	1) Manter fora do alcance de crianças; 2) Evitar contato com os olhos; 3) Não utilizar durante a gravidez; 4) Lavar bem as

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

				c) pH (solução 30% peso/volume a 25ºC): de 4,7 a 5,8; d) Concentração máxima de impurezas: I) Arsênico (expresso em As): 3 ppm; II) Mercúrio (expresso em Hg): 1 ppm.	mãos após o uso; 5) Contém acetato de chumbo; 6) Não usar para tingir os cílios, sobrancelhas e bigodes; 7) Em caso de irritação suspender o uso e procurar orientação médica; 8) Não usar caso o couro cabeludo esteja irritado ou ferido; 9) Leia atentamente e siga corretamente as instruções de uso; 10) É recomendável o uso de luvas durante a aplicação.
2	Formaldeído e paraformaldeído	Conservante	0,1% (em produtos de higiene oral) 0,2% (outros produtos não destinados à higiene oral). (expresso como formaldeído livre)	Proibido em sistemas pulverizáveis (como aerossóis e sprays)	Contém formaldeído (somente para concentrações superiores a 0,05% no produto final)
3	Formaldeído	Produtos para endurecer as unhas	5 % calculados como formaldeído		1) Proteger as cutículas com óleos 2) Contém formaldeído (somente para concentrações superiores a 0,05% no produto final)
4	Pirogalol	Corante de oxidação para cabelos	5% Até pH 5		1) Pode causar reações alérgicas. 2) Contém Pirogalol. 3) Não utilizar para tingir buços ou sobrancelhas. 4) Manter fora do alcance de crianças. 5) Usar luvas adequadas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.127, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012,

considerando, os arts. 12, 50, 59, 67, inciso I e , todos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, o art. 93º, parágrafo único, do Decreto nº 79.094, de 05 de janeiro de 1977;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o inciso I do art. 6º e o inciso II do § 6º do art. 18 e o art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

considerando, ainda, a constatação da comercialização e divulgação irregulares de produtos sob vigilância sanitária pela empresa abaixo sem a devida Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da comercialização e distribuição, bem como a proibição da divulgação de todos os produtos sob vigilância sanitária, comercializados por Novadental Comércio de Artigos Dentários Ltda, CNPJ 00.347.554/0001-60, localizada na Rua Príncipe Humberto nº 125, Vila Campestre, São Bernardo do Campo, SP, por não possuir Autorização de Funcionamento nesta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 26 de março de 2013

Nº 35 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, do art. 15, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o disposto no inciso VI e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, considerando o disposto no art. 29 de Decreto 3.029, de 16 de abril de 2009, e o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Agência, instituído por meio da Portaria nº 422, de 16 de abril de 2008, em reunião realizada em 12 de novembro de 2012, resolve aprovar proposta de iniciativa e dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória em tramitação no âmbito da Agência, conforme anexo, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Processo nº: 25351.112690/2013-97
Assunto: Proposta de RDC que dispõe sobre comunicação à ANVISA de descontinuidade na fabricação de medicamentos.
Área responsável: DIREG
Regime de Tramitação: Comum
Relator: Jaime Cesar de Moura Oliveira

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO, MONITORAMENTO DA QUALIDADE, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, PRODUTOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE

DESPACHO DO GERENTE-GERAL
Em 18 de março de 2013

A Gerência-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXX, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AGROMED CHÁ INDIANO LTDA.
25351.438789/2005-31 - AIS: (544/2005) 526682/05-3 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA
25351.316877/2010-36 - AIS: (455/2010) 413853/10-8 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA PANARELLO LTDA
25351.299379/2009-10 - AIS: (164/2009) 384002/09-6 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais)

DROGARIA DARLUCY LTDA
25351.218753/2010-78 - AIS: (107/2010) 287457/10-1 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

DROGARIA E FARMACIA DO FUTURO LTDA
25351.157065/2010-91 - AIS (45/2010) 208870/10-3 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais)

DROGARIAS PACHECO S/A
25351.107819/2010-25 - AIS (59/2010) 142120/10-4 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

FARMÁCIA SOBRADINHO LTDA
25351.157133/2010-67 - AIS: (47/2010) 208961/10-1 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA
25351.496948/2010-08 - AIS (223/2010) 653026/10-5 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

OPTO ELETRÔNICA S/A
25351.774995/2008-57 - AIS: (104/2008) 993133/08-3 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

ROSANGELA NASCIMENTO DA MATA ME
25351.571994/2010-81 - AIS: (287/2010) 754221/10-6 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais)

ROYTON QUÍMICA FARMACÊUTICA LTDA
25351.025134/2009-87 - AIS: (118/2008) 030873/09-1 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

SINTEFINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25351.617405/2010-37 - AIS: (29/2009) 814664/10-1 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 309, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Habilita Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal.

O Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 562/SAS/MS, de 30 de setembro de 2004, que inclui na tabela de serviço/classificação dos Sistemas de Informações do SUS (SCNES, SIA e SIH/SUS) os serviços e a operacionalização no SIA/SUS dos procedimentos realizados pelos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO);

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados CEO Tipo I, Tipo II e Tipo III;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o Anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando o que estabelece a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente em relação à reorganização das práticas e a qualificação das ações e serviços oferecidos na Saúde Bucal, visando à integralidade das ações, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), relacionado no Anexo a esta Portaria, a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal.

Parágrafo único. O não atendimento às condições e às características definidas nas Portarias nº 599/2006, nº 600/2006 e nº 1.464/2011, pelo Município pleiteante, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2013.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
					CEO TIPO
AL	270510	Matriz de Camaragibe	6238114	Municipal	I

PORTARIA Nº 310, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a necessidade de reforçar a rede de atenção à Saúde Mental nas grandes cidades (incluindo regiões metropolitanas);

Considerando as orientações contidas na Portaria nº 336/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002, que define e caracteriza as modalidades dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na rede do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 130/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas 24h (CAPS AD III);

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social;

Considerando a Portaria nº 3.089/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); e

Considerando a documentação apresentada pelos Estados solicitando a habilitação dos Centros de Atenção Psicossocial e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Área Técnica de Saúde Mental - DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Centros de Atenção Psicossocial, a seguir relacionados, para realizarem os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS):

UF	Tipo	Especificação do Plano Interno	CNES	CGC/ CNPJ	Município	Gestão do município	Gestão do serviço
SP	CAPSi	RSM-RSME	6646581	13.864.377/0001-30	São Paulo	Municipal	Municipal
SP	CAPSi	RSM-RSME	6970532	13.864.377/0001-30	São Paulo	Municipal	Municipal
SP	CAPS ad	RSM- Crack	7098952	12.094.290/0001-69	Pirassununga	Municipal	Municipal
SP	CAPS ad	RSM- Crack	7006233	13.889.813/0001-26	Itanhaém	Municipal	Municipal
SP	CAPSi	RSM-RSME	6896030	13.889.813/0001-26	Itanhaém	Municipal	Municipal
SP	CAPS ad	RSM- Crack	6942598	11.396.895/0001-41	Limeira	Municipal	Municipal
MG	CAPS I	RSM-RSME	6146899	11.428.122/0001-08	Passa Quatro	Estadual	Municipal
MG	CAPS I	RSM-RSME	7037252	12.781.322/0001-02	Bom Sucesso	Municipal	Municipal
PR	CAPS I	RSM-RSME	2397927	10.952.292/0001-16	Jaguariaíva	Estadual	Municipal
RS	CAPS I	RSM-RSME	7107889	12.877.385/0001-59	Tapejara	Estadual	Municipal
BA	CAPS I	RSM-RSME	6481310	10.444.584/0001-48	Barra	Estadual	Municipal
BA	CAPSi	RSM-RSME	7105827	08.257.417/0001-46	Porto Seguro	Municipal	Municipal
RJ	CAPS I	RSM-RSME	7159420	11.962.794/0001-90	Armação dos Búzios	Estadual	Municipal
MG	CAPS I	RSM-RSME	7157673	20.347.225/0008-00	Elói Mendes	Estadual	Municipal

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 227, de 1º de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 42, de 4 de março de 2013, Seção 1, página 58,
ONDE SE LÊ:

UF	Tipo	Especificação do Plano Interno	CNES	CGC/ CNPJ	Município	Gestão do município	Gestão do serviço
BA	CAPS ad	RSM- Crack	7095341	08.086.458/0001-17	Salvador	Municipal	Municipal

LEIA-SE:

UF	Tipo	Especificação do Plano Interno	CNES	CGC/ CNPJ	Município	Gestão do município	Gestão do serviço
BA	CAPS ad	RSM- Crack	7095341	08.086.458/0001-17	Salvador	Municipal	Estadual

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 5, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Homologa resultado de seleção de projetos para programas de residência médica nos termos do Edital de Convocação nº 18, de 07 de novembro de 2011 e suas prorrogações.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A SECRETÁRIA SUBSTITUTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e

Considerando Decreto Presidencial de 20 de junho de 2007, que institui a Comissão Interministerial de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e dá outras providências;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1.001/MEC/MS, de 22 de outubro de 2009, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em áreas estratégicas (PRO-RESIDÊNCIA); e

Considerando o Edital de Convocação nº 18, de 7 de novembro de 2011 e suas prorrogações, resolvem:

Art. 1º Fica homologado o resultado do processo de seleção dos programas de residência médica apresentados ao Edital nº 18/2011.

Art. 2º Fica divulgado, na forma do Anexo a esta Portaria, a relação dos programas aprovados para recebimento de bolsas para turmas com início em 2013.

Art. 3º Os residentes somente poderão ser cadastrados no Sistema de Informações Gerenciais das Residências no Ministério da Saúde (SIGRESIDÊNCIAS) para fazer jus ao financiamento das bolsas, se cumpridos os seguintes requisitos:

§1º O Formulário FormSUS, disponível no link http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=9831, for preenchido e finalizado até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

§2º O Termo de Compromisso, disponível no endereço eletrônico www.saude.gov.br/sigresidencias, for assinado pelo Coordenador da Comissão de Residência Médica (COREME) e pelo Coordenador do Programa de Residência e enviado, conforme orientações contidas no próprio documento, até dia 05/04/2013 (data da postagem), sob pena da não inclusão dos residentes na folha de pagamento correspondente ao primeiro mês de atividades.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOZART JULIO TABOSA SALES
Secretário de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde

ADRIANA RIGON WESKA
Secretária Substituta de Educação Superior

ANEXO

PROGRAMAS COM VAGAS AUTORIZADAS PELA CNRM E BOLSAS APROVADAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO EDITAL 18/2011

CÓDIGO DO PROGRAMA	UF	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	NOME FANTASIA	ESPECIALIDADE	Nº DE BOLSAS APROVADAS
1432	BA	SALVADOR	MONTE TABOR CENTRO ÍTALO-BRASILEIRO DE PROMOÇÃO SANITARIA	HOSPITAL SÃO RAFAEL	CIRURGIA PLÁSTICA	3
935	BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	BAHIA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	HOSPITAL REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA	CIRURGIA GERAL	3
962	MT	VÁRZEA GRANDE	GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA	CIRURGIA GERAL	2
895	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE ASSISTÊNCIA A MULHER, A CRIANCA E AO IDOSO	AFAMCI	PEDIATRIA	10
610	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	FUNDAÇÃO BENEDITO PEREIRA NUNES	HOSPITAL ESCOLA ÁLVARO ALVIM	DERMATOLOGIA	2
503	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	FUNDAÇÃO BENEDITO PEREIRA NUNES	HOSPITAL ESCOLA ÁLVARO ALVIM	MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	2
1421	SP	CAMPINAS	SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO	HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO	CIRURGIA GERAL	1
1034	SP	CAMPINAS	SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO	HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO	NEONATOLOGIA	2
1046	SP	CAMPINAS	SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA	COMPLEXO HOSPITALAR OURO VERDE	CIRURGIA GERAL	6
1501	SP	CAMPINAS	SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA	COMPLEXO HOSPITALAR OURO VERDE	MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	3
917	SP	CAMPINAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP	ANGIORRADIOLOGIA E CIRURGIA ENDOVASCULAR	1

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

508	SP	CAMPINAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP	MEDICINA DO TRABALHO	1
482	SP	CAMPINAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP	PNEUMOLOGIA PEDIÁTRICA	1
1301	SP	FERNANDÓPOLIS	CIRCULO DE TRABALHADORES CRISTAOS DO EMBARE	UNICASTELO / IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDOPOLIS	CIRURGIA GERAL	2
1303	SP	FERNANDÓPOLIS	CIRCULO DE TRABALHADORES CRISTAOS DO EMBARE	UNICASTELO / IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDOPOLIS	CLINICA MÉDICA	2
1145	SP	OURINHOS	ASSOCIAÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OURINHOS	ASSOCIACAO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OURINHOS	CIRURGIA GERAL	1
1105	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS	HOSPITAL REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	MEDICINA INTENSIVA	2
1156	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	ASSOCIAÇÃOO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS	HOSPITAL REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	OFTALMOLOGIA	1
1098	SP	RIBEIRÃO PRETO	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO USP	DOR	2
1442	SP	SÃO JOSE DO RIO PRETO	FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	ANESTESIOLOGIA	5
1212	SP	SÃO PAULO	CASA DE SAÉDE SANTA MARCELINA	HOSPITAL SANTA MARCELINA	OTORRINOLARINGOLOGIA	1
1324	SP	SÃO PAULO	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	FACULDADE DE MEDICINA DA USP	MEDICINA INTENSIVA PEDIÁTRICA	1
1347	SP	SÃO PAULO	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	FACULDADE DE MEDICINA DA USP	NEONATOLOGIA	5
25	SP	SOROCABA	FUNDAÇÃO SÃO PAULO	CAMPUS SOROCABA DA PUC-SP - FAC CIENCIAS MED E DA SAUDE	MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	2
931	TO	ARAGUAÍNA	ITPAC-INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS LTDA	ITPAC	CIRURGIA GERAL	1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 84, DE 25 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.055120/2011-44, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação dessa Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica M & P VISTORIAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME, CNPJ - 13.766.834/0001-54, situada no Município de Itajaí - SC, na Av. Irineu Bornhausen, 1395 - São João, CEP 88.304-0000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Itajaí no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 26 de março de 2013

Tendo em vista o recurso interposto pela entidade ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENEDITO TELMO COUPE, em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Parati, no Estado do Rio de Janeiro, acolho o PARECER No 0137/2013/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer o recurso, mas, no mérito, negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	PROCESSO
21º (DOU de (06.04.2006)	RJ	PARATI	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENEDITO TELMO COUPE	53000.054307/2006

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 2.342, DE 24 DE ABRIL DE 2012

Processo nº 53504.019092/2011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência, tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente
Substituto

ANEXO I

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.SAMUEL ELI THEODORO	80105358347	254.111.508-33
002.SAMUEL FIGUEIREDO PEREIRA	80102975779	297.416.978-30
003.SAMUEL JUDA CIPRIANO	80104176377	143.947.628-47
004.SANDRO DA SILVA BERLANGA	80105609013	151.546.288-96
005.SANDRO DE OLIVEIRA	80104743042	904.622.469-49
006.SANDRO QUINTELA MUNIS	80102899304	155.177.028-80
007.SANTINO CAETANO MEIRA	80102811660	189.111.928-13
008.SANTINO DE MARCHIS	80103569219	402.716.848-87
009.SAULO BEVILAQUA DE OLIVEIRA	80105055603	305.664.788-62
010.SAULO DE SANTI APRODU	80105136522	135.631.988-29
011.SEBASTIÃO JOSÉ VIEIRA DANTAS	80105671754	199.209.998-73
012.SEBASTIÃO PEREIRA	80105508764	037.992.828-07
013.SEBASTIAO RUBENS DA SILVA	80104103574	789.640.598-91
014.SERGIO CAETANO RIBEIRO	80104617926	130.025.278-23
015.SERGIO CARLOS RODRIGUES RIBEIRO	80102415390	043.751.158-82
016.SERGIO DIAS	80104373440	008.147.908-52
017.SERGIO DONIZETE DENARDI	80103328602	045.604.168-00
018.SERGIO FELIX JUNIOR	80102237603	201.535.858-70
019.SERGIO GARCIA	80103486941	222.491.878-00
020.SERGIO GREEN	80104046759	079.501.918-13
021.SERGIO ISAIAS DA SILVA	80103961925	106.501.718-96
022.SERGIO OSVALDO DORETTO FILHO	80105751600	300.824.058-59
023.SERGIO RICARDO DE MELO	80105559911	168.834.018-14
024.SERGIO RICARDO DOS SANTOS	80102489327	069.692.778-01
025.SERGIO SCIAN FILHO	80104415975	271.284.758-00
026.SERGIO WANDERLEI DINIZ	80103961844	137.244.398-30
027.SEVERINO ANTONIO DA SILVA	80103656375	001.245.588-10
028.SEVERINO ANTONIO DA SILVA	80103808493	042.323.588-54
029.SEVERINO JOSE BERNARDO	80105748722	299.376.378-48
030.SIDINEY JULIANI	80105236586	172.254.838-03
031.SIDNEI ALVES DONIZETE	80101828691	132.288.418-80
032.SIDNEI DE ARAUJO LESSA	80104441623	168.989.358-36
033.SILAS DE OLIVEIRA BALBINO	80104971347	291.976.938-39
034.SILVIO DOS SANTOS	80103437061	826.659.078-87
035.SILVIO RENATO DECHECCHI	80105064432	126.093.258-35
036.SINVAL FERREIRA	80102953295	052.132.898-51
037.SONIA APARECIA USS	80104335351	067.575.928-51
038.SUELI FATIMA GABRIEL	80104182261	434.576.308-87
039.SYLVIO LEANDRO MELLO	80105822809	200.885.428-07
040.THIAGO CARREIRA SILVA	80102277494	218.701.038-40
041.THIAGO LADEIRA BANDECHI	80105655988	285.877.618-03
042.TIAGO TEIXEIRA	80104116129	356.655.638-62
043.VAGNER RIBEIRO PINTO	80105456357	221.989.148-83
044.VALDECI NOBREGA DE MORAIS	80104295546	142.592.048-90
045.VALDECIR PAULINO MONTEIRO	80105231002	185.135.968-09
046.VALDEMIR APARECIDO ALVES DE TOLEDO	80102075433	082.529.428-22
047.VALDEVINO APARECIDO MARQUES	80102362920	049.528.728-82
048.VALDILENO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR	80102221863	331.813.018-41
049.VALDINEI JOSÉ BORTOLAN	80105512524	074.229.658-00
050.VALDIR BOLITO	80102793158	059.595.788-91
051.VALDIR GOMES DOS SANTOS	80102916179	048.926.698-30
052.VALDIR PEREIRA DA SILVA	80105109045	536.686.008-30
053.VALDIR PETELINKAR	80103906070	473.038.408-34
054.Valdomiro Alves de Medeiros	80103297707	050.563.708-19
055.VALDOMIRO ANDRE DA SILVA	80103017364	143.467.208-54
056.VALERIA ELINETE DA SILVA	80103710418	268.368.258-16
057.VALMIR FERREIRA DA SILVA	80103695516	251.544.758-95
058.VALTER DANIEL VALENTIM	80103573917	267.841.508-21
059.VALTER FERNANDO DOS SANTOS	80103741488	173.429.178-85
060.VALTER LUIZ DA SILVA	80105513687	137.263.558-04
061.VALTER MARTINHO DO NASCIMENTO	80103567194	014.466.088-16
062.VALTER RODRIGUES	80103070419	962.931.288-34
063.VAMBERTO ZUINGLIO LOPES	80105323128	192.748.768-40
064.VANDERLEI DE OLIVEIRA INDZEICZAK	80103673709	314.944.768-27
065.VANESSA DE FREITAS	80103688064	250.869.228-01
066.VERGILIO XAVIER TEXEIRA FILHO	80104987936	289.192.718-44
067.VILSON REAL	80105131997	869.810.728-15
068.WALDEMIR LUIZ CORREA SILVEIRA	80105599115	928.707.086-53
069.WALDIR DE JESUS	80105111880	068.253.968-62
070.WALTER JOSÉ TIZIANI JUNIOR	80104873175	222.887.828-62
071.WANDERLEI PEREIRA ANGELO	80103559418	267.699.258-93
072.WANDO MARQUES AGOSTINHO DE ÂSARA	80105186899	027.764.148-97
073.WASTER ALEXANDRE SONCO	80102896127	172.110.668-57
074.WELIGTON RICARDO FREITAS MARIN	80104656905	160.668.978-96

075.WELINTON ANTONIO PEREIRA	80103213627	829.018.806-49
076.WELLINGTON AUGUSTO DE SOUZA OZORIO	80103354522	220.436.508-40
077.WELLINGTON JOSÉ DOS SANTOS	80105492310	308.690.928-55
078.WESLEY RIBEIRO DE OLIVEIRA	80105672300	372.108.468-32
079.WILLIAM AQUILINO	80105542199	080.388.788-41
080.WILLIAM RIBEIRO MUNIZ	80102554919	216.505.488-50
081.WILLIANANTONIO RANDI	80105024309	285.198.408-09
082.WILLIANS DE OLIVEIRA BENTO	80105415839	312.163.478-08
083.WILSIN MUNIZ DE OLIVEIRA	80102904758	373.808.508-49
084.WILSON ALVES	80103351698	702.956.118-04
085.WILSON DIAS JUNIOR	80101901879	079.433.378-83
086.WILSON MARCOS CAPELATI	80105029874	259.377.198-40
087.WILSON SOUZA PORTO	80103157700	138.103.628-75

ANEXO II

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.SANTELMO FERREIRA LOPES	80103963707	045.984.877-12
002.SEBASTIÃO LUIZ DOS SANTOS	80105323985	850.806.248-68
003.SIDINEI CARLOS DA SILVA	80103157379	162.824.488-75
004.VALDIVINO CAETANO ALVES	80101982429	265.425.528-04
005.VALMIR INACIO DIAS	80102476004	057.716.628-01
006.VATER RODRIQUES PEREIRA	80104842962	057.833.708-86

ATO Nº 2.345, DE 24 DE ABRIL DE 2012

Processo nº 53500.018980/2011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica à entidade relacionada no anexo II a sanção de advertência, tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente
Substituto

ANEXO I

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.CAPITAL EMPRESA DE SERVICOS GERAIS LIMITADA	50001092529	00.358.432/0001-79
002.GELCI ZANCANARO	50013022504	003.316.279-49
003.JAIR RODRIGUES DA COSTA	50403082994	469.708.197-87
004.PROGUARDA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	50403873690	04.429.584/0002-57

ANEXO II

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.PAVAC TERRAPLENAGEM LTDA - ME	11021029203	02.691.863/0001-88

CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 16, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Proposta de Edital de Licitação para expedição de Outorgas de Direito de Uso de Blocos de Radiofrequências nas faixas de 300MHz, 400MHz e 800MHz, associadas à exploração do Serviço Móvel Especializado - SME ou à execução do Serviço Limitado Móvel Privativo - SLMP.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou em sua Reunião nº 687, de 7 de março de 2013, submeter à Consulta Pública, para comentários do público em geral, nos termos do art. 42, do inciso II do art. 89 e do art. 164 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e do art. 67 do Regulamento da Anatel, Proposta de Edital de Licitação para expedição de Outorgas de Direito de Uso de Blocos de Radiofrequências nas faixas de 300MHz, 400MHz e 800MHz, associadas à exploração do Serviço Móvel Especializado - SME ou à execução do Serviço Limitado Móvel Privativo - SLMP, nos termos do Anexo à presente Consulta Pública.

O texto completo da proposta em epígrafe estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço abaixo e na página da Anatel na Internet, no endereço http://www.anatel.gov.br, a partir das 14h do dia da publicação no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas exclusivamente conforme indicado a seguir e, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço na Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 26 de abril de 2013, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax ou correio eletrônico, recebidas até as 17h do dia 26 de abril de 2013, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS
CONSULTA PÚBLICA Nº 16, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Proposta de Edital de Licitação para expedição de Outorgas de Direito de Uso de Blocos de Radiofrequências nas faixas de 300MHz, 400MHz e 800MHz, associadas à exploração do Serviço Móvel Especializado - SME ou à execução do Serviço Limitado Móvel Privativo - SLMP.

SAUS, Quadra 6, Anatel Sede - Bloco F - Térreo - Biblioteca
70070-940 Brasília - DF
Fax.: (061) 2312-2002
Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão posteriormente à disposição do público na Biblioteca da Anatel.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

CONSULTA PÚBLICA Nº 17, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Proposta de alteração ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, e ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, com objetivo de alterar o Código Nacional de Curral de Dentro de 33 para 38 e a área de tarifação de 337A (Itaobim) para 383 (Salinas).

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 35, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, analisando os autos do processo nº 53500.020128/2012, deliberou em sua Reunião nº 687, realizada em 1º de março de 2013, submeter a comentários e sugestões do público em geral, nos termos do art. 42, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e do art. 67, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, Proposta de alteração do Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, e ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005.

O texto completo da proposta em epígrafe estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço abaixo e na página da Anatel na Internet, no endereço http://www.anatel.gov.br, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas exclusivamente conforme indicado a seguir e, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço na Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 26 de abril de 2013, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax ou correio eletrônico, recebidas até às 18h do dia 26 de abril de 2013, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CONSULTA PÚBLICA Nº 17, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Proposta de Alteração no Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado e no Regulamento de Administração dos Recursos de Numeração.

Setor de Autarquias Sul - SAUS, Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca
70070-940 Brasília - DF
Fax.: (061) 2312-2002
Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão posteriormente à disposição do público na Biblioteca da Anatel.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.024, DE 17 DE JULHO DE 2012

Processo nº 535280012512011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência, tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.025, DE 17 DE JULHO DE 2012

Processo nº 535080132622011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência, tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.139, DE 19 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53542.002466/2011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Móvel Aeronáutico (Estações de Aeronave), de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no art. 16 do anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica à entidade relacionada no anexo II a sanção de advertência tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.140, DE 19 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53548.003277/2010. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica à entidade relacionada no anexo II a sanção de advertência tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 1.789, DE 13 DE MARÇO DE 2013

Processo nº 53500.014741/2012. Expede Autorização à RICOTELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 10.392.674/0001-32, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.790, DE 13 DE MARÇO DE 2013

Processo nº 53500.012606/2012. Expede Autorização à JOSÉ FELIPE GORNISKI, CNPJ/MF nº 07.775.840/0001-75, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.948, DE 21 DE JANEIRO DE 2013

Processo nº 53500.023599/2012. Expede Autorização à SUL AMERICANA SERVIÇOS DE TELEFONIA LTDA., CNPJ/MF nº 15.171.237/0001-02, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

Em 28 de maio de 2012

Nº 3.916 - Processo nº 53000.049932/2009

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela REDE DE COMUNICAÇÕES PÉROLA DO VALE LTDA, CNPJ/MF nº 75.369.587/0001-00, contra decisão proferida pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, por meio do Despacho nº 300, de 12 de janeiro de 2012, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de infração técnica verificada na exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada no município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, violando o disposto no item 3.2.7 do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (RTFM), aprovado pela Resolução nº 67, de 12 de novembro de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 650, realizada em 17 de maio de 2012, conhecer do Recurso Administrativo e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 215/2012-GCJV, de 9 de maio de 2012.

Em 19 de fevereiro de 2013

Nº 1.104 - Processo nº 53504.019092/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO nº 53504.019092/2011, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 682, realizada em 24 de janeiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 40/2013-GCMB, de 21 de janeiro de 2013: a) não conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado por VALTER RODRIGUES PEREIRA, CPF nº 057.833.708-86, por não ter sido observado o pressuposto de admissibilidade relativo à regularidade formal, haja vista a ausência de exposição clara e completa das razões de sua inconformidade quanto à decisão combatida, não se verificando, portanto, pertinência entre os fundamentos do recurso e as razões de decidir do ato sancionador, em expressa observância ao que dispõe o art. 86 do Regimento da Anatel; b) afastar a aplicação da sanção de caducidade das autorizações do serviço Rádio do Cidadão detidas pelas entidades listadas no Anexo I que quitaram seus débitos relativos à TFF antes do decurso do prazo para apresentação do Pedido de Reconsideração e, em substituição, aplicar a sanção de advertência; c) manter a sanção de caducidade em relação às entidades que não quitaram seus débitos relativos à TFF ou que quitaram após o decurso do prazo para apresentação do Pedido de Reconsideração; e, d) manter a sanção de advertência em relação às entidades que quitaram seus débitos relativos à TFF fora do prazo regulamentar, mas antes do decurso do prazo para apresentação do Pedido de Reconsideração.

ANEXO I

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. SEBASTIÃO JOSÉ VIEIRA DANTAS	199.209.998-73	80105671754
0002. SERGIO ISAIAS DA SILVA	106.501.718-96	80103961925
0003. VILSON REAL	869.810.728-15	80105131997
0004. WILSON SOUZA PORTO	138.103.628-75	80103157700

Em 5 de março de 2013

Nº 1.545 - Processo nº 53536.000308/2006

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Alagoas, CNPJ/MF nº 33.000.118/0013-02, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado, no Setor 7 do Plano Geral de Outorgas, contra decisão do Conselho Diretor da Anatel consubstanciada no Despacho nº 4.558/2012-CD, de 10 de julho de 2012, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de descumprimento de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), aprovado pelo Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003, decidiu, em sua Reunião nº 685, realizada em 21 de fevereiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 114/2013-GCRM, de 15 de janeiro de 2013, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento.

Em 7 de março de 2013

Nº 1.591 - Processo nº 53542.002466/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações em epígrafe, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 686, realizada em 28 de fevereiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 178/2013-GCRM, de 22 de fevereiro de 2013: a) reformar a decisão contida no Ato nº 4.139, de 19 de julho de 2012, para afastar a aplicação da sanção de caducidade das outorgas de Serviço Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, detidas pelas entidades relacionadas no presente Anexo que quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento, exercício 2010, antes do trânsito em julgado administrativo, e aplicar, em substituição, a sanção de advertência; b) manter a decisão contida no Ato nº 4.139, de 19 de julho de 2012, referente à aplicação da sanção de caducidade das outorgas de Serviço Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, detidas pelas entidades relacionadas em seu Anexo I que não quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento, exercício 2010; c) manter a decisão contida no Ato nº 4.139, de 19 de julho de 2012, referente à aplicação da sanção de advertência às entidades relacionados em seu Anexo II; d) determinar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades relacionadas na alínea "b" desta Conclusão, dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel; e, e) recomendar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de comunicar à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) a aplicação da sanção de caducidade das autorizações para prestar o Serviço Móvel Aeronáutico das entidades relacionadas na alínea "b" desta Conclusão, e a consequente extinção da licença relativa à estação de apoio à navegação aeronáutica, bem como à estação de radiocomunicação aeronáutica, tendo em vista o disposto no § 3º do artigo 162 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT).

ANEXO

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. KLEIBER CARLOS VILELA BORBA	263.789.221-87	50402012062
0002. NILSON CARVALHO SILVA	172.344.921-00	50402316010
0003. VLADEMIR TAVARES	474.150.701-78	50406241074

Em 8 de março de 2013

Nº 1.613 - Processo nº 53508.013262/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO nº 53508.013262/2011, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 684, realizada em 7 de fevereiro de 2013: a) afastar a aplicação da sanção de caducidade da autorização do Serviço Rádio do Cidadão detida pelas entidades, constantes no presente Anexo, que quitaram seus débitos relativos à TFF antes do decurso do prazo para apresentação do Pedido de Reconsideração e, em substituição, aplicar a sanção de advertência; b) manter a sanção de caducidade em relação às entidades, constantes no item "4 c)" do Mem. nº 40/2013/PVSTP/PVST/SPV, que não quitaram seus débitos relativos à TFF ou que quitaram após o decurso do prazo para apresentação do Pedido de Reconsideração; c) manter a sanção de advertência em relação às entidades, constantes no item "4 e)" do Mem. nº 40/2013/PVSTP/PVST/SPV, que quitaram seus débitos relativos à TFF fora do prazo regulamentar, mas antes do decurso do prazo para apresentação do Pedido de Reconsideração.

ANEXO I

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. ALEXANDRE FILGUEIRA OGANDO	008.433.057-03	80103468706
0002. ALEXANDRE LIMA DOS SANTOS	081.857.817-37	80102847932
0003. ALVARO MARTINS BARCELLOS	543.579.427-72	80103620265
0004. ARILZO NEPOMUCENO	001.445.457-21	80102653224
0005. CARLOS RENATO AZARA	990.133.987-15	80104540796
0006. HENRIQUE SANTOS CUNHA	403.052.447-87	80103156720
0007. JOAO NERY PARAGUASSU	300.108.107-49	80103679235

Nº 1.617 - Processo nº 53548.003277/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO nº 53548.003277/2010, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 684, realizada em 7 de fevereiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 79/2013-GCMB, de 4 de fevereiro de 2013: a) afastar a aplicação da sanção de caducidade da autorização do Serviço Limitado Privado, detida pela entidade OESTE VERDE ARMAZENS GERAIS LTDA., CNPJ/MF nº 04.304.047/00010-8, que quitou seus débitos relativos à TFF antes do decurso do prazo para apresentação do Pedido de Reconsideração e, em substituição, aplicar a sanção de advertência; b) manter a sanção de caducidade em relação às entidades, constantes no item "4 c)" do Mem. nº 57/2013/PVSTP/PVST/SPV, que não quitaram seus débitos relativos à TFF ou que quitaram após o decurso do prazo para apresentação do Pedido de Reconsideração; e, c) manter a sanção de advertência em relação às entidades, constantes no item "4 e)" do Mem. nº 57/2013/PVSTP/PVST/SPV, que quitou seus débitos relativos à TFF fora do prazo regulamentar, mas antes do decurso do prazo para apresentação do Pedido de Reconsideração.

Em 11 de março de 2013

Nº 1.637 - Processo nº 53524.002211/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Minas Gerais, CNPJ/MF nº 33.000.118/0003-30, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Setor 2 do Plano Geral de Outorgas, em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 5.316/2012-CD, de 13 de agosto de 2012, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de descumprimentos às metas constantes do Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU), aprovado pelo Decreto nº 4.769/2003, decidiu, em sua Reunião nº 685, realizada em 21 de fevereiro de 2013: a) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida; e, b) indeferir o pedido de sigilo formulado pela empresa, pelas razões e fundamentos presentes na Análise nº 105/2013-GCMB, de 15 de fevereiro de 2013.

Nº 1.667 - Processo nº 53500.023420/2012

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Dispensa de Distribuição de Canais Obrigatórios, formulado pela EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 09.132.659/0001-76, Autorizada do Serviço de Acesso Condicionado, decidiu, em sua Reunião nº 685, realizada em 21 de fevereiro de 2013, pelas razões e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

fundamentos da Análise nº 100/2013-GCRZ, de 15 de fevereiro de 2013: a) dispensar a EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S/A ("Claro TV") do carregamento dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória previstos no inciso I do art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e no inciso I do art. 52 do Regulamento do SeAC, pelo prazo de 3 (três) anos, considerando a limitação técnica de capacidade da estação satelital StarOne C2 quanto ao número de canais de programação disponíveis para o serviço, nos termos do disposto no art. 53, inciso III, alínea "c", do Regulamento do SeAC; b) determinar que a dispensa de que trata a alínea anterior não exonera a Prestadora do dever de atendimento do disposto no art. 52, §2º do Regulamento do SeAC e, portanto, da distribuição de pelo menos um canal de geradora de cada um dos demais conjuntos de estações geradoras e retransmissoras de radiodifusão relacionadas no Anexo do Ato nº 5.607, de 27 de setembro de 2012, ainda não contempladas em sua grade de programação; e, c) deferir o pedido de sigilo formulado pela Prestadora em sua petição inicial, quanto aos documentos de fls. 01/103, nos termos acolhidos pelo Despacho nº 7.025/2012-SCM, de 23 de novembro de 2012, bem como das informações constantes da petição de fls. 119/123 e do conteúdo da mídia digital acostada à fl. 118.

Em 12 de março de 2013

Nº 1.683 - Processo nº 53554.002385/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/BA, CNPJ/MF nº 33.000.118/0005-00, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Setor 5 do Plano Geral de Outorgas, em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 6.732/2012-CD, de 01 de novembro de 2012, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto apurar os descumprimentos das metas previstas no art. 8º, caput e art. 11 do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU, anexo ao Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003, decidiu, em sua Reunião nº 687, realizada em 7 de março de 2013, pelas razões e fundamentos presentes na Análise nº 82/2013-GCJV, de 25 de fevereiro de 2013: a) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida; e, b) indeferir o pedido de sigilo formulado pela empresa.

Em 11 de março de 2013

Nº 1.636 - Processo nº 53566.000842/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Piauí, CNPJ/MF nº 33.000.118/0010-60, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Setor 12 do Plano Geral de Outorgas, em face da decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 5.284/2012-CD, de 10 de agosto de 2012, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de descumprimento às metas constantes do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), aprovado pelo Decreto nº 4.769/2003, decidiu, em sua Reunião nº 685, realizada em 21 de fevereiro de 2013, não conhecer do Pedido de Reconsideração devido à inobservância do pressuposto relativo à legitimidade, em observância ao que dispõe o art. 90, inciso I do Regimento Interno da Anatel, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos presentes na Análise nº 104/2013-GCMB, de 15 de fevereiro de 2013.

Em 12 de março de 2013

Nº 1.718 - Processo nº 53500.007090/2012

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela CTBC CELULAR S/A, CNPJ/MF nº 05.835.916/0001-85, autorizada do Serviço Móvel Pessoal, contra a decisão do Superintendente de Serviços Privados, consubstanciada no Ato nº 2193, de 18 de abril de 2012, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 686, realizada em 28 de fevereiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 117/2013-GCMB, de 22 de fevereiro de 2013: a) não conhecer do Recurso Administrativo, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela CTBC CELULAR S/A, em desfavor de decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Privados por meio do Ato nº 2.193, de 18 de abril de 2012, ante a ausência do pressuposto objetivo da tempestividade; b) não conhecer do Pedido de Revisão de ato administrativo interposto pela CTBC CELULAR S/A, em face do Despacho nº 5.682/2012-PR, de 11 de setembro de 2012, ante sua inadmissibilidade, por expressa vedação regimental prevista no art. 90, §2º, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270/2001.

Em 18 de março de 2013

Nº 1.828 - Processo nº 53557.000426/2009

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado por TELEMAR NORTE LESTE S/A, Concessionária do STFC, Setor 6 do Plano Geral de Outorgas (PGO), CNPJ/MF nº 33.000.118/0004-11, contra decisão do Conselho Diretor, consubstanciada no Despacho nº 10.356/2011-CD, de 6 de dezembro de 2011, nos autos dos processos em epígrafe, que tem por objeto a apuração de infrações pelo descumprimento de obrigações previstas no Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ), aprovado pela Resolução nº 341/2003 e no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RSTFC), aprovado pela Resolução nº 426/2005, decidiu, em sua Reunião nº 686, realizada em 28 de fevereiro de 2013, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 171/2013-GCRM, de 22 de fevereiro de 2013.

Em 18 de março de 2013

Nº 1.842 - Processo nº 53500.001011/2012

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Revisão apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Alagoas, CNPJ/MF nº 33.000.118/0013-02, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Setor 7 do Plano Geral de Outorgas, nos autos do Pado nº 53536.000185/2004, decidiu, em sua Reunião nº 687, realizada em 7 de março de 2013, não conhecer do Pedido pela ausência dos requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 65, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 124/2013-GCRZ, de 1º de março de 2013.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 2.055, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Autorizar INNOVATECH TELECOM INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E DE TELECOMUNICACOES LTDA., CNPJ nº 06.038.880/0001-71 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 25/03/2013 a 08/05/2013.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 2.056, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Jundiaí/SP, no período de 27/03/2013 a 27/03/2013.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de outubro de 2012

Nº 6.377 - Processo nº 53572.000507/2011. Não conhecer do recurso interposto por TV MARANHÃO CENTRAL, CNPJ 00.927.630/0001-06, mantendo integralmente a aplicação da sanção de MULTA no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por infringência ao artigo 18 do Anexo à Resolução nº 303/2002.

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

Em 17 de janeiro de 2013

Nº 303 - Processo nº 53572.000927/2011. Conhecer do recurso interposto por TV CIDADE E PRODUÇÕES LTDA, CNPJ 63.583.561/0001-80, e no mérito, negar seu provimento, mantendo integralmente a aplicação da sanção de MULTA no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por infringência ao item 2.6 da Portaria MC nº 799/1973.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Substituto

Em 16 de janeiro de 2013

Processo nº 53572.000070/2012, não conhecer do recurso interposto por ANTÔNIO GERALDO ALVES DE SOUSA, CPF 240.048.713-87, por ausência do pressuposto processual da tempestividade, mantendo integralmente a decisão recorrida, pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 55/2012-UO101/ER10, de 27 de abril de 2012.

Em 5 de novembro de 2012

Processo nº 53572.001314/2011, conhecer do recurso interposto por IRMÃOS OLIVEIRA COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 08.908.120/0001-01, e no mérito, negar seu provimento, mantendo a MULTA aplicada, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 37/2012-UO101/ER10, de 15 de março de 2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Substituto

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

DESPACHO DO GERENTE

Aplica às entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53572.001214/2011	´Rádio Vale - Rádio e Televisão Vale do Farinha Ltda.	Bacabal/MA	10.288.876/0001-39	4.000,00	Artigo 80 do Anexo à Resolução n.º 259/2001 e Artigo 18 do RLEC.	28/11/2011
53572.001020/2011	Associação dos Representantes dos Povoados do Município de Esperantinópolis - MA	Esperantinópolis/MA	02.604.305/0001-38	400,00	Art. 5º do RSRadCom.	11/11/2011
53572.001310/2011	Associação Comunitária Reviver	Estreito/MA	04.446.160/0001-10	3.150,00	Artigo 163 da LGT.	12/01/2012
53572.001114/2012	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Integrado da Região Centro-Sul do Maranhão	Barra do Corda/MA	05.090.008/0001-00	4.320,00	Artigo 78 do Anexo à Resolução n.º 259/2001 e Artigo 163 da LGT.	27/12/2012
53572.001154/2011	Televisão Mirante Ltda	Coroatá/MA	07.306.616/0001-34	2.040,00	Item 7.3 do RTTV; Artigos 78, 80 e 82 do Anexo à Resolução n.º 259/2001 e Artigo 163 da LGT.	18/12/2012
53572.001312/2011	Associação Cultural e Comunitária Cohab Nova Carolina SOS Vida Nova de Carolina	Carolina/MA	04.912.526/0001-07	707,00	Item 18.3.1 da Norma Complementar 01/04, Art. 4º c/c 55, V, alínea "b" do Anexo à Resolução 242/2000 c/c Art. 162 da LGT.	09/01/2012

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 2.046, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Processo nº 53500.006735/2013 - TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA - RTV - Betim/MG -Canal 43+ Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 2.047, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Processo nº 53500.006733/2013 - TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA - RTV - Conselheiro Lafaiete/MG -Canal 46- Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 2.048, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Processo nº 53500.006734/2013 - TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA - RTV - São João Del Rei/MG -Canal 14- Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 2.059, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Processo nº 53500.003749/2012.- O DIARIO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA -FM - Ribeirão Preto/SP - Consolida características técnicas.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 708, DE 30 DE JANEIRO DE 2013

PADO n.º 53504.004306/2012. Aplica a VIVO S.A., inscrita no CNPJ n.º 02.449.992/0001-64, as sanções de advertência, por infração art. 15, §3º, do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (RSMP), aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e de multa, no valor de R$ 48.805,33 (quarenta e oito mil, oitocentos e cinco reais e trinta e três centavos), por infração art. 92, caput e §3º, c/c art. 10, XXI, todos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (RSMP), aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.750, DE 12 DE MARÇO DE 2013

Processo n° 535000064922012. Expede autorização de uso da(s) radiofreqüência(s), à MTEL TECNOLOGIA S/A, CNPJ nº 71.738.132/0001-63, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 14 de Maio de 2027, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.752, DE 13 DE MARÇO DE 2013

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE, CNPJ nº 08.829.974/0002-75 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.758, DE 13 DE MARÇO DE 2013

Processo n° 535000308182012. Expede autorização de uso da(s) radiofreqüência(s), à TM TECNOLOGIA DA COMUNICACAO LTDA, CNPJ nº 10.227.328/0001-07, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.772, DE 13 DE MARÇO DE 2013

Processo n° 535000109322010. Expede autorização de uso da(s) radiofreqüência(s), à INFOPRAIA SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA., CNPJ nº 09.254.150/0001-04, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 26 de Maio de 2020, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.809, DE 14 DE MARÇO DE 2013

Processo no 53500.013935/2011. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à VISTAMAR SERVICOS TECNICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA., CNPJ no 03.278.507/0001-08, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 20 de Julho de 2021, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1829, DE 14 DE MARÇO DE 2013

Processo nº 535240000591999. Outorga autorização para uso de radiofreqüência, consignada(s) à(s) estação(ões) de radiocomunicações da RADIO TAXI IMPERIAL LTDA, CNPJ nº 02.663.384/0001-58, até 27 de fevereiro de 2034 , sem exclusividade, em caráter precário, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, de interesse coletivo.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.832, DE 15 DE MARÇO DE 2013

Processo no 53500.004368/2012. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à MMA ACESSORIOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA., CNPJ no 00.655.339/0001-26, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 29 de Maio de 2027, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.833, DE 15 DE MARÇO DE 2013

Processo no 53500.006913/2010. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à DESKTOP - SIGMANET COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA., CNPJ no 08.170.849/0001-15, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 1 de Abril de 2020, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.834, DE 15 DE MARÇO DE 2013

Processo no 53500.017391/2012. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à PRONTO NET LTDA., CNPJ no 04.612.766/0001-88, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.917, DE 18 DE MARÇO DE 2013

Processo n.º 53500.005034/2002 - Declara extinta, por cassação, a partir de 17/01/2013, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a EKA CHEMICALS DO BRASIL S.A., CNPJ 43.818.418/0001-13, por meio do Ato n.º 32.462, de 20/12/2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 16/01/2003, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.918, DE 18 DE MARÇO DE 2013

Processo n.º 53500.003977/2002 - Declara extinta, por cassação, a partir de 19/10/2012, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a PRIMO SCHINCARIOL IND. DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A, CNPJ 50.221.019/0001-36, por meio do Ato n.º 30.062, de 14/10/2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18/10/2002, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.919, DE 18 DE MARÇO DE 2013

Processo n.º 53500.004935/2002 - Declara extinta, por cassação, a partir de 08/02/2013, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a CASA GRANDE HOTEL S.A., CNPJ 61.346.318/0001-13, por meio do Ato n.º 33.504, de 04/02/2003, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 07/02/2003, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.920, DE 18 DE MARÇO DE 2013

Processo n.º 53500.006128/2002 - Declara extinta, por cassação, a partir de 19/02/2013, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a PRO-CLÍNICAS CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO LTDA, CNPJ 01.265.574/0001-54, por meio do Ato n.º 33.756, de 13/02/2003, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18/02/2003, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.921, DE 18 DE MARÇO DE 2013

Processo n.º 53500.002048/2002 - Declara extinta, por cassação, a partir de 22/08/2012, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a FUNDAÇÃO CENTRO MÉDICO DE CAMPINAS (atual denominação social de SOCIEDADE BENEFICIENTE CENTRO MÉDICO DE CAMPINAS LTDA), CNPJ 44.595.700/0001-41, por meio do Ato n.º 28.345, de 16/08/2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 21/08/2002, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.952, DE 20 DE MARÇO DE 2013

Processo n.º 53500.028727/2012 - Expede autorização para execução do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP à MONSANTO DO BRASIL LTDA, CNPJ n.º 64.858.525/0139-80, sem exclusividade, por prazo indeterminado, para o município de Camaçari/BA, e outorga autorização do uso de 5 (cinco) canais de radiofrequência (125 kHz) associados ao Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, sem exclusividade, em caráter precário e primário, por 20 (vinte) anos, prorrogável uma única vez, por igual período, e a título oneroso, para o referido município.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.991, DE 21 DE MARÇO DE 2013

Processo nº 53500.030281/2012 - Expede autorização à TELEVISÃO ATALAIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.079.397/0001-09, para executar, para uso próprio, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, em âmbito interior e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de exploração do serviço o território nacional.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 1.995, DE 21 DE MARÇO DE 2013

Processo n.º 53500.005105/2013 - Expede autorização à AMICO SAUDE LTDA, CNPJ 51.722.957/0005-06, para executar o Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em todo o território nacional. Outorga autorização do direito de uso do canal 05, radiofrequência 25,375 MHz, constante da Tabela I da Norma n.º 17/1996, sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, pelo prazo de 20 (vinte) anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período, no município de São Paulo/SP.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.709, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo subitem 9.1, da Portaria nº 498, de 5 de dezembro de 2011, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.002065/2012, da Nota Técnica nº 700/2012/GTPU/DEOC/SCE-MC, e, em especial, do Despacho do Ministro de Estado das Comunicações, de 19/12/2012, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de João Pessoa, estado da Paraíba, afiliada à Rede TV, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Sousa, estado da Paraíba, por meio do canal 2 (dois), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Determinar que no prazo de quatro meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade apresente ao Ministério das Comunicações o projeto técnico de instalação da estação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 2.826, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021577/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de DARCINÓPOLIS, estado do Tocantins, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 244, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.025953/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO A CRÍTICA LIMITADA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de FONTE BOA, estado do Amazonas, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 252, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.003491/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, estado do Pará, o canal 16 (dezesseis), correspondente à faixa de frequência de 482 a 488 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 259, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.066063/2010, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de RUY BARBOSA, estado da Bahia, o canal 16 (dezesseis), correspondente à faixa de frequência de 482 a 488 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 274, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.023107/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de VOTUPORANGA, estado de São Paulo, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 282, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.017648/2009, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ITAPOAN SOCIEDADE ANÔNIMA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ARACAJU, estado de Sergipe, o canal 17 (dezessete), correspondente à faixa de frequência de 488 a 494 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 286, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021607/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de FAZENDA NOVA, estado de Goiás, o canal 41 (quarenta e um), correspondente à faixa de frequência de 632 a 638 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 287, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021612/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de IPORÁ, estado de Goiás, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2ºA presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 288, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021653/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MOSSÂMEDES, estado de Goiás, o canal 32 (trinta e dois), correspondente à faixa de frequência de 578 a 584 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 289, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021638/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de JAUPACI, estado de Goiás, o canal 41 (quarenta e um), correspondente à faixa de frequência de 632 a 638 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 290, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021605/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de FAINA, estado de Goiás, o canal 34 (trinta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 590 a 596 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 291, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021615/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ITAPURANGA, estado de Goiás, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 293, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.057234/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ITAPOAN S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PARAMIRIM, estado da Bahia, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 295, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.026123/2010, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CORNÉLIO PROCÓPIO, estado do Paraná, o canal 19 (dezenove), correspondente à faixa de frequência de 500 a 506 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 296, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.035382/2010, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de JOSÉ BONIFÁCIO, estado de São Paulo, o canal 32 (trinta e dois), correspondente à faixa de frequência de 578 a 584 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 298, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.016382/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO BAHIA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MACAJUBA, estado da Bahia, o canal 27 (vinte e sete), correspondente à faixa de frequência de 548 a 554 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 299, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021628/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de EDÉIA, estado de Goiás, o canal 32 (trinta e dois), correspondente à faixa de frequência de 578 a 584 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 300, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021563/2011, resolve:

Art. 1º Consignar ao SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de GOIATUBA, estado de Goiás, o canal 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 301, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.049716/2010, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de TACIBA, estado de São Paulo, o canal 16 (dezesseis), correspondente à faixa de frequência de 482 a 488 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 302, DE 4 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.057238/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV RECORD DE FRANCA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ALTINÓPOLIS, estado de São Paulo, o canal 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.955, DE 5 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004068/2007-38. Interessado: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.. Objeto: Transferir, da empresa Eólica Cerro Chato I S.A., para a empresa Eletrosul Centrais Elétricas S.A., a autorização objeto da Portaria do MME no. 746, de 24 de agosto de 2010, para explorar a EOL Cerro Chato I, com 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no município de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.956, DE 5 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004067/2007-93. Interessado: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.. Objeto: Transferir, da empresa Eólica Cerro Chato II S.A., para a empresa Eletrosul Centrais Elétricas S.A., a autorização objeto da Portaria do MME no. 747, de 24 de agosto de 2010, para explorar a EOL Cerro Chato II, com 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no município de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.957, DE 5 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004066/2007-49. Interessado: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.. Objeto: Transferir, da empresa Eólica Cerro Chato III S.A., para a empresa Eletrosul Centrais Elétricas S.A., a autorização objeto da Portaria do MME no. 748, de 24 de agosto de 2010, para explorar a EOL Cerro Chato III, com 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no município de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.969, DE 12 DE MARÇO DE 2013(*)

Autoriza a empresa Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. a explorar, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, a Central Geradora Eólica Campo dos Ventos V, localizada no município de Parazinho, no estado do Rio Grande do Norte.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto nos art. 3º-A e 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, com base na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e nos arts. 23 a 29 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, nas Resoluções Normativas nº 389 e nº 391, ambas de 15 de dezembro de 2009, na Resolução Normativa nº 420, de 30 de novembro de 2010, e no que consta do Processo nº 48500.001789/2011-72, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.797.888/0001-99, com sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº. 1184, 8º andar, sala Q, bairro Vila Olimpia, município de São Paulo, estado de São Paulo, a explorar a Central Geradora Eólica - EOL Campo dos Ventos V, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, localizada às coordenadas 05° 17' 35,20" S e 35° 56' 52,40" W, no município de Parazinho, no estado do Rio Grande do Norte.

§ 1º A central geradora é constituída por 13 (treze) unidades geradores de 2.000 kW (dois mil quilowatt) cada.

§ 2º Nos termos do artigo 3º da Resolução Normativa nº 420/2010, a central geradora terá Potência Instalada de 26.000 kW e Potência Líquida de 25.610 kW.

§ 3º A comercialização da energia elétrica dar-se-á em conformidade com os arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/1996, e com o art. 26 da Lei nº 9.427/1996.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Autorizar a empresa Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. a explorar o sistema de transmissão de interesse restrito, constituído de subestação de 34,5/138 kV, com capacidade de 126 MVA, compartilhada com a EOL Campo dos Ventos I, com a EOL Campo dos Ventos II e com a EOL Campo dos Ventos III, e uma linha de transmissão com tensão nominal de 138 kV, em circuito simples, com aproximadamente 10 km de extensão, conectando-se à Subestação João Câmara III, sob responsabilidade da empresa Extremoz Transmissora do Nordeste S.A.

Art. 3º A empresa deverá implantar a central geradora eólica conforme cronograma apresentado à ANEEL, obedecendo aos marcos a seguir descritos:

I. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 01	Até 05/01/2016
II. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 02	Até 07/01/2016
III. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 03	Até 09/01/2016
IV. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 04	Até 11/01/2016
V. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 05	Até 13/01/2016
VI. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 06	Até 15/01/2016
VII. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 07	Até 17/01/2016
VIII. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 08	Até 19/01/2016
IX. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 09	Até 21/01/2016
X. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 10	Até 23/01/2016
XI. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 11	Até 25/01/2016
XII. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 12	Até 27/01/2016
XIII. Início da operação em teste Unidade Geradora (UG) 13	Até 29/01/2016
XIV. Início da operação comercial Unidade Geradora (UG) 01 a 13	Até 31/01/2016

Art. 4º Estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição - TUST e TUSD, para o transporte da energia gerada pela EOL Campos dos Ventos V, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização de energia elétrica.

Art. 5º A presente outorga de autorização vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação desta Resolução Autorizativa.

§ 1º A revogação da autorização não acarretará para a ANEEL, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade com relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aqueles relativos aos seus empregados.

Art. 6º A Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. deverá inserir, no prazo de 30 (trinta) dias, o organograma do Grupo Econômico da empresa em sistema disponibilizado no endereço eletrônico da ANEEL, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 7º Esta Resolução Autorizativa entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 58, de 26-3-2013, Seção 1, página 56, com incorreção no original.

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 19 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 3.973 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaí-Paranapanema-Avaré - CERIPA. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaí-Paranapanema-Avaré - CERIPA, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.974 - Processo nº: 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra - CERIS. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra - CERIS, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.975 - Processo nº: 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi das Cruzes - CERMC. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi das Cruzes - CERMC, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.976 - Processo nº: 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes - CERPALO. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes - CERPALO, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.977 - Processo nº: 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - CERNHE. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - CERNHE, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.978 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão Ltda - CERPRO. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão Ltda - CERPRO, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.979 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda - CERRP. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda - CERRP, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.980 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação Sul Catarinense - CERSUL. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Sul Catarinense - CERSUL, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.981 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rurais de Ibiúna Ltda - CETRIL. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rurais de Ibiúna Ltda - CETRIL, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.982 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa Regional de Energia Taquari Jacuí - CERTAJA. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa Regional de Energia Taquari Jacuí - CERTAJA, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.983 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller - COOPERMILA. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller - COOPERMILA, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.984 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural - COORSEL. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural - COORSEL, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.985 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.986 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural do Alto Paraíba Ltda - CEDRAP. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural do Alto Paraíba Ltda - CEDRAP, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.987 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural do Vale do Itariri - CEDRI. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural do Vale do Itariri - CEDRI, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.988 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado - CEJAMA. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado - CEJAMA, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.989 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá - CERAÇÁ. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá - CERAÇÁ, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.990 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Anitápolis - CERAL ANITÁPOLIS. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Anitápolis - CERAL ANITÁPOLIS, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.991 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL DIS. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL DIS, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.992 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação Braço do Norte - CERBRANORTE. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Braço do Norte - CERBRANORTE, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.993 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda - CERCOS. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda - CERCOS, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.994 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 3.995 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda - CERES. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda - CERES, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.996 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi Ltda - CERGAL. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi Ltda - CERGAL, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.997 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletrificação Rural Itu-Mairinque - CERIM. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Rural Itu-Mairinque - CERIM, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

Nº 3.998 - Processo nº 48500.004575/2012-39. Interessado: Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - CERGRAL. Objeto: Estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para o conjunto da área de permissão da Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - CERGRAL, para o período de 2013 a 2016, e dá outras providências, a qual entrará em vigor em 1º de abril de 2013.

A íntegra destas Resoluções (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.999, DE 19 DE MARÇO DE 2013

Autoriza enquadramento da Eletrobras Distribuição Acre na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, relativo ao projeto de interligação do município de Assis Brasil, estado do Acre, ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número, de 12 de março de 2013, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no § 4º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 18 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, o disposto nos artigos 27 a 35 da Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, e o que consta do Processo n° 48500.005577/2012-45, resolve:

Art. 1º Autorizar o enquadramento da Eletrobras Distribuição Acre na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente ao projeto de interligação do município de Assis Brasil, estado do Acre, ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Art. 2º O valor total do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R$ 22.181.096,54 (vinte e dois milhões, cento e oitenta e um mil, noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), referente a outubro de 2012, que corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do montante aprovado.

Art. 3º O empreendimento a ser implantado consiste em uma linha de transmissão, na tensão 69 kV, circuito simples, conexão e implantação de equipamentos nas subestações adjacentes, conforme plano de obras resumido em anexo.

§ 1º A obra de que trata o caput deste artigo deverá entrar em operação comercial no prazo máximo de 22 (vinte e dois) meses após a publicação desta Resolução.

§ 2º Caso haja atraso na entrada em operação comercial, será abatido 1% (um por cento) do montante total correspondente ao ressarcimento autorizado para cada mês de atraso.

Art. 4º As parcelas do reembolso serão calculadas pelo valor correspondente à energia medida no respectivo ponto de entrega, observado o disposto no art. 30 da Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011.

Art. 5º Para a medição de energia elétrica, a Eletrobras Distribuição Acre deverá instalar o Sistema de Coleta de Dados Operacionais - SCD e promover o encaminhamento das informações, conforme os arts. 15 e 32 da Resolução Normativa nº 427/2011.

Art. 6º Deverá ser encaminhada à ANEEL, até 180 (cento e oitenta) dias após a entrada em operação comercial do empreendimento, a documentação necessária à comprovação dos custos realizados, sob pena de interrupção do pagamento do benefício, observando o disposto no inciso II do art. 29 da Resolução Normativa nº 427/2011.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.000, DE 19 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, com base no art.16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002319/2011-26. Concessionária: Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. - Afluente. Objeto: Altera a Resolução Autorizativa nº 3.619, de 31 de julho de 2012, que autorizou a Afluente a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade e estabeleceu as respectivas parcelas de Receita Anual Permitida - RAP. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos e disponíveis na ANEEL e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.001, DE 19 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, resolve:

Processo nº 48500.005682/2012-84. Interessado: Foxx URE-BA Ambiental Ltda. Objeto: Autorizar a empresa Foxx URE-BA Ambiental Ltda. a implantar e explorar a Usina Termelétrica Barueri sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de Barueri, estado de São Paulo, e da outras providências. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.002, DE 19 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº48500.005549/2001-95. Interessado: Quintanilha Machado Geração e Comercialização de Energia S.A. Objeto: Revoga a Resolução n. 555/2001, que autorizou a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.966.738/0001-04, a implantar e explorar a EOL Quintanilha Machado I, sob o regime de Produção Independente de Energia, localizada no município de São Francisco do Itabapoana, estado do Rio de Janeiro. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.004, DE 19 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000124/2013-11. Concessionária: Itumbiara Transmissora de Energia S.A. - ITE. Objeto: (i) autorizar a Concessionária a realizar reforços na seguinte instalação sob sua responsabilidade: Subestação Ribeirãozinho; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II; (iv) estabelecer as características e os requisitos técnicos das instalações de transmissão, conforme Anexo III. A íntegra desta Resolução e seus anexos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.005, DE 19 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000107/2013-76. Concessionária: Companhia Paranaense de Energia Geração e Transmissão S.A. - Copel-GT. Objeto: (i) autorizar a Concessionária a realizar reforços na seguinte instalação sob sua responsabilidade: Subestação Guaíra; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II; (iv) estabelecer as características e os requisitos técnicos das instalações de transmissão, conforme Anexo III. A íntegra desta Resolução e seus anexos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.006, DE 19 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número, de 12 de março de 2013, com base no artigo 16, inciso IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001705/2012-81. Interessada: Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT. Objeto: Altera a Resolução Autorizativa nº 3.792, de 11 de dezembro de 2012, a qual autorizou a Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT - a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade, e estabelece os valores das parcelas do correspondente adicional de Receita Anual Permitida - RAP. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no sítio www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.007, DE 19 DE MARÇO DE 2013

Amplia a potência líquida da Usina Termelétrica - UTE Iacanga, outorgada à empresa Usina Iacanga Açúcar e Álcool S.A.

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º-A, inciso II, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com base no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 4.932 de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, nas Resoluções Normativas nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e nº 420, de 30 de novembro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.000563/2007-24, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Usina Iacanga Açúcar e Álcool S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0001-58, com sede na Rod. Cezario J. de Carvalho km 400 + 800m, Fazenda Nova, município de Iacanga, estado de São Paulo, a ampliar a potência instalada da Usina Termelétrica - UTE Iacanga, localizada no município de Iacanga, estado de São Paulo, objeto da Portaria MME nº 322, de 21 de novembro de 2007, passando de 19.000 (dezenove mil) kW para 39.000 (trinta e nove mil) kW, utilizando bagaço de cana-de-açúcar como combustível.

Parágrafo único. A central geradora será constituída por 3 (três) unidades geradoras, com valor de potência unitária de 4.000 (quatro mil) kW, 15.000 (quinze mil) kW e 20.000 (vinte mil) kW.

Art. 2º Alterar as características técnicas do sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Iacanga, que passará a ser composto por dois transformadores 13,8/34,5 kV de 15 MVA cada, totalizando 30 MVA de capacidade de transformação, mantidas as demais características desse sistema de transmissão.

Art. 3º Registrar, nos termos do art. 3º da Resolução Normativa nº 420, de 2010, o valor de 23.200 (vinte e três mil e duzentos) kW como a potência líquida da UTE Iacanga.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.008, DE 19 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001826/2012-23. Interessada: Companhia Paulista de força e Luz. Objeto: Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Paulista de força e Luz, as áreas de terra situadas numa faixa de trinta metros de largura, necessárias à passagem da linha de transmissão, em circuito simples, na tensão nominal de 138 kV, com 28,4 quilômetros de extensão, que interligará a Subestação Santa Bárbara D'Oeste, de propriedade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP à Subestação Piracicaba 1, de propriedade da CPFL Paulista, localizada nos Municípios de Santa Bárbara D'Oeste, Limeira, Iracemápolis, Piracicaba, todos no Estado de São Paulo. A interessada fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.009, DE 19 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo 48500.004724/2012-60. Interessado: AES Sul - Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. Objeto: i) declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da AES Sul - Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, as áreas de terra situadas numa faixa de 7,3m (sete vírgula três metros) de largura, sendo 2,02m (dois vírgula zero dois metros) para a face oposta aos condutores e 5,28m (cinco vírgula vinte e oito metros) para a face com os cabos condutores, a partir do eixo da estrutura, necessárias à implantação da Linha de Distribuição Santa Maria 3 - Entrocamento 830, em circuito simples, na tensão nominal de 138 kV, com 19,7 km (dezenove vírgula sete quilômetros) de extensão, que interligará a Subestação Santa Maria 3 ao Entroncamento 830, ambos de propriedade da requerente, localizada no município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul; (ii) fica a AES SUL autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 19 de março de 2013

Nº 786 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número, de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002771/2012-79, decide conhecer do recurso interposto pela Celesc Distribuição S.A. - Celesc - contra o Despacho n. 2.492, de 1º de agosto de 2012, da Superintendência de Mediação Administrativa Setorial - SMA, e negar-lhe provimento.

Nº 787 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número, de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005920/2011-71, decide conhecer do recurso interposto pela CEB Distribuição S.A. contra o Despacho n. 3.002, de 28 de setembro de 2012, da Superintendência de Mediação Administrativa Setorial - SMA, e negar-lhe provimento.

Nº 788 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001102/2013-61, decide: alterar o item (i) do Despacho ANEEL nº 482, de 26 de fevereiro de 2013, para determinar que seja efetuada a cessão compulsória de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs entre as distribuidoras sob intervenção da ANEEL, com efeitos a partir do mês de março de 2013, e tornar sem efeito o subitem (ii.a) e o item (iii) do mesmo Despacho.

Nº 790 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, conforme disposto na Resolução nº 488, de 15 de maio de 2012, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004379/2012-64, decide: (i) não conhecer do recurso interposto pelo município de Juazeiro do Norte ante a intempestividade verificada; (ii) conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela COELCE, no sentido de julgar improcedentes as reclamações do Município com relação à suposta cobrança indevida das perdas dos equipamentos auxiliares no sistema de iluminação pública, à mudança irregular de calendário de leitura e à devolução relativa à incorreção no cálculo do encargo de capacidade emergencial; (iii) reformar parcialmente a decisão exarada pela ARCE, determinando que a COELCE efetue a devolução em dobro do valor resultante da aplicação da diferença entre as tarifas B4b e B4a sobre o montante de 18.285.439 kWh, com base nas tarifas em vigor nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da devolução, podendo compensar do valor a devolver eventuais dívidas que o Município possua relativas à prestação do serviço público de energia elétrica; (iv) caso haja valores a devolver após as devidas compensações, determinar que a devolução dos valores cobrados a maior seja feita em moeda corrente, conforme solicitação do município, até o primeiro faturamento posterior a cientificação pela COELCE da determinação da ANEEL, em consonância com o inciso III do artigo 76 da Resolução ANEEL nº. 456/2000.

Nº 791 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.007005/2009-03, decide conhecer do pedido de reconsideração interposto pela Companhia Termoelétrica do Espírito Santo - CTES em face da Resolução Autorizativa nº 3.827, de 18 de dezembro de 2012, que revogou a autorização a ela outorgada para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica Cauhyra I, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 792 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.001589/2011-10, resolve conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT em face da Resolução Autorizativa nº 3.875, de 2013, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 793 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número, de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004427/2012-14, decide (i) conhecer do recurso interposto pela Companhia Energética de Pernambuco - Celpe - contra decisão mediante a qual a Diretoria da Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE - manteve multa imposta em razão de infrações relativas ao ciclo 2006/2007 do Programa de Eficiência Energética da concessionária; (ii) dar-lhe provimento parcial, a fim de reduzir o valor da multa de R$ 208.449,88 (duzentos e oito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos) para R$ 191.369,86 (cento e noventa e um mil, trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos); e (iii) determinar à Celpe que, em até 30 (trinta) dias, recolha à sua Conta de Eficiência Energética o valor de R$ 12.366,86 (doze mil, trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos), com a aplicação da taxa SELIC mês a mês a partir de 1º de janeiro de 2008, bem como que envie à ANEEL o comprovante do recolhimento em questão.

Nº 795 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.000940/2013-17, resolve: dar provimento ao pedido formulado pela Celesc Distribuição S.A. de consideração, em seu próximo processo tarifário, de componente financeiro referente à diferença entre o valor final da sua base de remuneração fiscalizada e o valor efetivamente homologado no seu 2º ciclo de revisão tarifária periódica, diferenças essas que totalizam, a preços de 2008: (i) R$ 10.875.277,28 (dez milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos) negativos para a base bruta; (ii) R$ 74.264.744,36 (setenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos) positivos para a base líquida; e (iii) R$ 475.822,84 (quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos) positivos para a quota de depreciação.

Nº 796 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004105/2012-75, resolve: (i) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - a recontabilização das operações vinculadas aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs atrelados à UTE Santa Cruz Nova, no período de janeiro a junho de 2012, considerando (i.a) como fora de operação comercial as duas unidades geradoras associadas ao fechamento do ciclo combinado na usina e (i.b) os valores relativos aos parâmetros da usina constantes da Portaria MME nº 279, de 28 de setembro de 2007; (ii) determinar à CCEE a reapuração da receita de venda dos CCEARs atrelados à UTE Santa Cruz Nova, no período de janeiro a junho de 2012, mediante a aplicação da Resolução Normativa nº 165, de 19 de setembro de 2005, para o montante de energia correspondente à parcela da garantia física da usina em atraso, com a adoção do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD - do submercado Sudeste/Centro-Oeste como preço do contrato de recomposição de lastro, condicionada à verificação de existência de recursos suficientes para conferir lastro integral aos respectivos CCEARs; e (iii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS - a utilização dos valores de potência instalada da UTE Santa Cruz Nova constantes da Portaria MME nº 279, de 2007, para fins de apuração de indisponibilidade, planejamento e programação da operação, a partir de janeiro de 2012.

Nº 797 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número, de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.006672/2011-85, decide conhecer do recurso interposto pela Escola de Educação Infantil Tempo de Brincar contra decisão da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS - referente à cobrança por consumo de energia elétrica não faturada pela Rio Grande Energia - RGE - e negar-lhe provimento.

Nº 798 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005350/2012-08, decide conhecer do recurso interposto pelo Sr. Luiz Sérgio Ribeiro Dal Cortivo e dar-lhe provimento, a fim de determinar à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D - que cancele as cobranças de diferença de consumo não faturado e dos consequentes custos administrativos.

Nº 799 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003848/2012-28, resolve (i) não conhecer do recurso interposto pelo Sr. Paulo Renato Machado de Souza e, (ii) de ofício, reformar a decisão exarada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, a fim de permitir que a Companhia Estadual de Energia Elétrica - Distribuição - CEEE-D - efetue a cobrança da diferença de consumo ativo de 10.220 kWh, correspondentes ao período de julho de 2009 a janeiro de 2011, nos termos do inciso III do artigo 130 e do § 1º do artigo 132 da Resolução Normativa nº 414/2010, já deduzidos os consumos faturados.

Nº 879 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005011/2012-13, resolve não dar provimento à solicitação do Estado do Espírito Santo de reconhecimento de sua irresponsabilidade no que pertine ao custeio da remoção e realocação de postes de transmissão de energia elétrica no âmbito do projeto "Corredores Exclusivos para Ônibus - BRT/GV".

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória n. 1.459, de 24 de janeiro de 2013, publicada no D.O. n. 17-A, de 24 de janeiro de 2013, Seção 1, página 19, constante dos Processos n. 48500.006625/2012-12, e 48500.005665/2012-47, alterar os valores publicados na Parcela B das Tabelas 4 e 5, que foram disponibilizada no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de março de 2013

Nº 864 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas na Portaria nº 1850, de 5 de julho de 2011, com o disposto na Resolução nº 390, de 18 de dezembro de 2009, no Parecer de Acesso da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL) nº 04/2011, protocolado na ANEEL sob o nº 48513.003625/2013-00 e o que consta do Processo 48500.002960/2001-08, e que o empreendimento está implantado e em condições de solicitar o início de operação, resolve: I - Alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Passa Tempo, outorgada, por transferência, à Biosev S.A. por meio da Portaria MME nº 601, de 28 de novembro de 2012, e seu ponto de conexão que passará a ser na Subestação Sidrolândia, de propriedade da ENERSUL, via linha de transmissão em 138 kV com aproximadamente 70 km de extensão. II - Todos os encargos adicionais, eventualmente incorridos por decorrência desta alteração serão de inteira responsabilidade da outorgada. III - Esta alteração não afasta quaisquer das obrigações da empresa Biosev S.A. constantes dos respectivos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR).

Nº 868 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa n° 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n° 48500.005059/2012-21, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UFV Terra do Sol VII e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 29.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia, em favor da empresa Bioenergy Geradora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 05.395.422/0001-27, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida Resolução, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 869 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa n° 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n° 48500.005032/2012-39, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UFV Terra do Sol VIII e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 10.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia, em favor da empresa Bioenergy Geradora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 05.395.422/0001-27, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida Resolução, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 870 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa n° 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n° 48500.005064/2012-34, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UFV Terra do Sol XV e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 10.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia, em favor da empresa Bioenergy Geradora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 05.395.422/0001-27, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida Resolução, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 871 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.006644/2012-49, resolve: (i) - registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL Kaze II e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 29.900 kW de potência instalada, visando à produção independente de energia, localizada no município de Campo Erê, estado de Santa Catarina, em favor da empresa Kaze Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 11.791.293/0001-99, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo, sendo de sua responsabilidade eventuais ajustes e/ou compensações decorrentes da eventual interferência (de que trata o item 2.6 do ANEXO I da REN 391/2009) em outros empreendimentos já outorgados, ou que tenham registros para fins de habilitação técnica e cadastramento junto à EPE durante o curso do Leilão de Energia em que estejam participando.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 872 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa n° 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n° 48500.001661/2013-71, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UTE Petrobras - Unidade de Fertilizantes Nitrogenados - III e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 42.000 kW de potência instalada e uma unidade de contingência de 2.000 kW, sob o regime de autoprodução de energia elétrica, localizada no município de Três Lagoas, estado de Mato Grosso do Sul, em favor da empresa Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobras, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida Resolução, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 873 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa n° 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n° 48500.001491/2013-24, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UFV Sol do Sertão XVI e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 20.000 kW de potência instalada, sob o regime de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Cônego Marinho, estado de Minas Gerais, em favor da empresa Solyes Geradora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 15.235.506/0001-57, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida Resolução, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 874 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa n° 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n° 48500.001489/2013-55, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UFV Sol do Sertão XVII e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 13.000 kW de potência instalada, sob o regime de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Cônego Marinho, estado de Minas Gerais, em favor da empresa Solyes Geradora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 15.235.506/0001-57, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida Resolução, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de março de 2013

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 27 de março de 2013.

Nº 865 - Processo nº 48500.002654/2007-48. Interessado: Central Energética Morrinhos S.A. Usina: UTE CEM. Unidade Geradora: UG1, de 12.000 kW. Localização: Município de Morrinhos, Estado de Goiás.

Nº 866 - Processo nº 48500.004580/2009-46. Interessado: Hidroelétrica Pardos Ltda. Usina: PCH Pardos. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, totalizando 10.000 kW. Localização: Municípios de Matos Costa e Porto União, Estado de Santa Catarina.

Nº 867 - Processo nº 48500.001704/2011-56. Interessado: Parques Eólicos Palmares S.A. Usina: EOL Fazenda do Rosário 2. Unidades Geradoras: UG1 a UG10, totalizando 20.000 kW. Localização: Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de março de 2013

Nº 875 - Processo nº 48500.001365/2013-70. Interessados: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul) e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT). Decisão: i) anuir ao pedido dos Interessados para o penhor de ações e a concessão de aval em favor de Notas Promissórias a serem emitidas pela Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (TSLE), no valor de até R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) e pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; e ii) não anuir à cessão fiduciária de direitos creditórios da CEEE-GT em garantia das Notas Promissórias citadas, em razão do disposto no art. 1º da Lei nº 10.604/2012.

Nº 876 - Processo nº: 48500.007704/2009-45. Interessado: Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. Decisão: anuir ao Contrato de Locação firmado entre o Interessado (locadora) e a DIMETAL - Distribuidora de Produtos Metalúrgicos Ltda. (locatária), em 30 de novembro de 2012, para a locação de dois imóveis urbanos, na cidade de Xanxerê - SC, nos valores mensais de R$ 14.500,00 e R$ 8.000,00, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

Nº 877 - Documento nº 48513.041033/2012-00. Interessada: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. Decisão: anuir ao pedido da interessada para alienação do imóvel localizado na Rua Venâncio Aires, 1434, centro, cidade de Santa Maria/RS, ressalvando que é de exclusiva responsabilidade da delegatária a gestão quanto à necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custos inerentes à transferência das atividades para outro imóvel da distribuidora.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 472, publicado no DOU de 26/02/2013, Seção 1, P. 110, relativo à Dação de Recebíveis em Garantia, pela Jauru Transmissora de Energia S.A. onde se lê: "(i) Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o limite de 52% da receita operacional líquida, até 15 de julho de 2027; e (ii) Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, até o limite de 19% da receita operacional líquida, até 15 de abril de 2029", leia-se: "Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até 15 de julho de 2027, e Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, até 15 de abril de 2029, ambas com a totalidade dos direitos creditórios de titularidade da concessionária".

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de março de 2013

Nº 863 - Processo nº 48500.002297/2005-11. Decisão: i) Aprovar o Projeto Básico da PCH Saudade, de titularidade da Construtora Vibral Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 03.350.367/0001-23, situada no rio Cágado, sub-bacia 58, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, localizada no município de Mar de Espanha, estado de Minas Gerais.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de março de 2013

Nº 862 - Processo nº 48500.005223/2012-09. Interessado: Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Refinaria Abreu e Lima S.A. Decisão: informar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST da Refinaria Abreu e Lima S.A. com MUST contratado por meio do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST permanente nº 117/2012 na modalidade consumo, conforme as Tabelas I e II; TUST encargos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Conta de Consumo de Combustível - CCC, conforme as Tabelas III e IV. Prazo de Vigência: 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

Nº 880 - Processo nº 48500.005223/2012-09. Interessado: Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Enersul Decisão: informar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST da Enersul com MUST contratado por meio dos Termos Aditivo nº 14 e nº 15 ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST permanente nº 128/2002; Ponto de Conexão: SE Chapadão 230 kV; TUST-RB, no horário de ponta: 2,901 R$/kW.mês; TUST-RB, no horário fora de ponta: 1,360 R$/kW.mês, para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2012; TUST-RB, no horário de ponta: 0,681 R$/kW.mês; TUST-RB, no horário fora de ponta: 0,290 R$/kW.mês, para o período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2013. Prazo de Vigência: 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 367, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, n.º 18, de 18 de junho de 2009 e n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.009389/2010-87, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA., CNPJ n.º 71.770.689/0001-81, habilitada na ANP como produtor de óleo lubrificante acabado, industrial e automotivo, autorizada a construir a ampliação das instalações de produção de óleo lubrificante acabado, industrial e automotivo (TQ-031 e TQ-032), localizadas na Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, s/n.º - Quadra A - Lote 01, Distrito Industrial, no Município de Pindamonhangaba - SP, 12420-010.

O parque de tancagem de produtos será constituído dos seguintes tanques aéreos verticias, perfazendo, após ampliação, a capacidade total de armazenamento de 2.158,00 m³.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALT/COMP (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO	TIPO Subterrâneo(S) Aéreo (A)	OBS.
TQ-001	8,00	10,80	540,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-002	4,50	7,20	114,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-003	4,50	7,20	114,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-004	3,00	7,20	50,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-005	2,86	5,40	35,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-006	2,86	5,40	35,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-007	2,86	5,40	35,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-008	2,86	5,40	35,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-017	2,86	5,40	35,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-018	2,86	5,40	35,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-019	3,53	7,20	70,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-020	3,18	9,35	70,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-021	3,53	7,20	70,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-022	3,83	10,77	120,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-023	5,50	10,70	240,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-024	4,80	12,50	220,00	Óleo Básico	A	Em operação
TQ-031	4,60	13,50	220,00	Óleo Básico	A	A construir
TQ-032	3,65	12,00	120,00	Óleo Básico	A	A construir

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.
Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 368, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48300.019462/1995-32, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS FUZER LTDA., CNPJ n.º 88.211.701/0001-10, habilitada na ANP como Transportador - Revendedor - Retalhista, autorizado a construir a ampliação das instalações de tancagem na Vila São Miguel , s/n.º, Restinga Seca - RS. CEP: 97.200-000.

O parque de tancagem de produtos é constituído dos seguintes tanques subterrâneos listados a seguir, perfazendo o total de 90 m³, após substituição e ampliação do parque de tancagem.

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	CAPACIDADE NOMINAL (m³)	PRODUTO	SITUAÇÃO
TP 01	2,549	6,00	30	Óleo Diesel B	A construir
TP 02/03	2,549	2,93/2,93(6,00)	15/15	Óleo Diesel B	A construir
TP 04	2,549	6,00	30	Óleo Diesel B	A construir

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.
Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de março de 2013

Nº 284 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei torna pública a revogação da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao LUBRIJAU DERIVADOS DE PETROLEO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 00.595.428/0005-58.

Nº 285 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto do inciso III, do art. 10 da Lei 9.847/99, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº GLP/BA0015869 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente ao BROTAS GAS LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 05.916.677/0001-98, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48611.000205/11-94

Nº 286 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/SP0074940	ARTAM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	10.579.113/0002-28	ARARAQUARA	SP	48610.010287/2009-71
SP0031139	AUTO POSTO A. J. M. LTDA	61.179.933/0001-82	SANTANA DE PARNAIBA	SP	48610.001929/2003-55
RO0026531	AUTO POSTO ALE LTDA	05.954.060/0001-67	PORTO VELHO	RO	48610.009504/2002-11
SC0010173	AUTO POSTO G & D LTDA	03.403.819/0001-98	BLUMENAU	SC	48610.009016/2001-15
MG0012925	AUTO POSTO ITICAR LTDA	02.731.610/0003-52	UBERABA	MG	48610.012051/2001-11
ES0161490	AUTO POSTO RETA GRANDE LTDA	05.032.428/0001-30	GUARAPARI	ES	48610.006061/2003-81
MG0016873	AUTO POSTO RONE LTDA. ME.	20.147.062/0001-38	POCRANE	MG	48610.018143/2001-13
MG0216138	AUTO POSTO RONE LTDA. ME.	20.147.062/0003-08	IPANEMA	MG	48610.010431/2007-15
TO0028549	AUTO POSTO VALE DO TOCANTINS LTDA	25.089.434/0001-30	MIRACEMA DO TOCANTINS	TO	48600.003197/2002-76
PR/TO0092083	AUTO POSTO 51 LTDA.	09.393.713/0001-37	PARAISO DO TOCANTINS	TO	48610.002008/2011-10
RS0159132	BENEVENUTO DE FRANCESCHI E CIA LTDA.	90.310.111/0003-59	CACHOEIRA DO SUL	RS	48600.001128/2003-17
PR/SC0108882	C R V Z COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	72.298.722/0002-66	SAO JOAO DO SUL	SC	48610.002865/2012-09
MA0221519	C. S. DE BARROS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS	03.576.542/0002-86	VITORIA DO MEARIM	MA	48610.015048/2007-45
PB0002787	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOVO PLANALTO LTDA	03.307.001/0001-71	SANTA RITA	PB	48610.000358/2001-71
RS0159775	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS W SOARES LTDA	88.072.202/0001-90	HULHA NEGRA	RS	48610.004751/2003-11
BA0220956	COMERCIAL ITAMARATY DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA - ME.	04.317.344/0001-80	ITABUNA	BA	48610.014616/2007-90
MT0200750	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS JARACATIÁ LTDA.	07.641.287/0001-88	CLAUDIA	MT	48610.008915/2006-13
PR0022719	COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS R. E. LTDA	79.800.736/0001-02	CAMBARA	PR	48610.003624/2002-13
PR0219823	COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	80.906.779/0075-84	SAO JERONIMO DA SERRA	PR	48610.007979/2007-71
SP0010266	DIAS & CARVALHO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	02.742.978/0001-54	SANTA FE DO SUL	SP	48610.008819/2001-52
TO0186793	FLEURI JOSÉ LOPES & CIA. LTDA.	26.636.407/0001-01	SANTA FE DO ARAGUAIA	TO	48610.003829/2005-25
RO0023110	MIRANDA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	02.254.246/0002-04	PORTO VELHO	RO	48610.021223/2001-48
MA0228970	NILTON F. C. CAVALCANTE	09.354.293/0001-80	TUNTUM	MA	48610.005659/2008-66
PR/SC0078744	PESAVENTO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	10.968.124/0001-19	SAO BERNARDINO	SC	48610.015237/2009-80
PR0203874	POSTO ATLÂNTICO PARANÁGUA LTDA.	80.604.911/0003-29	CURITIBA	PR	48610.011315/2006-24
PR0010257	POSTO E CHURRASCARIA SINGER LTDA	77.788.776/0001-42	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	48610.008801/2001-51
PB0027629	POSTO OPÇÃO REVENDEDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	40.965.634/0008-70	JOAO PESSOA	PB	48610.011998/2002-96
PR/RS0096448	PRISCILA GOMEZ DE CASTRO	12.741.438/0001-00	TRIUNFO	RS	48610.007260/2011-15
RR0192156	PROVALLE AUTO POSTO LTDA.	05.843.916/0001-27	BOA VISTA	RR	48600.002963/2005-28
PR/SC0082709	REDE ECONOMIC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	08.940.015/0003-03	ALFREDO WAGNER	SC	48610.006262/2010-14
PR/SC0117344	REDE ECONOMIC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	08.940.015/0004-94	RIO NEGRINHO	SC	48610.008266/2012-91
PE0230261	RUI ALVES DE LIRA	11.401.221/0001-98	SAO CAITANO	PE	48610.006262/2008-91
SP0017727	VIRACOPO AUTO POSTO LTDA	46.949.152/0001-36	BARRETOS	SP	48610.019105/2001-71
PR/MG0077600	V3 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	10.319.989/0001-54	PATOS DE MINAS	MG	48610.012831/2009-19

Nº 287 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PR0215125	A. M. RODRIGUES EIRELI	15.068.923/0001-52	CIANORTE	PR	48610.005699/2012-94
GLP/MG0201587	ADIMILSON PEREIRA DIAS	04.831.593/0002-70	PATOS DE MINAS	MG	48610.012898/2010-97
GLP/SP0176235	ADRIANA REGINA DA SILVA RABELO - ME	09.393.556/0001-60	SOROCABA	SP	48610.000260/2009-70
GLP/GO0179556	ALMEIDA E BRITO LTDA	10.422.044/0001-63	RIO VERDE	GO	48610.010066/2009-01
GLP/PE0208981	A.M.F. DE M. LIMA GÁS ME	13.447.999/0001-63	CATENDE	PE	48610.009132/2011-14
001/GLP/AM0007435	ANTONIO SILVA SOUZA	07.223.356/0001-33	MANAUS	AM	48610.005227/2006-93
GLP/PR0175752	ASTORGA COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	10.249.271/0001-39	ASTORGA	PR	48610.013965/2008-76
001/GLP/PA0000429	AUTO POSTO KAUANY LTDA-ME	05.528.630/0001-57	PLACAS	PA	48610.000502/2004-11
GLP/AM0187538	AUTO POSTO PINHEIRÃO LTDA	01.573.100/0001-70	MANAUS	AM	48610.009235/2010-95
GLP/MG0184330	AVELINA MOREIRA ALVES FERREIRA ME	04.966.094/0001-09	PATOS DE MINAS	MG	48610.002905/2010-42
GLP/DF0179685	BANBARA COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME	09.022.022/0001-27	BRASILIA	DF	48610.010658/2009-14
GLP/BA0206377	BITAGÁS COMÉRCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	05.513.873/0001-11	SALVADOR	BA	48610.003165/2011-42
GLP/RS0175208	CLELIA MEZZALIRA PASINATO - ME	04.963.236/0001-84	CACIQUE DOBLE	RS	48610.011067/2008-83
GLP/PE0216586	COMERCIAL GÁS LTDA.	08.295.316/0001-60	CARUARU	PE	48610.008657/2012-13
001/GLP/SP0011470	COMERCIAL MODA LTDA	62.136.569/0002-17	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	SP	48610.000824/2007-11
GLP/RO0178879	CUNIA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	03.809.181/0001-90	PORTO VELHO	RO	48610.008628/2009-48
GLP/RS0178365	DANIEL S. DE LARA ME	09.398.475/0001-52	NOVA HARTZ	RS	48610.007418/2009-32
GLP/RR0183998	F A SANTOS BONFIM ME	08.509.025/0001-27	BOA VISTA	RR	48610.002087/2010-88
GLP/SP0209075	FABIANO FONSECA RAPOSO - ME	13.396.344/0001-03	CRUZEIRO	SP	48610.009235/2011-76
001/GLP/AL0018818	FEIJO E BARROS LTDA - ME	08.217.509/0001-00	MACEIO	AL	48610.014624/2007-37
GLP/PR0208070	FLAVIO EDUARDO FERNANDES	07.279.275/0001-55	CURITIBA	PR	48610.007287/2011-16
GLP/ES0172844	GERALDO CROSCOB - ME	09.265.431/0001-54	SERRA	ES	48610.009626/2008-95
001/GLP/BA0002397	IHERDIMAR COMÉRCIO DE GÁS LTDA	05.341.978/0001-30	MARAGOGIPE	BA	48610.010062/2004-18
001/GLP/RS0006212	IRMÃOS RIBEIRO BÊNIA LTDA.	01.550.635/0003-97	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	48610.000804/2006-51
001/GLP/PR0017582	J. C. CARMONA & CIA LTDA.	07.836.009/0001-86	CAMPO MOURAO	PR	48610.011365/2007-92
001/GLP/RS0006089	JANILSON MULLER & CIA. LTDA.	02.398.827/0001-20	CAXIAS DO SUL	RS	48610.000586/2006-54
001/GLP/SP0014251	JEREMIAS ALVES DA COSTA ME.	07.307.122/0001-74	JANDIRA	SP	48610.005487/2007-41
001/GLP/SP0007557	JORGE RIBEIRO GAS ME	72.817.596/0001-28	CRUZEIRO	SP	48610.006296/2006-14
GLP/BA0209715	KESSIA RODRIGUES MORENO ALMEIDA	05.881.387/0001-56	SANTA CRUZ CABRALIA	BA	48610.009336/2011-47
GLP/SC0214879	LIDIGAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA.	15.042.929/0001-50	FRAIBURGO	SC	48610.003517/2012-41
GLP/SP0215072	MARCOS VINICIUS PINHEIRO DE SALES - ME.	14.579.083/0001-20	BOTUCATU	SP	48610.002661/2012-60
GLP/MG0182335	MARIA APARECIDA FERNANDES DA SILVA	03.747.711/0002-01	CHACARA	MG	48610.015773/2009-85
001/GLP/SP0012396	MARILUCIA TRMBETA ANITELE GUIMARÃES ME	04.280.991/0001-64	ALFREDO MARCONDES	SP	48610.002773/2007-53
GLP/PA0210010	MARISCÃO COMERCIAL GLP LTDA.	83.317.040/0018-37	MARABA	PA	48610.000932/2011-61
GLP/SP0207471	MAYARA ROSA BATISTA	13.127.746/0001-02	OURINHOS	SP	48610.005029/2011-97
GLP/SC0203032	MGI DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	02.782.052/0001-92	JOINVILLE	SC	48610.016352/2010-13
GLP/PE0210656	MONSENHOR GÁS LTDA - ME	03.814.120/0003-82	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.012383/2011-78
001/GLP/MT0018513	OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA.	07.754.238/0001-51	CACERES	MT	48610.013417/2007-65
GLP/TO0211855	P. DE S.S. ALVES ME	14.097.308/0001-01	COLINAS DO TOCANTINS	TO	48610.014661/2011-21
001/GLP/RS0006284	PAINEIRA COMERCIO DE GAS LTDA. - ME.	02.276.842/0002-87	CANOAS	RS	48610.001631/2006-98
001/GLP/RS0020828	PAULO BONORA	08.562.512/0001-53	PASSO FUNDO	RS	48610.004647/2008-14
GLP/RS0172797	PAULO JAIR CHRUSCIEL	08.495.610/0001-15	CAMAQUA	RS	48610.009509/2008-21
GLP/RS0181437	PAULO R. PEREIRA	10.773.506/0001-97	CANOAS	RS	48610.014267/2009-79
001/GLP/BA0020883	PAULO SUZARTE DE SOUZA ME.	09.279.805/0001-90	JOAO DOURADO	BA	48610.004432/2008-01
GLP/DF0184303	PLAN GAS LTDA - ME	10.642.902/0001-85	BRASILIA	DF	48610.002818/2010-95
GLP/PA0206457	R. N. RAIOL DE SOUZA - ME	11.801.373/0001-88	BRAGANCA	PA	48610.003643/2011-14

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/PE0202980	R R BARBOSA FILHO GÁS - ME	11.037.283/0001-62	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.016164/2010-87
001/GLP/GO0001864	ROBSON DE LIMA MATOS	05.241.767/0001-26	GOIANIA	GO	48610.008331/2004-78
001/GLP/MG0002900	ROMER EVANGELISTA DA SILVA ME	06.889.854/0001-57	PATOS DE MINAS	MG	48610.010824/2004-78
001/GLP/MG0003343	ROSAGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	18.095.075/0004-01	SANTOS DUMONT	MG	48610.000595/2005-64
GLP/RN0209196	SANTA CRUZ COMÉRCIAL DE GÁS LTDA.	24.368.763/0002-39	SANTO ANTONIO	RN	48610.007579/2011-41
001/GLP/PI0018256	V. F. SOUSA COMERCIO	04.618.582/0006-30	TERESINA	PI	48610.012988/2007-82
GLP/RO0173327	VALDINER DE ARAUJO MENDES EIRELI	09.650.179/0001-05	ALTA FLORESTA DO OESTE	RO	48610.011073/2008-31
001/GLP/SC0018647	VANILDE WIPPEL ZERMIANI ME	01.247.807/0002-77	TIJUCAS	SC	48610.013864/2007-14
GLP/MG0202646	VELOX GAS COMERCIO DE GAS LTDA ME.	05.594.414/0002-90	IPATINGA	MG	48610.014978/2010-87
001/GLP/GO0014098	WAGNER ROSA DOS SANTOS	03.606.454/0001-07	GOIANIA	GO	48610.006448/2006-89

Nª 288 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, tendo em vista a cassação da eficácia das inscrições estaduais no Estado de São Paulo, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
SP0017359	AUTO POSTO DE SERVIÇOS CENTER JOIA LTDA	44.085.801/0001-72	SAO PAULO	SP	48610.018579/2001-11
SP0019682	AUTO POSTO PETROISA LTDA.	03.069.175/0001-43	ILHA SOLTEIRA	SP	48610.000393/2002-71
SP0159821	AUTO POSTO 800 LTDA	61.107.363/0001-15	SAO PAULO	SP	48610.004842/2003-31
SP0000128	LYDIA ABUSSAMRA	96.465.828/0001-94	SAO PAULO	SP	48610.009330/2001-14
SP0219375	POTENZA AUTO POSTO LTDA.	08.900.866/0001-60	SAO PAULO	SP	48610.013333/2007-21

Nª 289 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/MA0130442	A MARINHO DE SOUSA	14.662.197/0001-39	BACURI	MA	48610.000673/2013-31
PR/MS0133646	ABASTECEDORA SANTOS LTDA.	11.376.223/0001-74	RIBAS DO RIO PARDO	MS	48610.002499/2013-61
PR/SP0132582	ARTAM ARARAQUARA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	16.923.317/0001-30	ARARAQUARA	SP	48610.001479/2013-72
PR/GO0133702	AUTO POSTO CAMINHONEIRO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA ME	10.883.468/0001-25	FORMOSA	GO	48610.002572/2013-02
PR/ES0108062	AUTO POSTO FLORESTA DAS ÁGUAS LTDA.	14.295.666/0001-29	GUARAPARI	ES	48610.001830/2012-44
PR/RJ0132283	AUTO POSTO LUAR DA RIO SANTOS II LTDA	11.217.808/0001-41	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.001435/2013-42
PR/SP0132687	AUTO POSTO NOVO SANTA FE LTDA.	17.411.649/0001-06	SANTA FE DO SUL	SP	48610.001720/2013-63
PR/SP0133743	AUTO POSTO PORTAL DA SAUDE LTDA.	17.542.020/0001-97	SAO PAULO	SP	48610.002569/2013-81
PR/SP0133723	AUTO POSTO PORTAL DA VITAL LTDA	17.607.055/0001-67	SAO PAULO	SP	48610.002571/2013-50
PR/MG0120122	AUTO POSTO S. M. LTDA	16.375.962/0001-65	INHAPIM	MG	48610.010296/2012-67
PR/MS0133644	B & N COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	13.133.504/0001-21	SIDROLANDIA	MS	48610.002501/2013-00
PR/RS0133645	B.O. AUTO POSTO LTDA.	03.221.244/0002-73	CANOAS	RS	48610.002510/2013-92
PR/PR0133722	COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	79.114.450/0186-17	SAO JERONIMO DA SERRA	PR	48610.002557/2013-56
PR/MG0128782	COMBO AUTO POSTO COMBUSTIVEIS LTDA	17.212.995/0001-57	SANTA RITA DO SAPUCAI	MG	48610.014929/2012-14
PR/MG0133703	EDVALDO MARTINS GOMES - ME	71.006.084/0001-19	RIO VERMELHO	MG	48610.002560/2013-70
PR/MA0133622	FRANCISCO DAS CHAGAS E SILVA CARVALHO - EPP	17.644.480/0001-26	MAGALHAES DE ALMEIDA	MA	48610.002498/2013-16
PR/SP0133744	J.A.S AUTO POSTO LTDA	16.903.290/0001-13	TAUBATE	SP	48610.002567/2013-91
PR/MG0133662	LUBPET LUBRIFICANTES E PETROLEO LTDA- ME	14.384.211/0001-80	UBERABA	MG	48610.002509/2013-68
PR/MG0133624	PIVA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	10.893.008/0001-88	CAXAMBU	MG	48610.002496/2013-27
PR/PI0133763	PREMIUM PETROLEO LTDA EPP	10.942.994/0001-19	TERESINA	PI	48610.002568/2013-36
PR/SC0132822	REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	01.387.686/0012-30	SAO JOAO DO SUL	SC	48610.001719/2013-39
PR/PB0133745	RJA DERIVADOS DE PETROLEO LTDA- ME	13.172.735/0001-44	PATOS	PB	48610.002559/2013-45
PR/RS0133749	ROSA & FILHO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	97.533.147/0001-89	PELOTAS	RS	48610.002566/2013-47
PR/BA0130423	SANTOS OLIVEIRA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP	17.337.169/0001-34	SANTANOPOLIS	BA	48610.000654/2013-12
PR/BA0133704	SÃO GONÇALO DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	16.107.762/0001-21	SAO GONCALO DOS CAMPOS	BA	48610.002563/2013-11
PR/RS0133762	UNI CERRO BRANCO AUTO POSTO LTDA - EPP	14.097.663/0001-80	CERRO BRANCO	RS	48610.002561/2013-14
PR/PI0133642	VIVA PETROLEO LTDA	15.241.519/0001-39	TERESINA	PI	48610.001487/2013-19

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 369, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.006359/2006-32, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica o Condomínio APA Ltda., CNPJ: 09.432.689/0001-06, autorizado a operar os 2 (dois) dutos de transferência, com as características relacionadas abaixo, interligando o Ponto B de sua Base de Distribuição localizada em Brasília - DF ao Ponto A do Terminal da Petrobrás Transportes S.A.- TRANSPETRO, também localizado em Brasília:

Origem	Destino	Ø (pol.)	Ext. (m)	Vazão (m^3/h)	Pressão (kgf/cm^2)	Produto
Duto Transpetro	Ponto B Cond. APA	6"	40,0	50	4,5	Gasolina
Duto Transpetro	Ponto B Cond. APA	8"	60,0	210	6,0	Óleo Diesel

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente autorização.

Art. 3º O Condomínio APA Ltda. deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Fica revogada a Autorização ANP n° 480, de 21 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União - DOU N° 246, Seção 1, página 92, de 24 de dezembro de 2007.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 370, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante dos Processos ANP n.º 48610.009363/2012-09, 48610.003681/2000-14, 48610.006820/2009-08 e 48610.011993/2007-78, torna público o seguinte ato:

Art.1º Fica a empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0012-01, autorizada a operar as seguintes instalações para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis das Classes I a III, indicadas na Norma ABNT nº 17505:2013, Biodiesel e Mistura Óleo Diesel/Biodiesel e Etanol em seu Terminal Terrestre de Uberlândia, localizado no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

TAG	Produto	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume (m^3)	Tipo de tanque
TQ-5507	Classes I, II e III	11,46	15,31	1.439,660	Teto fixo com selo flutuante
TQ-5506	Classes I, II e III	17,18	16,10	3.422,119	Teto fixo com selo flutuante
TQ-5504	Classes I, II e III	21,00	16,86	5.094,554	Teto flutuante
TQ-5505	Classes I, II e III	21,01	16,91	4.804,932	Teto flutuante
TQ-5501	Classes II e III	36,29	16,83	15.345,268	Teto flutuante
TQ-5502	Classes II e III	36,28	15,86	15.529,850	Teto flutuante
EF-5501	GLP	18,23	18,23	3.173,752	Esfera
EF-5502	GLP	18,25	18,25	3.181,067	Esfera
EF-5503	GLP	18,21	18,21	3.162,799	Esfera
TQ-5544	Biodiesel (B100)	7,63	9,66	445,645	Vertical
TQ-5545	Biodiesel (B100)	7,63	9,66	444,998	Vertical
TQ-5546	Biodiesel (B100)	7,63	9,67	446,895	Vertical
TQ-5550A	Biodiesel (B100)	-	-	45	Horizontal
TQ-5550B	Biodiesel (B100)	-	-	45	Horizontal
TQ-5550C	Biodiesel (B100)	-	-	45	Horizontal

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Fica revogado o item do Anexo I da Autorização ANP nº 170, de 28 de setembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União nº 188, de 1º de outubro de 2001, relativo ao Terminal de Uberlândia, código DCPT 000866.

Art. 5º Ficam revogadas as Autorizações ANP nº 421, de 12 de julho de 2010, publicada na página 90 da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 132, de 13 de julho de 2010, e nº 76, de 1º de março de 2012, publicada na página 84 da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 43, de 02 de março de 2012.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AUTORIZAÇÃO Nº 371, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64 de 1º de março de 2012, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.009988/2011-81 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa CEG Rio S.A., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 01.695.370/0001-53, autorizada a operar uma Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC) localizada na Estrada Rio-Friburgo (RJ-122) km 2,5 - Cadete Fabres - Guapimirim/RJ.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A CEG Rio S.A. deverá apresentar à ANP até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de emissão da respectiva renovação.

Art. 4º Fica revogada a Autorização nº 240, de 21/05/2012, publicada no DOU nº 98 de 22/05/2012, seção 1, p 121.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 26 de março de 2013

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007, e na Portaria ANP nº 41, de 12 de março de 1999, publicada no DOU de 15 de março de 1999, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 266	AD WEAR PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA - CNPJ nº 09.219.436/0001-40						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.003311/2012 - 30	MOTORMAX DIESEL INJECTOR			ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO	ÓLEO DIESEL	740
	48600.003310/2012 - 95	MOTORMAX FUEL INJECTOR CLEANER UP FLEX			ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO	GASOLINA AUTOMOTIVA TIPO C E ETANOL HIDRATADO COMBUSTÍVEL	741

Nº 267	AVEX BRASIL COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - CNPJ nº 08.991.124/0001-98						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000582/2013 - 14	TURBONYCOIL TN 600	SAE 10W	FRENCH:DCSEA 296/A, U.S: MIL-PRF-23699F, U.K: DEF STAN 91-101 ISS 3, NATO CODE 0-156, JOINT SERVICE DESIGNATION OX-27 E OX-28	ÓLEO LUBRIFICANTE	AERONÁUTICO: MONTAGEM, MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTOS.	15129
	48600.000589/2013 - 36	NYCO GREASE GN 22	NLGI 2	FRENCH: DCSEA 395/B, U.S: MIL-PRF-81322G, UK: DEF STAN 91-52 ISS 1 AMD 2, JOINT SERVICE DESIGNATION XG-293, RUSSIA: GOST 6267-74/GOST 8773-73, GOST 9433-80/TU 38 101950-00/TU 38 1011051-87/GOST 1997-74, NATO CODE G-395	GRAXA LUBRIFICANTE	AERONÁUTICO: MONTAGEM, MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTOS.	4508
	48600.000586/2013 - 01	NYCO GREASE GN 07	NLGI N.A	FRENCH: DCSEA 361/B, U.S: MIL-G-27560A AMD3, NATO CODE: G-361	GRAXA LUBRIFICANTE	AERONÁUTICO: MONTAGEM, MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO EM EQUIPAMENTOS.	4504
	48600.000588/2013 - 91	NYCO GREASE GN 17	NLGI N.A	FRENCH DCSEA 353/A, US: MIL-G-21164D, UK: DEF STAN 91-57 ISS 2 AMD 1, JOINT SERVICE DESIGNATION XG-276, NATO CODE: G-353	GRAXA LUBRIFICANTE	AERONÁUTICO: MONTAGEM, MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO EM EQUIPAMENTOS.	4506
	48600.000590/2013 - 61	NYCO GREASE GN GA 47	NLGI N.A	FRENCH AIR 4247/A ISS 2, US: AMS 2518A, UK: DEF STAN 80-80 ISS 2, JOINT SERVICE DESIGNATION ZX-13, NATO CODE: S-720	GRAXA LUBRIFICANTE	AERONÁUTICO: MONTAGEM, MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO EM EQUIPAMENTOS.	4507
	48600.000583/2013 - 69	HYDRAUNYCOIL FH 42	ISO 7	U.S: MIL-PRF-87257B, NATO CODE H-538	ÓLEO LUBRIFICANTE	AERONÁUTICO: MONTAGEM, MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTOS.	15130
	48600.000585/2013 - 58	NYCO GREASE GN 06	NLGI N.A	FRENCH:DCSEA 355/A, US: MIL PRF-6086E, GR M, UK: DEF STAN 91-54, ISS 2 AMD 2, JOINT SERVICE DESIGNATION XG-285, NATO CODE G-355	GRAXA LUBRIFICANTE	AERONÁUTICO: MONTAGEM, MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO EM EQUIPAMENTOS COM ROLAMENTOS DE AGULHAS OU PLANOS.	4500
	48600.000584/2013 - 11	NYCO GREASE GN 05	NLGI 2	FRENCH: AIR 4205/B ISS 3, US: MIL-G-3545C AMD 2, NATO CODE: G-359	GRAXA LUBRIFICANTE	AERONÁUTICO: SERVIÇO SEVERO. MONTAGEM, MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO EM EQUIPAMENTOS.	4505

Nº 268	CLARUS TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 03.093.486/0003-00						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000633/2013 - 16	CLARUS LUBRYKEEP GGA-80 M	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	PARA CORRENTES TRANSPORTADORAS DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTÍCIAS DE FRANGO, BEBIDAS E ROLAMENTOS QUE TRABALHAM COM TEMPERATURA DE ATÉ 100°C.	4499

Nº 269	CONDAT LUBRIFICANTES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 07.129.683/0001-20						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000651/2013 - 90	CONDAT FORMULA MS	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	PARA ROLAMENTOS DE VENTILADORES, MOTORES ELÉTRICOS E COMPONENTES SUJEITOS A UMA VARIAÇÃO DE TEMPERATURA EXTREMAS.	4498

Nº 270	CONDAT LUBRIFICANTES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 07.129.683/0001-20						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000652/2013 - 34	CONDAFORGE 625	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA FORJARIA A BASE DE ÁGUA.	15146

Nº 271	G.C INDUSTRIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - CNPJ nº 00.248.414/0001-34						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000638/2013 - 31	DRAFT MOTOR OIL 40W SG	SAE 40	API SG	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES MOVIDOS A ETANOL, GASOLINA E GNV.	15117
	48600.000638/2013 - 31	DRAFT MOTOR OIL 40W SG	SAE 40	API SG	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES MOVIDOS A ETANOL, GASOLINA E GNV.	15117
	48600.000640/2013 - 18	DRAFT SEMI-SINTETICO SJ/CF	SAE 15W40	API SJ/CF	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES MOVIDOS A ETANOL, GASOLINA, GNV.	15118
	48600.000640/2013 - 18	DRAFT SEMI-SINTETICO SJ/CF	SAE 15W40	API SJ/CF	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES MOVIDOS A ETANOL, GASOLINA, GNV.	15118
	48600.000639/2013 - 85	DRAFT RACING SL/CF	SAE 15W40	API SL/CF	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES MOVIDOS A ETANOL, GASOLINA, GNV.	15119
	48600.000639/2013 - 85	DRAFT RACING SL/CF	SAE 15W40	API SL/CF	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES MOVIDOS A ETANOL, GASOLINA, GNV.	15119

Nº 272	HOUGHTON BRASIL LTDA - CNPJ nº 57.490.245/0001-61						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000728/2013 - 21	COSMOLUBRIC G 68	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE MÁQUINAS HIDRÁULICAS E AFINS.	15135

Nº 273	INGRAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRAXAS S/A - CNPJ nº 77.575.330/0001-30						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000688/2013 - 18	FÓRMULA SYNTH	SAE 5W40	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO MULTIVISCOSO PARA MOTORES QUATRO TEMPOS A GASOLINA, ÁLCOOL E GNV.	7685

Nº 274	INTERLUB ESPECIALIDADES LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 05.777.410/0001-67						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000608/2013 - 24	BERULUB VPN 13	NLGI 1	N.A	GRAXA LUBRIFICANTE	ROSCAS EXTREMAMENTES APERTADAS.	3925
	48600.000605/2013 - 91	BERUTOX FH 28 KN	NLGI N.A	N.A	GRAXA LUBRIFICANTE	INDÚSTRIA PESADA.	3873
	48600.000613/2013 - 37	BECHEM HIGH LUB FA 50 MO	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	MANCAIS LISOS E ROLAMENTOS	3933
	48600.000614/2013 - 81	BECHEM HIGH-LUB LT EP-SEB	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE UNIVERSAL	3926
	48600.000609/2013 - 79	BERUTOX M 21 KN	NLGI N.A	N.A	GRAXA LUBRIFICANTE	ROLAMENTOS PLANOS E DE ESFERAS EXPOSTOS A ALTAS TEMPERATURAS E ALTAS CARGAS MECÂNICAS.	3807
	48600.000615/2013 - 26	BECHEM HIGH-LUB FA 67/II	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	INDÚSTRIA PESADA	3927
	48600.000611/2013 - 48	BERUTEMP M 21 HT	NLGI N.A	N.A	GRAXA LUBRIFICANTE	ROLAMENTOS PLANOS E DE ESFERAS EXPOSTOS A ALTAS TEMPERATURAS E ALTAS CARGAS MECÂNICAS.	3815
	48600.000618/2013 - 60	BERUPLEX CMA 21	NLGI NA	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	INDÚSTRIA PESADA	4114
	48600.000612/2013 - 92	BECHEM HIGH-LUB FA 67 - 400KS	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	ROLAMENTOS PLANOS E ESFERAS EXPOSTOS A ALTAS TEMPERATURAS E CARGAS MECÂNICAS	3874
	48600.000610/2013 - 01	BERUTOX M 21 EPK-A	NLGI N.A	N.A	GRAXA LUBRIFICANTE	INDÚSTRIA AUTOMOTIVA.	3931

Nº 275	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A - CNPJ nº 33.337.122/0141-87						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000725/2013 - 98	IPITUR XVI PLUS	ISO 68	DIN 51524 PARTE 3, PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, MAG IAS P-68/P-69/P-70, GM LS-2, JCMAS HK, U.S. STEEL 127/136, BOSCH REXROTH RD90220, SAE MS1004	ÓLEO LUBRIFICANTE	SISTEMAS HIDRÁULICOS SUJEITOS A FREQUENTES VARIAÇÕES DE TEMPERATURAS.	14602
	48600.000725/2013 - 98	IPITUR XVI PLUS	ISO 100	DIN 51524 PARTE 3, PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, MAG IAS P-68/P-69/P-70, GM LS-2, JCMAS HK, U.S. STEEL 127/136, BOSCH REXROTH RD90220, SAE MS1004	ÓLEO LUBRIFICANTE	SISTEMAS HIDRÁULICOS SUJEITOS A FREQUENTES VARIAÇÕES DE TEMPERATURAS.	14602
	48600.000725/2013 - 98	IPITUR XVI PLUS	ISO 100	DIN 51524 PARTE 3, PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, MAG IAS P-68/P-69/P-70, GM LS-2, JCMAS HK, U.S. STEEL 127/136, BOSCH REXROTH RD90220, SAE MS1004	ÓLEO LUBRIFICANTE	SISTEMAS HIDRÁULICOS SUJEITOS A FREQUENTES VARIAÇÕES DE TEMPERATURAS.	14602

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	48600.000725/2013 - 98	IPITUR XVI PLUS	ISO 46	DIN 51524 PARTE 3, PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, MAG IAS P-68/P-69/P-70, GM LS-2, JCMAS HK, U.S. STEEL 127/136, BOSCH REXROTH RD90220, SAE MS1004	ÓLEO LUBRIFICANTE	SISTEMAS HIDRÁULICOS SUJEITOS A FREQUENTES VARIAÇÕES DE TEMPERATURAS.	14602
	48600.000725/2013 - 98	IPITUR XVI PLUS	ISO 46	DIN 51524 PARTE 3, PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, MAG IAS P-68/P-69/P-70, GM LS-2, JCMAS HK, U.S. STEEL 127/136, BOSCH REXROTH RD90220, SAE MS1004	ÓLEO LUBRIFICANTE	SISTEMAS HIDRÁULICOS SUJEITOS A FREQUENTES VARIAÇÕES DE TEMPERATURAS.	14602

Nº 276 J.P.IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 09.600.384/0001-58

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.000691/2013 - 31	GEAR 300 JP	SAE 75W90	API GL-4 E GL-5, MIL L 2105D	ÓLEO LUBRIFICANTE	CAIXAS DE MARCHA MANUAIS E EIXOS TRASEIROS	15126
48600.000673/2013 - 50	MULTI ATF JP	SAE 20	DEXRON III H - MERCON V - ALLISON C-4 - VOITH G807-ZF TE ML- 14ª	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS.	15123
48600.000694/2013 - 75	ATF VI JP	SAE 75W	JASO 1A	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS.	15127
48600.000676/2013 - 93	800 2T FACTORY OFF ROAD JP	SAE 40	API TC	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA MOTORES 2T DE MOTOS DE COMPETIÇÃO	15122
48600.000675/2013 - 49	90 PA JP	SAE 90	API GL-4 E GL-5, MIL-L-2105D	ÓLEO LUBRIFICANTE	DIFERENCIAIS COM AUTOBLOCANTE E EIXOS TRASEIROS	15124
48600.000698/2013 - 53	710 2T JP	SAE 30	API TC - JASO FD	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA MOTORE 2T DE MOTOS.	15128
48600.000666/2013 - 58	MOTYLGEAR JP	SAE 75W90	API GL-4 E 5* MIL L 2105D	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA CAIXAS DE MARCHA MANUAIS E EIXOS TRASEIROS.	15121

Nº 277 LUCHETI LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 59.160.689/0001-64

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.000690/2013 - 97	LUC FUSO 10	ISO 10	. DIN 51.524 - PARTE 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	FUSOS DE ALTA ROTAÇÃO	15132

Nº 278 OMEGA SUPER TROCA COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 06.351.674/0001-17

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.000674/2013 - 02	90 PA OM	SAE 90	API GL-4 E GL-5, MIL-L-2105D	ÓLEO LUBRIFICANTE	DIFERENCIAIS COM AUTOBLOCANTE E EIXOS TRASEIROS	15125

Nº 279 PEC LUB COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 06.001.076/0001-18

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.000664/2013 - 69	ATF VI BF	SAE 75W	JASO 1A	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS.	15120
48600.000662/2013 - 70	MULTI HF PL	SAE 20	DIN 51524 PART 2	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO ATF PARA DIREÇÕES HIDRÁULICAS	15116
48600.000663/2013 - 14	ATF VI PL	SAE 75W	JASO 1A	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS.	15115

Nº 280 QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.000718/2013 - 96	QUAKEROL B 496 DPD AM	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA LAMINAÇÃO A FRIO DE METAIS.	15143
48600.000705/2013 - 17	KUT 2018 GS	SAE NA	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE METAIS	15131
48600.000717/2013 - 41	QWERL 263 PR	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO SOLÚVEL EM ÁGUA PARA ENCRUAMENTO ÚMIDO DE METAIS.	15142
48600.000710/2013 - 20	QWERL 307 LE	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO SOLÚVEL EM ÁGUA PARA ENCRUAMENTO DE METAIS.	15137
48600.000713/2013 - 63	GUPI EP K	ISO 68	. DIN CGLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	GUIAS E BARRAMENTOS	15141
48600.000714/2013 - 16	DRAW B 2022	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO LUBRIFICANTE PARA CONFORMAÇÃO LEVE DE METAIS NÃO FERROSOS.	15136
48600.000712/2013 - 19	QUAKERCUT B 012 ES	ISO NA	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FURAÇÃO PROFUNDA, TREPANAÇÃO E ROSQUEAMENTO DE METAIS	15140
48600.000716/2013 - 05	CADOZ 750	ISO NA	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	CORTE INTEGRAL	15138
48600.000720/2013 - 65	QUAKERAL 370	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE ALUMÍNIO E METAIS FERROSOS.	15144
48600.000711/2013 - 74	QUAKERCOOL 2751 BF	ISO NA	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM	15139

Nº 281 SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 10.456.016/0001-67

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.000681/2013 - 04	SHELL GADUS S2 OG 85	NLGI N.A	N.A	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE ENGRENAGENS ABERTAS.	4511
48600.000682/2013 - 41	SHELL GADUS S2 V220AD	NLGI 1	N.A	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÕES MÚLTIPLAS NA LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS.	4510
48600.000683/2013 - 95	SHELL GADUS S2 OG 50	NLGI N.A	N.A	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO PARA ENGRENAGENS ABERTAS.	4509
48600.000679/2013 - 27	SHELL GADUS S2 OG 40	NLGI NA	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	ENGRENAGENS ABERTAS	4503
48600.000680/2013 - 51	SHELL GADUS S2 OG 80	NLGI NA	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	ENGRENAGENS ABERTAS	4501
48600.000684/2013 - 30	SHELL SPIRAX S5 CFD M	SAE 60	CATERPILLAR TO-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA TRANSMISSÕES E COMANDOS FINAIS DE EQUIPAMENTOS FORA DE ESTRADA.	15134
48600.000684/2013 - 30	SHELL SPIRAX S5 CFD M	SAE 50	CATERPILLAR TO-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA TRANSMISSÕES E COMANDOS FINAIS DE EQUIPAMENTOS FORA DE ESTRADA.	15134

Nº 282 SILVA & BARBOSA COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 65.104.929/0001-06

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.000701/2013 - 39	MULTI CVTF SB	SAE 80	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA CAIXAS DE CÂMBIO AUTOMÁTICAS MODELOS CVT.	15133

Nº 283 YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 03.972.433/0001-05

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.000726/2013 - 32	ELAION SJ	SAE 15W40	SJ	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO MINERAL DESENVOLVIDO PARA MOTORES COM INJEÇÃO ELETRÔNICA, NATURALMENTE ASPIRADOS OU TURBOALIMENTADOS QUE UTILIZAM GASOLINA, ÁLCOOL, GNV OU MOTORES FLEX.	9503
48600.000727/2013 - 87	ELAION SJ	SAE 15W40	API SJ	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO MINERAL DESENVOLVIDO PARA MOTORES COM INJEÇÃO ELETRÔNICA, NATURALMENTE ASPIRADOS OU TURBOALIMENTADOS QUE UTILIZAM GASOLINA, ÁLCOOL, GNV OU MOTORES FLEX.	9503

ROSANGELA MOREIRA DE ARAUJO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 37/2013-DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

(323)

2918/2013-864.392/2006-EMS - EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA.

RELAÇÃO Nº 39/2013-DF

REFERENTE: Processo nº 48403.934.942/2011 - 54

INTERESSADO: RBO ENERGIA S.A.

ASSUNTO: Bloqueio de área para implantação da PCH Jambo nos municípios de Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto, no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, e com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 3.006, de 12 de julho de 2011, que transfere das empresas Pires Administração, Planejamento e Participações S.A., Arcadis Logos Energia S.A. e Planave S.A. Estudos e Projetos de Engenharia para a empresa RBO Energia S.A. a autorização referente à PCH Jambo, localizada nos municipios de Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto, Estado do Rio de Janeiro, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange um polígono de aproximadamente 347,54 ha (trezentos e quarenta e sete hectares, cinquenta e quatro ares), nos municipios de Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto, Estado do Rio de Janeiro, conforme memorial descritivo, mapa e formulário da folha 58 constante no processo 48403.934942/2011.

REFERENTE: Processo nº 48400.001.839/2007 - 99

INTERESSADO: ATE III Transmissora de Energia S.A.

ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da LT 500 kV Itacaiúnas/Colinas nos estados do Pará e Tocantins.

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, e com base no Resolução Autorizativa nº 1009, de 14 de agosto de 2007, publicado em 21 de Agosto de 2007, que declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da ATE III Transmissora de Energia S.A., as áreas de terra necessárias ao estabelecimento da faixa de segurança para linha de transmissão, operando na tensão de 500 kV, em circuito simples, localizada nos municípios de Marabá, Eldorado dos Carajás, São Geraldo do Araguaia, Piçarra, no Estado do Pará e nos municípios de Aragominas, Muricilândia, Santa Fé do Araguaia, Araguaína, Nova Olinda, Pau D'Arco, Bandeirantes do Tocantins e Colinas do Tocantins, no Estado de Tocantins, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes em uma faixa de servidão com setenta metros de largura e com 304 km de extensão (trezentos e quatro quilômetros), nos municípios de Marabá, Eldorado dos Carajás, São Geraldo do Araguaia, Piçarra, no Estado do Pará e nos municípios de Aragominas, Muricilândia, Santa Fé do Araguaia, Araguaína, Nova Olinda, Pau D'Arco, Bandeirantes do Tocantins e Colinas do Tocantins, no Estado de Tocantins, conforme memorial descritivo e formulário da folha 84 constante no processo 48400.001839/2007 - 99.

REFERENTE: Processo nº 48412.966.452/2011 - 17

INTERESSADO: Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP

ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da UHE Teles Pires, nos estados do Mato Grosso e Pará.

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, e com base no Decreto de 01 de junho de 2011, publicado em 02 de junho de 2011, que outorga à Companhia Hidrelétrica Teles Pires concessão de uso de bem público para exploração potencial de energia hidraúlica, denominada Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada nos Estados de Mato Grosso e Pará, e dá outras providências, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes em uma área de 39.469,60 ha (trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove hectares e sessenta ares), no município de Paranaíta, no Estado do Mato Grosso e no município de Jacareacanga, no Estado do Pará, conforme memorial descritivo e formulário da folha 277 constante no processo 48412.966452/2011 - 17.

REFERENTE: Processo nº 48403.930.085/2011 - 13

INTERESSADO: PAREDÃO DE MINAS ENERGIA S.A

ASSUNTO: Bloqueio de área para as implantações das PCH Paredão de Minas, nos municípios de João Pinheiro e Buritizal, no Estado de Minas Gerais.

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA e com base despacho ANEEL nº 1.035, de 21 de 15 de Abril de 2010, que transfere da empresa EMPA S.A., para a empresa Paredão de Minas Energia S.A., as autorizações que especifica, para implantar e explorar a PCH PARADÃO DE MINAS, localizada nos municípios de João Pinheiro e Buritizal, Estado de Minas Gerais, DETERMINO, com fulcro na posição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes com a área da PCH Paredão de Minas de 262,24 ha (duzentos e sessenta e dois hectares, vinte e quatro ares), nos municípios de João Pinheiro e Buritizal, Estado de Minas Gerais, conforme memorial descritivo e formulário da folha 63 constante no processo 48403.930.085/2011 - 13.

RELAÇÃO Nº 41/2013 - SEDE - DF

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a averbação dos atos de liberação de penhora de direitos minerarios(1930)

Exequente:DERLY COSER -DNPM 896.273/1996-MONTE HOREB GRANITOS LTDA- ALVARÁ N° 18.303 /2000

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 36/2013

LICENCIAMENTO (código 7.72):

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s) foi(foram) integralmente acatada(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº: 900.355/2011.

Notificado nº: CONSÓRCIO SISTEMA ADUTOR CASTANHÃO FORTALEZA.

CNPJ/CPF: 04.701.889/0001-95.

NFLDP nº: 132/2011 - DNPM/CE.

Valor: R$ 40.864,61.

LICENCIAMENTO (código 7.58):

Torno Sem efeito Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento (NFLDP) nº 132/2011 de CFEM, publicada no DOU de 28/fevereiro/2011, referente ao Processo de Cobrança 900.355/2011.

FERNANDO ANTONIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 225/2013

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que não houve apresentação de(s)Defesa(s)e/ou Recurso(s)administrativo(s);restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa ,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de cobrança nº932.353/2009
Notificado:Bracuhy Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:71.424.576/0001-24
NFLDP nº4874/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.538,92

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que não houve apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s),restando-lhe pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de cobrança nº935.055/2011
Notificado:Partecal Partezani Calcários Ltda
CNPJ Ou CPF:56.374.374/0001-21
NFLDP nº4389/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$52.944,54
Processo de cobrança nº935.061/2011
Notificado: Milton Antônio Basilio
CNPJ Ou CPF:41.735.051/0001-49
NFLDP nº4395/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$722,31
Processo de cobrança nº935.105/2011
Notificado: Mineração Rio Novo Ltda
CNPJ Ou CPF:17.514.597/0001-95
NFLDP nº4420/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$96.561,64
Processo de cobrança nº935.106/2011
Notificado:Porto de Areia Saara Ltda
CNPJ Ou CPF:02.263.454/0001-80
NFLDP nº1642/2011- Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$5.339,62
Processo de cobrança nº935.213/2011
Notificado: Mineração Rio Novo Ltda
CNPJ Ou CPF:17.514.597/0001-95
NFLDP nº4626/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$47.857,27
Processo de cobrança nº935.221/2011
Notificado: Granitos Tijuca Ltda
CNPJ Ou CPF:86.503.703/0001-58
NFLDP nº 4645/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$13.992,09
Processo de cobrança nº935.222/2011
Notificado: Granitos Tijuca Ltda
CNPJ Ou CPF:86.503.703/0001-58
NFLDP nº 4647/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$19.207,38
Processo de cobrança nº935.225/2011
Notificado: Arqueana de Minérios e Metais Ltda
CNPJ Ou CPF:16.964.819/0001-09
NFLDP nº4601/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$29.130,07
Processo de cobrança nº935.226/2011
Notificado: Arqueana de Minérios e Metais Ltda
CNPJ Ou CPF:16.964.819/0001-09
NFLDP nº4602/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$4.358,12
Processo de cobrança nº935.231/2011
Notificado: Arqueana de Minérios e Metais Ltda
CNPJ Ou CPF:16.964.819/0001-09
NFLDP nº4607/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$4.891,95
Processo de cobrança nº935.232/2011
Notificado: Arqueana de Minérios e Metais Ltda
CNPJ Ou CPF:16.964.819/0001-09
NFLDP nº4608/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$987,56
Processo de cobrança nº935.236/2011
Notificado: Arqueana de Minérios e Metais Ltda
CNPJ Ou CPF:16.964.819/0001-09
NFLDP nº4612/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.557,42
Processo de cobrança nº935.239/2011
Notificado: Arqueana de Minérios e Metais Ltda
CNPJ Ou CPF:16.964.819/0001-09
NFLDP nº4615/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$7.163,17
Processo de cobrança nº935.240/2011
Notificado: Arqueana de Minérios e Metais Ltda
CNPJ Ou CPF:16.964.819/0001-09
NFLDP nº4616/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$643,05
Processo de cobrança nº935.243/2011
Notificado: Inducal Industria de Calcinação Ltda
CNPJ Ou CPF:16.864.928/0001-54
NFLDP nº4618/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$12.617,28
Processo de cobrança nº935.244/2011
Notificado: Mineração e Calcinação Finacal Ltda
CNPJ Ou CPF:16.864.456/0001-30
NFLDP nº4619/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$49.322,67
Processo de cobrança nº935.278/2011
Notificado:Lacel Quartzito Ltda
CNPJ Ou CPF:21.686.670/0001-83
NFLDP nº4735/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.917,18
Processo de cobrança nº935.283/2011
Notificado: Transporte Fluvial Moura Ltda EPP
CNPJ Ou CPF:21.258.801/0001-21
NFLDP nº4752/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$4.981,80
Processo de cobrança nº935.284/2011
Notificado: Areal Cândido Ltda.
CNPJ Ou CPF:01.543.751/0001-17
NFLDP nº4762/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$12.381,54
Processo de cobrança nº935.286/2011
Notificado: Mineração Faísca Ltda
CNPJ Ou CPF:25.105.180/0001-05
NFLDP nº4702/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$627,28
Processo de cobrança nº935.287/2011
Notificado: Pedreira Italegre Ltda
CNPJ Ou CPF:18.677.922/0001-01
NFLDP nº4690/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$18.302,66
Processo de cobrança nº935.293/2011
Notificado:Mineração Café Ltda
CNPJ Ou CPF:41.834.524/0001-65
NFLDP nº4723/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$41.684,79
Processo de cobrança nº935.297/2011
Notificado: Industria de Cal Assunção Ltda
CNPJ Ou CPF:16.969.933/0001-21
NFLDP nº4727/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$155.110,07
Processo de cobrança nº935.298/2011
Notificado: Arqueana de Minérios e Metais Ltda
CNPJ Ou CPF:16.964.819/0001-09
NFLDP nº4728/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$933,04
Processo de cobrança nº935.299/2011
Notificado: Sobrapedras Comércio e Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:20.679.403/0001-16
NFLDP nº4729/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.399,63
Processo de cobrança nº935.300/2011
Notificado: Sobrapedras Comércio e Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:20.679.403/0001-16
NFLDP nº4730/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$4.080,34
Processo de cobrança nº935.305/2011
Notificado: Aglofilito Industria e Comercio Ltda
CNPJ Ou CPF:17.187.931/0001-43
NFLDP nº4734/2011- Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$40.512,88
Processo de cobrança nº935.314/2011
Notificado:Mineração Omega Ltda
CNPJ Ou CPF:25.201.138/0001-80
NFLDP nº4756/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$110.086,86
Processo de cobrança nº935.315/2011
Notificado: Extrativa Manganês Ltda
CNPJ Ou CPF:20.112.728/0001-12
NFLDP nº4760/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$8.677,02
Processo de cobrança nº935.358/2011
Notificado: Espolio de Serafim da Silva Gomes
CNPJ Ou CPF:999.900.810-00
NFLDP nº4777/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$609,95
Processo de cobrança nº935.378/2011
Notificado:Mineração Morro do Ouro Ltda
CNPJ Ou CPF:22.152.748/0001-42
NFLDP nº4841/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$398,79
Processo de cobrança nº935.383/2011
Notificado: Emerson Tavares de Souza FI
CNPJ Ou CPF:05.462.761/0001-89
NFLDP nº4822/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$747,54
Processo de cobrança nº935.405/2011
Notificado: Joaquim Otavio de Andrade
CNPJ Ou CPF:99.900.912/9999-58
NFLDP nº4858/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$22.655,96
Processo de cobrança nº935.412/2011
Notificado: A.Granuso Ltda
CNPJ Ou CPF:22.343.990/0001-01
NFLDP nº4834/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.485,55
Processo de cobrança nº935.424/2011
Notificado: Antonio Daniel Guimarães Micro Emp.
CNPJ Ou CPF:42.920.934/0001-91
NFLDP nº4810/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.555,51
Processo de cobrança nº935.426/2011
Notificado: Extração e Comercio de Areia Campos de Barroso Ltda
CNPJ Ou CPF:21.710.066/0001-45
NFLDP nº4808/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$36,64
Processo de cobrança nº935.427/2011
Notificado: Extração e Comercio de Areia Campos de Barroso Ltda
CNPJ Ou CPF:21.710.066/0001-45
NFLDP nº4807/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$954,46
Processo de cobrança nº935.428/2011
Notificado: Cerâmica Glória Ltda EPP
CNPJ Ou CPF:22.495.790/0001-66
NFLDP nº4818/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.391,07
Processo de cobrança nº935.455/2011
Notificado:Comercial Tati Ltda
CNPJ Ou CPF:25.736.729/0001-51
NFLDP nº4929/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$966,21
Processo de cobrança nº935.456/2011
Notificado:Draga São José de Itajubá Ltda
CNPJ Ou CPF:19.679.224/0001-08
NFLDP nº4930/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.355,35
Processo de cobrança nº935.459/2011
Notificado: Cerâmica Gardênia Ltda
CNPJ Ou CPF:20.728.374/0001-35
NFLDP nº4933/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.198,98
Processo de cobrança nº935.460/2011
Notificado: Draga São José de Itajubá Ltda
CNPJ Ou CPF:19.679.224/0001-08
NFLDP nº4934/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.154,23
Processo de cobrança nº935.462/2011
Notificado: Terra JJ Alves Ltda
CNPJ Ou CPF:26.246.454/0001-30
NFLDP nº4936/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.356,87
Processo de cobrança nº935.481/2011
Notificado: Mineração Lapa Velha Ltda
CNPJ Ou CPF:23.988.090/0001-76
NFLDP nº4953/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$49.404,20
Processo de cobrança nº935.487/2011
Notificado: Gabi Exploração e Comércio de Pedras Ltda
CNPJ Ou CPF:24.057.853/0001-28
NFLDP nº 4963/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.154,66
Processo de cobrança nº935.488/2011
Notificado: Avila Material para Construção Ltda
CNPJ Ou CPF:38.547.048/0001-97
NFLDP nº4964/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$5.365,08
Processo de cobrança nº935.490/2011
Notificado: Ardosia Vereda Ltda
CNPJ Ou CPF:22.754.527/0001-44
NFLDP nº4966/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$16.903,15
Processo de cobrança nº930.529/2012
Notificado: Depósito Santo Antônio Materiais de Construção e Cia Ltda ME
CNPJ Ou CPF:19.068.600/0001-10
NFLDP nº972/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.439,41
Processo de cobrança nº930.533/2012
Notificado:Mineração Caravella Ltda
CNPJ Ou CPF:18.851.675/0001-00
NFLDP nº976/2012 - Superintendência do DNPM/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Valor:R$2.509,19
Processo de cobrança nº930.534/2012
Notificado:Paulo Afonso de Castro ME
CNPJ Ou CPF:03.178.946/0001-30
NFLDP nº977/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.616,40
Processo de cobrança nº930.536/2012
Notificado: Areia Irmãos Ribeiro Ltda
CNPJ Ou CPF:01.731.658/0001-36
NFLDP nº979/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$707,76
Processo de cobrança nº930.538/2012
Notificado: Cesar José Ceolin
CNPJ Ou CPF:01.444.502/0001-74
NFLDP nº982/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$319,65
Processo de cobrança nº930.539/2012
Notificado:João Bosco Cipriani Galli
CNPJ Ou CPF:03.448.533/0001-29
NFLDP nº983/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$331,14
Processo de cobrança nº930.540/2012
Notificado:João Bosco Cipriani Galli
CNPJ Ou CPF:03.448.533/0001-29
NFLDP nº984/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$643,32
Processo de cobrança nº930.550/2012
Notificado: Areal São Camilo Ltda
CNPJ Ou CPF:02.214.432/0001-20
NFLDP nº1074/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.568,47
Processo de cobrança nº930.551/2012
Notificado: Teixeira dos Anjos Material de Construção Ltda ME
CNPJ Ou CPF:02.419.953/0001-14
NFLDP nº1075/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$984,84
Processo de cobrança nº930.552/2012
Notificado: Joselito Antero da Silva ME
CNPJ Ou CPF:26.189.126/0001-40
NFLDP nº1076/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$407,66
Processo de cobrança nº930.554/2012
Notificado: Weslei dos Santos Campos
CNPJ Ou CPF:03.529.651/0001-61
NFLDP nº1078/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.703,69
Processo de cobrança nº930.559/2012
Notificado:Mafalda Neves Mendonça FI
CNPJ Ou CPF:00.371.691/0001-30
NFLDP nº1084/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$101,99
Processo de cobrança nº930.560/2012
Notificado:Mafalda Neves Mendonça FI
CNPJ Ou CPF:00.371.691/0001-30
NFLDP nº1086/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$14,95
Processo de cobrança nº930.562/2012
Notificado: Comercial Sucata de Vidros Ltda
CNPJ Ou CPF:23.338.312/0001-05
NFLDP nº1088/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.244,70
Processo de cobrança nº930.564/2012
Notificado:João Bosco Cipriani Galli
CNPJ Ou CPF:03.448.533/0001-29
NFLDP nº1096/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$148,02
Processo de cobrança nº930.565/2012
Notificado:Vagner Trevisan Me
CNPJ Ou CPF:42.823.617/0001-57
NFLDP nº1097/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$793,88
Processo de cobrança nº930.567/2012
Notificado: Depósito Nossa Senhora da Conceição Ltda
CNPJ Ou CPF:00.795.338/0001-87
NFLDP nº1100/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$161,37
Processo de cobrança nº930.569/2012
Notificado:Olair José da Silva FI
CNPJ Ou CPF:66.267.808/0001-48
NFLDP nº1101/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$281,06
Processo de cobrança nº930.570/2012
Notificado:Extração de Areia Dona Izabel Ltda
CNPJ Ou CPF:00.775.576/0001-20
NFLDP nº1102/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$721,62
Processo de cobrança nº930.571/2012
Notificado:Dayse Maria Nogueira
CNPJ Ou CPF:66.258.906/0001-19
NFLDP nº1104/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$347,91
Processo de cobrança nº930.572/2012
Notificado:Exploração de Areia Xavier Teixeira Ltda
CNPJ Ou CPF:01.720.209/0001-92
NFLDP nº1106/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$592,40
Processo de cobrança nº930.574/2012
Notificado:Mineração Monte Verde Ltda
CNPJ Ou CPF:02.569.487/0001-53
NFLDP nº1108/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$3.562,67
Processo de cobrança nº930.575/2012
Notificado:Maria Edmeé Padilha Magalhães Firma Individual
CNPJ Ou CPF:00.941.234/0001-33
NFLDP nº1114/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$772,74
Processo de cobrança nº930.576/2012
Notificado:Exploração de Areia Xavier Teixeira Ltda
CNPJ Ou CPF:01.720.209/0001-92
NFLDP nº1116/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$530,18
Processo de cobrança nº930.580/2012
Notificado:Frigorífico Tamoyo Ltda
CNPJ Ou CPF:20.395.778/0001-54
NFLDP nº1127/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.318,99
Processo de cobrança nº930.581/2012
Notificado:Mineração Nossa Senhora do Amparo Ltda
CNPJ Ou CPF:24.733.552/0001-77
NFLDP nº1128/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$607,52
Processo de cobrança nº930.587/2012
Notificado:Lira Barra Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:65.381.964/0001-72
NFLDP nº1134/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$553,39
Processo de cobrança nº930.589/2012
Notificado:José Antônio da Cruz
CNPJ Ou CPF:03.940.423/0001-80
NFLDP nº1136/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$496,43
Processo de cobrança nº930.591/2012
Notificado:Humberto Eustáquio de Souza
CNPJ Ou CPF:20.406.955/0001-50
NFLDP nº1138/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$640,53
Processo de cobrança nº930.665/2012
Notificado:Água Mineral Sanleny Ltda
CNPJ Ou CPF:18.929.323/0001-20
NFLDP nº1068/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$494,92
Processo de cobrança nº930.671/2012
Notificado:Mineração Areia Branca Ltda
CNPJ Ou CPF:20.335.956/0002-32
NFLDP nº1082/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.783,60
Processo de cobrança nº930.674/2012
Notificado:Amauri Custódio de Oliveira
CNPJ Ou CPF:42.911.966/0001-20
NFLDP nº1090/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$428,79
Processo de cobrança nº930.677/2012
Notificado:Draga Santos Ltda
CNPJ Ou CPF:65.096.281/0001-73
NFLDP nº1093/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$899,03
Processo de cobrança nº930.678/2012
Notificado:Draga Veloso Ltda
CNPJ Ou CPF:02.525.778/0001-40
NFLDP nº1095/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$882,35
Processo de cobrança nº930.679/2012
Notificado:Draga Treze Irmãos Ltda
CNPJ Ou CPF:02.852.448/0001-69
NFLDP nº1098/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.058,28
Processo de cobrança nº930.681/2012
Notificado:Luiz Carlos Fiuza de Souza
CNPJ Ou CPF:03.427.450/0001-53
NFLDP nº1105/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$21,44
Processo de cobrança nº930.684/2012
Notificado:Green Projetos e Serviços Ltda
CNPJ Ou CPF:03.334.775/0001-91
NFLDP nº1111/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$345,24
Processo de cobrança nº930.686/2012
Notificado:José Alves Monteiro
CNPJ Ou CPF:03.704.705/0001-88
NFLDP nº1113/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$514,31
Processo de cobrança nº930.689/2012
Notificado:Olívia Aparecida Pereira Firma Individual
CNPJ Ou CPF:02.603.127/0001-20
NFLDP nº1119/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.606,13
Processo de cobrança nº930.690/2012
Notificado:Mineração Rosa & Melo Ltda
CNPJ Ou CPF:04.697.313/0001-00
NFLDP nº1120/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$677,78
Processo de cobrança nº930.692/2012
Notificado:Madecosta Ltda
CNPJ Ou CPF:04.219.067/0001-72
NFLDP nº1122/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$392,70
Processo de cobrança nº930.694/2012
Notificado:Eliabe Fernandes Duarte ME
CNPJ Ou CPF:04.627.109/0001-04
NFLDP nº1124/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$669,16
Processo de cobrança nº930.756/2012
Notificado:Benetido Nogueira de Souza e Cia Ltda
CNPJ Ou CPF:03.049.231/0001-88
NFLDP nº1141/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$296,52
Processo de cobrança nº930.760/2012
Notificado:Areal Eduardo Ltda
CNPJ Ou CPF:03.664.953/0001-42
NFLDP nº1143/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$402,98
Processo de cobrança nº930.771/2012
Notificado:Ical Indústria de Calcinação Ltda
CNPJ Ou CPF:17.157.264/0001-56
NFLDP nº1149/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.183,04
Processo de cobrança nº930.774/2012
Notificado:João Damsceno Bairral Me
CNPJ Ou CPF:00.632.846/0001-44
NFLDP nº1152/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$460,72
Processo de cobrança nº930.775/2012
Notificado:Sul Mineira Empresa de Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:42.802.538/0001-60
NFLDP nº1153/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.175,15
Processo de cobrança nº930.781/2012
Notificado:Cláudia Aparecida Vargas dos Santos FI
CNPJ Ou CPF:04.842.450/0001-82
NFLDP nº1156/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$360,29
Processo de cobrança nº930.783/2012
Notificado:Luciano Rodrigo Saltarelli Queiroga
CNPJ Ou CPF:03.606.112/0001-89
NFLDP nº1157/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$345,96
Processo de cobrança nº930.784/2012
Notificado:Mineração Santa Quitéria
CNPJ Ou CPF:03.058.304/0001-06
NFLDP nº1158/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$241,99
Processo de cobrança nº930.794/2012
Notificado:Iunagral Iuna Granitos Ltda ME
CNPJ Ou CPF:04.065.933/0001-18
NFLDP nº1163/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$438,74
Processo de cobrança nº930.795/2012
Notificado:Mineração Matação Ltda
CNPJ Ou CPF:17.401.688/0001-14
NFLDP nº1164/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$234,15
Processo de cobrança nº930.802/2012
Notificado:Setovi Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:26.017.301/0001-11
NFLDP nº1169/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$51,81
Processo de cobrança nº930.804/2012
Notificado:JJC Mineração Industria e Comércio Ltda
CNPJ Ou CPF:18.883.058/0001-96
NFLDP nº1171/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$184,19
Processo de cobrança nº930.832/2012
Notificado:Marimbondo Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:68.050.293/0001-55
NFLDP nº1236/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$197,75
Processo de cobrança nº930.833/2012
Notificado:Mineral Extração e Comércio de Minerais Ltda
CNPJ Ou CPF:01.249.321/0001-97
NFLDP nº1237/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$317,65
Processo de cobrança nº930.836/2012
Notificado:Draga Veloso Ltda
CNPJ Ou CPF:02.525.778/0002-20
NFLDP nº1240/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$491,98
Processo de cobrança nº930.838/2012
Notificado:Alaércio Vítor Novaes
CNPJ Ou CPF:02.859.282/0001-02
NFLDP nº1242/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$295,47
Processo de cobrança nº930.844/2012
Notificado:Mineradora Gonçalves Nasser Ltda
CNPJ Ou CPF:04.879.901/0001-56
NFLDP nº1196/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$323,98
Processo de cobrança nº930.845/2012
Notificado:Emar Empresa Mineradora de Areia Rochosa Ltda ME
CNPJ Ou CPF:04.896.250/0001-02
NFLDP nº1197/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$136,22
Processo de cobrança nº930.849/2012
Notificado:Canaan Material de Construção Comércio Indústria e Representações Ltda
CNPJ Ou CPF:24.992.232/0001-31
NFLDP nº1201/2012 - Superintendência do DNPM/MG

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Valor:R$439,35
Processo de cobrança nº930.858/2012
Notificado:Emigran Empresa de Mineração de Granitos Ltda
CNPJ Ou CPF:55.742.167/0001-10
NFLDP nº1227/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$629,69
Processo de cobrança nº930.862/2012
Notificado:Mauri Venturi Com.de Areia Dragão
CNPJ Ou CPF:06.525.505.0001-56
NFLDP nº1231/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$238,89
Processo de cobrança nº930.866/2012
Notificado:Porto de Areia Santa Helena Ltda
CNPJ Ou CPF:02.978.186/0001-83
NFLDP nº1235/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$153,61
Processo de cobrança nº930.893/2012
Notificado:Alcides Torres de Faria FI
CNPJ Ou CPF:00.490.582/0001-31
NFLDP nº1181/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$391,71
Processo de cobrança nº930.894/2012
Notificado:Alcides Torres de Faria FI
CNPJ Ou CPF:00.490.582/0001-31
NFLDP nº1182/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$537,98
Processo de cobrança nº930.897/2012
Notificado:Areião Gontijo Ltda
CNPJ Ou CPF:05.306.950/0001-62
NFLDP nº1185/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$75,22
Processo de cobrança nº930.901/2012
Notificado:Manganês Nazareno Ltda
CNPJ Ou CPF:19.932.227/0001-01
NFLDP nº1190/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$441,89
Processo de cobrança nº930.904/2012
Notificado:Somibrás Sociedade de Mineração Brasileira Ltda
CNPJ Ou CPF:43.836.485/0001-60
NFLDP nº1191/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$16.817,17
Processo de cobrança nº930.907/2012
Notificado:Adilson Tomás de Freitas ME
CNPJ Ou CPF:11.081.050/0001-67
NFLDP nº1204/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$117,18
Processo de cobrança nº930.910/2012
Notificado:Adilson Tomás de Freitas ME
CNPJ Ou CPF:11.081.050/0001-67
NFLDP nº1207/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$93,34

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2013

FASE CONCESSÃO DE LAVRA

Fica(m) os abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (Código 5.49)

Processo de Cobrança nº 915.718/2009 - Notificado: RAVLEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE QUARTZO LTDA - CNPJ: 95.787.677/0001-28 - NFLDP nº 821/2009 - Valor: R$ 64.710,55

Fica(m) abaixo relacionado(s) ciente(s) que o(s) recurso(s) administrativo(s) interposto(s) foram julgados improcedentes; restando-lhe(s) pagar, ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 915.831/2008 - Notificado: COOPERMINAS- COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA LTDA - CNPJ: 80.967.540/0001-88 - NFLDP nº 18/2008 - Valor: R$ 2.107.022,56

FASE DE LICENCIAMENTO

Fica(m) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei 8.876/94, c/.c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (Código 7.72)

Processo de Cobrança nº 915.967/2009 - Notificado: DIRCE DOS ANJOS JUNIOR
CNPJ: 73.421.760/0001-46- NFLDP nº 1019/2009 - Valor: R$ 819,79

Processo de Cobrança nº 915.771/2009 - Notificado: EXTRAÇÃO DE AREIA MULLER LTDA
CNPJ: 76.838.721/0001-37 - NFLDP nº 857/2009 - Valor: R$ 1.260,74

Processo de Cobrança nº 916.041/2009- Notificado: CERÂMICA ROLANDO KLITZKE LTDA
CNPJ: 82.771.684/0001-90 - NFLDP nº 1064/2009 - Valor: R$ 359,52

Processo de Cobrança nº 915.822/2009 - Notificado: TERRAPLENAGEM GOLL LTDA
CNPJ: 00.667.929/0001-79 - NFLDP nº 890/2009 - Valor: R$ 3.153,36

Processo de Cobrança nº 915.861/2009 - Notificado: COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA - CNPJ: 02.425.658/0001-70 - NFLDP nº 927/2009 - Valor: R$ 8.242,94

Processo de Cobrança nº 915.801/2009 - Notificado: ARTE OLEIRA LTDA
CNPJ: 83.480.640/0001-73 - NFLDP nº 867/2009 - Valor: R$ 32.684,89

Processo de Cobrança nº 915.995/2009 - Notificado: ALBINO E CIA. LTDA -ME
CNPJ: 75.399.402/0001-00 - NFLDP nº 1035/2009 - Valor: R$ 27.282,99

Processo de Cobrança nº 916.002/2009 - Notificado: AMCG AREIAL RODRIGUES LTDA
CNPJ: 05.049.172/0001-73 - NFLDP nº 1034/2009 - Valor: R$ 30.098,18

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 26/2013

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)

Fica o abaixo relacionado ciente que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 978.138/2006 Notificado: Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda.
CNPJ nº 00.048.785/0001-72 NFLDP Nº 03/2006 Valor: R$ 2.773.341,87

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 38, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.000041/2013-55, e considerando que:

o Despacho SCG/ANEEL nº 1.812, de 9 de maio de 2008, registrou, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Juliana II, com potência instalada de 400 kW; e

a metodologia para o cálculo e revisão dos montantes de garantia física de energia de usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para fins de participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, foi estabelecida pela Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Definir em 0,150 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Juliana II, de propriedade da empresa Juliana Energética Ltda., localizada no Rio Juliana, Município de Igrapiúna, Estado da Bahia.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da CGH Juliana II refere-se ao Ponto de Conexão da Usina. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Juliana II poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

PORTARIA Nº 39, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.002156/2012-11, e considerando que:

o Despacho SCG/ANEEL nº 1.814, de 9 de maio de 2008, registrou, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Vargido, com potência instalada de 300 kW; e

a metodologia para o cálculo e revisão dos montantes de garantia física de energia de usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para fins de participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, foi estabelecida pela Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Definir em 0,043 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Vargido, de titularidade da empresa Juliana Energética Ltda., localizada no Rio Vargido, Município de Igrapiúna, Estado da Bahia.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da CGH Vargido refere-se ao Ponto de Conexão da Usina. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Vargido poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

PORTARIA Nº 40, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.002141/2012-35, e considerando que:

o Despacho ANEEL nº 3.936, de 12 de dezembro de 2012, aprovou o Projeto Básico da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Cesar Filho, com potência instalada de 7,0 MW; e

a metodologia para o cálculo e revisão dos montantes de garantia física de energia de usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para fins de participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE foi estabelecida pela Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Definir em 3,08 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Cesar Filho, de titularidade da empresa Centrais Elétricas Taboca Ltda., localizada no Rio Taboca, Municípios de Chupinguaia e Parecis, Estado de Rondônia.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da PCH Cesar Filho é determinado no Ponto de Conexão da Usina. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Cesar Filho poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 55, DE 15 DE MARÇO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A COMERCIALIZAÇÃO EM BANCA DE IMPRENSA NACIONAL

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de bombas medidoras para combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n.° 23/85 e pela Portaria Inmetro n.º 52/04, e

Considerando o constante do Processo Inmetro n.º 52600.0507087/2012, resolve:

Aprovar o modelo TQC, de dispositivo indicador para bombas medidoras de combustíveis líquidos, marca Tokheim, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 56, DE 15 DE MARÇO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bombas medidoras para combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 23/85;

Considerando o constante do Processo Inmetro n.º 52600.0507487/2012, resolve:

Aprovar o modelo TQM, de dispositivo medidor para bombas medidoras de combustíveis líquidos, marca Tokheim, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 57, DE 18 DE MARÇO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de bombas medidoras para combustíveis líquidos, a que se refere as Portarias Inmetro n.º 23/1985 e n.º 52/04, e

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro n.º 52600.050453/2012, resolve:

Aprovar a família de modelos Q210, de bomba medidora para combustíveis líquidos, marca Précision Brasil, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 58, DE 18 DE MARÇO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bombas medidoras para combustíveis líquidos aprovado pela Portaria Inmetro n.° 23, de 25 de fevereiro de 1985, e pela Portaria Inmetro n.º 52, de 13 de fevereiro de 2004,

Considerando o constante do Processo Inmetro n.º 52600.050746/2012, resolve:

Aprovar a família de modelos Q310, de bomba medidora para combustíveis líquidos, marca Précision Brasil, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 59, DE 18 DE MARÇO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de bombas medidoras para combustíveis líquidos, a que se refere a Portaria Inmetro n.º 23/1985 e a Portaria Inmetro n.º 52/2004, e

Considerando o constante do Processo Inmetro n.º 52600.05074672012, resolve:

Aprovar a família de modelos Q410, de bomba medidora para combustíveis líquidos, marca Précision Brasil, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 60, DE 21 DE MARÇO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro n° 431/2007,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.020845/2012, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel n° 299, de 22 de outubro de 2007, que aprova o modelo SL 7000, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 61, DE 21 DE MARÇO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de gases de exaustão veicular, aprovado pela Portaria Inmetro n.° 155/2005 e considerando o Art. 2º da Portaria Inmetro n.º 327/2008, resolve:

Aprovar, com restrição referente ao prazo de validade, o modelo AGS-688 de medidor de gases de exaustão veicular, marca BRAIN BEE, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 84, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação de trezentos (300) candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Técnico Administrativo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autorizado pela Portaria MP nº 44, de 16 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2012.

Parágrafo único. O provimento dos cargos deverá ocorrer a partir de março de 2013, e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação;

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira das novas despesas com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados; e

III - à total substituição dos trabalhadores terceirizados que executam atividades em desacordo com a legislação vigente, considerando o disposto na Cláusula Quarta do Termo de Conciliação Judicial - Processo nº 00810-2006-017-10-00-7, assim como o Acórdão nº 1520/2006 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, cujos nomes deverão constar de relação a ser publicada previamente à nomeação dos candidatos aprovados, de acordo com o disposto no art. 1º da Portaria Interministerial MP/CGU nº 494, de 18 de dezembro de 2009.

Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para nomeação dos candidatos a que se refere o art. 1º será do Diretor-Presidente do IBAMA, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outro ato administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 85, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação de vinte e nove candidatos aprovados no concurso para provimento de cargos de nível superior e intermediário do Plano Especial de Cargos do Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur, autorizado pela Portaria MP nº 228, de 12 de maio de 2010, conforme discriminado no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O provimento dos cargos no quantitativo previsto no art. 1º deverá ocorrer a partir de março de 2013, e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa, quando do provimento dos referidos cargos, sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa à Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 3º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público referido no art. 1º será do Presidente da Embratur, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

Cargo	Escolaridade	Quantidade
Administrador	Superior	2
Economista	Superior	4
Técnico de Comunicação Social	Superior	2
Técnico Especializado	Superior	17
Agente Administrativo	Intermediário	4
TOTAL		29

PORTARIA Nº 86, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art 6º do Decreto nº 7.186, de 27 de maio de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer para o Ministério da Educação - MEC, conforme disposto no Anexo a esta Portaria, o valor máximo a ser despendido no primeiro e no segundo semestres de 2013, no âmbito dos Hospitais Universitários vinculados àquele Ministério, com o Adicional por Plantão Hospitalar - APH, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

§ 1º Do valor semestral a que se refere o caput deverão ser deduzidas as despesas com o pagamento do adicional pela prestação de serviço extraordinário de que trata o inciso V do art. 61 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, realizadas no âmbito dos Hospitais Universitários vinculados ao Ministério da Educação no período em que for despendido o recurso estabelecido.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá quantitativos máximos de plantões e de horas de prestação de serviço extraordinário por unidade hospitalar sob sua supervisão, compatíveis com o valor máximo fixado no caput para cada semestre.

Art. 2º As despesas decorrentes da concessão do APH deverão se comportar dentro dos limites das dotações orçamentárias de "Pessoal e Encargos Sociais" consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

ADICIONAL POR PLANTÃO HOSPITALAR
NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM 2013
Em R$

PERÍODO	VALOR MÁXIMO A SER DESPENDIDO POR SEMESTRE*
I SEMESTRE DE 2013	99.316.970,77
II SEMESTRE DE 2013	102.964.915,23

(*) Do limite estabelecido por semestre deverão ser deduzidas as despesas com o pagamento do adicional pela prestação de serviço extraordinário de que trata o inciso V do art. 61 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, realizadas no âmbito dos Hospitais Universitários vinculados ao Ministério da Educação no período em que for despendido o recurso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 87, DE 26 DE MARÇO DE 2013

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art 6º do Decreto nº 7.186, de 27 de maio de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer para o Ministério da Saúde - MS, conforme disposto no Anexo a esta Portaria, o valor máximo a ser despendido no primeiro e no segundo semestres de 2013 com o Adicional por Plantão Hospitalar - APH, no âmbito dos hospitais de que trata o art. 298 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

§ 1º Do valor semestral a que se refere o caput deverão ser deduzidas as despesas com o pagamento do adicional pela prestação de serviço extraordinário de que trata o inciso V do art. 61 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, realizadas no âmbito dos hospitais de que trata o caput, no período em que for despendido o recurso estabelecido.

§ 2º O Ministério da Saúde estabelecerá quantitativos máximos de plantões e de horas de prestação de serviço extraordinário por unidade hospitalar sob sua supervisão, compatíveis com o valor máximo fixado no caput para cada semestre.

Art. 2º As despesas decorrentes da concessão do APH deverão se comportar dentro dos limites das dotações orçamentárias de "Pessoal e Encargos Sociais" consignadas ao Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

ADICIONAL POR PLANTÃO HOSPITALAR
NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM 2013
Em R$

PERÍODO	VALOR MÁXIMO A SER DESPENDIDO POR SEMESTRE*
I SEMESTRE DE 2013	33.000.000,00
II SEMESTRE DE 2013	33.000.000,00

(*) Do limite estabelecido por semestre deverão ser deduzidas as despesas com o pagamento do adicional pela prestação de serviço extraordinário de que trata o inciso V do art. 61 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, realizadas no âmbito dos hospitais de que trata o art. 298 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, no período em que for despendido o recurso.

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Dá nova redação e inclui o Parágrafo único ao art. 7º da Orientação Normativa SRH/MP nº 4, de 9 de julho de 2008.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, incisos II e III, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, no Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no Parecer AGU JT 01/2007, do Advogado-Geral da União, anexo ao Parecer CGU/AGU nº 01/2007 - RVJ, de 27 de novembro de 2007, aprovado pelo Presidente da República, em 28 de dezembro de 2007, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 31 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º O art. 7º da Orientação Normativa SRH/MP nº 4, de 9 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º O empregado público cedido, requisitado ou em exercício fará jus ao auxílio-alimentação custeado com recursos do órgão ou entidade de origem, ressalvado o direito de opção pelo órgão ou entidade em que estiver em exercício.

Parágrafo único. O direito assegurado no caput somente gerará efeitos financeiros a partir da data de opção, vedada a indenização de qualquer espécie em caráter retroativo.

Art. 2º Esta Orientação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LÚCIA AMORIM DE BRITO

PORTARIA NORMATIVA Nº 3, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 23, inciso I, alínea "a", item 7, do Anexo I, do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Ficam instituídas as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal a serem adotadas como referência nas ações de promoção da saúde dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LÚCIA AMORIM DE BRITO

ANEXO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção I

Das diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal

Art. 1º Ficam instituídas as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, a serem adotadas como referência pelos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, na forma deste Anexo.

Parágrafo único. As diretrizes integram o conjunto de ações da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal - PASS, prevista no Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, que criou o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS.

Art. 2º As diretrizes destinam-se a subsidiar políticas e projetos de promoção da saúde e de qualidade de vida no trabalho, a serem implantados de forma descentralizada e transversal, por meio das áreas de gestão de pessoas, de saúde e de segurança no trabalho, e que contemplem a gestão participativa.

Art. 3º A concepção que fundamenta estas diretrizes prioriza ações voltadas à educação em saúde, à prevenção dos riscos, agravos e danos à saúde do servidor, ao estímulo dos fatores de proteção da saúde e ao controle de determinadas doenças.

Art. 4º As ações de promoção da saúde têm como finalidade a melhoria dos ambientes, da organização e do processo de trabalho, de modo a ampliar a conscientização, a responsabilidade e a autonomia dos servidores, em consonância com os esforços governamentais de construção de uma cultura de valorização da saúde para redução da morbimortalidade, por meio de hábitos saudáveis de vida e de trabalho.

Parágrafo único. As ações abrangem as mudanças na organização e no ambiente de trabalho, com foco na prevenção dos acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho e na educação em saúde para a adoção de práticas que melhorem as condições e a qualidade de vida no trabalho.

Art. 5º As iniciativas de promoção da saúde devem, preferencialmente, basear-se em dados epidemiológicos e no resultado das avaliações das condições, da segurança e dos processos de trabalho, fazendo uso da informação e indicadores de saúde como insumos para orientar e favorecer a transformação contínua do nível de saúde e das condições de vida dos servidores, respeitando as necessidades das diferentes etapas do desenvolvimento humano.

Seção II
Dos objetivos

Art. 6º A definição das diretrizes gerais de promoção à saúde do servidor público federal tem por objetivos:

I - o estímulo à oferta de ações de educação em saúde e promoção da saúde junto aos servidores públicos federais, em diferentes níveis de prevenção, direcionadas ao bem-estar, à qualidade de vida e à redução da vulnerabilidade a riscos relacionados à saúde, aos seus determinantes e condicionantes;

II - propiciar aos servidores ambientes de trabalho saudáveis, com o envolvimento destes e dos gestores no estabelecimento de um processo de melhoria contínua das condições e das relações no trabalho e da saúde, propiciando bem-estar das pessoas inseridas no contexto laboral;

III - a melhor compreensão da determinação do processo saúde e doença nos servidores públicos e o desenvolvimento de alternativas de intervenção que levem à transformação da realidade, em direção à apropriação, pelos servidores, da dimensão humana do trabalho; e

IV - a intervenção nas determinantes do processo saúde e doença e do processo de adoecimento em seus aspectos individuais e nas relações coletivas do ambiente de trabalho; e

V - a contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Seção III
Das premissas e princípios norteadores

Art. 7º Sem prejuízo dos princípios e diretrizes estabelecidos pela Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal e pela Norma Operacional de Saúde do Servidor Público Federal (Portaria Normativa SRH nº 3, de 7 de maio de 2010), para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças, de melhoria da qualidade de vida no trabalho e de educação em saúde, serão observadas as seguintes premissas:

I - multideterminação da saúde: a saúde é compreendida como fenômeno decorrente de diversos fatores de natureza biológica, psicológica e social;

II - abordagem biopsicossocial: as equipes multiprofissionais devem pautar sua atuação na perspectiva biopsicossocial dos indivíduos, por meio de ações interdisciplinares que favoreçam relações entre diferentes conhecimentos, considerados os múltiplos fatores que influenciam a condição de saúde dos servidores em suas relações com o trabalho;

III - interdisciplinaridade: a abordagem multiprofissional sobre as ações e programas de promoção da saúde deve contemplar os conhecimentos técnicos a partir de visão interdisciplinar, observada a relação entre as diferentes áreas do conhecimento e, fundamentalmente, considerado o conhecimento dos servidores para o desenvolvimento das ações e dos programas;

IV - gestão participativa no desenvolvimento das ações: estabelecimento de espaços coletivos que promovam a difusão de conhecimento e a reflexão crítica, assegurado o direito de participação dos servidores em todas as etapas do processo de atenção à saúde;

V - ambientes de trabalho saudáveis: as iniciativas de promoção da saúde do servidor público federal devem pressupor uma concepção que não se restrinja à ausência de doença, mas que seja capaz de atuar sobre os determinantes da saúde, incidindo a intervenção, também, sobre as condições de trabalho no serviço público;

VI - relação entre atenção à saúde e gestão de pessoas: a promoção da saúde deve ser reconhecida como uma estratégia fundamental das políticas de gestão de pessoas, como forma de expressão de uma proposta abrangente e que busca garantir o equilíbrio entre trabalho e saúde e a indissociabilidade entre atenção e gestão; e

VII - humanização na atenção à saúde.

Art. 8º As ações de promoção da saúde no âmbito do serviço público federal devem constar dos planos, programas, projetos e ações gerenciais dos órgãos que compõem o SIPEC e ser ofertadas de acordo com os seguintes princípios:

I - universalidade e equidade: as ações de promoção da saúde do servidor contemplam todos os servidores públicos federais;

II - integralidade das ações: integração do conjunto de atividades voltadas para os indivíduos e as coletividades, articuladas para potencializar as ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos servidores;

III - acesso à informação: fornecimento de informações aos servidores, sobretudo aquelas que ampliem seus conhecimentos sobre saúde e aumentem a autonomia para decisão quanto ao seu estilo de vida, que os orientem quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de doenças, acidentes e demais agravos à saúde e em relação às medidas de prevenção para evitar o surgimento de doenças e de situações de risco à saúde;

IV - descentralização: as ações voltadas para a saúde do servidor serão planejadas e executadas pelas unidades do SIASS e pelos órgãos e entidades que compõem o SIPEC, segundo as prioridades e as necessidades dos servidores da área de abrangência, valendo-se dos serviços de referência e contra-referência; e

V - comunicação, formação e capacitação: manutenção de políticas de comunicação, de formação permanente e de capacitação nas áreas de promoção da saúde do servidor.

CAPÍTULO II
DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR

Art. 9º As ações de promoção da saúde devem contemplar abordagens coletivas que possam influenciar ou modificar hábitos individuais e culturas organizacionais, de maneira a favorecer os espaços de convivência e de produção de saúde, fortalecendo a autonomia dos servidores e contribuindo com suas competências e habilidades.

§ 1º As iniciativas devem zelar pela consistência teórica e técnica, por intervenções com eficácia conhecida, além de considerar impactos positivos, preferencialmente por meio da indicação de resultados mensuráveis.

§ 2º Os projetos e atividades de promoção da saúde devem ser monitorados a partir de indicadores produzidos com essa finalidade, para avaliar os impactos na relação saúde, doença e trabalho, visando rever ou aprimorar as ações, e pelo registro em sistema informatizado disponibilizado pelo órgão central do SIPEC.

§ 3º As ações de promoção da saúde devem, preferencialmente, ser realizadas por meio de equipes multiprofissionais, compostas por um conjunto de servidores com formação em diversas áreas do conhecimento, responsáveis pelo desenvolvimento das ações de saúde e segurança do trabalho, no âmbito das unidades SIASS, bem como dos órgãos e entidades que compõem o SIPEC.

Art. 10. No planejamento das ações de promoção da saúde, assim como daquelas destinadas à prevenção de riscos e doenças, deverão ser priorizadas as seguintes áreas:

I - saúde do adulto;
II - saúde bucal;
III - saúde do homem;
IV - saúde do idoso;
V - saúde mental;
VI - saúde da mulher;
VII - saúde das pessoas com deficiência; e
VIII - saúde ocupacional.

Parágrafo único. Para as áreas de que trata o caput deste artigo, deverão ser definidas estratégias para grupos específicos de servidores, com a finalidade de propiciar o desenvolvimento de abordagens e intervenções diferenciadas.

Art. 11. No intuito de viabilizar o cuidado em saúde e aumentar o impacto dos programas e ações de promoção da saúde, priorizam-se os seguintes temas de interesse:

I - alimentação saudável;
II - cuidado integral em saúde;
III - desenvolvimento de habilidades sociais e do trabalho;
IV - envelhecimento ativo, educação e preparação para a aposentadoria;
V - gestão integrada de doenças crônicas e fatores de risco;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - mediação de conflitos;
VII - prática corporal e atividade física;
VIII - prevenção da violência e estimulo à cultura da paz;
IX - prevenção e controle do tabagismo;
X - redução da morbidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas;
XI - valorização da diversidade humana;
XII - prevenção de acidentes de trabalho; e
XIII - intervenção nos ambientes e processos de trabalho com vistas à prevenção de doenças, agravos e acidentes ocupacionais.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 12. Na implementação das diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, compete à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de órgão central do SIPEC:

I - aprovar orientações, portarias e outros atos normativos complementares a esta Portaria;

II - manter sistema de registro de informações dos programas de promoção da saúde; e

III - promover, com a colaboração dos setores competentes, o estudo para a provisão de recursos humanos e orçamentários necessários ao desenvolvimento das ações e atividades de promoção à saúde.

Art. 13. Na implementação das diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, compete ao Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

I - formular e propor normas e diretrizes para a área de promoção da saúde do servidor;

II - promover estudos das legislações relacionadas à saúde do servidor, no âmbito de sua competência, e propor o seu aperfeiçoamento;

III - apoiar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e a saúde do servidor, contribuindo para a oferta de programas de promoção da saúde e prevenção dos agravos;

IV - difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do servidor;

V - dar visibilidade às ações e programas de promoção da saúde ofertados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, a partir das iniciativas registradas no sistema informatizado disponibilizado pelo órgão central, possibilitando o controle e avaliação da qualidade das ações e programas de promoção à saúde do servidor; e

VI - estabelecer parcerias e intercâmbios técnicos com organismos e instituições afins, nacionais e internacionais, para fortalecer a atuação institucional e promover a capacitação dos colaboradores.

Art. 14. Na implementação das diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, compete aos dirigentes dos órgãos ou entidades e gestores de pessoas ou de recursos humanos:

I - viabilizar ou firmar cooperações técnicas que assegurem os meios e recursos necessários para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, em consonância com o perfil epidemiológico dos servidores, com as características institucionais e especificidades regionais;

II - incluir, sistematicamente, ações programáticas direcionadas para promoção da saúde dos servidores no planejamento do órgão ou entidade e dos relatórios anuais de gestão;

III - assegurar o cumprimento destas diretrizes e promover a formação e capacitação, em conformidade com as orientações das equipes técnicas de vigilância e de promoção da saúde; e

IV - garantir o registro das informações relativas às ações e programas de promoção da saúde no sistema informatizado disponibilizado pelo órgão central do SIPEC.

Art. 15. Na implementação das diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, compete às unidades do SIASS:

I - coordenar e executar ações voltadas à promoção da saúde, em especial à melhoria das condições e organização do trabalho, prevenção de acidentes, agravos à saúde e doenças;

II - apoiar e supervisionar os órgãos que as compõem no planejamento, execução e monitoramento das ações de promoção da saúde;

III - desenvolver estratégias para o recebimento de informações sobre casos que caracterizam assédio moral no trabalho e para a adoção das providências cabíveis;

IV - elaborar o perfil epidemiológico da saúde dos servidores, a partir de fontes de informação existentes, com o objetivo de orientar as ações de atenção à saúde do servidor, em especial a intervenção nos ambientes e processo de trabalho; e

V - realizar o registro das informações relativas às ações e programas de promoção à saúde, ofertadas pela unidade, no sistema informatizado disponibilizado pelo órgão central do SIPEC.

Art. 16. Na implementação das diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, compete às equipes multiprofissionais vinculadas às unidades do SIASS e aos órgãos e entidades que compõem o SIPEC:

I - planejar e executar ações voltadas para promoção da saúde, em especial para a melhoria das condições de trabalho, prevenção de acidentes, agravos à saúde e doenças relacionadas ao trabalho;

II - sistematizar e analisar os dados gerados nas ações de promoção da saúde, notificando os agravos relacionados ao trabalho no sistema informatizado disponibilizado pelo órgão central do SIPEC;

III - amparar os servidores e indicar-lhes ações de promoção da saúde, preservando o sigilo das informações individuais;

IV - zelar pela integralidade das ações, pela humanização do trabalho em saúde, considerando a abordagem multiprofissional e interdisciplinar; e

V - realizar o registro das informações relativas às ações e programas de promoção da saúde do servidor no sistema informatizado disponibilizado pelo órgão central.

CAPÍTULO IV

DO PLANEJAMENTO

Art. 17. No âmbito dos órgãos e entidades que compõem o SIPEC, o planejamento em promoção da saúde requer:

I - o emprego destas diretrizes para a orientação das ações que serão desenvolvidas; e

II - a observância da integralidade do cuidado e dos determinantes sociais e de saúde e, sempre que possível, de acordo com as necessidades e situações de saúde dos servidores nos diferentes órgãos e entidades compõe o SIPEC.

CAPÍTULO V

DO FINANCIAMENTO

Art. 18. Cabe aos órgãos e entidades no âmbito do SIPEC viabilizarem os meios e os recursos necessários para garantir a implantação e a implementação das ações de promoção da saúde, com recursos próprios ou oriundos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Os órgãos e entidades integrantes do SIPEC devem observar estas diretrizes na elaboração de orientações e condutas específicas.

Art. 20. Os órgãos e entidades integrantes do SIPEC deverão elaborar plano de ação, o qual conterá o planejamento de execução de ações de promoção da saúde.

Art. 21. Os órgãos e entidades integrantes do SIPEC deverão promover a qualificação dos técnicos das áreas de recursos humanos, de qualidade de vida, de saúde e de segurança do trabalho, a fim de instrumentalizá-los para o cumprimento destas diretrizes.

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 26 de março de 2013

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	.A.I	EMPRESA	UF
1	46206.002572/2011-89	019867701	Comercial de Alimentos Sheykina Ltda.	DF
2	46223.003279/2011-21	020093560	R.C. Lacerda Comércio ME	MA
3	46243.001144/2009-78	018818765	Magnetti Marelli Sistemas Automotivos Indústria e Comércio Ltda.	MG
4	47747.004651/2010-41	022174419	MGS Minas Gerais Administração e Serviços S.A.	MG
5	46210.002934/2006-12	012815144	Comércio Intelecto Ltda. ME	MT
6	46214.002842/2009-38	018228593	Agrimaza Industrial e Mineração Ltda.	PI
7	46215.017338/2010-66	015131866	A.S. Teixeira e Cia. Ltda. ME	RJ
8	46215.490872/2009-80	020009968	Álamo Engenharia S.A.	RJ
9	46670.003035/2009-55	019415681	Ampla Energia e Serviços S.A.	RJ
10	46215.489487/2009-90	020046821	Churrascaria Cinco Estrelas Ltda.	RJ
11	46869.000837/2008-13	015208273	Construtora Santa Isabel S.A.	RJ
12	46215.019394/2008-11	015156044	For Security - Vigilância e Segurança Ltda.	RJ
13	46215.015279/2008-77	015155072	GE Promoções e Serviços de Cobrança e Telemarketing Ltda.	RJ
14	47255.000121/2009-70	015086470	IR-4 Comércio de Gás Ltda.	RJ
15	46231.001504/2010-12	020042825	Município de Sumidouro (Prefeitura do)	RJ
16	46215.483843/2009-61	019999291	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	RJ
17	46215.010423/2010-01	023154519	Raia S.A.	RJ
18	46215.011333/2008-13	015121631	Rede Audac Cobranças Carioca Ltda.	RJ
19	46215.011535/2007-76	013841246	Sociedade Brasileira de Instrução	RJ
20	46617.007784/2010-30	019987714	Alberto Pasqualini - Refap S.A.	RS
21	46617.003738/2010-61	019019548	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.	RS
22	46617.003739/2010-14	019019564	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.	RS
23	46617.003740/2010-31	019019556	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.	RS
24	46617.003741/2010-85	019142757	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.	RS
25	46220.003122/2009-19	016211197	Construtora Sganzerla Ltda.	SC
26	46220.003123/2009-55	016211189	Construtora Sganzerla Ltda.	SC
27	46220.003124/2009-08	016211219	Construtora Sganzerla Ltda.	SC
28	46220.003125/2009-44	016211201	Construtora Sganzerla Ltda.	SC
29	47999.000733/2007-05	013530429	Adrian Restaurante Ltda. ME	SP
30	46264.002128/2010-98	01979463	Associação da Criança de Dourado (Casa de Saúde Santa Emília)	SP
31	46264.002435/2010-79	019843275	Copseg Segurança e Vigilância Ltda.	SP
32	46259.005152/2011-39	021565805	Cosan S.A. Indústria e Comércio	SP
33	46259.005154/2011-28	021566453	Cosan S.A. Indústria e Comércio	SP
34	46259.005227/2011-81	021566992	Cosan S.A. Indústria e Comércio	SP
35	46267.000371/2007-46	013563033	Couroquimica Couros e Acabamentos Ltda.	SP
36	46264.001462/2010-24	021758069	Decio Tor3elli Junior e outros	SP
37	46254.001731/2011-52	021739382	Empreiteira Resiplan Ltda.	SP
38	46254.001533/2008-93	015801420	Esso Brasileira de Petróleo Ltda.	SP
39	46473.002595/2011-33	023912537	Gavx Comércio de Alimentos Ltda.	SP
40	46262.001070/2011-66	023971924	General Motors do Brasil Ltda.	SP
41	46268.000504/2010-70	019363273	Indústria de Alumínios Gallego Dias Ltda.	SP
42	46268.000505/2010-14	019363281	Indústria de Alumínios Gallego Dias Ltda.	SP
43	46268.000511/2010-71	019366728	Indústria de Alumínios Gallego Dias Ltda.	SP
44	46374.000060/2010-65	019380518	Maria Estela Campagnaro Ltda. EPP	SP
45	46374.000090/2010-71	019380623	Maria Estela Campagnaro Ltda. EPP	SP
46	46374.000092/2010-61	019380615	Maria Estela Campagnaro Ltda. EPP	SP
47	46374.000093/2010-13	019380607	Maria Estela Campagnaro Ltda. EPP	SP
48	46424.000464/2009-82	015929540	Município de Leme (Prefeitura do)	SP
49	46255.003031/2007-14	015980081	Município de Vinhedo (Prefeitura do)	SP
50	46254.002254/2011-42	021628521	Pedertractor Indústria e Comércio de Peças de Tratores e Serviços Ltda.	SP
51	46473.005837/2011-41	021468885	PMK/ON Marketing Direto e Consultoria Ltda.	SP
52	46226.000208/2010-65	018403999	World Service Serviços Técnicos Ltda.	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.008265/2012-22	506.621.278	Mustaf Said	AM
2	47533.001993/2002-52	031825	Veper Serviços de Vigilância Ltda.	PR
3	46230.001249/2006-23	505.675.579	Jardim Escola Sonho da Tia Regina Ltda.	RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4	46215.002397/2005-72	505.442.043	Nova Sena Comércio e Serviços Ltda.	RJ
5	46231.000936/2005-31	505.560.194	Padaria e Mercearia Itália de Friburgo Ltda. ME	RJ
6	46666.000863/2004-96	505.315.882	Universidade Católica de Petrópolis	RJ
7	46454.000121/2012-66	506.597.512	A.E. Negrão Bauru ME	SP
8	46266.006200/2006-50	505.772.663	Laboratório de Análises Clínicas Sanitas S/C Ltda.	SP
9	46736.006164/2006-41	505.828.278	Roller Indústria e Comércio Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46479.000760/2010-81	017567734	Limp Fort - Engenharia Ambiental Ltda.	MA
2	46268.000573/2010-83	019363338	Indústria de Alumínios Gallego Dias Ltda.	SP
3	46268.000576/2010-17	019363362	Indústria de Alumínios Gallego Dias Ltda.	SP
4	46268.000579/2010-51	019363397	Indústria de Alumínios Gallego Dias Ltda.	SP
5	46268.000580/2010-85	019363401	Indústria de Alumínios Gallego Dias Ltda.	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DEBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46293.002125/2002-05	705.002.080	Souza e Barnabé ltda.	PR
2	47533.000235/2002-17	2985	Homeopatia Waldemiro Pereira Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda.	PR
3	46231.000690/2005-05	505.533.855	Sociedade Brasileira de Instrução	RJ
4	46215.036408/2004-37	505.374.595	Ambio Engenharia Ltda.	RJ

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46206.013446/2011-59	019866691	Omni Empresa de Vigilância e Segurança Ltda.	DF
2	46474.002027/2009-16	015408515	Biosanta Academia Ltda.	SP

2.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46286.000315/2011-60	017151180	Lojas Renner S.A.	DF
2	46208.012399/2010-26	016757246	ADM Marketing Logística Ltda.	GO
3	46311.001996/2010-48	020123728	NBR Empreendimentos Ltda.	MA
4	46223.005585/2011-00	020161999	Ripel Reciclagem de Papéis Ltda.	MA
5	46210.000100/2009-16	018096484	Dínamo Construtora Ltda.	MT
6	46210.006399/2008-23	018044689	Fininvest Negócios de Varejo Ltda.	MT
7	46210.004856/2008-45	018071252	Frigorífico Pantanal Ltda.	MT
8	46210.004373/2009-21	018772951	Maravilha Ind. e Comércio de Ração Ltda.	MT
9	46653.002507/2011-85	022663770	MAS Emoresa Cinematográfica Ltda.	MT
10	46016.003196/2009-62	019243341	Gabriel Augusto Camargos	PA
11	46016.003200/2009-92	019243791	Gabriel Augusto Camargos	PA
12	46016.003245/2009-67	019243464	Gabriel Augusto Camargos	PA
13	47533.000195/2011-02	023364785	Apetit Serviços de Alimentação Ltda.	PR
14	47533.004704/2010-87	023441410	Auto Posto Tissu Ltda.	PR
15	46318.001818/2011-38	023347988	C.B. Ferreira e Santos Ltda. ME	PR
16	46293.004779/2010-75	023331445	Chafic Jaouiche Junior & Cia. Ltda. ME	PR
17	47533.000291/2011-42	023448237	Ebem Estacionamentos Ltda. ME	PR
18	47533.000153/2011-63	023398736	JRL Savariego Comércio de Carnes ME	PR
19	47533.004685/2010-99	023449721	Plásticos Novel do Paraná S.A.	PR
20	47533.004822/2010-95	023364017	Plastmoveis Indústria e Comércio Ltda.	PR
21	47533.004613/2010-41	019737009	Transportadora Frotaparaná Ltda.	PR
22	46313.002153/2011-20	022886753	Mercadinho Família Feliz do Parque São Francisco Ltda.	RJ
23	46472.008391/2011-16	021632529	All America Latina Logística Malha Oeste S.A.	SP
24	46472.008392/2011-61	021632537	All América Latina Logística Malha Oeste S.A.	SP
25	46259.005159/2011-51	021566437	Cosan S.A. Indústria e Comércio	SP
26	46472.003505/2011-31	021782237	Hospital e Maternidade Jardins Ltda.	SP
27	46472.017253/2008-22	015716899	Novo Nordisk Farmaceutica do Brasil Ltda.	SP
28	46472.007659/2011-01	021631816	Reckitt Benckiser Ltda.	SP
29	46252.001010/2011-62	015677851	Solo Barretos Comércio e Serviços Ltda. ME	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46218.009019/200913	217258	Escola Maternal e Jardim de Infância Amoreco Ltda.	RS
2	46218.020758/2008-85	06070	Esporte Clube Cruzeiro	RS
3	46218.015426/2008-89	506.094.898	NG Empreendimentos Recreativos Ltda.	RS

3. Pelo não conhecimento do recurso de auto de infração ou da notificação de débito
3.1 - Por ausência de pressuposto de admissibilidade, mantendo a procedência.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46215.011290/2008-68	015145123	Crisla Prestação de Serviços Ltda.	RJ
2	46215.011291/2008-11	015145140	Crisla Prestação de Serviços Ltda.	RJ

3.2 - Por ser intempestivo, mantendo a procedência.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46424.000376/2010-14	019841507	Boni Rener Transportes, Importação e Exportação Ltda.	SP
2	46264.001493/2010-85	019364105	Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S.A.	SP

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 23 de março de 2013

Pedido de Registro Sindical.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	47998.007311/2010-68
Entidade	Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano e Urbano de Passageiros da Região Metropolitana de Campinas - SETCAMP.
CNPJ	12.564.395/0001-34
Abrangência	Intermunicipal.
Base Territorial	Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo-SP
Categoria Econômica	das Empresas de Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros.

Processo	47620.000633/2010-64
Entidade	SINDICAM DE ITAIÓPOLIS - Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Itaiópolis
CNPJ	11.998.701/0001-88
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Itaiópolis-SC
Categoria Econômica.	dos transportadores rodoviários autônomos de bens

Processo	46201.007618/2010-15
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Mata Grande - Estado de Alagoas
CNPJ	11.862.574/0001-95
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Mata Grande-AL.
Categoria Profissional	Servidores Públicos Civis.

Processo	46312.004504/2009-22
Entidade	Sindicato dos Servidores do Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - SINMASUL-MS.
CNPJ	00.864.199/0001-04
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Mato Grosso do Sul/MS.
Categoria Profissional	Servidores do Instituto do Meio Ambiente.

Em 25 de março de 2013

Arquivamento.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008:

Processo	46000.003799/2008-52
Entidade	SIMMESP - SIMMESP - Sindicato Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo
CNPJ	66.518.978/0001-58
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 274/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46211.008655/2010-21
Entidade	SIRTGAS/MG - Sindicato do Comércio Varejista Transportador e Revendedor de GLP do Estado de Minas Gerais
CNPJ	42.770.818/0001-33
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 273/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46000.014871/2007-96
Denominação	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Abrasivos, Adubos, Corretivos Agrícolas, de Cerâmica, de Porcelana e Refratária, Fibra Cerâmica, de Materiais Adesivos, Plástico e Termo Elétrico, de Perfumaria, Química, Farmacêutica e Artigos de Toucador de Vinhedo - SP
CNPJ	52.353.232/0001-27
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 272/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46000.017418/2004-99
Razão Social	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia - SINPOJUD.
CNPJ	34.434.514/0001-77
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº.271/2013/CGRS/SRT/MTE

Pedido de Alteração Estatutária.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46267.004836/2010-33
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Franca e Região

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CNPJ	51.795.888/0001-37
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Franca e Guará-SP
Categoria Profissional	Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico dos Municípios de Franca e Guará

Processo	46218.015071/2010-42
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Terceirizados, Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes de Santa Maria - SINTEPS.
CNPJ	02.521.257/0001-14
Abrangência	Intermunicipal:

Base Territorial: Agudo, Candelária, Cruz Alta, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itara, Ivorá, Jaguari, Jarí, Júlio de Castilhos, Lagoa Bonita, Mata, Nova Palma, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, São João do Polesine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Sobradinho, Tororpi, Tupanciretã, Vale da Serra, Vale do Sol e Vila Paraíso-RS

Categoria Profissional	dos Trabalhadores em Serviços Terceirizados, Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes.

Arquivamento.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, de 14 de abril de 2008, e na NOTA TÉCNICA Nº 270/2013/CGRS/SRT/MTE, ARQUIVA o pedido de registro sindical do Sindicato da Construção Civil, Pesada e do Mobiliário de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Ourilândida do Norte e Tucumã - SINDUSCON/PARAUAPEBAS/PA, processo administrativo nº. 46222.009901/2008-19 CNPJ: 10.301.991/0001-04, com base na Portaria nº 186/2008, Art. 13, §7º.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008 e na Nota Técnica Nº. 269/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve ANULAR o ato de publicação do pedido de alteração estatutária do Sindicato dos Empregados em Empresas Exibidoras e Distribuidoras Cinematográficas do Estado do Rio Grande do Sul - SEECERGS - RS, CNPJ n.º 01.423.705/0001-84, publicado no DOU de 28/05/2010, Seção I, pág. 207, nº. 101, nos termos dos arts. 53 e 54 da Lei nº 9.784/99, e, conseqüentemente, ARQUIVAR o processo administrativo nº. 46218.016899/2008-01, nos termos do art. 5º, inciso I, da Portaria Ministerial nº. 186, de 14 de abril de 2008.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, de 14 de abril de 2008, na Nota Técnica Nº. 268/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR o Processo de Pedido de Alteração Estatutária nº. 46000.017847/2005-47, CNPJ nº. 01.318.070/0001-55, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaru - GO, com fundamento no Art. 5º, Inciso II, da Portaria nº 186, de 14 de abril de 2008.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no § 3º, art. 4º da Portaria nº 343, de 04 de maio de 2000, vigente à época, corroborando com o inciso II, art. 5º da Portaria nº 186, de 10 de abril de 2008, resolve aprovar a NOTA TÉCNICA Nº.267/2013/CGRS/SRT/MTE, com adoção da seguinte medida: ARQUIVAR o processo de alteração estatutária nº 46000.019540/2005-81, referente ao Sindicato dos Produtores Rurais de Luz - MG, CNPJ 22.217.087/0001-96, por não atender às exigências contidas na Portaria vigente à época

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no § 3º, art. 4º da Portaria nº 343, de 04 de maio de 2000, vigente à época, corroborando com o inciso II, art. 5º da Portaria nº 186, de 10 de abril de 2008, resolve aprovar a NOTA TÉCNICA Nº. 266/2013/CGRS/SRT/MTE, com adoção da seguinte medida: ARQUIVAR o processo de alteração estatutária nº 46000.021100/2005-93, referente ao Sindicato Rural de Cruzília, CNPJ 18.894.279/0001-60, por não atender às exigências contidas na Portaria vigente à época

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

Ministério dos Transportes

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIAS DE 26 DE MARÇO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VII do art. 1º da Portaria/SE-MT n° 281, de 05 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 192, de 06 de outubro de 2010, e

Nº 72 - Considerando a manifestação da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, consubstanciada no Despacho n° 177/2013-CGRL/SAAD/SE/MT, de 28/02/2013, às fls. 67 do Processo n° 50000.004189/2013-19, os argumentos expendidos pela Consultoria Jurídica no Parecer n° 62/2013/CONJUR-MT/CGU/AGU:CGJA/ass, datado de 26/02/2013 e os enormes transtornos causados às regulares atividades deste Ministério, resolve:

Artigo 1° - APLICAR as penalidades de multa no percentual de 2% (dois por cento) no valor de R$ 105.237,88 (cento e cinco mil, duzentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos) e o impedimento de licitar com a União pelo prazo de 05 (cinco) anos, em desfavor da empresa SETER SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRAS LTDA., inscrita no CNPJ sob n° 10.704.092/0001-44, tendo em vista a evidente inexecução parcial do contrato com a paralisação da execução dos serviços sem justa causa, ensejando o descumprimento de diversas cláusulas contratuais, em especial, as dispostas nos itens "I" a "III", "VI", "IX", "XIII", "XV", "XVII", "XVIII", "XIX" a "XXVI", "XXVIII", "XXIX", "XXX", "XXXVIII", "XL" a "XLII" e "XLV" da Cláusula Décima do Contrato n.° 32/2012-MT.

Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 73 - Considerando a manifestação da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, consubstanciada no Despacho n º145/2013-CGRL/SAAD/SE/MT, de 21/03/2013, às fls. 190 do Processo n° 50000.046076/2012-00, os argumentos expendidos pela Consultoria Jurídica no Parecer n° 50/2013/CONJUR-MT/CGU/AGU:CGJA/memb, de 06/02/2013 e os enormes transtornos causados às atividades desta Pasta, resolve:

Artigo 1° - APLICAR as penalidades de multa no valor de R$ 110.791,90 (cento e dez mil, setecentos e noventa e um reais e noventa centavos) e o impedimento de licitar com a União pelo prazo de 05 (cinco) anos, em desfavor da empresa LUME SERVICE LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob n° 09.067.717/0001-25, tendo em vista a evidente inexecução parcial do contrato sem qualquer justificativa legal e sem o consentimento da Administração Pública, ensejando o descumprimento contratual dos itens "I", "VIII", "XIV" e "XXII" da Cláusula Quinta do Contrato n° 10/2012-MT.

Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

DELIBERAÇÃO Nº 53, DE 25 DE MARÇO DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, fundamentada no Voto DG - 010, de 20 de março de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.118660/2011-44, delibera:

Art. 1º Alterar os quantitativos dos Cargos Comissionados desta Agência, conforme quadro a seguir:

Cargo	Quantidade
CD I	1
CD II	4
CGE I	9
CGE II	29
CGE III	8
CGE IV	49
CA I	0
CA II	4
CA III	16
CAS I	21
CAS II	25
CCT I	46
CCT II	50
CCT III	23
CCT IV	32
CCT V	75

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 199, DE 22 DE MARÇO DE 2013

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.122470/2012-11, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da empresa Expresso Guanabara S/A. de implantação de seções no serviço Belém (PA) - Recife (PE), prefixo nº 02-0648-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 200, DE 22 DE MARÇO DE 2013

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.122504/2012-69, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da empresa Expresso Guanabara S/A. de implantação de seções no serviço Natal (RN) - Brasília (DF), prefixo nº 14-0236-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 201, DE 22 DE MARÇO DE 2013

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.122445/2012-29, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da empresa Expresso Guanabara S/A. de implantação de seções no serviço Fortaleza (CE) - Aracaju (SE), prefixo nº 03-2032-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 202, DE 22 DE MARÇO DE 2013

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.121856/2012-05, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da empresa Expresso Guanabara S/A. de implantação de seções no serviço Fortaleza (CE) - Brasília (DF), prefixo nº 03-0323-02.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

Conselho Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001289/2012-26
RECLAMANTE: SINDICATO DOS DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO GOIÁS
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

Decisão: (…)

Pelas razões acima declinadas, julgo suficiente a atuação correicional empreendida pela instância local e sugiro o arquivamento dos autos, com fulcro no art. 74, § 6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, ante a inexistência de substrato fático hábil a evidenciar a prática de falta funcional.

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2013
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 1030/1036, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e 74, § 6º, do RICNMP.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e aos reclamados, nos termos regimentais.

Publique-se e,

Registre-se.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2013
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 8 DE MARÇO DE 2013

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000194/2012-95
RECLAMANTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Decisão: (…)

Desse modo, não se vislumbra insuficiência na atuação do órgão correicional originalmente competente, razão pela propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento da presente reclamação disciplinar, com fundamento no artigo 74, §6º do RICNMP, servido a intimação da decisão como recomendação para que, doravante, a reclamada adote providências para evitar a ocorrência de situações como a ora examinada.

Brasília, 1º de março de 2013.
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 196/201-verso, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem e à reclamada, nos termos regimentais.

Publique-se,

Registre-se e

Intime-se.

Brasília-DF, 8 de março de 2013.
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 335, DE 20 DE MARÇO DE 2013

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

O teor de denúncia (protocolo nº 001965, em 28/02/13) noticiando a ocorrência de irregularidades relativas ao registro do contrato de trabalho na CTPS, excesso de jornada e falta repouso no âmbito do empreendimento Osmar Narcizo da Silva - ME, nome fantasia Lar Luz do Amanhecer, com inscrição no CNPJ nº 14.456.907/0001-74, e endereço na Rua 17 de Setembro, 414, Bairro Intersul, Alvorada/RS;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola o disposto no artigo 7º, incisos XIII e XV da Constituição Federal e normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL contra, Osmar Narcizo da Silva - ME, nome fantasia Lar Luz do Amanhecer, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

I - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Representação nº 000620.2013.04.000/4.

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 151, DE 21 DE MARÇO DE 2013

Inquérito Civil n.° 000209.2013.20.000/0

Representado: Lojas Americanas S A
Tema(s): 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais deTrabalho

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamentonos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts.5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 01.01.07.

Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, Resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor ELIZABETH DE GUSMÃO PEDROSA EUGÊNIOpara atuar como secretário;

ADSON SOUZA DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 154, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Inquérito Civil n.° 000333.2013.20.000/2
Inquirido: Mr Festas e Eventos
Tema(s): 01.01.09. EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, 09.02.01. Desvio de Função, 09.04. CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS, 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 01.01.09. EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, 09.02.01. Desvio de Função, 09.04. CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS, 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei;

Resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 7, DE 19 DE MARÇO DE 2013
(Sessão Ordinária)

Presidência do Ministro: Valmir Campelo
Representante do Ministério Público: Dr. Paulo Soares Bugarin
Secretário da Sessão: AUFC Francisco Costa de Almeida

Com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamim Zymler, José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira, bem como do Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, o Presidente da Primeira Câmara, Ministro Valmir Campelo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Ordinária da Primeira Câmara às quinze horas (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 11, 12, § 2º, 33, 55, incisos I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 6, da Sessão Ordinária realizada em 12 de março de 2013, de acordo com os artigos 33, inciso X e 95, inciso I do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

A presente Ata, bem como o seu Anexo, de acordo com a Resolução TCU n° 184/2005, está publicada na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Primeira Câmara aprovou as Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de n°s 1200 a 1339, conforme pauta n° 7/2013, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140, 141 e 143, e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Ministro Valmir Campelo (Relação nº 6):

ACÓRDÃO Nº 1200/2013 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de aposentadoria de ex-servidor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, cujo ato apresentou as seguintes inconsistências e irregularidades:

a) parecer do Controle Interno pela ilegalidade em razão da utilização de tempo religioso (1/9/1960 a 31/7/1966) para concessão de aposentadoria de professor, com lastro no art. 186, III, "b", da Lei 8.112/1990;

b) fundamento legal utilizado no ato inconsistente, considerando as informações de tempo de serviço prestadas no formulário Sisac;

c) rubrica judicial referente à incorporação de função;

d) vantagem do art. 62-A da Lei 8.112/1990 sem haver informação no ato os tempos de função exercidos pelo ex-servidor.

Considerando a idade avançada do inativo, nascido em 9/10/1936, e o fato de a vigência do ato ter-se dado há mais de duas décadas, situação que conduz o TCU a relevar, excepcionalmente, tais ocorrências, em face dos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança em favor do interessado, na linha dos precedentes indicados nos autos (Acórdãos TCU nºs 6361/2012, 7877/2012 e 7609/2012, todos da 2ª Câmara;

Considerando as manifestações uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, pela legalidade do ato, em caráter excepcional;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, em caráter excepcional, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.374/2013-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Reginaldo Dutra Pessanha (006.530.986-34)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1201/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.301/2013-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Guiomar Nunes dos Santos (492.321.937-87); José Paulo Costa Baptista (536.562.617-68); João Dário do Carmo Machado (030.627.596-15); Luciene Damico Agarez (376.530.327-53)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1202/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-005.742/2013-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Campos Filho (592.921.727-00)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1203/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.816/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sonia Iria dos Santos (202.544.231-91); Thereza Maria Rey de Figueiredo (108.238.161-68)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1204/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.817/2013-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Marcelino de Caldas (051.077.682-53); Newton da Silva Pereira (185.983.664-04)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1205/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.820/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gerinaldo João Ribeiro (235.678.056-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1206/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.825/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Zatar Beserra (107.702.161-53); Celso Gomes Magalhães (079.292.421-53); Manoel Rodrigues Correa (139.012.491-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1207/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.830/2013-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joel Paulino de Souza (410.372.436-68); Jose Barnabe Cassiano (112.563.116-34); Sidonio Ferreira Afonso (474.515.056-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1208/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.831/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eunice dos Santos de Moraes (456.279.677-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1209/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.854/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Donato Oliveira Pereira (112.673.641-49); Vilma Cristina Pacheco (256.701.071-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar - JM
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1210/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.898/2013-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Amelia Machado Del Antonio (769.362.609-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1211/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.007/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Maria Ferreira (011.843.366-01); Anderson Luis Cavalcanti Sales (059.183.546-03); Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão (026.107.786-43); Claudia Braga de Andrade (004.393.237-11); Claudio Henrique Gomes dos Santos (060.604.696-80); Cristiane Maria Nobre (964.930.896-20); Denis Renato de Oliveira (064.557.536-40); Edgard Gregory Torres Saravia (013.990.566-97); Eduardo da Silva Ribeiro (073.994.586-69); Egislane Jaqueline de Souza (042.099.896-90); Estela Saleh da Cunha (040.346.966-05); Everton Rocha Soares (033.988.436-38); Fabricio Marques de Oliveira (536.164.216-91); Frederico de Mello Brandão Tavares (045.916.056-71); George Fredman Santos Oliveira (950.745.206-06); Glauber Modolo Cabral (321.975.228-41); Heder Carlos de Oliveira (044.107.316-61); Isabel Gomes Barbosa (062.564.566-96); Jean Carlos Machado Alves (041.115.456-70); Jose Alberto Naves Cocota Junior (013.011.086-85); Juliano Bezerra de Oliveira (060.368.506-46); Juliano Soares Amaral Dias (050.940.306-98); Lelis Maia de Brito (107.883.407-51); Lucilia Alves Linhares (038.003.626-60); Luiza Ferreira Alves de Brito (014.665.896-55); Marcela Rivero Franco do Nascimento (104.388.797-08); Marcelo Santos de Abreu (051.585.787-45); Marcos Aurelio de Santana (032.788.536-01); Maria Aparecida Augusto Satto Vilela (129.380.598-09); Maria Aparecida Dias (877.679.616-72); Maria Lucilia Borges (000.793.136-04); Marlice de Oliveira e Nogueira (620.809.896-34); Mateus Ferreira Satler (013.919.756-77); Matheus Wanderley Romao (059.776.136-10); Naira Mota Araujo (097.099.036-75); Natalia de Souza Lisboa (058.880.116-06); Nayara Peneda Tozei (086.124.566-06); Ranylson Marcello Leal Savedra (490.187.522-15); Reinaldo Silva Fortes (005.214.526-35); Rodrigo Augusto Ricco (065.484.916-10); Victor Maia Senna Delgado (051.785.666-29)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1212/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.013/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Peixoto Nunes (979.211.570-68); Andreia Guterra Vargas (914.100.960-68); Angela Regina de Mello Henrique Bersagui (663.538.400-63); Beatriz da Silva Araujo (011.176.240-56); Danilo Potengy Bueno (686.265.410-15); Ernestina Silva de Aguiar (809.252.940-04); Guilherme Breitsameter (007.439.810-57); Josi Vidart (943.658.140-87); Larissa Bento Alves (980.179.770-34); Leandro Afonso Cardoso (013.526.070-18); Maria Otilia Prestes (556.763.670-91); Sabrina Silva Pedroso (979.864.610-04); Tatiana Von Diemen (979.171.840-72)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 1213/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.061/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Braga Libório (647.384.503-87); Ana Glória Lopes da Silva (248.117.343-00); Cristiane Mattos de Oliveira (071.727.197-86); Daniel Pagliuca (544.578.583-15); Diego Veras Wilke (661.065.083-72); Ederson Laurindo Holanda de Sousa (600.160.333-29); Heberty Di Tarso Fernandes Facundo (771.243.593-68); José Guilherme Said Pierre Carneiro (843.895.833-87); João Capistrano de Abreu Neto (010.559.213-70); Juliana Freire Chagas Vinhote (987.850.873-00); Luana Almeida de Sá (837.273.962-53); Maria Cristiane Rabelo (915.556.393-72); Maria Liliana Miranda da Costa (426.644.203-30); Paolo Giuseppe Lima de Araujo (324.576.183-04); Pedro Rocha de Oliveira (010.448.993-60); Philipe Brito de Moraes (672.412.473-53); Rhanna Emanuela Fontenele Lima de Varvalho (652.842.163-34); Ruy Ferreira Lima (778.452.503-68); Silviana Fernandes Mariz (618.266.183-68); Tobias Rafael Fernandes Neto (647.970.233-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1214/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.077/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda de Araujo Oliveira (089.244.414-26); Andreia Fernandes de Souza (024.310.534-74); Ariane Rafaela de Freitas (051.997.234-13); Bruno Rafael Vieira Lino (051.114.444-08); Carlos Willian Ferreira de Araujo (059.917.104-90); Claudia Gomes de Aquino (035.114.514-18); Danielle de Andrade Pitanga (008.863.684-48); Diego Lima da Silva Gomes (075.155.224-02); Edicarlos Damacena de Souza (719.200.561-49); Edson Moreira de Abrantes (049.773.424-96); Elifas Soares dos Santos (093.258.944-83); Fabricio Nunes Rodrigues (051.950.904-83); Fernando Antonio Tenorio Rocha (519.334.974-91); Florisvaldo de Oliveira Santos (016.741.095-47); Francisco Jose Alves de Castro (903.014.633-87); Girlan Severino de Oliveira Silva (039.597.804-19); Hingrid Meneses Lima (976.518.774-20); Ivonaldo de Sousa Lacerda (034.824.914-45); Jaqueline Ferreira Holanda de Melo (089.446.864-24); João Marques de Almeida (002.296.684-61); Joao Vitor Bezerra (084.140.784-35); Jose Cicero Alves da Silva (076.392.904-22); Leonardo Pereira de Siqueira (050.303.614-56); Lucia Helena Bosco de Miranda (010.624.344-63); Luciano Souza (614.937.834-91); Luiz Antonio Rodrigues dos Santos (073.920.054-21); Luiz Carlos Regueira Soares (616.935.704-59); Maria Edna Gomes de Barros (064.227.474-62); Maria Gorete Gomes de Sa (022.192.255-50); Maria Luiza da Silva Pragana (094.638.564-55); Maria Rita de Cassia Gomes Ribeiro (044.975.194-57); Nathalia Macena Sobral (082.868.794-30); Orestes Luiz de Souza Neto (025.429.743-90); Orlando Salvador Xavier Junior (826.985.705-04); Patricia Santana Oliveira (079.227.924-76); Paula Roberta de Oliveira Pontes (021.847.654-06); Pedro Paulo Feitosa de Albuquerque (013.929.154-73); Pedro Xavier de Morais Neto (012.197.144-96); Priscilla Virginio de Albuquerque (089.547.364-08); Rafael Guimaraes Januario (073.377.224-27); Rafael Pereira Pinheiro (712.603.072-04); Raquelle Cavalcanti Souza da Fonte (054.992.684-44); Rejane Leite Vasconcelos (040.338.324-24); Rennan Pereira de Gusmao (059.267.514-97); Ricardo Cesar Pacheco Soares (033.829.954-84); Rodrigo Rogerio da Silva (071.740.624-58); Taciana Lima de Paula (060.711.664-11); Thais Ludmila da Silva Ranieri (043.400.124-40); Tirze Barbalho Krolls (507.402.374-20); Ueliton Assis de Lima (082.664.494-57); Vanessa Cristina Fitipaldi Veloso Guimaraes (048.778.044-20); Vanilson Pedro da Silva (795.490.124-68); Vicente Imbroisi Teixeira (806.143.375-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1215/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.683/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anadja Antonia Pacheco Soares (746.404.887-34); Antonio Raimundo Amorim da Silva (484.545.242-15); Celso Bergmaier (048.228.129-44); Francisco Alex de Oliveira (735.663.222-53); Karen Fernanda Pinto de Lima (495.162.802-34); Marlon Amaro Coelho Teixeira (048.121.016-46); Marta Barroso da Silva (655.593.712-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1216/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.697/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alesandro Bail (034.883.979-04); Ana Claudia Camila Veiga de Franca (008.521.629-10); Ana Maria Bueno (926.516.749-15); Ana Maria dos Santos Garcia Ferreira Martins (733.991.329-72); Ana Paula da Rosa (945.509.720-68); Andrei Carniel (065.004.419-31); Andreia Gerinski Macedo (032.300.419-92); Anelize Queiroz Amaral (342.013.578-56); Angela Ines Klein (781.555.500-44); Ariana Martins Vieira Fagan (041.387.709-41); Armando Luis Yoshio Ito (632.329.879-15); Camila Maria Correa Rocha (008.715.489-76); Carlos Laercio Wrasse (829.258.609-15); Carolina Fernandes da Silva Mandaji (825.683.323-87); Claudionor Beatrice (444.582.749-53); Cleverson Busso (027.557.729-56); Cynthia Correa Lopes Barbosa (289.822.768-40); Daniel Costa de Paiva (048.841.506-35); Delia do Carmo Vieira (026.222.268-02); Diogo Ribeiro Vargas (006.908.940-07); Ednei Felix Reis (226.247.688-82); Edson dos Santos Cordeiro (648.423.479-53); Eduardo Sidinei Chaves (004.185.439-09); Fabio Jose Ceron Branco (217.175.948-83); Fernanda Peres Ramos (006.984.269-83); Filipe Roseiro Cogo (109.221.247-79); Francisco Augusto Aparecido Gomes (264.658.498-95); Gustavo Silveira Ribeiro (013.668.036-47); Isabel Cristina Moretti (060.728.649-02); Ismael Chiamenti (025.129.859-03); João Augusto Moliani (669.604.369-15); João Fabrício Filho (051.994.699-59); João Luis Gonçalves (007.922.809-70); Juliano de Pelegrini Lopes (007.211.330-88); Julio Cesar Guimaraes (725.936.529-34); Keli Fabiana Seidel (038.876.139-37); Leandro Antunes (010.357.789-04); Magali Aparecida Schllemer (057.310.459-09); Marciele Felippi (986.613.960-34); Marco Andre Mazzarotto Filho (043.845.729-30); Maria Silvia Bacila Winkeler (747.846.849-72); Mauricio Pegoraro (049.083.059-51); Max Mauro Dias Santos (752.963.576-04); Michel Corci Batista (039.151.349-45); Moises Aparecido do Nascimento (324.748.158-30); Ricardo Sobjak (041.765.819-21); Rodrigo Ruschel Nunes (929.172.750-49); Roger Navarro Verastegui (904.866.090-49); Silmara Simone Takazaki Egg (844.421.669-00); Silvia Amelia Bim (023.537.729-51); Stefane Layana Gaffuri (072.617.889-61); Thiago Morais de Castro (306.638.488-81)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1217/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.714/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia Cavalcante Rodrigues (636.550.393-87); Basílio Silva Neto (473.392.413-53); Emilia Alejandra Brandao de Souza (740.460.043-04); Francisco Kleber Bandeira (821.887.263-91); Herbert Novais Onofre (864.133.763-68); Jose Ivan Vitor Cordeiro (006.090.163-26); Maria de Lourdes Bezerra de Sousa (030.107.843-25); Tecio Lima Gomes (657.436.443-49)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1218/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.727/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Melo de Sousa (466.104.133-04); Ana Keully Gadelha dos Santos Darub (753.658.712-00); Cesar Augusto de Oliveira Casela (171.977.828-05); Charlene Maria Ferreira de Lima (730.650.212-34); Geane de Oliveira Januário (683.743.052-15); Jose João de Alencar (612.068.302-04); Olívio Botelho de Andrade Neto (814.259.702-06); Osmar da Silva Torres (596.875.332-34); Pratícia Rezende do Prado (301.670.858-24); Reginaldo Assencio Machado (805.867.249-15); Sandra Cristina Vieira Jucá (768.273.722-00); Valquiria Garrote (143.837.618-95); Vivian Victoria Vivanco Balenzuela (523.347.402-68)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1219/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.784/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Merlo Magioni (097.236.497-80); Giovanni de Oliveira Garcia (527.522.407-91); Manuel Eleuterio Rodrigues (674.171.242-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1220/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.792/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Barbara Cabral Ferreira (027.057.244-94); Cláudio Ruy Portela de Vasconcelos (776.025.875-53); Gilberto Augusto Amado Moreira (992.752.446-34); Niutildes Batista Pereira (032.526.834-74); Vanessa Alessandra Lucena Ferreira de Castro (021.105.724-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013032700083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1221/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.795/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Braz da Silva Velez (037.508.934-97); Adriano Henrique de Melo França (069.882.274-90); Alexandre Douglas Araujo de Moura (907.776.464-04); Alvaro de Matos Nardelli (057.279.174-76); Alyne Cristine Souza da Silva (025.606.934-45); Ana Ligia Lins de Araujo (032.349.194-45); Ana Luiza Freire de Lorena (050.691.644-81); Ana Paula Barradas Maranhao (042.804.194-93); Ana Paula Rocha da Costa (041.545.344-59); Ana Paula Rodrigues Figueiroa (502.552.904-20); Anderson Clayton Oliveira Silva (075.394.844-38); Andrea Gonçalves de Oliveira Cavalcanti (022.785.224-93); Andrei Felipe Loureiro do Monte Guedes (035.312.494-01); Angela Mota de Oliveira (948.525.884-49); Anna Rebecca Tavares Alves da Silva (067.594.734-00); Antonio Quintino Leite Neto (801.179.884-72); Arquimedes Moraes Souza Coutinho (072.490.134-59); Barbara Cortizo de Aguiar (046.568.404-16); Bianca Cristina Caetano da Silva (080.692.914-60); Bruno Fonseca de Oliveira (041.370.554-40); Caio Cesar Lira Cavalcanti (063.318.284-27); Caline Sousa Braga (061.374.804-29); Carla Patricia da Silva (008.957.594-62); Carlos Alberto Gomes da Silva (035.624.734-19); Carlos Marques Fernandes (457.982.904-25); Cassia Borges Lima (136.950.808-50); Cassia Vilma Soares Frutuoso (974.098.714-15); Charles da Cruz Galvão Pragana (008.771.974-66); Daniel Cavalcanti Pereira do Lago de Medeiros (064.103.264-16); Daniela Didier Nunes Moser (047.913.884-29); Danielli Gaviao Mallmann (007.433.620-71); Danyllo Bruno dos Santos Souza (082.834.744-13); Davi Simoes Freitas (009.072.644-84); Deise de Araujo Batista (059.991.064-00); Denise Xavier Torres (053.022.684-77); Diogo Moura Dias (987.536.060-00); Débora Danielle Andrade dos Santos (045.106.434-89); Edson de Souza Valença (649.497.454-68); Eduardo Augusto Lins de Vasconcelos (935.478.974-91); Elvia Christina Barros de Almeida (035.681.764-40); Emílio de Britto Negreiros (021.924.244-50); Erika Simona dos Santos Ferreira (051.981.014-78); Erisvelton Savio Silva de Melo (879.559.894-49); Erwin Rommel Ferreira Costa (027.705.354-47); Estela Maria Leite Meirelles Monteiro (398.326.604-59); Ewerton Fylipe de Araujo Silva (095.284.134-71); Fabiana Cristina da Silva (018.656.754-58); Felipe Peixoto Pinheiro de Oliveira (910.950.343-91); Felipe Ramos Feitoza (061.518.354-92); Fernando Antonio Araújo Cavalcanti (056.569.724-29); Fernando Augusto Pacifico (071.821.014-08); Fernando Manoel Oliveira Accioly Lins (036.057.924-80); Gabriel Olivo Locatelli (005.371.319-22); Geane Raulino Martins (369.453.218-86); Giliara Carol Diniz Gomes de Luna (010.287.614-22); Gilsoneide da Silva (151.866.438-58); Glaucia Renata Pereira do Nascimento (631.490.284-34); Gonçalo Ernesto José de Moraes Cavalcanti (049.736.324-06); Gustavo Henrique Oliveira de Almeida (858.061.374-49); Hayatahandeson Borges de Caldas (054.857.004-38); Henrique Cesar Muzzio de Paiva Barroso (398.365.413-49); Henrique Sergio Barros Cavalcanti Junior (073.954.524-88); Hugo Henrique Rodovalho de Souza e Silva (082.824.444-80); Ibson José Maciel Leite (026.130.834-33); Ingrid Zanella Andrade Campos (048.806.644-13); Iris Nayara da Conceição Souza Interaminense (013.497.684-30); Italo Gregorio Carvalho Ferraz (062.097.234-38); Ivana Arrais de Lavor Navarro Xavier (042.090.594-47); Jailson Jose Gomes da Rocha (049.769.854-40); Jamerson Coelho da Silva (081.439.524-44); Jayme Marques dos Santos Neto (043.092.024-54); Jediene Galdino Gonçalves (612.219.454-91); Joana Lidyanne de Oliveira Bezerra (049.067.114-48); João Batista de Oliveira Junior (053.592.974-92); Joas Pessoa da Cruz (086.074.524-44); Jonathan de Queiroz Gama (034.116.004-03); Jorge Denys Santos Jara (045.850.154-93); Jose Carlos Alves Oliveira (138.219.034-49); Jose Damião Inácio (072.746.014-58); Jose Emanuel Borba de Azevedo (133.022.304-78); Jose Osvaldo da Silva Filho (085.475.554-39); José Antonio dos Santos (058.319.274-23); José Araújo dos Santos Júnior (848.425.634-00); José Renato e Melo Figueiroa (039.811.664-42); João de Deus Vieira da Costa (961.067.861-00); Juliana Maria Henriques Estevao de Souza (042.459.044-10); Kleber Alves Simões (020.462.604-81); Kleidson Marques Ramos de Oliveira (090.464.054-00); Larissa Monique Figueiredo Costa (083.015.674-73); Lorena Brizza Soares Freitas (074.509.684-01); Luciana Dantas dos Santos (065.981.214-26); Luciana Moraes Studart Pereira (667.962.294-87); Lucielle da Silva Farias (025.775.514-44); Luiz Alves da Nobrega Neto (929.153.454-49); Manuela Freire Hazin Costa (933.030.764-72); Marcele Elisa Fontana (009.594.931-31); Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araújo (081.540.064-05); Marconi Feliciano da Silva (055.550.254-67); Marcos Antonio Pereira da Silva (391.240.704-59); Maria Danielle Rodrigues Marques (047.257.764-67)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1222/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.068/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Chelly Costa Souza (926.681.195-53)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1223/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.069/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dayane Clock (032.434.229-22); Graciele Amorim (041.643.919-52); Gustavo Adolfo Maresch (007.810.229-40); Gustavo Henrique Moraes (006.829.999-03); Leandro Schwarz (040.238.759-70); Leticia Pinto Rabelo (029.622.449-98); Luciane Vieira Westphal (031.165.209-33); Marcos Collares Machado Bina de Souza (979.682.850-20); Patricia Matos Scheuer (910.390.969-72); Ricardo Adriano dos Santos (026.700.049-97); Silvia Raquel Sant'Anna (854.899.809-15); Twisa Thiemi Barcellos Nakazima (003.629.619-80)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1224/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.073/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Valéria Lustosa Dourado (023.849.081-54)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1225/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.076/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Elizio Marques dos Santos (019.108.971-08)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1226/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.077/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Naira Benante Cracco (009.631.039-11)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1227/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.081/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Aline Vieira Bezerra Higino de Oliveira (893.044.465-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1228/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.087/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: João Angelo Pucci Tosin (157.585.409-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1229/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

PUBLICAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-005.095/2013-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Almeida Cavalcante (058.230.483-00); Samara Taveira de Oliveira (003.418.383-30); Soraia Tavares de Souza Gradvohl (804.468.253-87)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1230/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.097/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Lima Silva (015.786.511-82); Raphael de Oliveira Garcia (312.178.708-06); Thiago Loures Fernandes (989.910.001-34)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1231/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.103/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcos Vinicius da Silva (066.011.396-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1232/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.105/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alexandre Cavalca Tavares (150.186.388-69)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1233/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.108/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria Lúcia da Silva Pena (058.183.756-84)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1234/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.111/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Gibara Guimaraes (010.965.455-27); Andre Sales Barreto (963.228.965-04); Antonio Iliseu Loures (365.558.198-04); Eduardo Keidin Sera (312.945.198-67); Elizabeth de Freitas Andrade (096.782.551-20); Evelyn de Oliveira Machado (078.048.807-58); Italo Emanuel Rolemberg dos Santos (823.658.305-87); Lauro Barreto Fontes (008.318.145-86); Leandro Marques de Souza (875.267.001-53); Luciana Valente Borges (044.927.326-16); Marcio Ramos Coutinho (872.856.655-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1235/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.113/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Natalia Lupinacci Costa (018.431.215-90); Patricia Rodrigues Marques de Souza (869.765.591-91); Vinicius Silva Santos (021.820.885-55); Virginia Kelma dos Santos Silva (022.441.474-79)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1236/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.116/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernanda Alves Martins (071.868.736-18)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1237/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.117/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabiana Carvalho Rodrigues (028.920.406-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1238/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.133/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rosemeire Roberta de Lima (028.347.544-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1239/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.136/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Falconiere de Araújo (001.981.293-00); Francisco Ari de Andrade (165.763.813-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1240/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.137/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Carlos Nogueira Arcanjo (117.116.713-04); Francisco Erivan de Abreu Melo (053.724.963-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1241/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.141/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcela de Abreu Moniz (095.354.907-02); Rosangela Nascimento da Silva (082.371.167-63)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1242/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.142/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arnaldo Alves Ferreira Junior (859.584.841-68); Estercio Marquez Cunha (002.708.571-68); Geni Anastacio Sabino (641.824.528-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1243/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.146/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Vieira Pelegrini (648.182.411-72); Laylla Marques Coelho (006.997.739-97)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1244/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.148/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Borges de Albuquerque Assunção (048.732.774-85); Anna Christina do Nascimento Granjeiro Barreto (838.782.974-91); Arthur Villarim Neto (788.432.274-91); Leonardo Bruno de Morais (031.050.924-63)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1245/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.152/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Adilson de Angelo Lopes Francisco (896.321.097-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1246/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.155/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cláudia de Mello Bertoncheli (967.500.140-20); Clóvis Paniz (932.480.160-00); Vitor Francisco Schuch Junior (074.647.970-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1247/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.204/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luana Loren Correa Oliveira (082.655.076-23)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1248/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.205/2013-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Adriane Marie Salm Coelho (521.198.409-97)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1249/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.208/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elio Augusto Fraga (172.382.261-20)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1250/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.210/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Aline da Silva Gomes (064.892.446-75)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1251/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.215/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Silvia Regina da Silveira Neves (020.232.594-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1252/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.216/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Silvia Regina da Silva Ortola (079.113.797-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1253/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação do mérito do(s) ato(s) constante(s) deste processo, pela impossibilidade de formação de juízo sobre sua legalidade em razão de inconsistência entre informações prestadas, fazendo-se a determinação e a orientação a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-005.229/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Nunes de Magalhães (051.210.076-47); Joseane Rosa Santos (932.255.471-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo(s) ato(s) no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o(s) via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8. orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 1254/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação do mérito do(s) ato(s) constante(s) deste processo, pela impossibilidade de formação de juízo sobre sua legalidade em razão de inconsistência entre informações prestadas, fazendo-se a determinação e a orientação a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-005.231/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Paulo Ferreira Rodrigues (286.816.508-74); Sara Beloti Ferreira (300.936.978-64)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7.determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo(s) ato(s) no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o(s) via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8. orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 1255/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação do mérito do(s) ato(s) constante(s) deste processo, pela impossibilidade de formação de juízo sobre sua legalidade em razão de inconsistência entre informações prestadas, fazendo-se a determinação e a orientação a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-005.237/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maristela Maria Andrade da Silva (457.045.704-53); Wesley Michel de Barros (068.447.204-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo(s) ato(s) no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o(s) via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8.orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 1256/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação do mérito do(s) ato(s) constante(s) deste processo, pela impossibilidade de formação de juízo sobre sua legalidade em razão de inconsistência entre informações prestadas, fazendo-se a determinação e a orientação a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-005.241/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Josilane Amaro Pinheiro (961.305.472-34); Salomão Moyses Cohen (662.937.152-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo(s) ato(s) no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o(s) via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8.orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 1257/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação do mérito do(s) ato(s) constante(s) deste processo, pela impossibilidade de formação de juízo sobre sua legalidade em razão de inconsistência entre informações prestadas, fazendo-se a determinação e a orientação a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-005.242/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Cecilia Serrao Silva (405.098.693-00); Fabiola Magalhães Pinto (747.366.043-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo(s) ato(s) no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o(s) via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8.orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 1258/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação do mérito do ato constante deste processo, pela impossibilidade de formação de juízo sobre sua legalidade em razão de inconsistência entre informações prestadas, fazendo-se a determinação e a orientação a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-005.246/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Karine Mirielle de Almeida Borges (039.884.966-85)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo ato no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8.orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 1259/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação do mérito do(s) ato(s) constante(s) deste processo, pela impossibilidade de formação de juízo sobre sua legalidade em razão de inconsistência entre informações prestadas, fazendo-se a determinação e a orientação a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-005.266/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Murilo Ferreira de Souza (899.829.592-04); Edson Barbosa da Costa (710.444.692-34); Humberto Junior Costa Queiroz (727.715.502-53); Leila de Lima Magalhães (571.017.102-63); Lissany Braga Gonçalves (727.567.212-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo(s) ato(s) no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o(s) via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8. orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 1260/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação do mérito do(s) ato(s) constante(s) deste processo, pela impossibilidade de formação de juízo sobre sua legalidade em razão de inconsistência entre informações prestadas, fazendo-se a determinação e a orientação a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-005.267/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cibele Campos Cardoso (809.203.066-91); Fagna Amorim de Oliveira (096.383.487-80); Feliciano de Sá Guimarães (022.058.969-03); Rubisley de Paula Lemes (927.658.231-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo(s) ato(s) no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o(s) via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8.orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 1261/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.472/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Cristina Santos (056.405.366-08); Maria Mendes Ferreira Santos (013.596.466-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1262/2013 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor dos débitos atualizados monetariamente dos presentes autos é inferior à R$ 75.000,00, quantia fixada no art. 6º, inciso I da Instrução Normativa nº 71/2012, e que ainda não há citação válida;

Considerando o disposto no art. 19 do mesmo normativo disciplinou que "*Aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União.*";

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU com a proposta da unidade técnica, pelo arquivamento do processo, por economia processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, letra "a" e 213 do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU nº 71/2012, em determinar, a título de racionalização administrativa e economia processual, arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação, dando-se ciência desta deliberação ao responsável, Sr. Antônio Fernandes Neto (251.645.974-20) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE.

1. Processo TC-015.787/2012-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antônio Fernandes Neto (251.645.974-20)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Malta - PB

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1263/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XV, 33 e 36 da resolução TCU nº 191/2006, em determinar o apensamento do seguinte processo ao TC-026.792/2009-9, de acordo com a proposta apresentada pelo Sr. Diretor da Secex/PB em seu parecer constante da peça 6:

1. Processo TC-024.955/2012-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Cássio Rodrigues da Cunha Lima (427.874.324-68)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1264/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17,inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", em não conhecer da presente representação, ante a ausência do requisito de admissibilidade previsto na parte final do art. 235, *caput*, do Regimento Interno do TCU, exigido por força do art. 237, parágrafo único, do mesmo diploma, determinar o arquivamento do processo, e adotar as seguintes medidas:

1. Processo TC-014.270/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

1.2.Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Receita Federal 7ª Região Fiscal

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. à Secex/RJ para:

1.7.1.encaminhar à representante cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução constante da peça 3, ressaltando que este Tribunal, por imposição constitucional, legal e regulamentar (art. 71, inciso IV, da Constituição da República; art. 38, inciso I, da Lei 8.443/92; e art. 232 do Regimento Interno do TCU) está adstrito a atender, exclusivamente, pedido de realização de auditorias e inspeções que tenha sido formulado pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, ou por comissão do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

1.7.2.encaminhar à representante, para fins de ciência, cópia do Acórdão 3063/2012-TCU- Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas apreciou trabalho que abordou a questão da aquisição de helicópteros por diversas unidades da Federação.

ACÓRDÃO Nº 1265/2013 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Sapé-PB, relacionadas ao desvio de finalidade na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de responsabilidade da Sra. Maria Luiza do Nascimento Silva, ex-prefeita do referido município;

Considerando que o débito apurado nos autos, atualizado até 7.2.2013, alcança o valor de R$ 34.689,48 (trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos), inferior ao limite mínimo fixado no art. 6º, inciso I, da IN TCU nº 71/2012 para a instauração de tomada de contas especial;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III, em conhecer da presente representação, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, determinar o arquivamento do processo, e adotar as seguintes medidas, de acordo com a instrução da unidade técnica (peça 3):

1. Processo TC-031.482/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (09.283.110/0001-82)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Sapé - PB

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. à Secex/PB para:

1.7.1.dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, acompanhada de cópia da instrução constante da peça 3,

1.7.2.enviar cópia integral destes autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para ciência das irregularidades relacionadas ao desvio de finalidade dos recursos oriundos daquele Fundo.

Ata n° 7/2013 - Primeira Câmara

Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária

b) Ministro Walton Alencar Rodrigues (Relação n° 7):

ACÓRDÃO Nº 1266/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.189/2013-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Álvaro Bezerra de Araujo (087.625.628-00); Antonio Rodrigues dos Santos (615.212.568-53); Hunaldo Alves Chagas (185.339.308-87); Paulo da Silva Neto (070.549.638-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Em São Paulo - MAPA

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1267/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.356/2011-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Raymundo Xavier (034.411.565-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA na Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1268/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.130/2012-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antônio Barbosa de Sousa Neto (068.319.231-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1269/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-042.884/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno de Oliveira Alexandrino (087.569.507-80); Elisete de Moraes Pereira (830.429.627-68); Sheila Rosa Ribeiro de Almeida (768.193.537-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1270/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.197/2013-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Karine Joaquina Pereira Silva (510.616.352-87); Maria Adelita Rodrigues (511.343.572-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará - MAPA

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1271/2013 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor do débito imputado à responsável alcançou quantia inferior a R$ 75 mil (peça 4), valor fixado pelo Tribunal para a instauração e encaminhamento de TCE para julgamento, no exercício de 2013, conforme dispõe o art. 6º, inciso I, c/c o art. 19 da Instrução Normativa/TCU nº 71, de 28/11/2012.

Considerando, adicionalmente, que a proposta da unidade técnica, ratificada pelo parecer do Ministério Público junto ao TCU, insertos às peças 5 a 10, é no sentido do arquivamento do presente processo, em atendimento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 213 do Regimento Interno do TCU, e art. 93 da Lei nº 8.443/1992, em determinar o arquivamento do presente processo, dando-se ciência desta deliberação à entidade e à responsável.

1. Processo TC-030.720/2011-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento São João Batista (03.835.427/0001-06); Áurea Conceição Maia (105.743.442-68)

1.2. Órgão/Entidade: Órgãos e Entidades Municipais (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (SECEX-PA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 1272/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, sem prejuízo de adotar a seguinte medida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.146/2011-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Alethele de Oliveira Santos (799.340.646-34); Erasmo Ferreira da Silva (115.220.891-87); José Aleksandro da Silva (235.735.623-53); José Menezes Neto (182.714.131-04); Márcia Aparecida do Amaral (007.980.138-26); Reginaldo Muniz Barreto (056.947.605-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Medida: dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde e aos Srs. José Aleksandro da Silva (CPF: 235.735.623-53), Reginaldo Muniz Barreto (CPF: 056.947.605-49), Márcia Aparecida do Amaral (CPF: 007.980.138-26), Alethele de Oliveira Santos (CPF: 799.340.646-34), Erasmo Ferreira da Silva (CPF: 115.220.891-87) e José Menezes Neto (CPF: 182.714.131-04).

ACÓRDÃO Nº 1273/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, 235 e 237, parágrafo único do Regimento Interno, c/c o art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/1993, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação e determinar seu arquivamento por perda de objeto, dando ciência à Polícia Civil do Distrito Federal e à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.455/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Lorelei de Albuquerque Pontes Santos Faustino (399.603.071-15)
1.2. Interessado: Caminho Engenharia e Construções Ltda. (74.091.513/0001-91)
1.3. Órgão/Entidade: Polícia Civil do Distrito Federal
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1274/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, dando-se ciência desta decisão ao representante e à Secretaria Especial de Saúde Indígena - Distrito Sanitário Especial Indígena - Dsei Interior Sul, e promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/SC:

1. Processo TC-046.520/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Anderson Negri Moreira (004.485.699-73)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Saúde Indígena
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (SECEX-SC).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 7/2013 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária

c) Ministro Benjamim Zymler (Relação n° 5):

ACÓRDÃO Nº 1275/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.145/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Radanezi Souza Lima (665.603.817-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1276/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.150/2013-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arão Oliveira de Faria (271.408.307-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1277/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, exceto aquele relativo ao servidor Josemar Ferreira Fonseca, e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.221/2013-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Altair Santos Martins (074.576.773-72); Boaventura Silva Costa (095.416.403-20); Clenilde Azevedo de Abreu (007.255.638-26); Esau Menezes (257.224.333-49); José de Ribamar Dias Filho (076.608.123-00); Josemar Ferreira Fonseca (087.049.578-06); Kleber Fernando dos Santos (080.491.903-82); Pedro Nunes de Oliveira (076.615.093-34); Pedro Wanderley de Aragao (055.904.853-04); Salvador Gomes de Arruda (062.382.893-68); Sebastião da Cruz Moreira (034.997.743-72); Telemaco Ramos Bessa (359.839.147-15); Zacarias Nunes Verde (095.658.253-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que diligencie ao órgão de origem com vistas a obter a documentação que comprova a invalidez do servidor Josemar Ferreira Fonseca.

ACÓRDÃO Nº 1278/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.226/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco das Chagas Souza (065.146.693-87); Ozires Joan Mendes da Silva (030.363.833-87); Pedro Nunes da Fonseca (030.360.573-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1279/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.229/2013-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nagib Buissa (011.839.238-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1280/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a Eres Alves Sousa, Francisco Sivanildo de Oliveira Figueiredo, Gerson Araújo Cantuária, Pantaleão Nogueirta e Salomão da Cruz Santos e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.744/2013-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eres Alves Sousa (081.014.503-00); Francisco Sivanildo de Oliveira Figueiredo (043.443.082-04); Gerson Araújo Cantuária (064.735.983-91); Osmar de Abreu Viana (012.271.223-49); Pantaleão Nogueirta (074.928.393-91); Salomão da Cruz Santos (100.732.993-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que diligencie ao órgão de origem com vistas a obter a documentação que embasou a concessão de tempo de atividade insalubre para o Sr. Osmar de Abreu Viana, ocupante do cargo de Técnico em Cartografia, bem assim o respectivo mapa de tempo de serviço.

ACÓRDÃO Nº 1281/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.746/2013-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Lucia Gomes de Oliveira e Silva (185.757.654-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1282/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a Atsushi Okida, Fernando José Santos de Pina Cabral, Roberto German e Stelita Leocadia Ibrahim Baensi e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.757/2013-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Souza Costa (748.898.427-72); Arthilake Leal Gomes da Silva (370.776.517-20); Atsushi Okida (304.408.237-49); Fernando José Santos de Pina Cabral (297.951.767-49); Francisco José da Silva (385.361.617-87); Paulo José de Oliveira (229.115.617-91); Rivailda Oliveira (026.746.294-87); Roberto German (492.038.357-68); Rosuel Nunes Freire (604.166.537-15); Sérgio Correa Braga (533.683.397-53); Stelita Leocadia Ibrahim Baensi (347.397.507-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que diligencie ao órgão de origem para obter a documentação que fundamentou a concessão de tempo de atividade insalubre aos servidores

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Antônio Souza Costa, Arthilake Leal Gomes da Silva, Francisco José da Silva, Paulo José de Oliveira, Rivailda Oliveira, Rosuel Nunes Freire e Ségio Correa Braga.

ACÓRDÃO Nº 1283/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a Aquiles Henrique Costa, José Veumaci dos Santos Farias e José de Ribamar Santos Castro e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.766/2013-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aquiles Henrique Costa (093.988.563-87); José Veumaci dos Santos Farias (095.676.313-87); José de Ribamar Santos Castro (075.143.283-00); Lucinea Ramos de Araújo (437.614.023-68); Maria da Conceição Araújo Gomes (075.308.383-34); Rosa Maria Garcia dos Santos (129.001.333-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que diligencie ao órgão de origem com vistas a obter a documentação que fundamentou a concessão de tempo de atividade insalubre a Lucinea Ramos de Araújo, Maria da Conceição Araújo Gomes e Rosa Maria Garcia dos Santos.

ACÓRDÃO Nº 1284/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a Jesse Martins da Silva, José Jerônimo Pires de Almeida Assis e José Francisco de Souza e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.767/2013-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jesse Martins da Silva (156.483.891-91); Jose Jerônimo Pires de Almeida Assis (143.120.779-91); José Francisco de Souza (203.524.681-49); Suely Ferreira Cardozo Dias (178.514.671-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que diligencie ao órgão de origem com vistas a obter a documentação que embasou a concessão de tempo de atividade insalubre a Suely Ferreira Cardozo Dias.

ACÓRDÃO Nº 1285/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o atode concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.426/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto da Fonseca Polett (169.694.990-49)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Novo Hamburgo/RS - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1286/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.169/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gelson Pimentel Filho (050.731.979-68)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Joinville/SC - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 1287/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.170/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Roberto Doneda (018.787.609-63); Raquel Uliano Webster (245.373.499-72); Zelma Maria Donadel (415.517.539-87)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Criciúma/SC - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 1288/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.176/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Cohen (054.792.580-87); Maria Ironi Santos de Oliveira (220.470.340-00)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Porto Alegre/RS - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 1289/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.189/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jocelina Pereira da Silva (774.595.048-15); Marli Aparecida de Souza Godoi Francioso (102.186.388-25)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - S.J. da Boa Vista/SP - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 1290/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.355/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Dolores Pieper (311.939.199-91)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Joinville/SC - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1291/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.356/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marize Teodora Diniz (156.537.576-91)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Vitória/ES - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1292/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.358/2012-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eugênia Elvira Reali (042.451.800-72)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Novo Hamburgo/RS - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1293/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.359/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Gonçalves Chiquitti (475.940.719-72)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Curitiba/PR - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1294/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-045.360/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geraldo Pinto dos Santos (100.837.401-63)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Anápolis/GP - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1295/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-856.706/1998-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Carlos da Conceição (081.707.119-91); Edson Costa (145.480.629-04); Gregório Jose Lohn (245.337.189-49); Lilia Maria Oliveira Carioni (289.486.109-53); Maria da Conceição Fernandes Teixeira (341.922.559-87); Paulo Tadeu Matos (048.070.579-87); Zenaide Borba Carreirao (376.765.049-53); Zoleima Silva Vieira (155.592.629-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia Geral da União e à Universidade Federal de Santa Catarina que acompanhem a Ação Ordinária 2006.72.00.009358-8/SC (Resp 1136346);
1.7.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que proceda à emissão de novos atos de concessão de aposentadoria para os inativos Paulo Tadeu Matos (CPF 048.070.579-87) e Lilia Maria Oliveira Carioni (CPF 289.486.109-53), livres da irregularidade (URP) apontada nestes autos, para que sejam submetidos à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 260, *caput*, do Regimento Interno.

ACÓRDÃO Nº 1296/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.082/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Keicia Moreira Pinto (072.296.297-56)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1297/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.090/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Aparecida Barbaro Lescano (034.606.561-58); Adriano Padua (007.659.811-06); Aildo Melchiades Ferreira Lobo (725.579.231-68); Alexandre Eduardo Barbosa Simoes (022.593.211-35); Aline Lago Bastos (003.752.651-04); Ancelmo Quintana (692.434.841-68); Anderson Arruda da Cunha (029.660.731-28); Andre Passos de Mello (018.401.981-84); Anterivaldo Alves de Oliveira (690.986.974-53); Antonio Jose Medina (506.933.871-49); Atelino Dias Filho (006.739.311-02); Braulio Sulzbacher de Souza (005.363.630-99); Brenon de Arruda Farias (046.328.841-62); Clayton Adao Miranda Gedro (034.135.631-06); Cleyton Monteiro de Souza (000.863.581-11); Damiao Pereira (691.262.591-68); Daniel da Rocha (932.611.441-49); Edson da Rocha Ferreira (609.872.191-20); Eduardo Antonio Navarro Bavia (653.381.111-87); Eduardo Lopes Fontes (954.787.871-91); Eduardo dos Santos Cadorin (009.250.601-19); Elaine Lima de Souza (758.533.882-15); Elton Cesar Muller (015.947.401-94); Enoque Ferreira (000.127.301-90); Fabiano Yoshimura Zeferino (562.998.181-15); Gabriel Rosembergue Fronho (027.277.851-60); Geovani Ferreira dos Santos (005.843.331-70); Jillian Vitor da Fonseca (038.478.991-98); Joao Paulo Barbosa Junior (031.000.781-01); Jose Ronivon Quirino Cavalcante (000.633.731-73); Jucimar Santos de Melo (960.629.671-72); Julio Cesar Ramos (017.905.131-89); Leslandro Jesus de Freitas (947.154.161-15); Liz Lorena Centuriao de Oliveira (029.845.511-09); Luiz Cezar Britez Kusisin (032.804.001-04); Marcos Cardoso dos Santos (931.452.331-49); Marcus Vinicius Colares Rodrigues (004.138.661-22); Paulo Jose Garcia da Silva (017.928.871-75); Rafael Crivelare da Silva (021.265.891-37); Rafael Martins (025.226.281-60); Rafael Santana de Lima (263.532.168-07); Ricardo Ferreira Dias (936.444.181-87); Roberto Ardaya de Queiroz (692.258.341-87); Rodrigo Aquino Rebello (005.332.911-27); Rodrigo Copat Camargo (005.972.901-56); Roger Oliveira Soares (023.669.351-45); Ronaldo Alves de Oliveira (897.835.571-49); Samuel Rocha (726.866.691-87); Samyra Cordeiro Franco (093.797.247-99); Thales Belchior Protasio (032.364.461-96); Valdemir Jose dos Santos Junior (022.125.861-24); Wanderlei Vieira Carmona (791.837.511-49); Widicley dos Santos Souza (015.678.511-00); Willem Meireles (968.938.181-49); William Justo Custodio Dias (005.856.931-61); Willian da Silva Lacerda (705.854.581-20)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da Ect Em Mato Grosso do Sul - dr/ms
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1298/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.091/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adryelli Nataly Nascimento de Albuquerque (065.712.484-25); Aercio Barbosa Ferreira (065.524.374-71); Alan Jorge de Oliveira Carvalho (650.624.933-15); Ana Virgínia Vitorino de Santana (046.870.104-40); Antônio Marcos Aguiar de Lima (049.652.594-83); Arthur Eduardo Sa de Melo Cavalcanti (053.551.104-36); Austriclinio Paulo da Silva (038.045.364-92); Diego Silvestre de Aquino (093.064.544-81); Ednailson Enoque dos Santos (073.852.384-40); Elmiro Francisco de Novaes (084.073.904-45); Elvis Siloe Tenorio de Andrade (082.524.624-56); Ewanderson Cavalcanti de Albuquerque (055.572.974-56); Fabio Marques Oliveira Guimarães (921.408.664-87); Fernando Jofili Junior (364.353.251-20); Guilherme Pires de Figueirôa Faria (079.924.644-19); Habacuque Rocha Ribeiro de Sousa (074.420.454-21); Helder Augusto Gomes de Melo (069.151.774-69); Hemeson Vagner Oliveira da Silva (055.476.394-00); Hermano Otavio Maia da Silva Filho (869.739.324-87); Jairo Severo da Silva (033.897.214-52); Joab Antonio Quental da Silva (027.007.694-81); Jose Ernestrino Carneiro de Oliveira (102.085.604-16); Jose Renato Aparecido Moreira (048.515.074-37); Juliane de Fátima Nery Couto (086.640.954-85); Jérdyson Silva Barbosa (066.524.784-20); Kildare Alexandre de Oliveira (935.730.144-53); Leonária Barros de Oliveira (071.978.314-31); Osmar Barbosa de Lima (075.792.284-83); Samuel Carlos de Araújo Neto (014.265.724-76); Thamiris Ferreira da Silva (056.779.894-10); Thiago do Espirito Santo de Medeiros (093.227.334-38); Vanderlan Ramos Paes de Andrade (030.197.904-92); Veridiano Coloia de Souza Junior (075.450.164-75)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da Ect Em Pernambuco - DR/PE
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1299/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.095/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aparecido de Araújo Trindade (728.748.131-68); Carlos Sérgio de Souza Menezes (120.901.998-14); Daniel de Aguiar Couto (044.304.261-63); Eliel Costa Goncalves (108.075.017-78); Elizangela Pereira Costa Carvalho (854.906.011-91); Fabiana Silva Facco (002.887.061-10); Jether Santos Silva (960.910.882-20); Jezimiel Barbosa de Castro (919.407.611-15); Jheiffer de Oliveira Pinheiro (028.533.031-44); Julinei José de Souza (011.840.811-90); Leandro Soares dos Anjos (045.044.511-90); Lucas de Souza Oliveira (019.065.781-25); Luciana Bastos (009.848.751-58); Luciana Pereira Reis (020.292.671-04); Marriethy de Lima Araujo (039.177.191-42); Paulo Cesar Manoel (298.983.378-18); Robson Natalino Lopes (017.990.251-28); Rodney Castro Santana (966.462.761-53); Rosineila Dias Vieira (954.484.201-25); Ueslen Borges Lopes (011.370.141-13); Wellington Roberto do Espírito Santo (021.108.311-97)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso - DR/MT
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1300/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.393/2013-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Amorim da Santa Cruz (787.141.505-06); Angelina Pereira de Oliveira (011.309.301-22); Bárbara Maria Toledo Patay (006.042.511-30); Bruno Carneiro da Silva Barreto (707.471.641-34); Claudinei Silvestre Neto (381.362.871-04); Elen Camile Milagres Passos (830.357.296-20); Elu Maria Barbosa Galvão (552.871.311-00); Gustavo Rodrigues Lima Almeida (715.719.221-72); Haroldo Eugenio Mendes (766.621.441-34); Luzardo Alves Freires (022.888.311-38); Marcelo Matos Andrade Pires (008.955.177-01); Márcio Farias de Souza (854.476.924-15); Paulo Kennedy Silva de Jesus (866.409.174-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1301/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.468/2013-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ademir José Santos (030.751.039-50); Daniel Marcos Vieira (065.369.259-55); Denise Dayane Mathias Rodrigues (042.082.369-73); Elirio Luiz Cecon (015.874.549-39); Gladys Mary Ferreira (611.142.199-91); Jacson Vinicius Gomes (025.550.089-00); Josuel dos Santos Pereira (125.282.358-44); Lucas Pires Pacheco (809.728.700-59); Priscila Pires Branco (060.505.289-18); Wesley Júnior da Silva (047.949.549-13)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1302/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.470/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aldeni Geraldo do Nascimento (058.478.024-98); Almir Mendes Ventura (066.963.454-93); Angélica de Andrade Vale Bandeira (061.439.614-09); Fabrício Nunes Rodrigues (051.950.904-83); Silvano Gomes de Menezes (057.634.924-04)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Pernambuco - DR/PE
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1303/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.817/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Agnaldo Cardoso de Araujo (967.290.581-53); Cristiano Carvalho da Silva (877.520.181-04); Emmanoel Venancio de Oliveira (006.924.021-36); Jean Henrique Rodrigues de Lima (016.185.751-55); Marcelo Firmino de Oliveira (716.327.191-34); Marcos Morais Pena (764.417.681-00); Patricia Ricellys Lima Silva Bacheller (947.232.221-20); Pedro Henrique Oliveira Lima (026.827.241-75); Thaynara Santiago Pereira (020.494.701-42); Walysson Ferreira Rodrigues da Costa (012.805.711-44)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da Ect Em Goiás - DR/GO
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1304/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.159/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Laércio Pires Cardoso Junior (067.656.769-02); Tatiana Oliveira Couto Silva (259.351.328-42)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1305/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.160/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edmilson José Rodrigues da Silva (409.059.931-87); Katiele Aline de Araujo (362.564.978-05)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Mato Grosso do Sul - DR/MS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1306/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.722/2013-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Abdias Gomes da Rocha (001.000.628-14); Ermida Barbieri de Araujo (151.858.708-93)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/sp
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1307/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com a ressalva, nos termos do § 1º da Resolução do art. 6º da Resolução TCU 206/2007, de que a pensionista Renata Epifânio Pereira Ferreira foi excluída da relação de beneficiários do instituidor, por ter completado a idade de 21 anos.

1. Processo TC-029.518/2010-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Renata Epifânio Pereira Ferreira (003.603.504-10); Rita Rufo Correia Lima (324.604.224-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1308/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 18 e 23, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. José Américo da Costa Barroqueiro (CPF 055.923.053-20), Natalino Salgado Filho (CPF 032.954.943-04), Maria do Desterro Soares Brandão Nascimento (CPF 044.929.003-49) e Vinicius Jose da Silva Nina (CPF 427.880.483-00); em julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados; em dar quitação a todos os responsáveis; e em fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-026.989/2010-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Aldir Araújo Carvalho Filho (CPF 216.141.643-04); Antonio Cordeiro Feitosa (CPF 032.722.673-34); Antonio Jose Silva Oliveira (CPF 074.961.253-34); Antonio Luiz Amaral Pereira (CPF 198.332.293-87); Fernando Carvalho Silva (CPF-148.075.133-20); José Américo da Costa Barroqueiro (CPF 055.923.053-20); Joyce Santos Lages (CPF 678.455.333-00); Maria do Desterro Soares Brandão Nascimento (CPF 044.929.003-49); Maria Elisa Cantanhede Lago Braga Borges (CPF 151.602.703-53); Natalino Salgado Filho (CPF 032.954.943-04); Vinicius Jose da Silva Nina (CPF 427.880.483-00).
1.2. Entidades: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC e Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC (UFMA) que apresente, em anexo ao Relatório de Gestão do próximo exercício, informações completas sobre os recursos financeiros, materiais e humanos pertencentes à entidade envolvidos em cada um dos projetos citados no Quadro 47 do Relatório de Gestão do exercício de 2009 (8 e 17);
1.7.2 dar ciência à UFMA da necessidade de:
a) fazer constar do Rol de Responsáveis das suas prestações de contas as informações exigidas nas Decisões Normativas deste Tribunal acerca da organização e constituição dos processos de contas, uma vez que na prestação de contas do exercício de 2009, não foi feita a devida identificação da data de publicação no Diário Oficial da União ou de documento de divulgação pertinente dos atos de nomeação/designação dos seus integrantes (14 e 18);
b) juntar nas prestações de contas declaração expressa da respectiva unidade de pessoal de que todos os responsáveis inscritos no Rol de Responsáveis estão em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens e rendas de que trata a Lei 8.730/1993, por terem lhe sido apresentadas as declarações respectivas (15 e 18);
c) doravante, fazer constar dos processos de inexigibilidade fundamentados no art. 25, inciso I, da Lei 8.666.1993, em caráter obrigatório, as justificativas técnicas e jurídicas que amparam a contratação em referência, com o fito de demonstrar a adequabilidade da exclusividade aludida (16 e 19);
d) proceder a aferição dos indicadores de desempenho *Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HU, Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU, Funcionário Equivalente com HU/Professor Equivalente* e *Funcionário Equivalente sem HU/Professor Equivalente* sem a inclusão dos professores do ensino médio no computo de funcionário equivalente, para expurgar essa falha das futuras apurações desses indicadores (21.3, instrução inicial);
e) no que diz respeito à apresentação dos indicadores de desempenho da gestão, indicar um valor padrão (um valor a ser almejado, que representaria o estado ótimo do indicador) e uma meta de valor a ser atingido no próximo exercício, no intuito de aprimorar o monitoramento de seu desempenho (22, instrução inicial);
f) dar cumprimento às determinações expressas no subitem 1.5.1.2 do Acórdão 2.438/2009-TCU-2ª Câmara, e no subitem 9.3.31 do Acórdão 2.366/2007-TCU-2ª Câmara, sob pena de seus gestores terem as contas julgadas irregulares, nos termos do art. 16, §1º, da Lei 8.443/1992 (25, instrução inicial);
g) aperfeiçoar o planejamento das aquisições de forma a adotar procedimentos licitatórios cabíveis e evitar o uso indevido de dispensas de licitação baseadas no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993 (29, instrução inicial);
h) observar os valores estabelecidos no art. 23, incisos I e II, da Lei 8.666/1993, quando da realização de procedimentos licitatórios (30.4, instrução inicial);
i) observar o prazo de vigência dos respectivos contratos quando da celebração de eventuais aditivos, em atenção aos arts. 60, Parágrafo único, e 66 da Lei 8.666/1993 (36, instrução inicial);
j) abster-se de contratar profissionais para exercício de atividades de servidores integrantes do quadro permanente da instituição, em respeito ao disposto no art. 1º, § 2º, do Decreto 2.271/1997 (38, instrução inicial);
l) observar os limites quantitativos de aditivação de contratos quando da sua realização, nos termos do art. 65, §1º, da Lei 8.666/1993 (42, instrução inicial);
m) observar o cumprimento dos prazos de vigência dos contratos e abster-se de realizar contratos verbais, nos termos do art. 60, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993 (44, instrução inicial);
n) condicionar a liberação de cedidos à vigência do ato de cessão em cumprimento ao item 3 da Instrução Normativa 10/1993, da Secretaria de Administração Federal da Presidência da República, ao item 3 do Ofício Circular 32, de 29 de dezembro de 2000, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, e ao princípio da legalidade previsto no art. 37, caput, da Constituição da República (50, instrução inicial);
o) observar o disposto no art. 4º, §§1º e 2º, e 10, do Decreto 4.050/2001, quando da ocorrência de atrasos no reembolso de despesas com servidores cedidos (54 e 58, instrução inicial);
p) adotar medidas de ressarcimento ao erário cabíveis e implementar rotinas de verificação da correta implantação de pensões no sistema de pagamento para evitar a ocorrência de pagamento com base em proventos integrais a beneficiários de pensão decorrente de aposentadoria proporcional (61, instrução inicial);
q) adotar medidas de ressarcimento ao erário cabíveis e implementar rotinas de aposentação compulsória que previnam a permanência do servidor na folha de ativos além do limite de idade permitido (63, instrução inicial);
r) fazer cumprir o disposto no art. 118, §2º, da Lei 8.112/1990, e no art. 37, inciso XVI, da Constituição da República, e aplicar o art. 133 da referida lei, no sentido de providenciar a notificação de servidores em acúmulo ilegal de cargos, por intermédio de suas chefias imediatas, para apresentarem opção de cargo no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência, especialmente, no caso dos servidores de matrículas 0407658 e 6549985/0549985 (67, instrução inicial);
s) adotar as medidas de ressarcimento ao erário e implementar rotinas de acompanhamento dos pagamentos extraordinários de auxílio alimentação para que não sejam replicados na folha sem o devido fundamento (70, instrução inicial);
t) abster-se de realização de autoempenho, zelando pela correta observância do art. 35 do Decreto 93.872/1986 (77, instrução inicial);
u) abster-se de realização de empenho em valor superior ao compromisso legal, zelando pela correta observância do art. 27 do Decreto 93.872/1986 (79, instrução inicial);
v) abster-se de inscrever, em Restos a Pagar, despesas empenhadas em valor superior ao compromisso legal, em observância aos arts. 36 e 63 da Lei 4.320/1964 e art. 67, §1º, do Decreto 93.872/1986 (81, instrução inicial);
1.7.3 dar ciência ao Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA) da necessidade de:
a) promover a reavaliação de seu sistema de gestão de estoques de medicamentos para reduzir a necessidade de contratações diretas para reposição emergencial desses estoques (46, instrução inicial);
b) promover a devida formalização dos processos de concessão de insalubridade no HUUFMA, com a juntada da respectiva portaria de localização (71, instrução inicial);
c) abster-se de realização de autoempenho, zelando pela correta observância do art. 35 do Decreto 93.872/1986 (77, instrução inicial);
d) abster-se de inscrever, em Restos a Pagar, despesas que não atendam às condições para tanto exigidas, nos termos art. 35 do Decreto 93.872/1986 (84, instrução inicial);

ACÓRDÃO Nº 1309/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 17 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, dar quitação plena ao(s) responsável(eis), e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-027.876/2011-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Apensos: 029.077/2011-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.2. Responsáveis: Denis Fontes de Souza Pinto (223.255.064-87); Paulo Cesar Meira de Vasconcellos (145.891.761-49)

1.3. Órgão/Entidade: Subsecretaria-geral do Serviço Exterior - Mre

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. determinar à Subsecretaria-geral do Serviço Exterior/MRE que, no prazo de 120 dias, informe as providências adotadas para o ressarcimento ao erário:

1.8.1.1. do pagamento indevido de impostos/tributos inseridos em planilha de custo, referente ao achado 9 do Relatório de Auditoria de Gestão 1/2011, no valor de R$ 613.593,08, calculado até o momento, bem como que se efetue o cálculo referente aos processos 09013.000137/2012-1 e 013.000020/2010-11, em reiteração à determinação 1.5.1.3 do Acórdão 2080/2010 TCU-1ª Câmara (item 9);

1.8.1.2. em reiteração à determinação 1.5.1.1 do Acórdão 2080/2010 TCU-1ª Câmara, a reposição ao erário de ligações telefônicas de interesse particular, no valor de R$ 12.756,37, assim como o ressarcimento do valor gerado pelo acidente envolvendo veículo oficial, ocasionando perda total (item 10);

1.8.1.3. dos serviços de instalação e reposição de vidros - Contrato 15/2009, no valor de R$ 252.068,39, de que trata o achado 12 do Relatório de Auditoria de Gestão 1/2011 (itens 12 e 13);

1.9. alertar aos responsáveis que o descumprimento de determinação do Tribunal está sujeito a multa prevista no art. 58, inciso VII e parágrafos 1º e 2º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.

ACÓRDÃO Nº 1310/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, dar quitação ao(s) responsável(eis), e fazer a(s) orientação (ões) sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.338/2010-8 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Oto Agripino Maia (075.053.534-20)

1.2. Órgão/Entidade: Subsecretaria-geral das Comunidades Brasileiras No Exterior - MRE

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. dar ciência à Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior da necessidade de que as alterações contratuais, previstas no art. 65 da Lei 8.666/93, devem ser precedidas de demonstração analítica que comprove a efetiva variação dos custos dos serviços;

ACÓRDÃO Nº 1311/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.849/2012-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Expedito Pereira Machado (021.987.463-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: dar ciência desta deliberação ao Ministério da Saúde, alertando que o arquivamento da TCE por este Tribunal não impede a adoção das providências a seu alcance no que concerne às impropriedades/irregularidades verificadas nas vistorias realizadas;

ACÓRDÃO Nº 1312/2013 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor dos débitos atualizados monetariamente dos presentes autos é inferior à R$ 75.000,00, quantia fixada no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa nº 71/2012, e que ainda não há citação válida;

Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplinou que "*Aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União.*";

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU com a proposta da unidade técnica, pelo arquivamento do processo, por economia processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, letra "a", e 213 do Regimento Interno do TCU, e nos arts. 6º, I, e 19 da IN TCU nº 71/2012, em determinar o arquivamento do presente processo, sem prejuízo da adoção das medidas previstas no art. 15 da IN TCU nº 71/2012, bem como dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e às responsáveis:

1. Processo TC-044.151/2012-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Leda Maria Pereira Chaves (143.039.303-34); Rejane Linhares Mendonça (259.116.513-00); Silvana Bonfim Tinoco (142.417.063-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1313/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", c/c o artigo 183, ambos do Regimento Interno, na linha dos pronunciamentos emitidos nos autos, ACORDAM em autorizar a prorrogação de prazo solicitada, por 60 (sessenta) dias a contar da ciência desta deliberação.

1. Processo TC-033.740/2012-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações:

1.6.1. dar ciência ao Ministério da Saúde do teor desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1314/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 e 212 do Regimento Interno, em adotar as providências sugeridas, a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.036/2011-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU ()

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações

1.7.1. apensar os autos ao TC 475.164/1996-2, relacionado à tomada de contas do TRT/13ª Região relativa ao exercício de 1995, nos termos do que dispõe os arts. 40, inciso V, e 42 da Resolução TCU 191/2006;

1.7.2. dar ciência dessa deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 13ª Região.

ACÓRDÃO Nº 1315/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143 e 212 do Regimento Interno, em fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) e ordenar o arquivamento do(s) processo(s) a seguir relacionado(s), por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.420/2005-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Justiça Federal - Seção Judiciária/MG - TRF-1 (00.508.903/0004-20)

1.2. Interessado: Procuradoria Geral da Republica (00.001.111/0001-00)

1.3. Órgão/Entidade: Justiça Federal - Seção Judiciária/MG - TRF-1

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. determinar Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, com ciência da Conjur/TCU, e à Seção Judiciária Federal no Estado de Minas Gerais que acompanhem os processos 2009.38.02.001234-4 (2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba/MG), 49863-83-2012-4.01.3800 (14ª Vara Federal de Minas Gerais), 54853-20.2012.4.01.3800 (20ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais), 23134-20.2012.4.01.3800 (14ª Vara Federal de Minas Gerais), 26007-90.2012.4.01.3800 (7ª Vara Federal de Minas Gerais), 25086-34.2012.4.01.3800 (14ª Vara Federal de Minas Gerais) e 17710-94.2012.4.01.3800 (14ª Vara Federal de Minas Gerais).

ACÓRDÃO Nº 1316/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, inciso IV e parágrafo único, e 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la procedente, efetuar as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos e determinar o arquivamento do feito, dando ciência ao(s) representante(s):

1. Processo TC-001.421/2013-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (50.290.931/0001-40)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Andradina - SP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. Determinar à Prefeitura Municipal de Andradina/SP que atente para:

1.7.1 o art. 26 da Lei 8.666/1993, nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação; e

1.7.2 os termos do Decreto 7.892/2013, no que se refere às aquisições referenciadas em registro de preços.

Ata n° 7/2013 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária

d) Ministro José Múcio Monteiro (Relação n° 6):

ACÓRDÃO Nº 1317/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.149/2013-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Almicar Almeida Guedes (536.111.958-04); Ana Augusta de Souza (114.999.822-91); Jair Martins (756.263.818-72); Maria Helem Laranjo Ribeiro Alves (913.105.988-00); Mariana Cristina dos Santos Baptista (021.515.748-65); Roberto Tomanik (648.597.978-68); Sonia Maria de Carvalho Maximo Franca (975.527.208-91); Valdecio Conrado Filho (882.493.528-15); Valdomira da Silva (012.271.098-30); Valeria Cristina Canto Fonseca (028.064.318-75); Vera Santos Reigota do Amaral (026.846.808-76)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1318/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-005.901/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Izabel de Morais (190.503.309-59); Raimunda Araujo Barroso (080.097.832-34); Raimundo Cunha Ramalho (139.620.602-78)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1319/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.664/2013-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eliane Sartori (457.865.180-00); José Carlos Meotti (232.094.880-53); Maria Appel Soirefmann (004.169.590-91); Mariana Carpes Cortepace (023.817.750-56); Mariluce Carpes Cortepace (023.817.710-69); Marli Fagundes Carpes (446.262.230-87); Nelly Nagy Pivetta (632.413.310-91); Odercia Conceição Dalvis Diogo (335.472.890-68); Tereza Balejo (483.707.460-04); Vanessa Freitas Meotti (005.524.720-26); Vera Dias Canazaro (801.565.840-34)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1320/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 213, do Regimento Interno/TCU, bem como nos termos dos arts. 6º, inciso I; 15 e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, ACORDAM em determinar, desde logo, por economia processual, o arquivamento do processo do responsável a seguir indicado, sem julgamento do mérito e sem cancelamento da dívida de R$ 8.887,16, referente a 31/10/2002, em razão de o valor do dano, atualizado monetariamente, ser inferior ao limite fixado pelo Tribunal (R$ 75.000,00) para encaminhamento de tomada de contas especial, bem como determinar a inclusão de seu nome nos devidos cadastros de devedores e sistemas de informação contábeis, dando-se ciência do decidido ao órgão concedente.

1. Processo TC-028.833/2011-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Rodrigues dos Santos (CPF: 021.651.635-87), ex-Prefeito
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Lagarto/SE
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 1321/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 213, do Regimento Interno/TCU, bem como nos termos dos arts. 6º, inciso I; 15 e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, ACORDAM em determinar, desde logo, por economia processual, o arquivamento do processo do(s) responsável(eis) a seguir indicado(s), sem julgamento do mérito e sem cancelamento da dívida, em razão de o valor do dano, atualizado monetariamente, ser inferior ao limite fixado pelo Tribunal (R$ 75.000,00) para encaminhamento de tomada de contas especial, bem como determinar a inclusão do(s) nome(s) do(s) responsável(eis) nos cadastros de devedores e sistemas de informação contábeis.

1. Processo TC-044.821/2012-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Milton Gaiari (151.087.161-68) e Sociedade Rural de Umuarama (CNPJ 80.293.004/0001-44)
1.2. Unidade: Sociedade Rural de Umuarama (CNPJ 80.293.004/0001-44)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1322/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 213, do Regimento Interno/TCU, bem como nos termos dos arts. 6º, inciso I; 15 e 19 da Instrução Normativa TCU 71/2012, ACORDAM em determinar, desde logo, por economia processual, o arquivamento do processo do(s) responsável(eis) a seguir indicado(s), sem julgamento do mérito e sem cancelamento da dívida, em razão de o valor do dano, atualizado monetariamente, ser inferior ao limite fixado pelo Tribunal (R$ 75.000,00) para encaminhamento de tomada de contas especial, bem como determinar a inclusão do(s) nome(s) do(s) responsável(eis) nos cadastros de devedores e sistemas de informação contábeis.

1. Processo TC-046.812/2012-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Luiz da Paixão Rodrigues (814.488.056-00), Willian Ricardo Silva Maciel (035.572.806-08), Rui Miguel Peixoto de Miranda (118.133.856-53) e Círculo Social Imaculada Conceição (23.516.388/0001-83)
1.2. Unidade: Círculo Social Imaculada Conceição
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1323/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 243 do Regimento Interno, c/c os arts. 40, inciso V, e 42 da Resolução TCU nº 191/2006, ACORDAM em considerar cumprida a determinação contida no item 1.5 do Acórdão nº 5.229/2011-TCU-1ª Câmara, dar ciência desta deliberação ao Sebrae/ES e autorizar o encerramento do presente processo com seu apensamento definitivo ao TC 000.233/2011-0, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.365/2011-8 Monitoramento (em Representação)
1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo do TCU/ES (00.414.607/0005-41)
1.2. Unidade: Sebrae - Departamento Regional no Estado do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1324/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando ciência ao representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.322/2012-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Sergipe
1.2. Unidades: Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Laranjeiras - SE
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1325/2013 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o recorrente interpõe pedido de reexame em face do Acórdão nº 5322/2010-1ª Câmara, que julgou improcedente representação de sua autoria acerca de suposta irregularidade praticada pelo Banco do Brasil, ao negar-lhe acesso a notas fiscais de contrato de prestação de serviços de telemarketing;
Considerando que a função do representante, em princípio, limita-se trazer ao conhecimento do TCU indícios de irregularidade para apuração;
Considerando que o representante não é, em geral, parte no processo em que teve iniciativa;
Considerando que, para ser habilitado como parte interessada, o representante deve demonstrar possibilidade de lesão a direito subjetivo ou outra razão legítima para intervir no processo, na forma dos arts. 144, § 2º, e 146, § 1º, do Regimento Interno do TCU;
Considerando que, no presente caso, a deliberação recorrida não importou prejuízo de ordem pessoal ao representante, vale dizer, não lhe foi imposta sucumbência;
Considerando que o representante também não comprova ter legitimidade para sustentar em nome próprio argumentos contra o que foi decidido, nos termos do art. 282 do Regimento;
Considerando, portanto, que este recurso não atende aos requisitos de admissibilidade., conforme apontado pela Serur.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/92 e nos arts. 144, § 2º; 146, § 1º; 278, § 2º; e 282 do Regimento Interno, em:

a) não conhecer deste pedido de reexame; e
b) notificar o recorrente.

1. Processo TC-020.895/2010-0 (PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Orlando do Nascimento Manso (049.790.438-10)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S/A
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidades Técnicas: Secex/SP e Serur.
1.7. Advogada constituída nos autos: Aline Crivelari (OAB/SP 230.844)
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1326/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, enviando cópia da instrução ao Município de Campo Belo/MG, ao Ministério do Turismo e à Caixa Econômica Federal para que avaliem a melhor forma de assegurar a continuidade, o regular andamento e a conclusão das obras objeto dos contratos de repasse CR.NR.0266841-85, CR.NR.0267154-90 e CR 313609-67, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.314/2012-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Prefeitura Municipal de Campo Belo/MG
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Campo Belo/MG
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 7/2013 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária

e) Ministro-Substituto Weder de Oliveira (Relação n° 4):

ACÓRDÃO Nº 1327/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:
1. Processo TC-015.924/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Reinaldo Alves de Holanda e Silva (063.274.864-87).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PB - JE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1328/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:
1. Processo TC-002.639/2013-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria de Lourdes Costa das Chagas (813.894.694-68).
1.2. Entidade: Incra - Superint. Regional/RN - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1329/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACOR-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-021.442/2012-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Sônia Regina Corrêa Brito (087.856.878-63).

1.2. Órgão: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1330/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias a seguir relacionadas:

1. Processo TC-044.421/2012-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Izabel Cristina Rocha Gomes (371.255.830-91); Lea Maria Moura Rocha (219.331.620-15) e Sandra Moura Rocha de Assis Brasil (404.611.570-04).

1.2. Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1331/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-019.983/2012-3 (REFORMA)

1.1. Interessado: Orlando Natalino Leitte dos Santos (304.190.002-59).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1332/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-019.985/2012-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: Paulo Roberto Portela (961.838.100-53).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1333/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-019.993/2012-9 (REFORMA)

1.1. Interessado: Simar Lasfir Soares Filho (751.126.554-53).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1334/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-020.204/2012-4 (REFORMA)

1.1. Interessado: Leandro Oliveira de Quadros (428.355.180-53).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1335/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-020.228/2012-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Ronaldo Perez Castanheira (678.959.640-20).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1336/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-026.906/2012-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Edison Pacheco Fagundes (512.767.200-68).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1337/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-026.972/2012-3 (REFORMA)

1.1. Interessado: Renan Cabral da Silva (456.288.310-34).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1338/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-043.447/2012-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Heleno Torres da Silva (451.607.754-04).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1339/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-043.450/2012-1 (REFORMA)

1.1. Interessado: Wolney Álvaro de Oliveira (418.428.476-00).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 7/2013 - Primeira Câmara

Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária

PROCESSO EXCLUÍDO DE PAUTA (de relação):

Foi excluído de pauta, nos termos do artigo 4°, § 3º da Portaria TCU n° 295/2009, o processo n° 015.318/2009-1 (Relator, Ministro Benjamim Zymler).

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na pauta, de forma unitária e organizada sob n° 7/2013, havendo a Primeira Câmara aprovados os Acórdãos de n°s 1340 a 1377, a seguir indicados. Os correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação, bem como os citados Acórdãos, se inserem no Anexo desta Ata (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1° a 7° e 10; e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

ACÓRDÃO Nº 1340/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.569/2009-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I (Recurso de reconsideração em tomada de contas especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Grupo de Trabalho Amazônico - GTA (37.113.842/0001-60) e Maria Araújo de Aquino (360.548.792-00).

3.2. Responsáveis: Alberto Cantanhede Lopes (238.228.133-20); Maria Araújo de Aquino (360.548.792-00) e Grupo de Trabalho Amazônico - GTA (37.113.842/0001-60).

3.3. Recorrentes: Grupo de Trabalho Amazônico - GTA (37.113.842/0001-60) e Maria Araújo de Aquino (360.548.792-00).

4. Entidade: Grupo de Trabalho Amazônico - GTA.

5. Relator/Relator da deliberação recorrida:

5.1. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogados constituídos nos autos: Selecina Henrique Locatelli (OAB/DF 21.575), Vilmar Locatelli (OAB/DF 25.795).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Grupo de Trabalho Amazônico e Maria Araújo de Aquino, contra o Acórdão 188/2012, 1ª Câmara, que julgou irregulares as contas especiais dos gestores da entidade, relativas ao Convênio 70/2006, celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Grupo de Trabalho Amazônico, condenou a associação e seus dirigentes ao ressarcimento do débito apurado e cominou-lhes multa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Grupo de Trabalho Amazônico e Maria Araújo de Aquino para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, aos responsáveis e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1340-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1341/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.678/2012-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT (34.028.316/0001-03)
3.2. Responsável: Wanderson Lucas Moraes de Souza (621.818.581-87).
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (Secex-MT).
8. Advogado constituído nos autos: André Luís Melo Fort (OAB/MT 10.664).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos Tomada de Contas Especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em razão de prejuízo verificado na Agência de Correios e Banco Postal de Apiacás/MT, decorrente de diferença de numerário a menor na caixa da unidade;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Wanderson Lucas Moraes de Souza, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 51.410,57 (cinquenta e um mil, quatrocentos e dez reais e cinquenta e sete centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 9/10/2007, até a do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, a quantia de R$ 818,59 (oitocentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos), ressarcida em 03/04/2008, na forma da legislação em vigor,e fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;
9.2. aplicar ao Sr. Wanderson Lucas Moraes de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da mencionada importância ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, desde a data do presente Acórdão até a do efetivo pagamento, se for quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado pelo responsável, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.5. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal; e
9.6. encaminhar cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, nos termos previstos pelo art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1341-07/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1342/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.738/2011-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão civil.
3. Interessados: Fabiana Leticia Costa de Sousa (795.966.812-49); Fabio Leandro Santos de Sousa Júnior (795.966.652-00); Francisco Alves de Sousa Filho (028.641.502-04).
4. Entidade: Superintendência Estadual da Fundação Nacional da Saúde no Pará.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituído por ex-servidora da Superintendência Estadual da Fundação Nacional da Saúde no Pará;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de pensão civil instituído em favor de Fabiana Letícia Costa de Sousa, Fábio Leandro Santos de Sousa Júnior e Francisco Alves de Sousa Filho;
9.2. determinar à Superintendência Estadual da Fundação Nacional da Saúde no Pará que:
9.2.1. emita novo ato de pensão em favor de Francisco Alves de Sousa Filho, livre da falha detectada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, nos termos do art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU nº 55/2007;
9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
9.2.3. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;
9.2.4. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;
9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1342-07/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1343/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.303/2011-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomadas e Prestações de Contas.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Maria da Glória Correia (748.895.322-34).
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RO (SECEX-RO).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19, *caput*, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Maria da Glória Correia, condenando-a ao pagamento das importâncias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescida de juros de mora, a partir das datas indicadas, até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU:

Valor (R$)	*Data*
1.711,70	*26/10/2006*
2.720,00	*29/11/2006*
837,79	*26/10/2006*
1.657,64	*26/10/2006*
15.000,00	*27/10/2006*
57,00	*29/11/2006*
4.000,00	*9/11/2006*
37,20	*29/11/2006*
273,33	*26/10/2006*
1.000,00	*26/10/2006*
2.900,00	*12/12/2006*
4.990,00	*12/12/2006*
6.650,00	*12/12/2006*
325,63	*19/3/2007*
1.500,00	*12/12/2006*
839,53	*24/10/2006*
200,00	*31/10/2006*
240,40	*6/11/2006*
200,00	*5/2/2007*
4.770,00	*19/12/2006*
1.000,00	*19/12/2006*
1.900,00	*5/4/2007*
539,19	*9/1/2007*
6.300,00	*5/4/2007*
361,34	*14/5/2007*
454,02	*29/12/2006*
1.100,00	*3/4/2007*
302,87	*30/3/2007*

9.2. aplicar à responsável a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU, caso solicitado pela responsável, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.5. alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU; e
9.6. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Rondônia.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1343-07/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1344/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.359/2010-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Marcação - PB.
3.2. Responsáveis: Construlimp - Construções e Serviços de Limpeza Ltda. (01.683.239/0001-76); Gilberto Gomes Barreto (041.699.054-15).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Marcação - PB.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (Secex-PB).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em decorrência de inexecução do objeto de convênio celebrado entre essa fundação e o município de Marcação, na Paraíba, para execução de obras de esgotamento sanitário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis o ex-prefeito Gilberto Gomes Barreto e a empresa Construlimp - Construções e Serviços de Limpeza Ltda., consoante o disposto no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;
9.2. julgar irregulares as contas e em débito o ex-prefeito Gilberto Gomes Barreto, em solidariedade com a empresa Construlimp - Construções e Serviços de Limpeza Ltda., condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, sem prejuízo de abater valores eventualmente já ressarcidos, fixando- lhes o prazo de quinze dias desde a ciência para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Funasa:

Valores Históricos	Datas de ocorrência
R$ 18.695,30	1/2/2002
R$ 13.336,00	22/2/2002
R$ 4.146,82	27/3/2002
R$ 6.000,00	4/4/2002
R$ 9.000,00	24/4/2002
R$ 8.400,00	21/5/2002
R$ 9.070,00	12/6/2002
R$ 6.300,00	4/10/2002
R$ 1.812,01	10/1/2003
R$ 1.200,15	13/1/2003

9.3. aplicar ao ex-prefeito Gilberto Gomes Barreto e à empresa Construlimp - Construções e Serviços de Limpeza Ltda. a multa individual prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando- lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.5. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1344-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1345/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.166/2011-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Leonardo Casado (062.335.039-49); Prefeitura Municipal de Rolândia/pr (76.288.760/0006-12).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR).

8. Advogada constituída nos autos: Miryan Siqueira Rosinski Alves - OAB/PR 56.635.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, contra ex-prefeito do município de Rolândia/PR, em decorrência de cobranças indevidas de serviços custeados pelo Sistema Único de Saúde - SUS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas por Leonardo Casado (CPF 062.335.039-49);

9.2. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "b" da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", julgar irregulares as contas de Leonardo Casado (CPF 062.335.039-49), aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação expedida;

9.4. com fundamento nos arts. 1º, I, 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, §§ 2º, 3º, 4º e 5º, do RI/TCU, rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Município de Rolândia/PR e fixar-lhe novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente, na forma da legislação em vigor, a partir de 20/07/1994 até a data da efetiva quitação do débito:

Competência: 06/1994 - Data do Pagamento 20/07/1994

Código do Procedimento	Quantidade	Valor Unitário (CR$)	Valor (CR$)	Valor (R$)
034.5	18.664	1.531,79	28.589.328,56	10.396,12
207.0	270	1.735,58	468.606,60	170,40
209.7	663	1.796,40	1.191.013,20	433,10
211.9	4.341	1.926,19	8.361.590,79	3.040,58
213.5	721	3.722,07	2.683.612,47	975,86
221.6	249	5.235,73	1.303.696,77	474,07
223.2	140	6.177,70	864.878,00	314,50
231.3	131	5.235,73	685.880,63	249,41
241.0	233	3.971,30	925.312,90	336,48
245.3	20	26.087,07	521.741,40	189,72
Total (R$)				16.580,24

Obs. A URV foi fixada em CR$ 2.750,00 em 01/07/1994, utilizada para conversão de CR$ para R$.

9.5. nos termos dos arts. 12, §§ 1º e 2º, e 26 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 1º, e 217 do RI/TCU, autorizar o Município de Rolândia/PR a efetuar o pagamento da dívida indicada no subitem 9.4 deste acórdão em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, informando-lhe que, sobre cada uma das parcelas, incidirá a atualização monetária, alertando-a, ainda, que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, aplicando-lhe os acréscimos legais, nos termos do art. 217, §§ 1º e 2º, do referido Regimento Interno;

9.6. informar ao Município de Rolândia/PR que, em caso de liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente e não havendo outra irregularidade nos autos, o processo será saneado com o julgamento pela regularidade com ressalvas das presentes contas;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1345-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1346/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.195/2011-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ministério da Integração Nacional (03.353.358/0001-96); Prefeitura de Afuá - PA (05.119.854/0001-05)

3.2. Responsável: Miguel Santana de Castro (064.388.732-68).

4. Órgão: Ministério da Integração Nacional.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (SECEX-PA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento de Gestão e Estratégia, Coordenação de Contabilidade do Ministério da Integração Nacional contra o Sr. Miguel Santana de Castro, ex-prefeito de Afuá/PA, em virtude da impugnação total das despesas realizadas na execução do objeto do Convênio 1174/2000 (Siafi 414478), celebrado com o Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria de Defesa Civil/MI e a referida municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:

9.1. considerar revel o ex-Prefeito Miguel Santana de Castro, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput; e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Miguel Santana de Castro, condenando-o, ao pagamento da importância abaixo relacionada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data indicada, até a efetiva quitação do débito, fixando- lhe o prazo de quinze dias desde a ciência para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
200.000,00	8/6/2001

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, aplicar ao Sr. Miguel Santana de Castro multa de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1346-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1347/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 044.079/2012-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV Admissão.

3. Interessados: Eneas dos Santos Silva (098.605.017-26); Fabiane do Nascimento Fontes (100.466.837-63).

4. Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissão deferidos pelo Instituto Nacional do Câncer;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legais e autorizar registro dos atos de admissão de Eneas dos Santos Silva e Fabiane do Nascimento Fontes;

9.2. determinar ao Instituto Nacional do Câncer que:

9.2.1. em relação a Eneas dos Santos Silva, adote provi-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dências para verificar a regularidade da acumulação dos cargos ocupados pelo interessado no órgão e junto ao Ministério da Saúde (Hospital Federal de Bonsucesso), em especial, no que concerne à compatibilidade de horários, sem prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados, e aplique, se cabível, o disposto nos arts. 46 e 133, da Lei nº 8.112/90;

9.2.2. em conjunto com o Hospital Federal dos Servidores do Estado/MS, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda ao levantamento de eventuais períodos pagos, mas não laborados pela servidora Fabiane do Nascimento Fontes, de 5/7/2006 a 22/6/2007, período em que acumulou dois cargos de 40 horas semanais, providenciando o ressarcimento dos valores indevidamente recebidos pela servidora, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90;

9.3. dar ciência deste acórdão ao Hospital Federal dos Servidores do Estado/MS, para adoção da providência determinada no item 9.2.2 supra;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste acórdão.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1347-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1348/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.959/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Alexandre Guilherme Ribeiro Pontes (109.933.607-42); Jean Rodrigo Ribeiro de Pontes (054.149.787-19); Larissa Franco Aragão (049.787.893-38); Maria Clara Jorge de Sousa (040.397.783-59); Saul Lafayette Nobre Formiga Neto (076.802.194-43); Thyago Franco Aragão (044.153.543-78).

4. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de pensões civis a beneficiários de ex-servidores do Ministério das Comunicações.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e art. 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegais as concessões de pensões civis a Alexandre Guilherme Ribeiro Pontes, Jean Rodrigo Ribeiro de Pontes, Larissa Franco Aragão, Maria Clara Jorge de Sousa, Saul Lafayette Nobre Formiga Neto e Thyago Franco Aragão, recusando o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3.encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.4. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.4.1. monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;

9.4.2. dar ciência desta deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, bem como à Conjur/TCU, a fim de que sejam adotadas as providência judiciais cabíveis em relação à Ação Ordinária nº 2008.40.00.705341-1, ajuizada pela beneficiária Maria Clara Jorge de Sousa perante o Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1348-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1349/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.111/2013-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto VI - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Milhas Turismo Ltda. - EPP (CNPJ 13.637.797/0001-84).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação formulada pela empresa Milhas Turismo Ltda. - EPP (CNPJ 13.637/797/0001-84) acerca de supostas irregularidades ocorridas no Pregão 02/2012, realizado pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Representante e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG;

9.3. Arquivar o presente processo.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1349-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1350/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.578/2009-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Aulida Moreira Rosa (029.467.427-68); Helena Maria Moojen de Abreu e Silva (344.713.597-20); Helenice Mello Ribeiro (059.755.057-39); Laura D'escragnolle Taunay (444.237.721-91); Lenice Mello Ribeiro (529.060.437-53); Luiz Ney de Menezes Nogueira (059.796.477-75); Maria Dionê Ferreira Souto de Almeida (184.745.941-20); Maria Elizabeth Azero Jarussi (058.206.688-39); Maria Helena Moojen de Abreu e Silva (013.616.967-88); Maria Helena de Oliveira (245.102.891-20); Maria da Conceição Pereira Ferreira (270.727.111-04); Mary Elisabeth Penna e Costa D'escragnolle Taunay (053.479.607-95).

4. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de pensão civil, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Primeria Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso III do art. 71 da Constituição Federal e no inciso II do art. 39 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais as pensões instituídas por Antônio Carlos de Abreu e Silva, João Victal Botelho Nogueira, Jorge D'Escragnolle Taunay, Geraldo Pereira de Almeida e Newton da Costa Ribeiro em favor de determinar o registro dos respectivos atos;

9.2. determinar ao Ministério das Relações Exteriores que encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias, os documentos que fundamentaram a expedição do laudo médico que atestou a invalidez de Maria Elizabeth Azero Jarussi, de modo a evidenciar que a invalidez da beneficiária antecedeu o falecimento da instituidora Maria Ignez Jarussi de Azero;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que realize as pesquisas de rotina para verificar se existem elementos que afastem a presunção de dependência econômica de Maria Elizabeth Azero Jarussi em relação a Maria Ignez Jarussi de Azero.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1350-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1351/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.157/2005-0.

1.1. Apenso: 023.687/2007-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em processo de Representação)

3. Interessadas: Gloria Regina Abib Ramos (373.214.987-00); Sonia Maria Abib Ramos (425.455.017-00).

4. Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Cynthia Maria Piske Silverio Souza (OAB/RJ 72.886) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração, em processo de representação, interpostos contra o Acórdão 410/2013-TCU-1ª Câmara, alusivo a representação proposta pela Sefip envolvendo indícios de pagamentos de pensões estatutárias a filhas maiores solteiras detentoras de cargos públicos permanentes, em desacordo com a Lei 3.373, de 12 de março de 1958,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração apresentados pelas Sras. Gloria Regina Abib Ramos e Sonia Maria Abib Ramos para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. não conhecer o expediente apresentado pela Sra. Regina Helena Coelho Tavares Cavalcanti;

9.3. dar ciência desta deliberação às interessadas, à Sra. Regina Helena Coelho Tavares Cavalcanti e à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1351-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1352/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.256/2011-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Saúde (vinculador) ()

3.2. Responsáveis: Marcos Robert Silva Costa (797.125.843-72); Naura Cutrim Corrêa (126.532.683-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Matinha - MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Sr. Marcos Robert Silva Costa, ex-Prefeito do Município de Matinha/MA, instaurada em face de irregularidades na aplicação de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) repassados ao Município de Matinha/MA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão desta 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Marcos Robert Silva Costa e condená-lo ao pagamento do débito, nos valores abaixo consignados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das datas abaixo indicadas até efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Fundo Nacional de Saúde/MS, nos termos dos art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", c/c art. 19, caput, 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU:

Valor original do débito (R$)	Data da ocorrência
40.500,00	2/2/2005
7.500,00	17/2/2005
7.500,00	17/2/2005
7.500,00	17/2/2005
7.500,00	17/2/2005
5.000,00	17/2/2005
5.000,00	17/2/2005
500,00	22/2/2005
40.500,00	1º/3/2005
40.500,00	1º/4/2005
40.500,00	16/5/2005
40.500,00	16/6/2005
40.500,00	19/7/2005
40.500,00	1º/8/2005
40.500,00	15/9/2005
40.500,00	1º/10/2005
40.500,00	24/11/2005
40.500,00	1º/12/2005
4.000,00	17/03/2005
4.000,00	19/03/2005
4.000,00	17/05/2005
4.000,00	29/07/2005
2.000,00	20/03/2005
5.750,00	18/5/2005
8.100,00	16/02/2005
8.100,00	12/05/2005
16.200,00	14/06/2005
24.300,00	14/07/2005
16.200,00	15/09/2005
8.100,00	23/11/2005

9.2. aplicar ao Sr. Marcos Robert Silva Costa a multa prevista no art. 57 da Lei n. 8.443/92, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, caso paga fora do vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pela Sra. Naura Cutrim Corrêa e aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei n. 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, caso paga fora do vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/92;

9.5. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao responsáveis e ao Município de Matinha/MA; e

9.6. encaminhar cópia dos presentes autos ao Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/92, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1352-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1353/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.016/2010-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas - Exercício: 2009

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC (33.004.540/0001-00)

3.2. Responsáveis: Maria Lúcia Cavalli Neder (Reitora da UFMT em 2009 - CPF 604.355.938-20), Valéria Calmon Cerisara (Pró-reitora Administrativa da UFMT em 2009 - CPF 345.923.771-68), Elisabeth Aparecida Furtado de Mendonça (Pró-reitora de Planejamento da UFMT em 2009 - CPF 328.043.771-72), José Carlos Amaral Filho (Diretor Superintendente e ordenador de despesas do Hospital Universitário Júlio Muller - HUJM em 2009 - CPF 654.493.637-53), Francisco José Dutra Souto (Vice-Reitor da UFMT em 2009 - CPF 612.945.197-00), Dalila Batista Queiroz (Coordenadora Financeira da UFMT em 2009 - CPF 157.680.311-20), José Eduardo de Aguilar Siqueira do Nascimento (Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 142.196.031-15), Flávia Maria de Barros Nogueira (Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 071.370.898-01), João Carlos de Souza Maia (Suplente de Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 109.178.021-87), Luiz Alberto Steves Scalope (Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 824.193.618-49), Regina Lúcia de Figueiredo Monteiro (Suplente de Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 051.556.491-53), Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray (Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 142.793.471-15), Javert Melo Vieira (Suplente de Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 292.743.116-72), Duílio Maiolino Filho (Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 109.981.437-00), Mauro Carvalho Júnior (Suplente de Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 274.721.825-15), Adnauer Tarquínio Daltro (Pró-reitor de Pesquisa - CPF 209.168.681-68), Luís Fabrício Cirillo de Carvalho (Pró-reitor de Vivência Acadêmica e Social - CPF 622.433.301-72), Myrian Thereza de Moura (Pró-reitora de Ensino e Graduação - CPF 314.402.401-59), Leny Casselli Anzai (Pró-reitora de Pós-graduação - CPF 081.313.091-34) e Olga Akiko Takano (Diretora Clínica do HUJM - CPF 786.241.938-34)

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à prestação de contas da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, referente ao exercício de 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalvas as contas de Maria Lúcia Cavalli Neder (Reitora da UFMT em 2009 - CPF 604.355.938-20), Valéria Calmon Cerisara (Pró-reitora Administrativa da UFMT em 2009 - CPF 345.923.771-68) e José Carlos Amaral Filho (Diretor Superintendente e ordenador de despesas do Hospital Universitário Júlio Muller em 2009 - CPF 654.493.637-53), dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, todos da Lei nº 8.443/1992;

9.2. julgar regulares as contas de Elisabeth Aparecida Furtado de Mendonça (Pró-reitora de Planejamento da UFMT em 2009 - CPF 328.043.771-72), Francisco José Dutra Souto (Vice-Reitor da UFMT em 2009 - CPF 612.945.197-00), Dalila Batista Queiroz (Coordenadora Financeira da UFMT em 2009 - CPF 157.680.311-20), José Eduardo de Aguilar Siqueira do Nascimento (Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 142.196.031-15), Flávia Maria de Barros Nogueira (Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 071.370.898-01), João Carlos de Souza Maia (Suplente de Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 109.178.021-87), Luiz Alberto Steves Scalope (Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 824.193.618-49), Regina Lúcia de Figueiredo Monteiro (Suplente de Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 051.556.491-53), Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray (Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 142.793.471-15), Javert Melo Vieira (Suplente de Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 292.743.116-72), Duílio Maiolino Filho (Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 109.981.437-00), Mauro Carvalho Júnior (Suplente de Membro do Conselho Diretor da UFMT em 2009 - CPF 274.721.825-15), Adnauer Tarquínio Daltro (Pró-reitor de Pesquisa - CPF 209.168.681-68), Luís Fabrício Cirillo de Carvalho (Pró-reitor de Vivência Acadêmica e Social - CPF 622.433.301-72), Myrian Thereza de Moura (Pró-reitora de Ensino e Graduação - CPF 314.402.401-59), Leny Casselli Anzai (Pró-reitora de Pós-graduação - CPF 081.313.091-34) e Olga Akiko Takano (Diretora Clínica do HUJM - CPF 786.241.938-34), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, todos da Lei nº 8.443/1992;

9.3. dar ciência à UFMT das seguintes falhas que foram detectadas nos documentos acostados a estes autos:

9.3.1. previsão nos editais das Concorrências Públicas nº 1/2009 e nº 3/2009 e da Tomada de Preços nº 8/2009 de impedimento, sem qualquer motivação, da participação de consórcio de empresas, contrariando o disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal de 1988;

9.3.2. exigência de comprovação de execução de quantitativos superiores a 50% da dimensão do objeto licitado e em contrato único (impedindo o somatório de atestados), sem expressa justificativa técnica, o que contraria a jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 2.359/2007 e nº 2.462/2007, ambos do Plenário, e Súmula nº 262);

9.3.3. falta de exigência nos editais das Concorrências Públicas nº 1/2009 e nº 3/2009 e da Tomada de Preços nº 8/2009 de apresentação dos custos unitários nos orçamentos da entidade licitante, em afronta ao disposto no art. 6º, IX, "f", c/c o art. 7º, § 2º, II, ambos da Lei nº 8.666/1993 e na Súmula 258 do TCU;

9.3.4. falta de exigência no edital do Convite nº 2/2009 da apresentação da composição do BDI utilizado na proposta de preços, em afronta à jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 1.941/2006 e nº 1.387/2006, ambos do Plenário);

9.3.5. exigência no edital da Tomada de Preços nº 12/2008, para fins de qualificação técnica, de comprovação da existência de profissional de nível superior ou equivalente no quadro permanente da licitante no momento da apresentação da proposta, o que contraria entendimento do TCU (Acórdãos nº 2.297/2005, nº 361/2006, nº 546/2008, nº 2.099/2009 e nº 1.462/2010, todos do Plenário);

9.3.6. exigência no edital da Tomada de Preços nº 12/2008, para fins de qualificação técnica, de comprovação de que a licitante possuiria no mínimo 10% do capital social integralizado, o que contraria o disposto nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993 e na jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdãos nº 1.871/2005, 170/2007, 2.882/2008, 2.829/2009 e 534/2011, todos do Plenário);

9.3.7. previsão no edital da Tomada de Preços nº 12/2008 de impedimento de participação em licitações de empresas se o autor do projeto básico ou executivo desses certames detiver mais de 15% do capital com direito a voto ou for controlador dessas empresas, contrariando o disposto no art. 9º, II, da Lei nº 8.666/1993, que fixa esse percentual em 5%;

9.3.8. ausência no edital da Tomada de Preços nº 12/2008 da previsão de apresentação da composição do BDI utilizado nos orçamentos das licitantes, em desconformidade com a jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 2.262/2008, nº 374/2009, nº 1.924/2010 e nº 1.948/2001, todos do Plenário);

9.3.9. inexistência de projeto básico e planilha orçamentária nos anexos aos editais da Tomada de Preços nº 12/2008 e do Convite nº 27/2008, contrariando o art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/1993;

9.3.10. inclusão indevida do IRPJ e da CSLL e do item "administração local" no BDI apresentado pela contratada no Contrato nº 25/2009, o que afronta os termos dos Acórdãos nº 1.595/2006, 2.656/2007, 608/2008, todos do Plenário;

9.3.11. falta de comprovação da utilização do SINAPI nas Concorrências Públicas nº 1/2009 e nº 3/2009, nas Tomadas de Preços nº 12/2008 e nº 8/2009, no Convite nº 27/2008 e na Dispensa de Licitação nº 64/2009, o que contraria o disposto no art. 109 da Lei nº 11.768/2009 e na jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 1.427/2007, nº 623/2008 e nº 1.981/2009, todos do Plenário);

9.4. dar ciência ao Hospital Universitário Júlio Muller das seguintes falhas que foram detectadas nos documentos acostados a estes autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4.1. exigência, nos pregões eletrônicos que antecederam os Contratos nº 218/2008, nº 337/2008 e nº 8/2009, de comprovação da qualificação técnica dos profissionais que iriam executar os serviços, em detrimento da comprovação da qualificação das empresas licitantes, o que contrariou o disposto no art. 30 da Lei nº 8.666/1993, que exige a mencionada comprovação por parte da licitante;

9.4.2. a fiscalização do contrato de limpeza mencionado no item 6.1.3.1 do relatório de auditoria de contas de 2009 da CGU não se deu nos termos previstos nos arts. 67, § 2º, e 78, VIII, da Lei nº 8.666/1993, uma vez que permitiu a recontratação da empresa que estava tendo problemas na execução de contrato já firmado com o hospital;

9.5. determinar à CGU que informe nas próximas contas da UFMT se houve reincidência das falhas mencionadas nos subitens 9.3.1 a 9.3.11 deste Acórdão;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, à Universidade Federal de Mato Grosso e ao Hospital Universitário Júlio Muller;

9.7. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1353-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1354/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.727/2010-3.

1.1. Apenso: 030.593/2007-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Petrobras Transporte S.A.

3.2. Responsáveis: A. Tonanni Construções e Serviços Ltda. (50.583.954/0001-42); Alberto Mitsuya Shinzato (504.539.987-04); Artur Carlos de Vasconcelos Neto (494.255.108-06); Carlos Roberto Bortolon (623.137.897-72); Carlos Roberto Wissinievski (064.115.708-84); João Carlos Emiliano Leite (953.271.348-49); Maria Carolina Gomes Pereira Vilas Boas (436.723.296-49); Paulo Penchiná Cortines Pereira (609.680.107-25)

59)

4. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte SA - MME.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexAIRJ).

8. Advogado constituído nos autos: Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Maria Carolina Gomes Pereira Vilas Boas (OAB/RJ 1176-B), Ricardo Oliveira Godoi (OAB/SP 143.250), Gustavo Cortes de Lima (OAB/DF 10.969), Gabriel de Brito Campos (OAB/DF 15.219), Ricardo de Carvalho Aprigliano(OAB/SP 142.260)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial resultante de conversão de representação formulada pela Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região - MPT/SC

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas do srs. Paulo Penchiná Cortines Pereira, Alberto Mitsuya Shinzato, Carlos Roberto Wissinievski e da empresa A. Tonanni Construções e Serviços Ltda., dando-lhes quitação;

9.2. acolher as razões de justificativa dos srs. João Carlos Emiliano Leite, Artur Carlos Vasconcelos Neto, Carlos Roberto Bortolon e Maria Carolina Gomes Pereira Vilas Boas;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1354-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1355/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.965/2011-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Relatório de Monitoramento

3. Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas (FUFPel)/Hospital Escola da FUFPel

4. Interessado: Tribunal de Contas da União

5. Ministro Relator: Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/RS

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Monitoramento cujo objetivo foi verificar o cumprimento das recomendações/determinações exaradas por meio dos subitens 1.6.2.1, 1.6.4.1 e 1.6.5.1 do Acórdão nº 7.954/2010-1ª Câmara, dirigidas à Fundação Universidade Federal de Pelotas (FUFPel)/Hospital Escola da FUFPel.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo reitor da Fundação Universidade Federal de Pelotas (FUFPel), Sr. Antônio César Gonçalves Borges, e pelo diretor-geral do Hospital Escola da FUFPel, Sr. Carlos Augusto da Cunha Tavares;

9.2 considerar parcialmente atendida a determinação inserta no subitem 1.6.5.1 do Acórdão nº 7.954/2010-1ª Câmara, tendo em vista o teor das respostas aos Ofícios nº 1957 e 1964/2010-SECEX-RS;

9.3 considerar não atendidas as determinações efetuadas por meio dos subitens 1.6.2.1 e 1.6.4.1 do Acórdão nº 7.954/2010-1ª Câmara, uma vez que não houve a divulgação, no sítio eletrônico do Hospital Escola, das escalas de plantão e da previsão semestral elaborada pelas unidades hospitalares, especificando a data e duração dos plantões, os profissionais necessários, por nível e cargo, em cada plantão, o tipo de plantão e os critérios de escolha dos servidores que participarão dos plantões;

9.4 dar ciência à Fundação Universidade Federal de Pelotas (FUFPel)/Hospital Escola da FUFPel de que o disposto nos artigos 8 e 15 do Decreto nº 7.186/2010 e no § 2º do artigo 4º da Portaria MEC nº 291/2010 não vem sendo atendido pela entidade;

9.5 determinar à Controladoria Geral da União que, nas auditorias de gestão de próximos exercícios, a iniciar deste, informe se a Fundação Universidade Federal de Pelotas (FUFPel) e o Hospital Escola da FUFPel estão cumprindo o disposto nos normativos mencionados no item 9.4 acima;

9.6 encaminhar à Fundação Universidade Federal de Pelotas (FUFPel)/Hospital Escola da FUFPel o inteiro teor deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentarem; e

9.7 apensar os presentes autos ao TC 020.880/2010-3, com fundamento no art. 33 da Resolução-TCU 191/2006 c/c o art. 169, inciso V, do RITCU, e em obediência ao art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1355-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1356/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.966/2011-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Relatório de Monitoramento

3. Entidade: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM)

4. Interessado: Tribunal de Contas da União

5. Ministro Relator: Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/RS

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Monitoramento cujo objetivo foi verificar o cumprimento das determinações exaradas por meio dos subitens 1.6.2.1, 1.6.3.1, 1.6.3.2 e 1.6.5.1 do Acórdão nº 7.954/2010-1ª Câmara, dirigidas à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sr. Felipe Martins Muller, e pela diretora-geral do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), Sra. Elaine Verena Resener;

9.2 considerar atendidas as determinações efetuadas por meio dos subitens 1.6.3.1 e 1.6.3.2 do Acórdão nº 7.954/2010-1ª Câmara;

9.3 considerar parcialmente atendida a determinação inserta no subitem 1.6.2.1 do Acórdão nº 7.954/2010-1ª Câmara, tendo em vista a não divulgação, no sítio eletrônico do Hospital Universitário de Santa Maria, da previsão semestral elaborada pelas unidades hospitalares, especificando a data e duração dos plantões, os profissionais necessários, por nível e cargo, em cada plantão, o tipo de plantão e os critérios de escolha dos servidores que participarão dos plantões, sendo que apenas as escalas mensais foram localizadas no sítio e, mesmo assim, de forma desatualizada;

9.4 considerar não atendida a determinação contida no subitem 1.6.5.1, tendo em vista o não atendimento aos Ofícios nº 1956 e 1963/2010-SECEX-RS;

9.5 dar ciência à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e ao Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) de que o disposto no art. 15 do Decreto nº 7.186/201 e no art. 4º, § 2º, da Portaria MEC nº 291/2010, não está sendo atendido;

9.6 determinar à Controladoria Geral da União que, nas auditorias de gestão de próximos exercícios, a iniciar deste, seja informado se a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) estão cumprindo o disposto nos normativos mencionados no subitem 9.5 acima;

9.7 encaminhar à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e ao Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) o inteiro teor deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentarem; e

9.8 apensar os presentes autos ao TC 020.880/2010-3, com fundamento no art. 33 da Resolução-TCU 191/06 c/c o art. 169, inciso V, do RITCU, e em obediência ao art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/09.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1356-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1357/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.968/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Relatório de Monitoramento

3. Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)/Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correa

4. Interessado: Tribunal de Contas da União

5. Ministro Relator: Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/RS

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Monitoramento cujo objetivo foi verificar o cumprimento das recomendações/determinações exaradas por meio dos subitens 1.6.1.1, 1.6.2.1 e 1.6.5.1 do Acórdão nº 7.954/2010-1ª Câmara, dirigidas à Fundação Universidade do Rio Grande (FURG)/Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo reitor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Sr. João Carlos Brahm Cousin, e pela diretora-geral do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correa, Sra. Helena Heidtmann Vaghetti;

9.2 considerar como não atendidas a recomendação e a determinação efetuadas por meio dos subitens 1.6.1.1 e 1.6.2.1 do Acórdão nº 7.954/2010-1ª Câmara e parcialmente atendida a determinação inserta no subitem 1.6.5.1, tendo em vista o teor das respostas aos Ofícios nº 1955 e 1962/2010-SECEX-RS (peças 6 e 8);

9.3 dar ciência à Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)/Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correa de que o disposto no artigo 15 do Decreto nº 7.186/2010 e no § 2º do artigo 4º da Portaria MEC nº 291/2010 não vem sendo atendido pela entidade;

9.4 determinar à Controladoria Geral da União que, nas auditorias de gestão de próximos exercícios, a iniciar deste, informe se a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e o Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correa estão cumprindo o disposto nos normativos mencionados no item 9.3 acima;

9.5 encaminhar à Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)/Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correa o inteiro teor deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentarem; e

9.6 apensar os presentes autos ao TC 020.880/2010-3, com fundamento no art. 33 da Resolução-TCU 191/2006 c/c o art. 169, inciso V, do RITCU, e em obediência ao art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1357-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 1358/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.996/2013-1
2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil
3. Interessada: Aurecina Gomes Cunha (CPF 053.644.288-69)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de pensão civil a dependente de ex-servidor da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2º, Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Aurecina Gomes Cunha, recusando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária;
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;
9.4. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1358-07/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1359/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-006.426/2010-7
2. Grupo I, Classe I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Recorrente: Geraldo Pereira Costa (ex-prefeito, CPF 046.835.955-91)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Carinhanha/BA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidades Técnicas: Secex/BA e Serur
8. Advogado constituído nos autos: André Pedreira Philigret Baptista (OAB/BA 25.539)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 772/2012-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1 a Câmara, com base no art. 33 da Lei nº 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em conhecer do recurso de reconsideração interposto por Geraldo Pereira Costa para, no mérito, negar-lhe provimento, dando ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1359-07/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1360/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-017.602/2008-9
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas)
3. Recorrentes: Francisco de Assis Benevides Gadelha, Presidente do Conselho Regional do Sesi/PB (CPF 041.813.874-53), Lúcia de Jesus Macêdo Medeiros, Superintendente Regional do Sesi/PB (CPF 175.585.654-72) e Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado da Paraíba - Sesi/PB (CNPJ 33.641.358/1160-29)
4. Unidade: Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado da Paraíba - Sesi/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidades Técnicas: Secex/PI e Serur
8. Advogado constituído nos autos: Eugênio Gracco Braga de Britto Lyra (OAB-PB 4702)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas em que se aprecia, nesta fase processual, recurso de reconsideração interposto por Francisco de Assis Benevides Gadelha, Lúcia de Jesus Macêdo Medeiros e pelo Sesi/PB contra os itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão 4746/2010 - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com base nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistentes os itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão 4746/2010 - 1ª Câmara;
9.2. apensar cópia integral destes aos autos ao processo a ser constituído pela SecexPrevi, em função da determinação do item 9.6 do Acórdão 338/2013 - Plenário, para subsidiar o exame;
9.3. notificar os recorrentes.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1360-07/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1361/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-019.733/2009-8
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: José Pedro Ferreira Reis (ex-prefeito, CPF 016.237.023-72)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Axixá/MA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secex/MA
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão do não atingimento das finalidades do Convênio nº 101/2001/SRH, firmado pela Prefeitura Municipal de Axixá/MA com a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, que fez a transferência de R$ 50.000,00 dos cofres federais para a construção de um sistema simplificado de abastecimento de água no Povoado Cedro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. julgar irregulares as contas do responsável José Pedro Ferreira Reis, condenando-o a pagar a importância de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 27/12/2001 até o dia do efetivo pagamento, descontada de R$ 957,65 (novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), restituídos em 03/07/2002, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional;
9.2. aplicar a José Pedro Ferreira Reis multa de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e
9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1361-07/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1362/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.519/2009-5
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria
3. Interessada: Elidia Vera Martins (CPF 415.184.469-49)
4. Unidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianópolis/SC
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidora da Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianópolis/SC.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2°, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Elidia Vera Martins, negando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. convocar a inativa Elidia Vera Martins para, no prazo de 15 (quinze) dias, optar por apresentar comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias (mediante certidão de competência do INSS), correspondentes aos tempos rurais a serem aproveitados para a concessão da aposentadoria estatutária, ou retornar à atividade para completar o tempo faltante para a concessão de nova aposentadoria;
9.3.4. emitir novo ato livre da irregularidade apontada, com vistas à apreciação deste Tribunal, caso a servidora comprove os recolhimentos previdenciários do período de atividade rural;
9.3.5. encaminhar a esta Corte de Contas no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;
9.4. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessão de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1362-07/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1363/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 045.409/2012-9.
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessados: Araceli Sadeck Cunha (CPF 079.887.882-72) e João Antônio do Nascimento (CPF 220.549951-34).
4. Unidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveria.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessões de aposentadoria a servidores do Senado Federal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2º, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria a Araceli Sadeck Cunha, ordenando o registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a João Antônio do Nascimento, recusando o registro;

9.3. dispensar o interessado do ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé;

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.4.1. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação ao servidor cujo ato foi considerado ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.3. enviar, para este Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o interessado relacionado no item 9.2 tomou conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1363-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1364/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-476.114/1997-7 (com seis volumes e nove anexos)

2. Grupo II, Classe I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração)

3. Embargante: Maurício Hasenclever Borges, ex-Diretor-Geral, CPF nº 006.996.756-34

4. Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), extinto

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Bernardo Menicucci Grossi (OAB/MG nº 97.774) e Patrícia Guércio Teixeira (OAB/MG nº 90.459)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração contra o Acórdão nº 2.953/2010-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar o processo à Serur, para exame de admissibilidade do recurso que compõe o anexo 6 do presente processo;

9.3. notificar o embargante acerca desta deliberação.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1364-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1365/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.265/2011-3.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

3.2. Responsável: Ettore Labanca (037.488.804-30).

4. Entidade: Município de São Lourenço da Mata/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Funasa em desfavor do sr. Ettore Labanca, ex-prefeito do município de São Lourenço da Mata/PE, em razão da aprovação parcial da prestação de contas relativa ao convênio 1.256/1998, que teve por objeto a implantação de ações de controle da esquistossomose.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial com fundamento no disposto nos arts. 6º, I, 7º, III e 19, *caput*, da IN/TCU 71/2012, 213 do RI/TCU e 93 da LO/TCU; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao responsável.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1365-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1366/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.600/2012-6

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessado: Ananias Rodrigues de Lima (021.630.472-53)

4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria relativa a ex-servidor da Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão de aposentadoria relativo a Ananias Rodrigues de Lima (peça 2);

9.2. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1366-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1367/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.971/2010-7.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Antônio Honorato de Souza (209.257.865-00).

4. Entidade: Município de Angical/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do sr. Antônio Honorato de Souza;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo sr. Antônio Honorato de Souza;

9.2. julgar irregulares as contas do sr. Antônio Honorato de Souza, com base no arts. 1º, I, 16, III, "c", da Lei 8.443/1992;

9.3. condenar o espólio do sr. Antônio Honorato de Souza, representado pelo seu inventariante, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na forma da legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
27/2/1997	39.329,00
15/5/1997	45.649,00
05/9/1997	26.556,00
12/11/1997	37.178,00

9.4. autorizar o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do RI/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da quantia devida;

9.6. enviar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1367-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1368/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.065/2011-8.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas (Exercício 2010).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

3.2. Responsáveis: Mário Moacir de Almeida (423.515.614-49) e Paulo Sidney Gomes Silva (897.342.034-87).

4 Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Norte

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no estado do Rio grande do Norte (Secex-RN).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a processo de prestação de contas anual da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Norte, relativo ao exercício de 2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalvas, indicadas no item 38 da proposta de deliberação, as contas dos responsáveis sr. Paulo Sidney Gomes Silva, superintendente titular da unidade jurisdicionada em 2010 e sr. Mário Moacir de Almeida, superintendente substituto da unidade jurisdicionada no exercício de 2010, dando-lhes quitação;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Norte que, em atendimento ao disposto na Portaria STN 564/2004, atualizada pela Portaria STN 467/2009 e pela Portaria STN 406/2011, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3. alertar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Norte que o não cumprimento da determinação aposta no item 9.3 poderá dar ensejo à responsabilização dos dirigentes máximos das unidades jurisdicionadas;

9.4. determinar à Secex-RN que:

9.4.1. adote as medidas necessárias para compatibilizar o rol de responsáveis inserido no sistema de controle de processos com o contido no cabeçalho deste acórdão, conforme dispõe o art. 15, § 3º, da Resolução TCU 234/2010;

9.4.2. analise, na instrução das contas do exercício de 2011 e seguintes, se houver, a observância da determinação aposta no item 9.3;

9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados;

9.6. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1368-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1369/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.812/2012-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessados: Ari Cesar dos Santos Fernandes (101.416.917-86); Daniel Santos Mattoso Lima Terra (116.215.117-07); Derek Felipe Moraes Lins Pereira (125.500.187-96); Emily Jane Pita Hohenfeld (041.749.645-13); Enzo Figueiredo Cardoso Cordeiro (151.609.167-17); João Victor Cunha (139.516.577-74); Maria Caroline Mello Marques (141.281.467-73); Maria Cecícila Ciolla (866.324.698-68); Maria José Marques da Rocha (672.416.897-04); Rafael Vidal dos Santos (057.576.707-38).

4. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil referente a servidores da Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro às pensões civis instituídas por Jose Antônio Martins de Melo em favor de Maria Caroline Mello Marques; Aristeu Magno dos Santos em favor de Emily Jane Pita Hohenfeld; Dayse Costa Lima em favor de Maria José Marques da Rocha; Euler Gonçalves de Figueiredo em favor de Enzo Figueiredo Cardoso Cordeiro; Gerogina Corrêa Gonçalves em favor de João Victor Cunha; Inimá Pereira Vidal em favor de Ari Cesar dos Santos Fernandes e de Rafael Vidal dos Santos; Lauro Custódio da Silva em favor de Daniel Santos Mattoso Lima Terra; Manoel Moraes Filho em favor de Derek Felipe Moraes Lins Pereira e Maria Ciola em favor de Maria Cecícila Ciolla;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias indevidamente pagas, percebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula TCU 106;

9.3. determinar à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.3.1. suspenda todo e qualquer pagamento referente aos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa (art. 262, caput, do RI/TCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, informando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não-provimento do recurso;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1369-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1370/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.839/2012-9

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil

3. Interessados: Alba Lygia Castro de Andrade Barros (936.067.297-15); Esther Barros Cardoso Guedes (112.140.597-59); Eunice Correa Viannay (772.145.877-34); Ricardo Viannay Vieira (060.230.067-36); Yonne Nidya dos Santos Andrioli Loprete (312.775.607-06)

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ - JE

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil referente a servidores do Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro às pensões civis instituídas por Jose Maria Garcia da Fonseca em favor de Eunice Correa Viannay, de Ricardo Viannay Vieira e de Yonne Nidya dos Santos Andrioli Loprete e por Antônio Carlos de Andrade Barros em favor de Alba Lygia Castro de Andrade Barros e de Esther Barros Cardoso Guedes;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias indevidamente pagas, percebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula TCU 106;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.3.1. suspenda todo e qualquer pagamento referente ao ato de alteração relativo a Jose Maria Garcia da Fonseca, nº 20780303-05-2009-000004-1, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa (art. 262, caput do RI/TCU);

9.3.2. suspenda todo e qualquer pagamento referente aos ato relativo a Antônio Carlos de Andrade Barros até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada, submetendo-o à apreciação deste Tribunal (art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU);

9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, informando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não-provimento do recurso;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1370-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1371/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.838/2008-0

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Município de Natal/RN (CNPJ 08.241.747/0001-43) e Enildo Alves (CPF 090.615.094-91).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Natal/RN.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secex/RN.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, no qual o Município de Natal/RN foi condenado ao recolhimento de débito decorrente de pagamento complementar de serviços ambulatoriais e de anestesia com recursos do SUS, conforme Acórdão 5961/2012 - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. deferir, excepcionalmente, ao Município de Natal/RN o pedido de prorrogação de prazo para o recolhimento da dívida de que trata o Acórdão 5961/2012 - 1ª Câmara, de forma parcelada, consoante autorizado na citada decisão;

9.2. fixar o vencimento da primeira parcela em 28/2/2014 e o das demais a cada 30 (trinta) dias subsequentes, datas que devem ser consideradas como termo inicial para a contagem do prazo de 15 (quinze) dias destinado a que o Município de Natal/RN comprove o pagamento do débito;

9.3. apensar o processo de cobrança executiva (CBEX), TC-046.014/2012-8, aos presentes autos, nos termos do Manual de Cobrança Executiva do TCU (item 20.2);

9.4. sobrestar o presente processo até a quitação total da dívida ou, se for o caso, o eventual descumprimento da obrigação pecuniária;

9.5. determinar à Secex/RN que monitore a realização dos pagamentos das parcelas do débito por parte da Prefeitura de Natal/RN;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Prefeitura Municipal de Natal/RN, à Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, ao Ministério da Saúde e à Câmara Municipal de Natal.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1371-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1372/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.130/2012-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal/CEF

3.2. Responsável: José Aristides da Silva Neves, CPF nº 663.507.517-87 (ex-empregado da Caixa Econômica Federal, Agência Viçosa, em Juiz de Fora/MG).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal/CEF.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: SECEX-MG.

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade de José Aristides da Silva Neves, ex-empregado da Caixa Econômica Federal (Agência Viçosa, em Juiz de Fora/MG), instaurada por aquela Empresa Pública em razão de saques indevido-fraudulentos em quotas/rendimentos de PIS ocorridos na mencionada Agência.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea 'd'; 19, caput; e 23, inciso III, alínea 'a', todos da Lei nº 8.443/92; c/c o art. 214, inciso III, alínea 'a' do Regimento Interno do Tribunal, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável, Sr. José Aristides da Silva Neves, CPF nº 663.507.517-87, e condená-lo ao

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pagamento das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas indicadas, até a efetiva quitação dos débitos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres da Caixa Econômica Federal/CEF:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
33.828,41	20/1/1999

9.2. aplicar ao responsável, Sr. José Aristides da Silva Neves, CPF nº 663.507.517-87, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão, até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, caso solicitado, o pagamento das dívidas decorrentes em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.6. encaminhar de cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais/MG, com vistas à adoção das providências que lhe compete.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1372-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1373/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.755/2012-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal/CEF (MF)

3.2. Responsável: Jádina Dias Santos, CPF nº 542.658.196-72 (ex-empregada da CEF, Agência Machado/MG).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal/CEF - Agência Machado/MG.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: SECEX-MG.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade da Sra. Jádina Dias Santos (ex-empregada da CEF, Agência Machado/MG), instaurada por aquela Empresa Pública em razão de irregularidades apuradas no âmbito da mencionada agência, envolvendo saques fraudulentos em conta-corrente de clientes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea 'd', da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, alínea 'a', da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I; 209, inciso IV; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Jádina Dias Santos, CPF nº 542.658.196-72, condenando-a ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas indicadas, até a efetiva quitação dos débitos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres da Caixa Econômica Federal/CEF, deduzidas as parcelas eventualmente já satisfeitas:

Valores Originais (R$)	Datas da Ocorrência
6.050,26	17/1/2005 (débito)
47.034,67	14/7/2005 (débito)
1.553,53	23/3/2006 (crédito)

9.2. aplicar à mencionada responsável, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão, até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas decorrentes em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar à responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais/MG, com vistas à adoção das providências pertinentes.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1373-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1374/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC-013.482/2011-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão civil.

3. Interessados: Claire Emilia Aquistapace (CPF 192.183.540-00), companheira, pensionista de Ayú José Caselgrande Kurtz dos Santos (CPF 002.059.820-34); Claire Emilia Aquistapace (CPF 192.183.540-00), companheira, pensionista de Ayú José Caselgrande Kurtz dos Santos (CPF 002.059.820-34); Amelia Albino (CPF 014.154.410-49), companheira, Carmem Sylvia Ercolani (CPF 217.792.520-72), ex-esposa pensionada, e Leny Almeida de Almeida (CPF 349.522.840-34), ex-esposa pensionada, pensionistas de Fernando Barcellos de Almeida (CPF 004.197.880-34); Ivaema Salaberry Veiga da Silva (CPF 764.142.800-20), mãe, pensionista de Humberto Tadeu Veiga da Silva (CPF 067.902.400-04); Aida Castro Dornelles (CPF 230.794.950-04), companheira, e Julieta Rene Marques Guglielmone (CPF 639.821.450-15), viúva, pensionistas de João Oscar Guglielmone (CPF 007.171.420-00); Jose Ignacio Rubim Brum (CPF 812.564.260-91), menor sob guarda, e Noe Flores Rubim (CPF 422.140.330-68), viúva, pensionistas de Waldemar Machado Rubim (CPF 063.175.880-15).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de pensão civil, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legais as pensões civis instituídas por Ayú José Caselgrande Kurtz dos Santos (CPF 002.059.820-34), em favor de Claire Emilia Aquistapace (CPF 192.183.540-00), companheira; por Ayú José Caselgrande Kurtz dos Santos (CPF 002.059.820-34), em favor de Claire Emilia Aquistapace (CPF 192.183.540-00), companheira; por Fernando Barcellos de Almeida (CPF 004.197.880-34), em favor de Amelia Albino (CPF 014.154.410-49), companheira, de Carmem Sylvia Ercolani (CPF 217.792.520-72), ex-esposa pensionada, e de Leny Almeida de Almeida (CPF 349.522.840-34), ex-esposa pensionada; por João Oscar Guglielmone (CPF 007.171.420-00), em favor de Aida Castro Dornelles (CPF 230.794.950-04), companheira, e de Julieta Rene Marques Guglielmone (CPF 639.821.450-15), viúva; e por Waldemar Machado Rubim (CPF 063.175.880-15), em favor de Jose Ignacio Rubim Brum (CPF 812.564.260-91), menor sob guarda, e de Noe Flores Rubim (CPF 422.140.330-68), viúva, e ordenar o registro dos atos correspondentes, números de controle 10228900-05-2008-000019-8, 10228900-05-2008-000020-1, 10228900-05-2008-000034-1, 10228900-05-2004-000048-0 e 10228900-05-2001-000008-3, respectivamente;

9.2. considerar ilegal a pensão civil instituída por Humberto Tadeu Veiga da Silva (CPF 067.902.400-04), em favor de Ivaema Salaberry Veiga da Silva (CPF 764.142.800-20), mãe, e negar o registro do ato correspondente, número de controle 10228900-05-2008-000023-6;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula 106 do TCU);

9.4. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.4.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, à interessada cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada cujo ato foi considerado ilegal tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada nestes autos (inclusão, na base de cálculo do benefício, da parcela judicial de 3,17%, com inobservância do disciplinamento constante da Medida Provisória nº 2.225-45/2001), a ser submetido à deliberação do Tribunal;

9.4.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul, representando ao Tribunal se necessário;

9.6. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1374-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1375/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC-020.930/2012-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão civil.

3. Interessada: Maria Alves de Albuquerque (CPF 401.641.282-04), viúva, pensionista de Josias Nascimento de Albuquerque (CPF 002.994.132-68).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a pensão civil instituída por Josias Nascimento de Albuquerque (CPF 002.994.132-68), em favor de Maria Alves de Albuquerque (CPF 401.641.282-04), viúva, e negar o registro do ato correspondente, número de controle 10227008-05-2002-000009-9;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula 106 do TCU);

9.3. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, à interessada cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada cujo ato foi considerado ilegal tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.3.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas no presente processo (parcelas judiciais decorrentes de planos econômicos - 26,05% e 84,32%), a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial transitada em julgado que ampare os pagamentos ora questionados, ou seja, que determine expressamente, em sua parte dispositiva, que as aludidas vantagens devam ser mantidas mesmo após as reestruturações remuneratórias subsequentes, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, no mesmo prazo de 15 dias;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará, representando ao Tribunal se necessário;

9.5. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1375-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1376/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC-020.936/2012-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão civil.

3. Interessada: Eunice Elias da Silva (CPF 145.227.304-97), pessoa designada maior de 60 anos, pensionista de Luiz Elias da Silva (CPF 037.541.114-34).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a pensão civil instituída por Luiz Elias da Silva (CPF 037.541.114-34), em favor de Eunice Elias da Silva (CPF 145.227.304-97), pessoa designada maior de 60 anos, e negar o registro do ato correspondente, número de controle 10228004-05-2005-000059-9;

9.2. dispensar as providências tendentes à cessação dos pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, por haver decisão judicial, com trânsito em julgado, que assegura a continuidade do benefício;

9.3. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à interessada e à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1376-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1377/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.298/2011-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Banco da Amazônia S.A. - BASA (MF)

3.2. Responsável: Mário Leoci de Lima e Silva (CPF nº 032.385.042-15).

4. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - CNPJ nº 04.902.979/0001-44 (MF).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - (SECEX-PA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Sr. Mário Leoci de Lima e Silva (ex-empregado do BASA, Agência Tomé-Açu/PA), instaurada em razão do prejuízo causado ao Banco, por meio de saques indevidos envolvendo recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, no âmbito da mencionada Agência.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea 'd'; 19, caput; e 23, inciso III, alínea 'a', todos da Lei nº 8.443/92; c/c o art. 214, inciso III, alínea 'a' do Regimento Interno do Tribunal, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e em débito o responsável, Sr. Mário Leoci de Lima e Silva, CPF nº 032.385.042-15, condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas indicadas, até a efetiva quitação dos débitos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Banco da Amazônia S.A. /BASA:

Datas das Ocorrências	Valores Históricos dos Débitos (R$)	Datas das Ocorrências	Valores Históricos dos Débitos (R$)
16/03/2000	3.000,00	06/12/2000	7.210,00
23/03/2000	3.000,00	20/12/2000	4.000,00
04/04/2000	2.000,00	08/01/2001	3.528,00
13/04/2000	2.000,00	11/01/2001	7.815,00
03/05/2000	4.000,00	07/02/2001	4.140,00
04/08/2000	4.500,00	22/03/2001	6.432,00
12/09/2000	2.016,00	27/03/2001	6.770,00
20/09/2000	2.000,00	10/4/2001	6.815,00
21/09/2000	4.000,00	16/04/2001	5.385,00
22/09/2000	2.000,00	26/04/2001	5.402,00
28/09/2000	2.000,00	04/05/2001	3.960,95
27/10/2000	5.210,00	15/05/2001	2.358,00
31/10/2000	4.000,00	17/05/2001	1.191,64
07/11/2000	5.210,00	23/05/2001	3.018,00
16/11/2000	9.048,00	06/06/2001	2.250,00
24/11/2000	4.032,00	06/07/2001	1.579,00
05/12/2000	8.850,00	-0-	-0-

9.2. aplicar ao responsável, Sr. Mário Leoci de Lima e Silva, CPF nº 032.385.042-15, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão, até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas decorrentes em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar o responsável, Sr. Mário Leoci de Lima e Silva, CPF nº 032.385.042-15, de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.6. encaminhar de cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará/PA, com vistas à adoção das providências que lhe compete.

10. Ata n° 7/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/3/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1377-07/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA (unitários):

Foram excluídos de pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos: 026.682/2012-5 (Ministro Valmir Campelo); 016.012/2009-6 e 250.130/1997-1 (Ministro Walton Alencar Rodrigues); 013.359/2007-9 (Ministro José Múcio Monteiro); e 033.536/2010-4 (Ministro-Substituto Weder de Oliveira).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Walton Alencar Rodrigues, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Valmir Campelo.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Primeira Câmara, às quinze horas e trinta minutos e eu, Francisco Costa de Almeida, Subsecretário da Primeira Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da 1ª Câmara

Aprovada em 25 de março de 2013.

VALMIR CAMPELO
Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 66, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012

O DIRETOR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 1º da Portaria nº 516, de 19/11/2012, da DIRETORIA-GERAL,

Considerando que a empresa CDF - Comércio de Produtos Elétricos Eletrônicos e Equipamentos Ltda., localizada na Colônia Agrícola Águas Claras, Chácara 09, Casa 5A, Loja 01 - Guará - Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 07.330.575/0001-11, não forneceu o objeto da Nota de Empenho 2012NE000240 (Processo nº 103.689/2012), resolve:

Aplicar à empresa a multa de R$ 2.524,72 (dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos), conforme previsto no Anexo nº3, item 6, do Edital do Pregão Eletrônico nº 139/2012, bem como a penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo período de 02 (dois) anos, de acordo com o subitem 4.1, letra "c", do mesmo Anexo.

FÁBIO CHAVES HOLANDA

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 228, DE 26 DE MARÇO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XXXIII do artigo 35 do Regimento Interno, tendo em vista o constante do art. 6º do Anexo I da Portaria Conjunta nº 3/2007, do Acórdão nº 1.093/2010 - TCU - Plenário, e do Processo TST nº 502.606/2008-2, resolve:

Alterar a Especialidade de 1 (um) cargo vago de provimento efetivo da Carreira Judiciária de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade Odontologia, do Quadro de Pessoal desta Corte, decorrente da vacância, por aposentadoria, de JOÃO BOSCO SEVERINO, para a Especialidade Medicina do Trabalho.

Min. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.434, DE 22 DE MARÇO DE 2013

Regulamenta o repasse da taxa de inscrição do Exame de Suficiência no Sistema CFC/CRCs.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o disposto no art. 12 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, com redação dada pela Lei n.º 12.249/2010, prescreve que os profissionais de que trata o referido Decreto somente poderão exercer a profissão, após a regular conclusão do respectivo curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), a que estiverem sujeitos;

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho Federal de Contabilidade, por competência definida na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, regulamentar o Exame de Suficiência e exercer a função normativa superior, conforme art. 17 da Resolução CFC nº 1.370/2011, resolve:

Art. 1º A taxa de inscrição para o Exame de Suficiência será arrecadada e recebida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), podendo esta competência ser delegada.

Parágrafo único - No caso de delegação da competência, a entidade contratada e responsável pela arrecadação e recolhimento da taxa deverá repassar ao CFC, o valor total ou parcial arrecadado, conforme instrumento contratual firmado.

Art. 2º O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) repassará aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), a título de subvenção, 80%(oitenta por cento) do montante por ele arrecadado ou do montante repassado pela entidade responsável pela realização do Exame de Suficiência.

Art. 3º O repasse da subvenção do 1º Exame de Suficiência de 2013 obedecerá à proporcionalidade do número de inscritos pagantes de cada Unidade da Federação.

Art. 4º O repasse da subvenção, a partir do 2º Exame de Suficiência de 2013, deverá obedecer a seguinte divisão:

a) 5%(cinco por cento) do montante: Conselhos Regionais de Contabilidade do Acre, Amapá e Roraima;

b) 4%(quatro por cento) do montante: Conselhos Regionais de Contabilidade do Amazonas, Alagoas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rondônia, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins;

c) 3,57%(três vírgula cinquenta e sete por cento) do montante: Conselhos Regionais de Contabilidade do Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará e Pernambuco;

d) 2,86% (dois vírgula oitenta e seis por cento) do montante: Conselhos Regionais de Contabilidade da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

§ 1º O Conselho Federal de Contabilidade remeterá os valores das subvenções, decorrente da arrecadação da taxa do Exame de Suficiência, até 30(trinta dias) dias após a publicação do resultado do exame;

§ 2º Os Conselhos Regionais de Contabilidade deverão manter os valores desta subvenção em conta bancária específica;

§ 3º Para receber o valor da subvenção, o Conselho Regional de Contabilidade deverá estar regular com suas obrigações regimentais perante o CFC.

Art. 5º Os Conselhos Regionais de Contabilidade deverão utilizar os recursos oriundos desta arrecadação nos projetos de educação continuada, devendo realizar controles administrativos e contábeis que comprove a utilização desses recursos.

Parágrafo único - Os Conselhos Regionais de Contabilidade, que demonstrarem a necessidade de utilização destes recursos para despesas diferentes da finalidade estabelecida, deverão justificar e solicitar a mudança da destinação para aprovação do Plenário do CFC.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ATA CFC N.º 976

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO Nº 520, DE 25 DE MARÇO DE 2013

O Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978 e pelo Decreto nº 84.444, de 30 de janeiro de 1980, resolve:

Homologar a 1ª REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do Conselho Regional de Nutricionistas da 8ª Região (CRN-8) para o exercício de 2012, na forma do resumo abaixo:

CRN-8 - 1ª REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2012

RECEITAS - R$	DESPESAS - R$
Receita Corrente: 1.510.177,00	Despesa Corrente: 1.508.677,00
Receita Capital: 393.800,00	Despesa Capital: 395.300,00
TOTAL: 1.903.977,00	TOTAL: 1.903.977,00

ÉLIDO BONOMO

RESOLUÇÃO Nº 521, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a concessão de diárias, ajudas de custo e outros subsídios no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e X do art. 9º da Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, regulamentada pelo Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno, nos termos em que foi deliberado na 249ª e na 250ª Reunião Plenária, Ordinária, de 23 e 24 de fevereiro e de 23 e 24 março de 2013, respectivamente, Considerando a necessidade de atualizar a regulamentação sobre a concessão de diárias, de ajudas de custo e outros subsídios destinados ao custeio de despesas com hospedagem, alimentação e transporte, quando da participação em eventos e demais atividades a serviço dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, dos conselheiros, assessores, funcionários e colaboradores eventuais, resolve:

Art. 1°. Os conselheiros, assessores, funcionários e colaboradores eventuais dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, que se deslocarem a serviço para executarem atividades ou participarem de reuniões plenárias, conjuntas, de diretorias, de comissões ou de posse ou a quaisquer outros eventos, a que tenham sido designados pela autoridade competente, terão direito à percepção de diárias, de ajudas de custo e ou de outros subsídios na forma regulada nesta Resolução. § 1°. A designação de funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, para exercício de atividades ou participação em eventos fora do respectivo domicílio ou daquela localidade onde deva ocorrer a execução dos serviços por força de condição da contratação, somente ocorrerá se houver previsão e aceitação de tais designações nos respectivos contratos individuais de trabalho ou em acordos ou convenções coletivas de trabalho. § 2°. Salvo na hipótese do § 3º, o disposto no caput deste artigo não se aplica às atividades de fiscalização a cargo dos Conselhos Regionais de Nutricionistas, cujo custeio será feito com o adiantamento de recursos financeiros suficientes à sua execução, sendo obrigatória a posterior prestação de contas. § 3º. Nas localidades onde for notória a inviabilidade de obtenção de documentos, objetivando a posterior prestação de contas, poderão os Conselhos Regionais de Nutricionistas, de forma excepcional, mediante regulamentação própria e desde que observadas as normas trabalhistas pertinentes, aplicar, à atividade de fiscalização, o disposto no caput deste artigo.

Art. 2°. As diárias destinam-se à cobertura de despesas de hospedagem, alimentação e transportes urbanos, sendo devida para cada dia de afastamento com pernoite, para fora do domicílio, da pessoa designada, e serão fixadas pelos Plenários dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, para observância no âmbito da respectiva jurisdição e quando se destinem a pessoas a seus serviços, devendo ser respeitados os seguintes valores máximos: I - nos deslocamentos dentro do território nacional, em valor correspondente ao item A da tabela em anexo; II - nos deslocamentos internacionais, em valor correspondente ao item B da tabela em anexo, cuja conversão, para Reais, far-se-á com base na cotação do dólar turismo (compra), no terceiro dia anterior ao do pagamento, conforme divulgação pelo Banco Central do Brasil.

Art. 3°. Não havendo pernoite, o pagamento das diárias será feito pela metade.

Art. 4°. A pessoa designada para viagens a serviço perceberá, conforme o caso, além das diárias, complemento de custeio de transporte urbano: a) Deslocamento em valor correspondente ao item C da tabela em anexo, destinado a complementar o custeio de transportes urbanos referentes aos deslocamentos da residência ao local de embarque, do local de desembarque ao local de hospedagem, do local de hospedagem ao de prestação dos serviços e vice-versa, do local de hospedagem ao local de embarque para retorno e do local de desembarque em retorno à residência; b) Para desdobramento do deslocamento, em valor correspondente ao item D da tabela em anexo, cumulativamente ao previsto na alínea "a" anterior, para cobrir despesas decorrentes de deslocamentos que ocorram no período no qual faz jus a diária.

Art. 5°. Nos casos em que não haja deslocamento para fora do respectivo domicílio, aos conselheiros federais e regionais, e aos colaboradores eventuais não remunerados, quando convidados ou designados pela respectiva autoridade competente para executar atividades ou comparecer a reuniões plenárias, de diretoria, de comissões, assim como para representações oficiais, será concedida ajuda de custo para o pagamento de despesas eventuais, observado o seguinte: I - o valor máximo da ajuda de custo para o comparecimento em reuniões plenárias, de diretoria, de comissões e as representações oficiais será aquele em valor correspondente ao item E da tabela em anexo, por dia; II - respeitado o limite previsto no inciso anterior, o Plenário do respectivo Conselho fixará o valor da ajuda de custo e regulamentará a sua concessão; III - na fixação do valor da ajuda de custo, que poderá ter valores diferenciados, de forma a atender situações distintas, o Plenário do respectivo Conselho levará em conta, dentre outros fatores, os seguintes: a) distância entre o domicílio da pessoa designada e o local da prestação dos serviços; b) disponibilidade de transportes públicos, condições do trânsito e custos dos estacionamentos; c) custos da alimentação; d) necessidades especiais decorrentes das peculiaridades regionais; e) disponibilidades orçamentárias e situação econômico-financeira do Conselho. IV - o valor máximo da ajuda de custo para a execução de atos administrativos do Sistema CFN/CRN, que não importem naquelas previstas no inciso I deste artigo, será em valor correspondente ao item F da tabela em anexo ao dia, limitada à concessão de dois benefícios por semana.

Art. 6°. Os Conselhos Federal e Regionais, em substituição aos procedimentos estabelecidos nesta Resolução, para atender despesas com hospedagem, alimentação, locomoção urbana e transportes rodoviários, intermunicipais ou interestaduais, incorridas em razão de deslocamentos a serviço, poderão adotar os seguintes procedimentos: I - reembolso de despesas efetuadas mediante apresentação dos respectivos comprovantes das despesas; II - adiantamento de recursos financeiros estimados, para posterior prestação e ajuste de contas, sem prejuízo do disposto no § 2° do art. 1° desta Resolução; III - custeio direto e total das despesas; IV - custeio direto e parcial das despesas com concessão de ajuda de custo para cobertura das despesas não abrangidas pelo custeio direto. V - outras formas que venham a ser fixadas em atos próprios dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas.

Art. 7°. Os valores de diárias e ajudas de custo, devidos nos termos desta Resolução, serão adiantados até o terceiro dia que antecede o início da missão ou evento para o qual tenha havido a designação.

Art. 8°. O não comparecimento à missão ou evento, por cancelamento do mesmo ou a participação em período inferior ao inicialmente programado, obriga a pessoa designada, em favor da qual tenham sido feitos os respectivos créditos, a promover a devolução dos valores recebidos ou recebidos a maior, conforme o caso, fazendo-o no prazo máximo de dois dias úteis, ou em prazo definido pelo Presidente, mediante apresentação de justificativa escrita e fundamentada. § 1°. O prazo para devolução será contado do ato ou fato inequívoco do qual decorra a suspensão ou redução da participação do agente na missão ou evento, não dependendo de notificação ou comunicação, a qualquer título, por parte do Conselho. § 2º. Não havendo a devolução dos valores recebidos, ou recebidos a maior, no prazo e condições previstos neste artigo, aos valores a restituir serão acrescidos juros de mora equivalentes à taxa que estiver em vigor

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

para o cálculo da mora no pagamento de tributos devidos à Fazenda Nacional. § 3°. Sem prejuízo ao disposto no § 2º antecedente, não haverá a designação para novas missões e eventos, bem como não serão feitos adiantamentos e nem pagamentos de valores correspondentes a diárias, ajudas de custo e outros subsídios, ainda que para a participação em atos e eventos previamente programados, às pessoas com pendências na forma deste artigo e ficando a pendência nos registros contábeis do CFN até a quitação total dos débitos.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e especialmente as Resoluções CFN n° 442, de 2008 e nº 506, de 2011.

ÉLIDO BONOMO

ANEXO

TABELA DE VALORES

Item	Discriminação	Valor
A	Diárias dentro do território nacional	R$ 372,00
B	Diárias internacionais	U$ 286,00
C	Deslocamentos	R$ 280,00
D	Desdobramento do deslocamento	R$ 140,00
E	Ajuda de custo para o comparecimento em reuniões plenárias, de diretoria, de comissões e a representações oficiais	R$ 186,00
F	Ajuda de custo para a execução de atos administrativos do Sistema CFN/CRN	R$ 93,00

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
DIRETORIA

DECISÃO

Processo n. 49.0000.2013.001215-9/COP. Assunto: Inscrição e apresentação de advogados para integrar o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

A Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos dos arts. 103-B, XII, e 130-A, V, da Constituição da República e dos arts. 4º, incisos I, II e III, §§ 1º e 2º, e 5º, parágrafo único, incisos I e II, do Provimento n. 113/2006-CFOAB, bem como do edital publicado no Diário Oficial da União - Seção 3 de 14/03/2013, p. 152, examinando a regularidade da documentação encaminhada à Entidade quanto aos pedidos de inscrição e à apresentação de advogados para integrar o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, DECIDE deferir as inscrições dos candidatos a seguir nomeados: - Alexandre Pontieri (OAB/SP 191828), para o Conselho Nacional de Justiça e para o Conselho Nacional do Ministério Público (Protocolos ns. 49.0000.2013.002781-7 e 49.0000.2013.002782-5); - André Brandão Henriques Maimoni (OAB/MT 7040 e OAB/DF 29498), para o Conselho Nacional de Justiça (Protocolo n. 49.0000.2013.002718-5); - Carolina de Fátima Alves (OAB/RJ 53499), para o Conselho Nacional de Justiça (Protocolo n. 49.0000.2013.002753-3); - Esdras Dantas de Souza (OAB/DF 3535 e OAB/PE 490-A), para o Conselho Nacional do Ministério Público (Protocolo n. 49.0000.2013.002584-9); - Giane Álvares Ambrósio Alvares (OAB/SP 218434), para o Conselho Nacional de Justiça (Protocolo n. 49.0000.2013.002807-4); - Gisela Gondin Ramos (OAB/SC 3900), para o Conselho Nacional de Justiça (Protocolo n. 49.0000.2013.002384-8); - José Antônio Lomonaco (OAB/SP 121445), para o Conselho Nacional de Justiça e para o Conselho Nacional do Ministério Público (Protocolo n. 49.0000.2013.002720-9); - José Rogério Cruz e Tucci (OAB/SP 53416), para o Conselho Nacional de Justiça (Protocolo n. 49.0000.2013.002490-9); - Marcos Roberto Arantes Narbutis (OAB/SP 173045), para o Conselho Nacional de Justiça e para o Conselho Nacional do Ministério Público (Protocolo n. 49.0000.2013.002752-5); - Mário David Prado Sá (OAB/PA 6286), para o Conselho Nacional de Justiça e para o Conselho Nacional do Ministério Público (Protocolo n. 49.0000.2013.002717-7); - Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira (OAB/RN 1549), para o Conselho Nacional de Justiça (Protocolo n. 49.0000.2013.002715-0); - Silvia dos Santos Correia (OAB/RJ 90508), para o Conselho Nacional de Justiça (Protocolo n. 49.0000.2013.002679-7); - Vitor Marcelo Aranha Afonso Rodrigues (OAB/RJ 88827), para o Conselho Nacional de Justiça (Protocolo n. 49.0000.2013.002795-5); - Walter de Agra Júnior (OAB/PB 8682), para o Conselho Nacional do Ministério Público (Protocolo n. 49.0000.2013.002386-2). Publique-se, considerando a sessão extraordinária do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB convocada para o dia 8 de abril de 2013, a partir das 17 horas, para a qual ficam convocados os advogados acima nomeados, nos termos do § 2º do art. 4º do Provimento n. 113/2006-CFOAB.

Brasília, 26 de março de 2013.
MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO
Presidente

1ª CÂMARA

AUTOS COM VISTA

O processo a seguir relacionado encontra-se com vista ao Interessado para, querendo, oferecer alegações de defesa: Representação n. 49.0000.2012.005861-2/PCA. Representante: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Representado: Conselho Seccional da OAB/Acre. Interessado: Geraldo Elias Cunha de Souza OAB/AC 908. Relator: Conselheiro Federal Felicíssimo Sena (GO).

Brasília, 26 de março de 2013.
CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO
Presidente da 1ª Câmara

2ª CÂMARA
1ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO 2007.08.00768-05/SCA-PTU (SGD: 49.0000.2012.001650-8/SCA-PTU). Recte.: E.B.C.R.S. (Adv.: Elisa Bernadete Carlos Rosa Spadim OAB/SP 66491). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Avelino Duarte (MS). EMENTA 001/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. Ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, e ausência de demonstração de divergência entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Leonardo Avelino Duarte, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000492-4/SCA-PTU. Recte.: A.S.A.O. (Adv.: Antônio Sérgio Almeida de Oliveira OAB/MG 35858). Recdos: Despacho de fl. 432 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Espólio de A.A.T.D. Repte. Legal: V.P.D. (Adv.: Carla Pinheiro Polese OAB/MG 68780). Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA 002/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Intempestividade. Prazo recursal. Dies a quo. O prazo para recurso nos processos administrativos regidos pela Lei nº 8.906/94 é único de quinze dias, nos termos do seu artigo 69. E o termo inicial para contagem do prazo se dá no próximo dia útil seguinte ao do recebimento da notificação pelo interessado, nos termos do art. 139 do Regulamento Geral do EAOAB. Há que se consignar que a tempestividade recursal, como pressuposto processual de admissibilidade, é matéria de ordem pública, não admitindo convalidação. Recurso não conhecido em razão de sua intempestividade. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator. RECURSO 49.0000.2012.005337-1/SCA-PTU. Recte.: A.D. (Advs.: José Antonio Carvalho OAB/SP 53981 e Outra). Recdos.: Despacho de fl. 97 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). EMENTA 003/2013/SCA-PTU. Recurso em face de decisão monocrática que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. O recurso interposto contra despacho que indefere liminarmente recurso ao Conselho Federal, ao fundamento de ausência dos pressupostos de admissibilidade, deve voltar-se contra as razões ali lançadas, não sendo suficiente para seu provimento a mera reiteração das razões constantes do recurso indeferido. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. César Augusto Moreno, Relator. RECURSO 49.0000.2012.005374-4/SCA-PTU. Recte.: D.B.M.O. (Adv.: David Barbosa de Menezes e Oliveira OAB/PB 3828). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraíba e Joab Braga dos Santos. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Avelino Duarte (MS). EMENTA 004/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Ausência dos pressupostos processuais do art. 75 do Estatuto. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso interposto esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Leonardo Avelino Duarte, Relator. RECURSO 49.0000.2012.008583-7/SCA-PTU. Recte.: J.J.S. (Advs.: Handerson Laertes Martins OAB/SC 28261 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). EMENTA 005/2013/SCA-PTU. Prática de crime infamante. Aferição pelo Conselho Seccional em cada caso independe de trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Perda da idoneidade moral. Configuração. Aplicação da penalidade de exclusão. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Valmir Pontes Filho, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.010843-5/SCA-PTU. Recte.: U.S.I. (Adv.: Ursulino dos Santos Isidoro OAB/SP 19068). Recda.: Corregedoria do TED do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA 006/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. Ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, e ausência de demonstração de divergência entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional. Pretensão à análise de matéria fática em sede extraordinária. Impossibilidade. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator. RECURSO 49.0000.2012.011010-0/SCA-PTU. Rectes.: L.S.F.S e A.L.R.S. (Advs.: Luciane Santos de Freitas da Silva OAB/SC 17765-B e André Luiz Ramos da Silva OAB/SC 20035). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Maria do Carmo Ornay Molas. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA 007/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Preliminar de supressão de instância. Arquivamento liminar da representação. Reforma da decisão para declarar instaurado o processo disciplinar. Competência do Conselho Seccional. Inexistência de supressão de instância. Indícios e provas robustas de infração ao art. 17 do CED. Ausência de julgamento extra petita. Quanto ao mérito, tratando-se de decisão que determina o prosseguimento da representação liminarmente indeferida, competirá ao Tribunal de Ética e Disciplina apreciá-lo, aí sim, sob pena de supressão de instância a antecipação da apreciação da questão meritória por este Conselho Federal ou pelo Conselho Seccional. Recursos conhecidos e improvidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Everaldo Bezerra Patriota, Relator. RECURSO 49.0000.2012.011118-0/SCA-PTU. Recte.: R.A.S.M. (Adv.: Renata A. Strazzacappa Machado OAB/SP 120246). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.C.L. (Adv.: Rodrigo Vieira OAB/SP 223550). Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA 008/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Preliminar de nulidade por cerceamento de defesa. Inexistência. Indeferimento de prova testemunhal. Irrelevância ao deslinde da causa. Prova documental que mostra-se suficiente à apuração dos fatos. Pedido visando à majoração da sanção disciplinar em contrarrazões. Impossibilidade. Ausência de previsão nas normas de regência do processo disciplinar na OAB quanto à possibilidade de pedido contraposto em sede de contrarrazões. No mérito, a prova dos autos indica a manutenção da decisão recorrida, por seus próprios fundamentos. Recurso a que se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Everaldo Bezerra Patriota, Relator. RECURSO 49.0000.2012.011719-3/SCA-PTU. Recte.: W.V.M. (Adv.: Wanir Vasconcelos de Meneses OAB/MG 44024). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e R.G.C.F. (Adv.: Robervan Gomes Costa de Faria OAB/MG 78611). Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). EMENTA 009/2013/SCA-PTU. Condenação de advogado, pelo TED, à pena de censura. Recurso ordinário julgado intempestivo. Defeito na notificação ao recorrente, do qual resulta a inexistência da intempestividade e o consequente retorno do processo ao e. Conselho da OAB/MG, para apreciação do mérito do apelo. Recurso conhecido, por tempestivo, e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Valmir Pontes Filho, Relator. RECURSO 49.0000.2012.012099-0/SCA-PTU. Recte.: M.C.L. (Adv.: Maria do Carmo Lorenci OAB/RS 14768). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e L.D.S. (Adv.: Aline Silva de Salles OAB/RS 74401). Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA 010/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Preliminar de cerceamento de defesa. Ausência de oportunidade para manifestação sobre documentos juntados pela parte recorrida, os quais instruíram a resposta do recurso. Irrelevância. Documentos oficiais, atos e peças de processos administrativos e judiciais e recibos firmados pela própria recorrente, vale dizer, todos, sem exceção, de seu inteiro e prévio conhecimento. Prescrição. Inocorrência. Não decorrendo lapso temporal superior a 5 (cinco) anos entre a última causa de interrupção de prescrição - notificação inicial válida - e a primeira decisão condenatória recorrível de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo paralisado por mais de 3 (três) anos pendente de julgamento ou despacho, não está atingida a prescrição. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Everaldo Bezerra Patriota, Relator. RECURSO 49.0000.2012.013148-0/SCA-PTU. Recte.: J.A.M.C. (Adv.: José Mangabeira OAB/BA 11968). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Carlos Frederico Nóbrega Farias (PB). EMENTA 011/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Prazo recursal. Intempestividade. Dies a quo. O prazo para recurso nos processos administrativos regidos pela Lei nº 8.906/94 é único de quinze dias, nos termos do seu artigo 69. E o termo inicial para contagem do prazo se dá no próximo dia útil seguinte ao do recebimento da notificação pelo interessado, nos termos do art. 139 do Regulamento Geral do EAOAB. A tempestividade é pressuposto de admissibilidade recursal, matéria de ordem pública, não admitindo convalidação. A sua inobservância, em qualquer momento processual, pela parte recorrente, provoca, como necessário efeito de caráter processual, a incognoscibilidade do recurso interposto. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Carlos Frederico Nóbrega Farias, Relator. RECURSO 49.0000.2013.000181-3/SCA-PTU. Recte.: E.B.G. (Advs.: Eduardo Boulhosa Gonzalez OAB/BA 10777, Carlos Alberto Perrelli Fernandes OAB/BA 8649 e Cleumar Nogueira Cavalcanti OAB/BA 25688). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Avelino Duarte (MS). EMENTA 012/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Sanção disciplinar de exclusão. Alegação de nulidade da decisão por insuficiência do quórum previsto no art. 38, parágrafo único, do Estatuto. Inexistência. Processo instaurado de ofício pelo Presidente da Seccional, que absteve-se de votar, não alterando o quórum legalmente exigido. Nulidade afastada. No mérito, o revolvimento de questões fáticas ou alegação de prescrição quinquenal de infração disciplinar apurada em processo disciplinar próprio não têm o condão de afastar o requisito objetivo para a exclusão, porquanto não admitida a rediscussão de questões fáticas ou pertinentes à prescrição do processo disciplinar próprio. Precedente desta Turma. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Leonardo Avelino Duarte, Relator.

Brasília, 26 de março de 2013.
CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO
Presidente

DESPACHOS

RECURSO 49.0000.2012.005629-8/SCA-PTU. Recte.: E.B. (Advs.: Leonardo P. de Oliveira Pinto OAB/SC 13001, Gabriel Henrique da Silva OAB/SC 22400 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto de Siqueira Castro (RJ). DESPACHO: "(...). Assim sendo, em que pese sua tempestividade, o recurso não merece prosperar, eis que ausentes os pressupostos mínimos de admissibilidade previstos no art. 75 da Lei 8.906/94 e no art. 140 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. Dessa forma, indico ao eminente Presidente desta Segunda Câmara o indeferimento preliminar do presente recurso, devolvendo-se os autos à Seccional de origem para executar a decisão. Brasília, 04 de março de 2013. Carlos Roberto Siqueira Castro, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para cumprimento da decisão condenatória. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente". RECURSO 49.0000.2012.007150-7/SCA-PTU. Recte.: L.D.S. (Adv.: Luiz Duarte Santana OAB/SP 152411). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Fernando Tadeu Pierro (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. Fernando Tadeu Pierro, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 11 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente". RECURSO 49.0000.2012.009087-5/SCA-PTU. Recte.: M.C.C. (Adv.: Marcos Carvalho Carreira OAB/SP 85852). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.A.F.C.M. (Adv.: Andréa Conegundes de Freitas OAB/SP 188888). Relator: Conselheiro Federal Fernando Tadeu Pierro (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. Fernando Tadeu Pierro, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 11 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente". RECURSO 49.0000.2012.010283-0/SCA-PTU. Recte.: C.P.F. (Adv.: Cosete Pinto de Figueirêdo OAB/PE 10472-D). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto de Siqueira Castro (RJ). DESPACHO: "(...). Assim sendo, ante a inocorrência dos pressupostos legais e regulamentares para a admissão do apelo (art. 75 da Lei 8.906/94 e art. 140 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB), indico ao eminente Presidente desta E. Segunda Câmara o indeferimento preliminar do presente recurso, devolvendo-se os autos à Seccional de origem para executar a decisão. Brasília, 04 de março de 2013. Carlos Roberto Siqueira Castro, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para cumprimento da decisão condenatória. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente". RECURSO 49.0000.2012.011179-9/SCA-PTU. Recte.: C.R. (Adv.: Celso Romero OAB/SP 21932). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.R.I.II. Repte. Legal: F.M. (Advs.: Alan Kardec Rodrigues OAB/SP 40873 e Moacyr Cyrino Nogueira Júnior OAB/SP 232426). Relator: Conselheiro Federal Fernando Tadeu Pierro (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. Fernando Tadeu Pierro, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos para indeferir liminarmente o recurso interposto, porquanto ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94 -, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 11 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente". RECURSO 49.0000.2012.011188-8/SCA-PTU. Recte.: J.R.G. (Adv.: Jairo Hildebrando da Silva OAB/SP 113628). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Jorge Luiz de Araújo da Rocha e Silva. Relator: Conselheiro Federal Fernando Tadeu Pierro (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. Fernando Tadeu Pierro, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos para indeferir liminarmente o recurso interposto, porquanto ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94 -, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 11 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.013222-6/SCA-PTU. Recte.: D.O.L.P.O. (Advs.: Deodina Olívia Leite Pereira de Oliveira OAB/GO 4910, Maceió de Goyaz Leite Neto OAB/GO 33323 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e Marilda Ribeiro da Silva Reis. Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). DESPACHO: "Nestas circunstâncias, não se tratando de recurso a este Conselho Federal, determino tão-somente o retorno dos autos ao Conselho Seccional de origem para que analise o teor da petição protocolizada, porquanto não compete a este Conselho Federal a análise de matéria fática ou probatória. Brasília 12 de março de 2013. Valmir Pontes Filho, Relator".

Brasília, 26 de março de 2013.
CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO
Presidente

2ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO 49.0000.2011.003310-1/SCA-STU. Recte.: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e A.L.S.G. (Adv.: André Luiz Silva Gomes OAB/RJ 98672. Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). EMENTA 002/2013/SCA-STU. Competência recursal do Conselho Federal esgotada com a devida apreciação pela Primeira Câmara da matéria atinente ao pedido de exclusão do Interessado dos quadros da OAB, por impedimento ou incompatibilidade. Necessidade de prévio julgamento pelo Tribunal de Ética da Seccional da OAB/RJ de eventual infração ao art. 34, I da Lei 8.906/94, sob pena de supressão de Instância e violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. André Luis Guimarães Godinho, Relator. RECURSO 49.0000.2012.003696-1/SCA-STU-ED. Embgte.: G.P.M. (Advs.: Giovani Pires de Macedo OAB/PR 22675 e Outros). Embgdo.: Acórdão de fls. 181/183 da STU/SCA. Recte.: G.P.M. (Advs: Giovani Pires de Macedo OAB/PR 22675 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA 003/2013/SCA-STU. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO. IRRESIGNAÇÃO DO EMBARGANTE. EMBARGOS DOS EMBARGOS MANIFESTAMENTE INCABÍVEIS E COM CARÁTER MERAMENTE PROTELATÓRIOS. 1) O Acórdão embargado encontra-se revestido de legalidade, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. 2) Embargos dos Embargos manifestamente incabíveis e com caráter meramente protelatórios. 3) Nos termos da jurisprudência deste Conselho Federal, os embargos declaratórios não se prestam para reformar decisão, quando ausentes os seus pressupostos de admissibilidade. 4) Embargos de declaração não conhecidos por ausência dos pressupostos legais para a sua interposição. (Inteligência dos §§ 3º e 5º, do art. 138, do Regulamento Geral da OAB). ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos por ausência dos pressupostos legais para a sua interposição, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2012.006277-6/SCA-STU. Recte.: I.L.P. (Advs.: Ivan Luiz Paes OAB/SP 80253 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Robinson Conti Kraemer (SC). EMENTA 004/2013/SCA-STU. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA. UTILIZAÇÃO DE PROCURAÇÃO TIDA POR INAUTÊNTICA. FRAUDE. INFRAÇÃO AOS INCISOS XVII E XXV DO ARTIGO 34, DO EAOAB. Inocorrência de prescrição ante a ausência de lapso temporal superior a 5 anos, entre a notificação inicial válida e a primeira decisão condenatória de órgão julgador da OAB. Inteligência do art. 43, § 2º., da Lei nº 8.906/94, bem como da Súmula 01/2011 do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB. Utilização de instrumento de mandato para fraudar levantamento de depositados em conta vinculada ao FGTS. Robusta prova documental, que se harmoniza com a peça exordial. Prática da infração ética disciplinar consistente em prestar concurso por realizar ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la. Conduta incompatível com advocacia. Infringe o art. 34, incisos XVII e XXV do EAOAB combinado com o art. 37, inciso I, § 1º, ambos do Estatuto da Advocacia e da OAB. Representação Procedente. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. José Norberto Lopes Campelo, Presidente em exercício. Robinson Conti Kraemer, Relator. RECURSO 49.0000.2012.007136-1/SCA-STU. Recte.: I.C. (Advs.: José Carlos Capuano OAB/SP 88749 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.L.P. (Advs.: José Luis Polezi OAB/SP 80348 e Outros). Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 005/2013/SCA-STU. Recurso interposto contra decisão unânime do Conselho Seccional. Aplicação do art. 75 do EAOAB quando não demonstrada a ocorrência das hipóteses de conhecimento do apelo. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. José Norberto Lopes Campelo, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 49.0000.2012.007144-2/SCA-STU. Recte.: W.T.T.F.J. (Adv.: Walter Tadeu Trindade Ferreira Junior OAB/SP 282407 e OAB/DF 34612). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e D.C.M. (Adv.: Davi Correia de Melo OAB/SP 221956). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 006/2013/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão não unânime de Conselho Seccional que mantém arquivamento liminar da representação. Não conhecimento. Precedentes desta Turma. 1) O pressuposto processual de admissibilidade previsto no art. 75 do Estatuto exige que, além de não unânime, a decisão proferida pelo Conselho Seccional tenha sido definitiva, razão pela qual a decisão proferida pelo Conselho Seccional - muito embora não unânime - que mantém o arquivamento de representação, considerando inadmissível a instauração do processo ético-disciplinar, não comporta recurso para o Conselho Federal. Precedentes. 2) Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 49.0000.2012.007517-7/SCA-STU. Recte.: V.S.S. (Adv.: Vanderlea de Sousa Silva OAB/SP 101265). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, A.O.B. e C.M. (Advs.: Álvaro Francisco Krabbe OAB/SP 141196 e Outros). Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). EMENTA 007/2013/SCA-STU. Processo administrativo de natureza disciplinar - Advogado que não presta contas de valores de custas processuais e de venda de imóvel - Punição de suspensão a perdurar até a efetiva prestação de contas (art. 37,I, 2º, EAOAB) - Recurso para o Conselho Federal que não se conhece por ausência de atendimento dos requisitos de admissibilidade impostos pelo artigo 75, da Lei 8.906/94. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Silva Allemand, Presidente. André Luis Guimarães Godinho, Relator. RECURSO 49.0000.2012.007520-9/SCA-STU. Recte.: A.J.L. (Adv.: Antonio Jorge de Lima OAB/SP 189189). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Rosa Adriana dos Santos. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 008/2013/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Ausência de demonstração dos pressupostos processuais de admissibilidade. Prescrição. Inocorrência. Inteligência do art. 43 do Estatuto da Advocacia

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e da OAB e Súmula 01/2011-COP deste CFOAB. 1) Não se desincumbindo o recorrente de demonstrar o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do Estatuto, o recurso não pode ser conhecido. 2) A prescrição, por sua vez, tratando-se de matéria de ordem pública, arguível a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, provoca a manifestação do julgador, muito embora não conhecendo do recurso. 3) Nestas circunstâncias, não decorrendo lapso temporal superior a 5 (cinco) anos entre a última causa de interrupção de prescrição - notificação inicial válida - e a primeira decisão condenatória recorrível de órgão julgador da OAB, nem permanecendo o processo paralisado por mais de 3 (três) anos pendente de julgamento ou despacho, não está atingida a prescrição. 4) Recurso não conhecido. Prescrição afastada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 49.0000.2012.007522-5/SCA-STU. Recte.: D.G. (Advs.: Domingos Gerage OAB/SP 98209 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 009/2013/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade. Não conhecimento. Os recursos interpostos ao Conselho Federal, contra decisão unânime proferida por Conselho Seccional da OAB, só se viabilizam uma vez demonstrada contrariedade ao Estatuto, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina ou aos Provimentos da OAB, ou por divergência entre a decisão recorrida e decisões do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional. Inteligência do art. 75 da Lei n° 8.906/94. Não preenchidos/atendidos esses pressupostos, a hipótese é de não conhecimento. Da mesma forma, em face da natureza extraordinária dos recursos interpostos ao Conselho Federal, não se admite a pretensão ao reexame de fatos e provas, matérias exclusiva à análise das instâncias de origem. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 49.0000.2012.007880-6/SCA-STU. Recte.: M.H.B. (Advs.: Maria Helena Bonin OAB/SP 99618 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e D.A.C. (Advs.: Reinor Luiz Cursino de Andrade OAB/SP 251097 e Outro). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 010/2013/SCA-STU. RECURSO - AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO AOS REQUISITOS DO ARTIGO 75 DA LEI Nº 8.906/94 PARA SUA ADMISSÃO, RESTANDO EVIDENTE SER MERA PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA, O QUE É VEDADO - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEGATIVA DE VIGÊNCIA A ARTIGOS DO EOAB OU REGULAMENTO GERAL - DECISÃO UNÂNIME DO CONSELHO SECCIONAL QUE MANTEVE A CONDENAÇÃO DA REPRESENTADA, ORIUNDA DE DECISÃO UNÂNIME DO TED, QUE APLICOU ORIGINALMENTE PENA DE SUSPENSÃO À RECORRENTE PELO PRAZO DE 30 DIAS, PRORROGÁVEIS ATÉ EFETIVA PRESTAÇÃO DE CONTAS, POR TER PRATICADO ATO INCOMPATÍVEL COM A LEI (ARTIGO 34, INCISO XXI DO EOAB), VEZ QUE RECEBEU VALORES EM JUÍZO, COM LEVANTAMENTO DE ALVARÁ E RETENDO UNILATERALMENTE VALORES, SEM ANUÊNCIA DE SEU CONSTITUINTE - LOCUPLETAMENTO INDEVIDO - RECURSO NÃO CONHECIDO. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 49.0000.2012.007884-9/SCA-STU. Recte.: A.N.P. (Advs.: Moacyr Jacintho Ferreira OAB/SP 49482 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e F.S.S. (Adv.: José Augusto Senatore OAB/SP 43572). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 011/2013/SCA-STU. RECURSO - AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO AOS REQUISITOS DO ARTIGO 75 DA LEI Nº 8.906/94 PARA SUA ADMISSÃO, RESTANDO EVIDENTE SER MERA PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA, O QUE É VEDADO - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEGATIVA DE VIGÊNCIA A ARTIGOS DO EOAB OU REGULAMENTO GERAL - DECISÃO UNÂNIME DO CONSELHO SECCIONAL QUE MANTEVE A CONDENAÇÃO DA REPRESENTADA, ORIUNDA DE DECISÃO UNÂNIME DO TED, QUE APLICOU ORIGINALMENTE PENA DE SUSPENSÃO À RECORRENTE PELO PRAZO DE 30 DIAS, POR TER PRATICADO ATO INCOMPATÍVEL COM A LEI (ARTIGO 34, INCISOS XX E XXI DO EOAB), POR HAVER RECEBIDO VALORES EM JUÍZO, COM LEVANTAMENTO DE ALVARÁ, E REALIZADO RETENÇÃO UNILATERAL DE VALORES, SEM ANUÊNCIA DE SEU CONSTITUINTE - LOCUPLETAMENTO INDEVIDO - EM QUE PESE RESTITUIÇÃO DE VALORES NÃO SE CONFUNDIR COM PRESTAÇÃO DE CONTAS, ESTÁ CLARO QUE A EXIGIDA PRESTAÇÃO DE CONTAS QUE NÃO FORA APRESENTADA FORMALMENTE AO CONSTITUINTE, MAS UNICAMENTE DE FORMA SIMPLES EM PETIÇÃO APRESENTADA NESTE PROCEDIMENTO, ONDE O CONSTITUINTE SEQUER É PARTE, MAS SIM TERCEIRA PESSOA INTERESSADA, VALENDO INFORMAR QUE A LEGITIMIDADE INTERESSE É UNIVERSAL PARA OFERECER REPRESENTAÇÃO PERANTE A OAB - RECURSO NÃO CONHECIDO. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 49.0000.2012.008638-0/SCA-STU. Recte.: S.B.H. (Adv.: Sandoval Benedito Hessel OAB/SP 113723). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e D.A.S.G.S. (Adv.: Sonia Regina Barbosa Lima OAB/SP 92477). Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 012/2013/SCA-STU. Representação apresentada pela ex-cliente mais de dez anos depois de concluídos os serviços profissionais contratados, imputando ao advogado falta de prestação de contas e locupletamento ilícito. Iniciativa tomada em face de cobrança judicial de honorários por parte do advogado, a que se atribui caráter de má-fé. Processo ético-disciplinar instaurado, portanto, quando já não havia interesse processual em fazê-lo, em vista do decurso de longo período de tempo. Decisões nesse sentido das três Turmas que compõe a Segunda Câmara, embora fundadas em outros critérios ou à luz dos institutos da prescrição ou da decadência. Hipótese em que, ademais, a iniciativa do advogado, promovendo duas ações contra a ex-cliente, muito antes de ser por essa denunciado perante a Ordem e obtendo, afinal, na ação adequada, acolhimento de seu pedido, mostra que era a ex-cliente quem estava em mora. Recurso de que se conhece e a que se dá provimento para reformar a decisão impugnada e desacolher a representação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 49.0000.2012.008640-1/SCA-STU. Recte.: A.S. (Adv.: Antonio de Souza OAB/SP 177953). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Cláudia Maria de Souza. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA 013/2013/SCA-STU. RECURSO. JULGAMENTO UNÂNIME NO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS RECURSAIS. INADMISSIBILIDADE. I - Recurso interposto contra acórdão que, à unanimidade de votos, manteve a decisão da Quarta Turma do TED da OAB-SP, por infração ao art. 34, incisos XX e XXI, c/c art. 37, I, §§ 1º e 2º, do EAOAB e, art. 9º do Código de Ética e Disciplina da OAB, com a suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas. II - Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como dar seguimento ao recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, à unanimidade, em não conhecer do recurso por ausência de pressupostos recursais para a sua admissibilidade, nos termos do relatório e voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2012.009084-2/SCA-STU. Recte.: O.G.S. (Adv.: Osvaldo Gomes da Silva OAB/SP 104097). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 014/2013/SCA-STU. RECURSO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO A REVISÃO - ERRO DE JULGAMENTO EVIDENCIADO - PRESCRIÇÃO RECONHECIDA - RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES RECEBIDOS DE CONSTITUINTE (ARTIGO 34, XX e XII DO EOAB) EQUIPARA-SE A APROPRIAÇÃO INDÉBITA QUALIFICADA (168, § 1º DO CP) PREVISTA NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - ATO INSTANTÂNEO DE EFEITOS PERMANENTES OU CONTINUADOS, QUE SÃO MERO EXAURIMENTO DE SUA EXECUÇÃO - FLUXO DO PRAZO PRESCRICIONAL INICIA-SE COM A INDEVIDA APROPRIAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA REFORMAR O ACÓRDÃO DA SECCIONAL E ENTÃO JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA REVISÃO, DECLARANDO EXTINTA A PUNIBILIDADE PELA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO (ARTIGO 43 DO EOAB) EM FACE DE PRAZO SUPERIOR A 05 ANOS ENTRE MARCOS INTERRUPTIVOS DO FLUXO DO PRAZO PRESCRICIONAL. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 49.0000.2012.009086-7/SCA-STU. Recte.: R.T. (Advs.: Cristiano Zanin Martins OAB/SP 172730, OAB/RJ 153599 e OAB/DF 32190 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, J.D.B. e M.D.B. (Advs.: Jorge Delmanto Bouchabki OAB/SP 130579, Marcelo Delmanto Bouchabki OAB/SP 146774 e Outros). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 015/2013/SCA-STU. ADMISSIBILIDADE DE RECURSO AO CONSELHO FEDERAL DA OAB. DECISÃO UNÂNIME DA SECCIONAL. NÃO CONTRARIEDADE À LEI OU Á DECISÃO PROFERIDA PELO CONSELHO FEDERAL OU CONSELHO DE OUTRA SECCIONAL. NÃO CONHECIMENTO. 1. De acordo com o art. 75 do EAOAB apenas nas hipóteses de contrariedade à lei, decisão do Conselho Federal ou Seccional, caberá recurso das punições disciplinares ao Conselho Federal, impostas por decisão unânime. 2. No presente caso, não se verifica a ocorrência dos motivos excepcionais autorizadores da interposição de recurso contra decisão unânime. 3. É tranquilo e claro que a decisão proferida pelo colegiado não afronta lei, decisão do Conselho Federal ou de outra Seccional. 4. Motivo pelo qual o presente recurso não deverá ser conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 49.0000.2012.009088-3/SCA-STU. Recte.: S.F.P. (Adv.: Samuel F. dos Passos OAB/SP 121934). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA 016/2013/SCA-STU. RECURSO. JULGAMENTO UNÂNIME NO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS RECURSAIS. INADMISSIBILIDADE. I-Recurso interposto contra acórdão que, à unanimidade de votos, manteve a decisão da Décima Sétima Turma do TED da OAB-SP, por infração ao art. 34, IV, XIII e XXV, c/c art. 35, II e art. 37, II, do EAOAB, com a suspensão do exercício profissional pelo prazo de 60 dias, por reincidência da infração. II-Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como dar seguimento ao recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, à unanimidade, em não conhecer do recurso por ausência de pressupostos recursais para a sua admissibilidade, nos termos do relatório e voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2012.009097-2/SCA-STU. Recte.: M.G.S. (Adv.: Marcelo Guimarães Seretti OAB/SP 193776). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Fátima Antônio Silva. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 017/2013/SCA-STU. RECURSO - AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO AOS REQUISITOS DO ARTIGO 75 DA LEI N. 8.906/94 PARA SUA ADMISSÃO, RESTANDO EVIDENTE SER MERA PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA, O QUE SERIA VEDADO - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEGATIVA DE VIGÊNCIA A ARTIGOS DO EOAB OU REGULAMENTO GERAL - DECISÃO UNÂNIME DO CONSELHO SECCIONAL QUE MANTEVE A CONDENAÇÃO DO REPRESENTADO, ORIUNDA DE DECISÃO UNÂNIME DO TED, A QUAL APLICARA ORIGINALMENTE PENA DE SUSPENSÃO AO RECORRENTE PELO PRAZO DE 30 DIAS, POR TER PRATICADO ATO INCOMPATÍVEL COM A LEI (ARTIGO 34, INCISOS IX E 37, II DO EOAB), VEZ QUE SE AUSENTOU INJUSTIFICADAMENTE DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO TRABALHISTA, OCASIONANDO CONFISSÃO FICTA E/OU REVELIA - INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA - RECURSO NÃO CONHECIDO. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 49.0000.2012.009798-1/SCA-STU. Recte.: N.P.A. (Adv.: Antonio Edson de Almeida Santos OAB/SP 177700). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 018/2013/SCA-STU. Pedido de reabilitação. Pena imposta em virtude de condenação em processo criminal. Obrigatoriedade de prova da reabilitação criminal. Cumprimento de pena ainda em curso. Recurso a que se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 49.0000.2012.010197-1/SCA-STU-ED. Embgte.: E.B.F. (Adv.: Eliodoro Bernardo Fretes OAB/MS 6213). Embgdo.: Acórdão de fls. 292/296 da STU/SCA. Recte.: E.B.F. (Adv.: Eliodoro Bernardo Fretes OAB/MS 6213). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e E.P.G. (Adv. Assist.: Ana Paula Azevedo de Andrade Medeiros Massaranduba OAB/MS 13968). Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA 019/2013/SCA-STU. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO. IRRESIGNAÇÃO DO EMBARGANTE. EMBARGOS COM CARÁTER MERAMENTE PROTELATÓRIOS. 1) A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada, não havendo contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. 2) Embargos com caráter meramente protelatórios. 3) Nos termos da jurisprudência deste Conselho Federal, os embargos declaratórios não se prestam para reformar decisão, quando ausentes os seus pressupostos de admissibilidade. 4) Embargos de declaração não conhecidos por ausência dos pressupostos legais para a sua interposição. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos por ausência dos pressupostos legais para a sua interposição, nos termos do voto do Relator, que integra o presente Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2012.010351-8/SCA-STU. Recte.: O.G.F. (Adv.: Orlando Gomes de Freitas OAB/SP 116826). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 020/2013/SCA-STU. Processo de exclusão, em virtude de três suspensões sucessivas. Impossibilidade de rever-se, neste processo, o mérito das condenações anteriores. Prescrição da pretensão punitiva em relação às respectivas infrações que, igualmente, não pode ser considerada. Prescrição intercorrente não verificada, a despeito de inusitado, incompreensível e injustificável retardamento na tramitação do processo, o qual não chegou, porém, a consumir três anos de paralisação. Não comparecimento da defensora dativa ou do próprio representado à sessão de julgamento, apesar de regularmente notificados para tanto: circunstância que se tem como

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

irrelevante, na linha da boa doutrina e da jurisprudência desta Câmara. Recurso contra decisão unânime de que se conhece, em razão das questões jurídicas suscitadas, mas a que se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 49.0000.2012.010574-6/SCA-STU. Recte.: O.N.S. (Advs.: Odair Nunes de Siqueira OAB/SP 91024 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e P.S.P. (Adv. Assist.: André Andreoli OAB/SP 213127. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). EMENTA 021/2013/SCA-STU. PROCESSO DISCIPLINAR - DECISÃO UNÂNIME - PRESCRIÇÃO - RECURSO CONHECIDO - VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 43 DO EAOAB - DECISÃO REFORMADA. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Alexandre César Dantas Soccorro, Relator. RECURSO 49.0000.2012.010598-1/SCA-STU. Recte.: K.M. (Adv.: Keiji Matsuzaki OAB/SP 34345). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.F. (Adv.: Armando Fernandes OAB/SP 33045). Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). EMENTA 022/2013/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Preliminar de cerceamento de defesa não comprovada, diante da ausência de qualquer prejuízo, considerando a existência de outras provas nos autos e a confissão do recorrente. Preliminar rejeitada. Decisão unânime de Conselho Seccional. Comprovação da existência de falta disciplinar. Ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos. A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. Pelo conhecimento e não provimento do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa e em conhecer do recurso para negar-lhe provimento. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Evânio José de Moura Santos, Relator. RECURSO 49.0000.2012.010831-3/SCA-STU. Recte.: U.S.I. (Adv.: Ursulino dos Santos Isidoro OAB/SP 19068). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 023/2013/SCA-STU. ADMISSIBILIDADE DE RECURSO AO CONSELHO FEDERAL DA OAB. DECISÃO UNÂNIME DA SECCIONAL. NÃO CONTRARIEDADE A LEI OU A DECISÃO PROFERIDA PELO CONSELHO FEDERAL OU CONSELHO DE OUTRA SECCIONAL. NÃO CONHECIMENTO. 1. De acordo com o art. 75 do EOAB apenas nas hipóteses de contrariedade à lei, decisão do Conselho Federal ou Seccional, caberá recurso das punições disciplinares ao Conselho Federal, impostas por decisão unânime. 2. No presente caso, não se verifica a ocorrência dos motivos excepcionais autorizadores da interposição de recurso contra decisão unânime. 3. É tranquilo e claro que a decisão proferida pelo colegiado não afronta lei, decisão do Conselho Federal ou de outra Seccional. 4. Motivo pelo qual o presente recurso não deverá ser conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 49.0000.2012.010939-3/SCA-STU. Recte.: P.R.M. (Adv.: Paulo Roberto Montoni OAB/SP 125652). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). EMENTA 024/2013/SCA-STU. Pedido de intervenção no Tribunal de Ética- Advogado que alega irregularidades na tramitação de processo disciplinar em que é parte, sem demonstração objetiva ou comprovação das alegações. Recurso para o Conselho Federal que não se conhece por ausência de atendimento dos requisitos de admissibilidade impostos pelo artigo 75, da Lei 8.906/94. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Silva Allemand, Presidente. André Luis Guimarães Godinho, Relator. RECURSO 49.0000.2012.010941-5/SCA-STU. Recte.: O.G. (Adv.: Ana Paula Gracioso OAB/SP 178135). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.C.M. (Advs.: Luiz Carlos Miranda OAB/SP 36659 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 025/2013/SCA-STU. Compensação de honorários não prevista em contrato ou autorização: prática vedada pelo Código de Ética e Disciplina (art. 35, § 2º). Sanção disciplinar adequada: censura, sem conversão em advertência. A conversão prevista no art. 36, parágrafo único do EAOAB não é um direito subjetivo do punido. Hipótese em que as circunstâncias não recomendam tal conversão, uma vez que já se procedera à desclassificação da infração, de forma a ensejar aquela sanção, mais branda, em vez da suspensão originariamente aplicada, atendendo a que a conduta do representado não evidenciava dolo, mas remanescia a falta culposa pela compensação indevida. Entendimento de que o Conselho de origem, ao assim decidir, considerou particularidades do caso que, à falta de provas mais claras, em contrário, não podem ser postas em dúvida. Manutenção, pois, da decisão recorrida, sem, contudo, a conversão da censura em advertência. Recurso de que se conhece e a que se dá provimento parcial, para aplicar a sanção disciplinar de censura, pura e simples. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 49.0000.2012.011699-1/SCA-STU. Recte.: J.S.N. (Adv.: José dos Santos Neto OAB/SP 63477, OAB/PR 12348 e OAB/MT 3677-A). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 026/2013/SCA-STU. Recurso interposto contra decisão unânime do Conselho Seccional. Aplicação do art. 75 do EAOAB quando não demonstrada a ocorrência das hipóteses de conhecimento do apelo. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 49.0000.2012.012266-9/SCA-STU. Recte.: A.C.J. (Advs.: Sebastiana Ramos Vasques OAB/MS 3522 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). EMENTA 027/2013/SCA-STU. Processo administrativo de natureza disciplinar - Advogado que recebe valores do cliente e não efetua quitação de débito trabalhista em Juízo antes da instauração do processo ético-disciplinar - Punição de suspensão pelo período de 30 (trinta) dias (art. 37, I, EAOAB) - Recurso para o Conselho Federal que não se conhece por ausência de atendimento dos requisitos de admissibilidade impostos pelo artigo 75, da Lei 8.906/94. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. André Luis Guimarães Godinho, Relator. RECURSO 49.0000.2012.012267-7/SCA-STU. Recte.: F.R.A.B. (Adv.: Ricardo Farias Mauro OAB/SP 305201). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.S.G. (Adv.: Ricardo Scravajar Gouveia OAB/SP 220340). Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 028/2013/SCA-STU. O dever de urbanidade impõe-se à observância do advogado em todos os atos do seu ofício. Hipótese em que o inscrito faltou a esse dever, em ato cartorário de que participava, assistindo à própria mãe, quando ofendeu a parte contrária com palavras de baixo calão. Sanção disciplinar de censura, convertida em advertência, aplicada pelo TED, mas afastada pelo Conselho recorrido, ao argumento de que o advogado não interveio no episódio em caráter profissional e as ofensas não teriam ficado suficientemente provadas. Fundamentação que não pode ser aceita, a uma porque pouco importa saber se a atuação do inscrito tinha caráter profissional, a duas porque a prova reclamada constou de depoimento prestado, nos autos do processo ético-disciplinar, pelo escrevente incumbido de lavrar a escritura. Recurso do Representante de que se conhece e a que se dá provimento, para restabelecer a decisão do TED. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 49.0000.2012.013065-3/SCA- STU. Rectes.: Antonio Carlos Fernandes da Silva, Francisco Carneiro de Menezes, Jair de Sousa Elias, José Antonio de Lima Filho e Paulo José de Lima. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e R.C.S. (Advs.: Silvia dos Santos Correia OAB/RJ 90508 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). EMENTA 029/2013/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Aplicação do princípio da fungibilidade. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) Recurso quanto ao mérito não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Evânio José de Moura Santos, Relator. RECURSO 49.0000.2012.013138-4/SCA-STU. Recte.: S.G.F. (Adv.: Sérgio Gomes de Freitas OAB/RJ 91667). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e D.P. Repte. Legal: Beatriz Sônia de Souza. Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). EMENTA 030/2013/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) Recurso quanto ao mérito não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Evânio José de Moura Santos, Relator.

Brasília, 26 de março de 2013.
LUIZ CLAUDIO ALLEMAND
Presidente

DESPACHO

RECURSO 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU. Embgte.: M.S.P. (Advs.: Simarques Alves Ferreira OAB/SP 77841, Marilda Sinhorelli Pedrazzi OAB/SP 76645 e Outra). Embgdo.: Despacho de fls. 448 da STU/SCA. Recte.: M.S.P. (Advs: Simarques Alves Ferreira OAB/SP 77841, Marilda Sinhorelli Pedrazzi OAB/SP 76645 e Outra). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). DESPACHO: "(...). Dessa forma, justifica-se o pronunciamento deste Colegiado Pleno, visando à pacificação de entendimento a ser adotado em casos semelhantes. Portanto, submeto a questão ao Pleno da Segunda Câmara deste CFOAB, com fundamento no art. 89-A, § 4º, do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Relator."

Brasília, 26 de março de 2013.
LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND
Presidente

3ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO 49.0000.2012.006689-1/SCA-TTU-ED. Embgte.: C.D. (Adv.: Clóvis Darrazão OAB/SC 13037). Embgdo.: Acórdão de fls. 834/839 da TTU/SCA. Recte.: C.D. (Adv.: Clóvis Darrazão OAB/SC 13037). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). EMENTA 001/2013/SCA-TTU. Inexistência de omissão, contradição e/ou obscuridades. Questões enfrentadas no acórdão embargado. Embargos manifestamente protelatórios. Repetição dos argumentos já enfrentados e julgados. Ausência de nulidades por validade dos atos de intimação para a sessão de julgamento do recurso. Inexistência de ofensa ao princípio do juiz natural. Embargos não conhecidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Valéria Lauande Carvalho Costa, Relatora. RECURSO 49.0000.2012.007501-2/SCA-TTU-ED. Embgte.: A.O. (Adv.: Amarildo Vedana OAB/SC 8781). Embgdo.: Acórdão de fls. 256/263 da TTU/SCA. Recte.: A.O. (Adv.: Amarildo Vedana OAB/SC 8781). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 002/2013/SCA-TTU. 1. Muito embora a análise das atenuantes seja obrigatória, conforme jurisprudência consolidada no CFOAB, o enquadramento da situação de fato descrita às prescrições legais previstas no art. 40, está dentro do grau de discricionariedade do julgador. 2. A despeito de reconhecer a importância do exercício, por parte do recorrente, da nobilíssima função de dirigente municipal, este não é suficiente para elidir a aplicação integral da pena de censura. Embargos conhecidos e providos apenas para suprir a omissão apontada, com o pronunciamento expresso das questões argüidas pelo recorrente, sem, no entanto conferir qualquer caráter infringente ao julgado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e dar-lhes provimento, apenas para suprir a omissão apontada, com o pronunciamento expresso das questões argüidas pelo recorrente, sem, no entanto, conferir qualquer caráter infringente ao julgado, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 49.0000.2012.007896-0/SCA-TTU. Recte.: A.A.C. (Adv.: André Amâncio de Carvalho OAB/BA 15481 e OAB/MT 6019-A). Recdos.: Despacho de fl. 248 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e I.T. (Adv. Assist.: Jorge Tadeu Malvenier Neves Garcia OAB/MT 9108). Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 003/2013/SCA-TTU. Prescrição, por ser matéria de ordem pública, pode ser examinada em qualquer instância, mas, para isso, é necessário que o recurso preencha os mínimos requisitos para o seu conhecimento, dentre os quais o respeito ao princípio da coisa julgada. A intempestividade verificada nas instâncias inferiores impede o conhecimento do recurso. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 49.0000.2012.009744-6/SCA-TTU-ED. Embgte.: S.C.G. (Adv.: Sebastião da Costa Guimarães OAB/PR 13585). Embgdo.: Acórdão de fls. 115/117 da TTU/SCA. Recte.: S.C.G. (Adv.: Sebastião da Costa Guimarães OAB/PR 13585). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Aldemário Araújo Castro (DF). EMENTA 004/2013/SCA/TTU. 1. Processo Administrativo de natureza ética e disciplinar. Embargos de declaração. 2. Hipóteses restritas de apreciação da constitucionalidade de normas em sede administrativa: a) inconstitucionalidade flagrante ou manifesta, permitindo afastar com segurança a presunção de constitucionalidade das normas jurídicas e b) caso de reconhecimento da inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, evitando uma desnecessária e demorada provocação do Judiciário. 3. Não há inconstitucionalidade flagrante ou manifesta na norma que determina a sanção de suspensão do exercício da profissão de advogado por ausência do tempestivo pagamento das contribuições destinadas a manter o sistema de fiscalização e controle da atividade laboral especializada e regulada por lei. 4. Não enquadramento em nenhuma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

das hipóteses excepcionais. 5. Decisão unânime. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos declaratórios e dar-lhes provimento, admitir e apreciar o recurso para sanar a omissão, não reconhecer a inconstitucionalidade do art. 37 da Lei n. 8.906, de 1994, e, não dando provimento a irresignação recursal, manter a decisão recorrida nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Aldemário Araujo Castro, Relator. RECURSO 49.0000.2012.009747-9/SCA-TTU-ED. Embgte.: A.P.L. (Adv.: Alexandre Pietrângelo Lima OAB/PR 21638). Embgdo.: Acórdão de fls. 143/145 da TTU/SCA. Recte.: A.P.L. (Adv.: Alexandre Pietrângelo Lima OAB/PR 21638). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Aiko Takano. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 005/2013/SCA-TTU. 1. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em sintonia com os precedentes deste Conselho Federal, não havendo contradição, omissão, obscuridade ou erro material a ser sanado. 2. Os Embargos declaratórios em questão objetivam nitidamente rediscutir o mérito da decisão embargada, pretendendo reformá-la. 3. Este CFOAB tem entendido, de forma pacífica que a devolução de valores indevidamente retidos pelo advogado, após a instauração do processo disciplinar, não elide a infração disciplinar de locupletamento e ausência de prestação de contas, tipificados nos incisos XX e XXI do Art. 34 do EAOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 49.0000.2012.010839-7/SCA-TTU. Recte.: A.O. (Adv.: Alcemar Oliveira OAB/RJ 80847). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e Valdécio Pereira Brandão. Relator: Conselheiro Federal Aldemário Araújo Castro (DF). EMENTA 006/2013/SCA-TTU. Processo Administrativo de natureza ética e disciplinar. Advogado que se apropriou de valores pecuniários destinados ao seu cliente. Recurso para o Conselho Federal que não se conhece por ausência de atendimento dos pressupostos de admissibilidade (art. 75 do Estatuto). Decisão unânime. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Aldemário Araujo Castro, Relator. RECURSO 49.0000.2012.010996-9/SCA-TTU. Recte.: A.E.C.C. (Adv.: Admir Edi Corrêa Carvalho OAB/SP 112310 e OAB/MS 5525-A). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Edilson Baptista de Oliveira Dantas (PA). EMENTA 007/2013/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Anuidade. Débito. Notificação. Nulidade. Quitação. Extinção da punibilidade. 1) O advogado deve ser regularmente notificado para quitar seu débito relativo a anuidade inadimplida, nos termos do art. 34, inciso XXIII do EAOAB. 2) Ante a quitação total do débito com a Seccional, não há mais obrigação pecuniária que possa ensejar a pena aplicada, devendo ser declarada a extinção da punibilidade para evitar impedimento ao exercício profissional por débito inexistente. 3) Recurso conhecido e provido, para declarar extinta a punibilidade, tendo em vista que o comparecimento do advogado, posteriormente, para quitação total do débito supriu a nulidade da notificação. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Edilson Baptista de Oliveira Dantas, Relator. RECURSO 49.0000.2012.011361-0/SCA-TTU. Rectes.: P.R.N.B. e E.N.B. (Advs.: Lucia Helena de Azevedo Xavier OAB/RJ 96196 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e Sonia Luiza Vasconcellos. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 008/2013/SCA-TTU. Processo ético disciplinar. Recurso ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Os recursos ao CFOAB guardam natureza extraordinária. Para serem conhecidos, obrigatoriamente, terá a parte de cuidar de satisfazer os pressupostos legais (artigo 75, do EAOAB) à sua admissibilidade. Contrariamente, o apelo não poderá ser sequer conhecido por falta dos pressupostos legais. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2012.011838-4/SCA-TTU. Recte.: Y.M.S. (Advs.: Yara Macedo da Silva OAB/GO 18594 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e Alisson Cruvinel de Oliveira. Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). EMENTA 009/2013/SCA-TTU. Recurso. Julgamento unânime. Ausência de preenchimento dos pressupostos recursais do art. 75, da Lei 8.906/1994. Inexistência de contrariedade ao EAOAB, a decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos. Processo disciplinar por infração ao art. 34, IX e X, do EAOAB, causando prejuízo ao cliente por incúria profissional, julgado à unanimidade pelo Conselho Seccional da OAB/GO. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Valéria Lauande Carvalho Costa, Relatora. RECURSO 49.0000.2012.011839-2/SCA-TTU. Recte.: L.L.C.S. (Advs.: Adahyl Lourenço Dias Junior OAB/GO 13196 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e José Maria Félix Morais. Relator: Conselheiro Federal Edilson Baptista de Oliveira Dantas (PA). EMENTA 010/2013/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. 1) Representação com fundamento no artigo 34 da Lei 8.906/94. Falta de suporte probatório para sua fundamentação. 2) Não havendo elementos seguros de quem efetuou as falsificações dos documentos deve a recorrente ser excluída de culpabilidade. 3) Recurso provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Edilson Baptista de Oliveira Dantas, Relator. RECURSO 49.0000.2012.012265-0/SCA-TTU. Recte.: C.B.B.A. (Def. Dat.: Gualter Garcia dos Santos OAB/MS 14230). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Aldemário Araújo Castro (DF). EMENTA 011/2013/SCA-TTU. 1. Processo Administrativo de natureza ética e disciplinar. Hipóteses restritas de apreciação da constitucionalidade de normas em sede administrativa: a) inconstitucionalidade flagrante ou manifesta, permitindo afastar com segurança a presunção de constitucionalidade das normas jurídicas e b) caso de reconhecimento da inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, evitando uma desnecessária e demorada provocação do Judiciário. 2. Não há inconstitucionalidade flagrante ou manifesta na norma que determina a sanção de suspensão do exercício da profissão de advogado por ausência do tempestivo pagamento das contribuições destinadas a manter o sistema de fiscalização e controle da atividade laboral especializada e regulada por lei. 3. Não enquadramento em nenhuma das hipóteses excepcionais. 4. Individualização da pena observada. Manutenção. 5. Decisão unânime. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Aldemário Araujo Castro, Relator. RECURSO 49.0000.2012.012716-2/SCA-TTU. Recte.: M.M.P. (Adv.: Erick Gustavo Rocha Terán OAB/MS 12828). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e Carlinda Maria Gomes. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 012/2013/SCA-TTU. Processo ético disciplinar. Recurso ao CFOAB tem natureza extraordinária. Decisão unânime. Recurso para ser conhecido em relação à julgado unânime necessário cuida o apelo em demonstrar (artigo 75, da Lei nº 8.906/94) ocorrência de contrariedade ao EAOAB, ao Regimento Geral, ao Código de Ética e Disciplina, aos Provimentos; ou à decisão do CFOAB ou de outro Conselho Seccional. Apelo que não satisfaz os pressupostos de admissibilidade exigidos (artigo 75, EAOAB) não pode ser conhecido. Se nas razões recursais foram suscitadas nulidades processuais ou prescrição como são questões de ordem pública, o apelo pode ser conhecido, parcialmente. No mérito, não conheço do recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2012.012718-9/SCA-TTU. Recte.: J.C.T.N. (Adv.: João Catarino T. Novaes OAB/MS 2271). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA 013/2013/SCA-TTU. Processo ético-disciplinar. Falta de descrição pormenorizada dos fatos imputados ao Recorrente. Cerceamento do direito de defesa. Nulidade da decisão que instaurou o procedimento. Inteligência do artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Guilherme Octávio Batochio, Relator. RECURSO 49.0000.2012.013137-6/SCA-TTU. Recte.: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e J.H.G.A. (Advs.: Aloysio Augusto Paz de Lima Martins OAB/RJ 50859, OAB/SP 227219 e OAB/DF 20011 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Edilson Baptista de Oliveira Dantas (PA). EMENTA 014/2013/SCA-TTU. 1) Ausência de conduta incompatível com a advocacia, inidoneidade moral e prática de crime infamante. 2) A presunção de inocência é garantia constitucional que não permite se façam ilações e deduções do ocorrido na intimidade e vida privada do recorrido. 3) Não há justificativa para se excluir um advogado dos quadros da OAB, em razão de suposta infração ao artigo 34, incisos XXV, XXVII, e XXVIII da Lei 8.906/94, decorrente de fato acontecido no recesso de seu lar. Recurso Improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e lhe negar provimento, mantendo a decisão recorrida do Conselho Pleno da OAB/Rio de Janeiro, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Edilson Baptista de Oliveira Dantas, Relator. RECURSO 49.0000.2012.013184-6/SCA-TTU. Recte.: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Paraná. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e R.T.D. (Advs.: Sílvio Felipe Guidi OAB/PR 36503 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Júnior (TO). EMENTA 015/2013/SCA-TTU. Condenação - Crime infamante - Exclusão - Quórum 2/3 inatingido - Aplicação da Pena - Órgão de origem - Devolução dos autos à Seccional Paranaense para novo julgamento e aplicação de pena correspondente. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Gedeon Batista Pitaluga Júnior, Relator. RECURSO 49.0000.2012.013223-4/SCA-TTU. Recte.: J.O.G.S. (Adv.: José Orlando Gomes Sousa OAB/GO 18099). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e Suely Landemberger. Relator: Conselheiro Federal Edilson Baptista de Oliveira Dantas (PA). EMENTA 016/2013/SCA-TTU. 1) Recurso ao Conselho Federal que não indica os pontos tidos como violados pelo Conselho Seccional, deixando de impugnar o Acórdão recorrido, padece de vício, não merecendo acolhida por ausência de requisito de admissibilidade. Recurso não conhecido. 2) Incorre em violação ao art. 34, incisos XX e XXI da Lei 8.906/94, advogado que se apropria de valores do cliente para depósito em juízo, locupletando-se à sua custa e recusando-se a prestar contas. 3) Infração disciplinar que justifica seja mantida a decisão recorrida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Edilson Baptista de Oliveira Dantas, Relator.

Brasília, 26 de março de 2013.
RENATO DA COSTA FIGUEIRA
Presidente

DESPACHOS

RECURSO 49.0000.2012.010384-2/SCA-TTU-ED. Embgte.: L.R.O. (Adv.: Laura Rossi de Oliveira OAB/MG 39584). Embgdo.: Despacho de fls. 291 do Pres. em exercício da TTU/SCA. Recte.: L.R.O. (Adv.: Laura Rossi de Oliveira OAB/MG 39584). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Maria Carvalho Gomes. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). DESPACHO: "(...). Dessa forma, não conheço dos embargos de declaração, tendo-os por inexistentes, determinando à Secretaria da Turma que certifique o trânsito em julgado da decisão embargada (fls. 288/291), com a imediata remessa dos autos à origem, para execução do julgado, independentemente de publicação ou de nova manifestação da embargante. Brasília, 11 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Relator". RECURSO 49.0000.2012.010559-2/SCA-TTU. Recte.: V.S.S. (Adv.: Valdemir Souza Sá OAB/BA 12423). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar à ilustre Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Márcia Machado Melaré, Presidente". RECURSO 49.0000.2012.012157-3/SCA-TTU. Recte.: T.A.K. (Adv.: Theomar Aquiles Kinhirin OAB/SC 3640). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Neiva Maria Dal Pra Formiguieri. Relator: Conselheiro Federal Edilson Baptista de Oliveira Dantas (PA). DESPACHO: "(...). Nesse contexto, determino à Seccional a imediata restituição do valor cobrado a título de preparo de recurso ao recorrente, recomendando, ainda, a alteração do regimento interno para excluir os dispositivos que autorizam a referida cobrança. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. Edilson Baptista de Oliveira Dantas, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94 -, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para execução do julgado. Da mesma forma, determino a imediata devolução da taxa cobrada pela Seccional, a título de preparo de recurso, no valor de R$ 119,20, por não encontrar respaldo em nossas normas de regência e conflitar com os precedentes deste Conselho Federal. Brasília, 11 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente".

Brasília, 26 de março de 2013.
RENATO DA COSTA FIGUEIRA
Presidente

Envio Eletrônico de Matérias

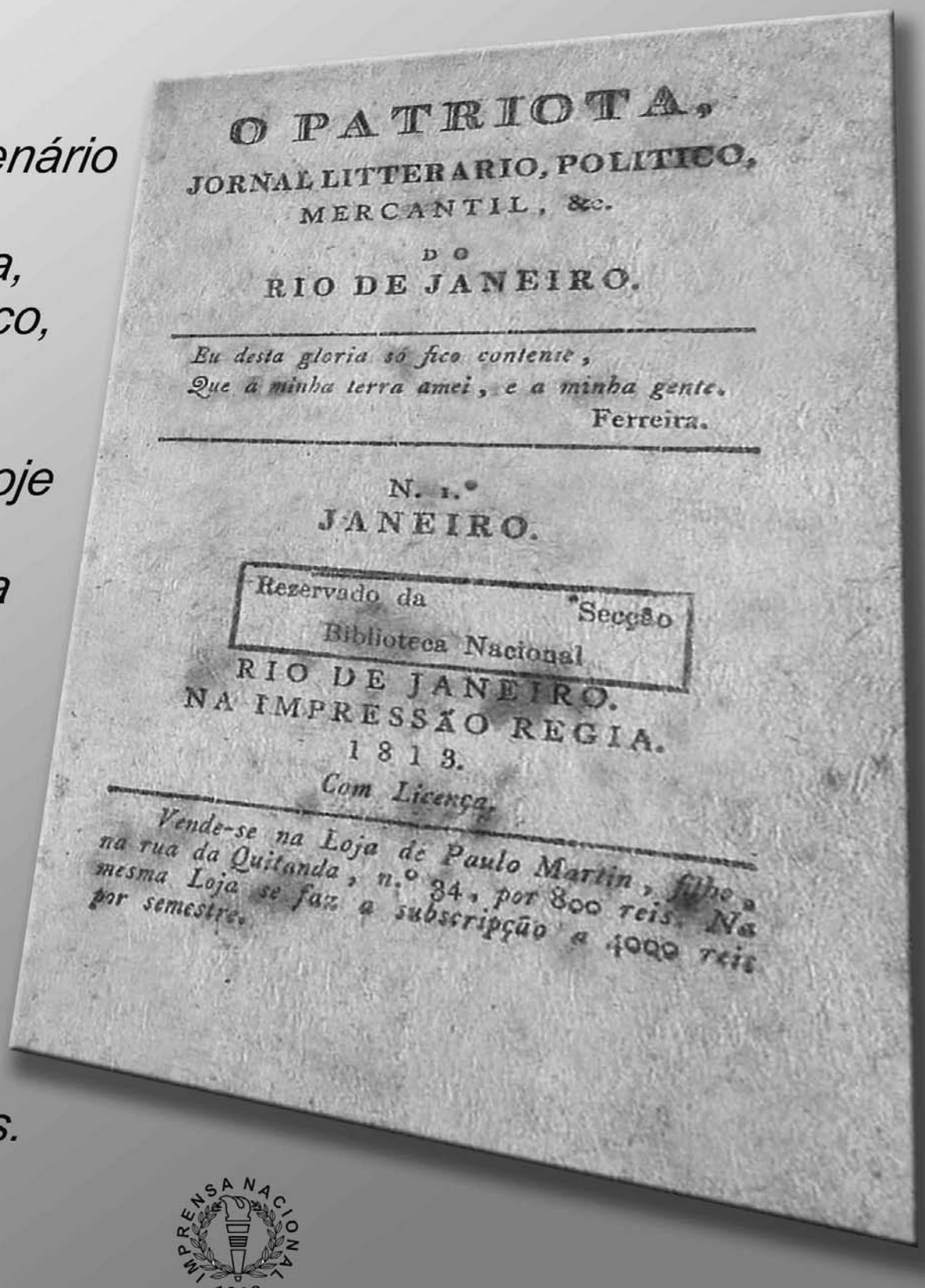
Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus*.
Sua matéria pode ser rejeitada caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Atualize, com freqüência, seu antivírus.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O PATRIOTA

Em 2013, o Brasil comemora o bicentenário de lançamento do periódico "O Patriota, jornal literário, político, mercantil & C", impresso pela Impressão Régia, hoje Imprensa Nacional, de janeiro de 1813 a dezembro de 1814, num total de 18 números.

"O Patriota" é reconhecido como o primeiro jornal brasileiro a publicar artigos literários, científicos, políticos e mercantis.


O PATRIOTA,
JORNAL LITTERARIO, POLITICO,
MERCANTIL, &c.
DO
RIO DE JANEIRO.

Eu desta gloria só fico contente,
Que á minha terra amei, e a minha gente.
Ferreira.

N. 1.º
JANEIRO.

Rezervado da Secção
Biblioteca Nacional
RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
1813.
Com Licença.

Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda, n.º 84, por 800 reis. Na mesma Loja se faz a subscripção a 1000 reis por semestre.